

Relatório de Atividades

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

ANO 2021



JUSTIÇA
FEDERAL
TRF2

Rio de Janeiro - RJ | Março de 2022



Assinado com senha por MESSOD AZULAY NETO.
Documento Nº: 3387273.30093493-9858 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=3387273.30093493-9858>



TRF2MEM202201726B

SIGA



COMPOSIÇÃO DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Presidente

Desembargador Federal **MESSOD AZULAY NETO**

Vice-Presidente

Desembargador Federal **GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA**

Corregedor Regional

Desembargador Federal **THEOPHILO MIGUEL**

Desembargador Federal **PAULO ESPIRITO SANTO**

Desembargadora Federal **VERA LÚCIA LIMA**

Desembargador Federal **ANTONIO IVAN ATHIÉ**

Desembargador Federal **SERGIO SCHWAITZER**

Desembargador Federal **POUL ERIK DYRLUND**

Desembargador Federal **ANDRÉ FONTES**

Desembargador Federal **REIS FRIEDE**

Desembargador Federal **LUIZ ANTONIO SOARES**

Desembargador Federal **GUILHERME COUTO DE CASTRO**

Desembargador Federal **JOSÉ ANTONIO NEIVA**

Desembargador Federal **FERREIRA NEVES**

Desembargador Federal **LUIZ PAULO ARAÚJO**

Desembargador Federal **ALUISIO MENDES**

Desembargador Federal **GUILHERME DIEFENTHAELER**

Desembargador Federal **MARCUS ABRAHAM**

Desembargador Federal **MARCELO PEREIRA DA SILVA**

Desembargador Federal **RICARDO PERLINGEIRO**

Desembargadora Federal **CLÁUDIA NEIVA**

Desembargadora Federal **LETICIA DE SANTIS MELLO**

Desembargadora Federal **SIMONE SCHREIBER**

Desembargador Federal **MARCELLO GRANADO**

Desembargador Federal **ALCIDES MARTINS**

Desembargador Federal **WILLIAM DOUGLAS**

Desembargador Federal **FLÁVIO LUCAS**



JUSTIÇA
FEDERAL
TRF2



Assinado com senha por MESSOD AZULAY NETO.
Documento Nº: 3387273.30093493-9858 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=3387273.30093493-9858>



TRF2MEM202201726B

SIGA

Sumário

Relatório de Atividades

Ano 2021

APRESENTAÇÃO	4
1. Presidência	9
2. Vice-Presidência	31
3. Corregedoria-Regional da Justiça Federal da 2ª Região	33
4. Coordenadoria dos Juizados Federais	51
5. Ouvidoria-Geral da Justiça Federal da 2ª Região	57
6. Escola de Magistratura Regional Federal da 2ª Região	59
7. Centro Cultural Justiça Federal	68
8. Governança e Gestão Estratégica	73
9. Gestão Judiciária	81
10. Gestão de Pessoas	94
11. Gestão de Material e Patrimônio	109
12. Gestão de Infraestrutura	129
13. Gestão de Tecnologia da Informação	133
14. Gestão Orçamentária e Financeira	140
15. Siglas	146
ANEXO - MAPA DE JULGADOS	153



Apresentação

O recrudescimento da pandemia causada pelo vírus Sars-Cov-2 no primeiro trimestre de 2021 frustrou a expectativa da sociedade brasileira de ver a normalidade paulatinamente regressar à vida cotidiana. De fato, lamentavelmente o terceiro mês daquele ano foi duramente marcado pelo advento da mais extrema onda de contaminação que inundou o território nacional, a qual virtualmente levou os sistemas de saúde público e privado ao colapso, com taxas de ocupação de leitos de UTI superiores a 80%, quando não acima dos 90%, situação que se estendeu aos meses seguintes.

Diante de tal cenário, a manutenção das atividades jurisdicionais e administrativas da Justiça Federal da 2ª Região, com todo o arsenal tecnológico disponível, converteu-se em meta primaz da nossa gestão, a fim de garantir a continuidade do mister público que nos incumbe, tão mais necessário em momento de instabilidade econômica e social. E mais que isso, tornou-se prioridade absoluta ampliar e facilitar, ao máximo, o acesso dos nossos préstimos aos operadores do Direito e às partes.

As iniciativas empreendidas pela Administração deste Tribunal em 2021 com tais desígnios são, portanto, o que em suma se buscará relatar no presente esboço, produzido em cumprimento ao disposto no inciso XXXII do art. 22 do Regimento Interno deste Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2).

Não se pretende, e mesmo não seria possível pela necessidade de síntese, arrolar aqui todas as ações merecedoras de preito, dentre aquelas realizadas pelos integrantes desta Corte – magistrados, servidores em cargos de gestão e de suporte técnico-operacional -, que com sua criatividade, dedicação e capacidade tornaram possível alcançarmos mais um ano de crescimento institucional.

Tendo isso em vista, consigno então nosso o sincero e profundo tributo de respeito e gratidão por todas e todos, magistrados, servidores, estagiários e colaboradores que, com sua militância diária tornam a cada dia possível a realização dos propósitos constitucionais desta Casa de Justiça.

Não é senão a esses incansáveis atores em prol da causa da Justiça que se deve creditar a conquista do TRF2, condecorado na categoria ouro do Prêmio Conselho Nacional de Justiça de Qualidade – 2021. Na edição daquele ano, a Corte atingiu 72,2% da pontuação máxima do concurso, que avaliou quatro eixos temáticos: governança, produtividade, transparência e dados e tecnologia.



É importante neste ponto, porém, ressaltar que muitas das realizações aqui descritas refletem proposições nacionais abraçadas pelo colendo Conselho Nacional de Justiça e pelo Conselho da Justiça Federal, órgãos que em tudo e sempre apoiam projetos regionais e locais com foco no aperfeiçoamento dos serviços prestados ao cidadão.

Uma das primeiras medidas adotadas no exercício, em fevereiro, foi o estabelecimento do arcabouço normativo para possibilitar a implantação do Juízo 100% Digital no âmbito da 2ª Região, nova forma de efetuar a jurisdição que faculta a realização de todos os atos processuais pela internet, inclusive com realização de audiências por videoconferência, sendo asseguradas todas as prerrogativas de advogados e partes.

Já no mês seguinte, março, o TRF2 colocou em operação o Balcão Virtual, ferramenta digital criada para o atendimento, por videoconferência, a partes, advogados e interessados nos processos em tramitação nas Turmas e Seções Especializadas e no Plenário da Corte. Esta funcionalidade permite a comunicação entre o consultante e a unidade de atendimento em tempo real, durante todo o horário de atendimento ao público em dias úteis, à guisa do que ocorre com os balcões de atendimento presencial do Tribunal.

As iniciativas citadas nos parágrafos anteriores abriram caminho para a implementação dos Núcleos de Justiça 4.0 do TRF2, os primeiros do Brasil, em maio, nos moldes da Resolução CNJ 385/2021, com especialização em matéria de saúde pública. Trata-se de duas unidades judiciais que desde então operam no Rio de Janeiro e no Espírito Santo conferindo agilidade, acessibilidade, economia e segurança inauditas ao processo, sem qualquer prejuízo às garantias constitucionais do direito de ação e do devido processo legal.

E o fazem atuando em uma matéria que condiz com os “valores erigidos pela Constituição Federal do direito a uma vida digna e honrada, considerando que não é possível uma vida digna sem a existência de serviços de saúde pública eficiente”, como bem pontuou o Excelentíssimo Ministro Presidente do CNJ e do Supremo Tribunal Federal, Luiz Fux, por ocasião da cerimônia de instalação dos dois Núcleos.

Igualmente consciente da importância de a Justiça Federal priorizar os temas de massa, com amplo impacto para a população, a atual gestão do TRF2, já em fevereiro de 2022, autorizou a conversão de unidades judiciárias físicas em Núcleos de Justiça 4.0 especializados em matéria previdenciária, a fim de agilizar a solução das demandas e simplificar o acesso do sempre crescente número de jurisdicionados que se dirigem ao Judiciário em busca do direito à seguridade social.



Realmente, a questão previdenciária constitui o tema da esfera judiciária federal de maior relevância social, razão pela qual é motivo de grande gáudio para esta Corte a premiação do sistema MonitoraPrev da 2ª Região com o primeiro lugar na categoria “Boas práticas dos magistrados na Justiça Federal” do “V Prêmio Ajufe Boas Práticas de Gestão, conferido em outubro de 2021”.

Trata-se de ferramenta digital desenvolvida pelo Centro Local de Inteligência e Prevenção de Demandas Repetitivas da Justiça Federal do Rio de Janeiro (CLIPDR/RJ), com o suporte da Presidência e da Corregedoria Regional da Justiça Federal da 2ª Região, que, além de fornecer dados estatísticos, em tempo real, sobre as ações ajuizadas em face do INSS, permite conhecer, de forma inédita, a realidade social das pessoas que buscam o Judiciário para reclamar direitos previdenciários.

Todas essas iniciativas, porém, resultariam inócuas não fosse um empreendimento prévio que se constituiu em meta inaugural da gestão empossada em abril de 2021. Referimo-nos à conclusão da migração para o sistema processual e-Proc dos processos ativos que tramitavam no antigo sistema Apolo. Para alcançá-la, esta Presidência expediu ainda naquele mês a Resolução nº 36, estabelecendo critérios para a finalização da transferência dos autos para o novo sistema.

Ao todo, desde 2018, quando o e-Proc foi implantado na 2ª Região, cerca de 2,5 milhões de processos foram transferidos do Apolo, mas o trabalho ganhou fôlego renovado com a Resolução nº 36/2021, a partir da qual, mais de 679 mil processos foram migrados em um esforço concentrado coordenado pela Secretaria de Atividades Judiciárias e concluído em agosto.

Por outro viés, os recursos tecnológicos, imprescindíveis como são em tempos de contingência pandêmica, têm de ser entendidos como coadjuvantes de medidas efetivamente capazes de reduzir o excesso de litigiosidade, elevar os índices de produtividade, acelerar a conclusão das demandas e, sobretudo, promover a melhoria da qualidade dos serviços prestados aos usuários do Judiciário.

Dentre tais medidas, inserem-se aquelas patrocinadoras dos métodos consensuais de solução de conflitos, forma de praticar a jurisdição que representa uma inflexão na velha cultura da litigância, e que se assenta sobre o princípio do respeito à livre vontade das partes para decidir sobre o destino da sua própria causa.



Nesse sentido, logo nos primeiros meses de 2021 testemunhamos a criação e regulamentação do programa “C100% – Centro de Conciliação 100% Digital”, instituído por ato do Excelentíssimo Coordenador do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos da 2ª Região (NPSC2), Desembargador Federal Ferreira Neves, para atender aos processos em grau de recurso em trâmite no TRF2, bem como a demandas sazonais a serem solucionadas em regime de mutirão de toda a 2ª Região.

Foi também em 2021, em julho, que o NPSC2 completou um ano do mutirão permanente de conciliação entre a União e pessoas que tiveram negado administrativamente o pedido de Auxílio-Emergencial, hoje Auxílio-Brasil. Nesse período, foram efetivados quase 13 mil acordos, número que representa 69% do total de processos e reclamações pré-processuais (RPPs) apresentados ao órgão.

Sobre o sistema de tramitação de RPPs é preciso ainda destacar que se trata de ideia consolidada no projeto “Design Emergencial”, idealizado pelo NPSC2 e desenvolvido em coordenação com a Presidência da Corte e a Corregedoria Regional da 2ª Região e que, em dezembro, foi selecionado pelo Plenário do CNJ como exemplo de boa prática do Poder Judiciário.

Em essência, essa inovação compreende um sistema e uma metodologia para o recebimento e a rápida tramitação de RPPs por meio de formulários digitais na Internet, referentes ao Auxílio-Emergencial, que prevê a integração com os Juizados Especiais Federais da 2ª Região e a Advocacia Geral da União.

Já no âmbito das ações de capacitação e aperfeiçoamento promovidas pela Escola da Magistratura Regional Federal da 2ª Região (EMARF), vertente de atuação institucional imbricada no eixo da busca pela melhoria da qualidade dos serviços jurisdicionais e administrativos, cabe relatar que, em 2021, houve incremento, sob a competentíssima direção-geral do Excelentíssimo Desembargador Federal Marcus Abraham, no número de formados em relação ao exercício anterior, a despeito de uma discreta redução no número de cursos ofertados, em razão das adaptações necessárias à realidade de crise sanitária.

O aumento no número de capacitados espelha, por um lado, o reconhecimento disseminado sobre a excelência acadêmica da EMARF e, por outro, a crescente percepção por parte dos magistrados de primeiro grau sobre a importância do permanente apuro da qualificação técnica e teórica para a prática judicante.



Com relação à busca pela celeridade processual, não há qualquer dúvida sobre a função premente que os Juizados Especiais Federais (JEFs) cumprem em tal sentido, sendo seus princípios constitutivos indissociáveis dos valores da informalidade, da oralidade e da simplicidade processual.

Sendo assim, cabe ressaltar que, em 2021, os JEFs da 2ª Região, sob a brilhante coordenação da Excelentíssima Desembargadora Federal Simone Schreiber, auferiram uma produtividade 5% maior em relação ao exercício anterior, feito notável considerando as dificuldades do isolamento social e o inaudito aumento de quase 100% no número de processos distribuídos nas unidades do Rio de Janeiro e do Espírito Santo.

De fato, o aumento da produtividade relativa à atividade finalística do TRF2, não obstante as restrições e desafios impostos pela pandemia, é a tônica do balanço que ora se faz do ano de 2021. Considerando a ação orçamentária “Julgamento de Causas (JC)”, que busca-se aferir a eficiência na prestação jurisdicional da Corte por meio do cumprimento de uma meta anual de julgados fixada pelo Plenário, temos que o TRF2 a superou, atingindo 69.083 processos julgados no exercício.

É evidente que os números não refletem contextos e não podem ser a única, ou sequer a principal medida das realizações, mormente em se tratando de uma atividade com impacto profundo em vidas, em esperanças e em necessidades humanas, muitas vezes essenciais à sobrevivência. Por outro lado, a busca da superior qualidade da prestação jurisdicional, esta sim, há de ser sempre a matriz sobre a qual a gestão de uma Casa de Justiça deve erigir objetivos e planos.

Não podemos, porém, olvidar que nos encontramos inseridos em uma realidade de constrição orçamentária cada vez mais limitante, que lança obstáculos por pouco transponíveis à própria realização das nossas atividades jurisdicionais e administrativas. Em tal cenário, a verificação do aumento da produtividade reverbera, sim, a verdade de que a força motriz que nos impulsiona ao cumprimento da nossa missão constitucional reside precipuamente na capacidade criativa e na dedicação irrestrita de magistrados, servidores, colaboradores e estagiários.

Rio de Janeiro, 3 de março de 2022.

Messod Azulay Neto
Presidente



1. Presidência

Métodos Consensuais de Solução de Conflitos – NPSC2

O Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos da 2ª Região (NPSC2) iniciou o ano dando continuidade ao projeto Design Emergencial, através do mutirão de conciliação das reclamações pré-processuais de Auxílio Emergencial, resultando no recebimento de 6.880 demandas e em 1.234 acordos homologados.

Ressalta-se que o projeto Design Emergencial (Portaria TRF2-PNC-2020/00004) foi aprovado pelo CNJ e estará disponível no Portal CNJ de boas práticas do Judiciário, que reúne iniciativas exitosas realizadas pelos tribunais. Trata-se de um sistema de fluxo processual personalizado para a conciliação em pedidos de auxílio emergencial, criando um inédito design de sistema de disputas.

Durante o ano de 2021, o NPSC2 recebeu, na sua estrutura, as seguintes unidades:

- **Centro de Conciliação 100% Digital (C100% - TRF2-PNC-2021/00003)** - Conduzindo a conciliação para atuação nos moldes da Justiça 4.0, vislumbrando o atendimento ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) nº 16 da ONU. O C100% realizou cerca 1.599 audiências, com 1.234 sentenças homologatórias de acordo;
- **Escola de Mediação da 2ª Região (TRF2-PNC-2021/00004)** - Ministrou seu primeiro curso de formação de mediadores judiciais no período de 17/08/2021 a 26/09/2021, formando, nessa 1ª turma, 24 mediadores judiciais que já iniciaram o estágio supervisionado, auxiliando, inclusive, na Semana Nacional de Conciliação.
- **Centro de Conciliação para Causas Complexas, com a criação do CEJUSC AMBIENTAL e do CEJUSC SAÚDE (TRF2-PTP-2021/00275)** - Possibilita a realização de sessões de conciliação e mediação para a resolução consensual das ações complexas que envolvam conflitos de saúde e meio ambiente;
- **Núcleo de Justiça Restaurativa da Segunda Região (TRF2-RSP-2021/00044)** - responsável por disciplinar a política judiciária de Justiça Restaurativa, salientando que foram certificados 20 facilitadores, através de curso realizado em parceria com o CEDUC-TRF2.

Em junho, a JF Cristiane Conde Chmatalik foi nomeada como Juíza Federal Auxiliar ao NPSC2, exercendo a função juntamente com a JF Aline Alves de Melo Miranda Araújo.



O NPSC2 implementou ao longo do ano, através dos Centros Judiciários (CESOL-RJ, CESOL BAIXADA, CESUL, CESNITA, CESOL SÃO GONÇALO, CESOL SÃO PEDRO DA ALDEIA) e do Centro de Conciliação 100% Digital, mutirões de conciliação que envolveram as matérias abaixo relacionadas:

- Design Emergencial - reclamações pré-processuais e processos de auxílio-emergencial;
- Recuperação de crédito da Caixa Econômica Federal;
- Execuções de títulos extrajudiciais ajuizadas pela Fundação Habitacional do Exército – FHE;
- Benefícios por incapacidade;
- Desapropriações envolvendo imóveis atingidos pela obra de duplicação da Rodovia BR-447-ES (DNIT);
- Seguro-desemprego - processos e reclamações pré-processuais;
- Plano Nacional de Negociação da Advocacia Geral da União (AGU) - PNN17 (RAV - Retribuição Adicional Variável);
- Expurgos inflacionários dos planos econômicos nas cadernetas de poupança da Caixa Econômica Federal;
- Execuções de títulos extrajudiciais ajuizadas pela OAB/RJ;
- Responsabilidade civil da Caixa Econômica Federal.

Todo esse esforço resultou em 14.659 audiências realizadas e 16.969 acordos homologados em toda 2ª Região, perfazendo o valor conciliado de R\$ 73.225.622,47.

No período de 08 a 12 de novembro foi realizada a Semana Nacional da Conciliação, proposta pelo CNJ, envolvendo esforço conjunto de toda 2ª Região que resultou em 1.519 audiências realizadas e 1.079 acordos homologados no período. O NPSC2 contou com a participação de 48 conciliadores e mediadores, dentre eles alunos da 1ª Turma do Curso de Formação de Mediadores da Escola de Mediação da 2ª Região.

Além das atividades da área fim acima delineadas, o fomento à conciliação não deixou a desejar. Foi lançado o **Boletim Informativo do NPSC2**, como instrumento de comunicação das atividades do Núcleo, com nove edições já lançadas, tendo sido a primeira no dia 17/03/21.



Para a comemoração do Dia do Conciliador/Mediador, foi realizado o **Painel Virtual sobre a importância do Conciliador e do Mediador no Brasil**, transmitido pelo canal oficial do TRF2 na plataforma YouTube.

Em pesquisa de satisfação com a conciliação pré-processual de auxílio-emergencial, o NPSC2 atingiu níveis de excelência. Foram ouvidos 551 jurisdicionados dentre os quais 99,3% recomendariam os serviços prestados pelo órgão.

Para o ano de 2022, o NPSC2 promoverá:

- Continuidade ao engajamento institucional através de parcerias com os Centros de Inteligência, Coordenadoria de Educação Corporativa - CEDUC, Secretaria de Atividades Judiciárias - SAI, Núcleo de Estatística - NUEST, participação no Núcleo de Gerenciamento de Precedentes e de Ações Coletivas - NUGEPNAC e tratativas interinstitucionais;
- Realização de quatro cursos de formação de conciliadores e mediadores, por meio da Escola de Mediação;
- Lançamento do **Projeto “Vamos Conciliar?”**, que consiste em reuniões presenciais e/ou virtuais com magistrados e servidores das varas federais das Subseções do interior dos dois estados da 2ª Região, com o objetivo de divulgar os centros judiciários de conciliação locais, trocar experiências, e apresentar a prospecção para 2022 em relação à Meta 3 do CNJ. Assim, o projeto busca fomentar a conciliação no interior, no intuito de promover, cada vez mais, a cultura da paz na 2ª Região;
- Implantação do **“Conciliômetro”**, que disponibilizará, em tempo real, o número de sentenças homologatórias proferidas em toda a 2ª Região e o número que falta para atingirmos a Meta 3 definida especificamente para a Justiça Federal no 15º Encontro Nacional do Poder Judiciário: “Alcançar o percentual mínimo de 6% no Índice de Conciliação do Justiça em Números”.

Estamos, portanto, firmes na continuidade de nosso trabalho em prol do desenvolvimento da conciliação e mediação na 2ª Região, buscando fortalecer seu compromisso com a propagação da cultura da paz alinhados aos ODS propostos pela ONU e o programa Justiça 4.0 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).



Centro de Atendimento Itinerante da Justiça Federal - CAIJF

Dando continuidade a seu propósito de promover a aproximação do cidadão em relação ao Poder Judiciário, realizar atividades pedagógicas sobre direitos e desenvolvimento da cidadania plena em comunidades hipossuficientes, formar redes e agentes multiplicadores e estimular o desenvolvimento de práticas autocompositivas, o Centro de Atendimento Itinerante da Justiça Federal (CAIJF) seguiu atuando em 2021 em colaboração com instituições que integram o sistema judiciário e com profissionais e cidadãos militantes na área de proteção social.

Diante das evidências de que a pandemia de Covid-19 se estenderia por todo o ano de 2021, os gestores do CAIJF elaboraram e vêm mantendo um programa de ações apropriado para o modo remoto, qual seja, o **Interfaces Cidadãs**, que compõe-se de módulos de capacitação em Justiça e cidadania direcionados aos profissionais e cidadãos vinculados às pautas de assistência social e de atenção primária à saúde de populações carentes. Dentre estes, encontram-se assistentes sociais e psicólogos dos Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e dos Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), articuladores sociais das comunidades locais e profissionais de saúde.

Para instruírem tais profissionais, o CAIJF convidou representantes institucionais de entidades públicas asseguradoras e defensoras de direitos, assim como de instituições das áreas de segurança pública e pacificação social e, ainda, das que atuam em atividades fiscalizadoras e na emissão de documentos essenciais, sempre com foco na resolução de demandas que se dão no âmbito federal.

As ações de capacitação a distância são realizadas semanal ou quinzenalmente, com duas horas de duração cada encontro, e a escolha dos conteúdos a serem abordados dá-se mediante reuniões prévias com gestores locais, tendo como base as demandas mais recorrentes nos territórios das atividades socioassistenciais do público-alvo.



No decorrer do exercício de 2021 foram desenvolvidos 3 módulos do Programa Interfaces Cidadãs:

- Interfaces Cidadãs na Baixada Fluminense/RJ, de 19 de abril a 19 de julho, envolveu 10 municípios e teve um total de 16 encontros e 135 inscritos. Contou com a participação de 14 palestrantes;
- Interfaces Cidadãs em Maricá/RJ, de 9 de agosto a 2 de setembro, restringiu-se ao município de Maricá e teve um total de 5 encontros e 56 inscritos. Contou com a participação de 11 palestrantes;
- Interfaces Cidadãs no Complexo do Alemão/RJ, na Clínica de Família Bibi Vogel, dias 24 de novembro e 1º de dezembro e teve 32 inscritos. Contou com a participação de 4 palestrantes e terá continuidade em 2022.

Em virtude de o Programa ser desenvolvido em modo remoto, online, foi necessária a **reformulação de toda a página do CAIJF**, no portal do TRF2, para que esta pudesse servir de área de apoio e de informação no decorrer dos encontros. Também foi necessário criar um **sistema de tutoria e de comunicação com os participantes**, o qual se deu através da troca de mensagens pelo aplicativo WhatsApp e por e-mail. Ainda, a fim de que o programa alcançasse contingentes maiores de jurisdicionados fosse facilitado o acesso dos participantes aos conteúdos abordados, **foram produzidos podcasts** contendo tais conteúdos, os quais foram disponibilizados na página do CAIJF, no portal do TRF2.

Comunicação Institucional

O trabalho desenvolvido pela Assessoria de Comunicação (ACOM) em 2021 consistiu em prestar apoio à gestão e aos julgadores, divulgando notícias em variados canais, com foco na atividade judicante, em medidas administrativas de interesse do público externo e/ou do interno, bem como em projetos, programas e iniciativas de gestão de impacto social, buscando realizar uma comunicação célere e em linguagem adequada a cada público.

No período de pandemia de Covid-19 (2020/2021), a ACOM incrementou sua atuação na comunicação digital, com aprimoramento dos seus canais, para ampliar seu alcance em um cenário de trabalho e prestação jurisdicional remotos e de forte contenção de despesas operacionais.



Assim, deu-se continuidade à veiculação de notícias no *site* do TRF2 (www.trf2.jus.br). Já nos casos de comunicados de relevância para o público interno, o setor realizou a divulgação na intranet (intra.trf2.jus.br), pelo e-mail Informe e por meio da elaboração de campanhas institucionais.

Comunicação Interna

Página de notícias, avisos e serviços na Intranet

Canal de comunicação do TRF2 com magistrados, servidores, terceirizados e estagiários, cuja finalidade é divulgar alterações nas rotinas de trabalho, cursos, palestras e eventos institucionais, bem como notícias relevantes para o público interno, objetivos estratégicos da instituição e campanhas de conscientização. Além disso, o canal divulga ações educacionais, além de possuir espaço direcionado ao público interno para publicação de ações solidárias e anúncios de classificados.

No ano de 2021, foram publicados: 334 notícias, 110 avisos, 37 cursos e 21 notas de ações solidárias, como pedidos de doação de sangue, campanhas de solidariedade e temas referentes à responsabilidade socioambiental. Além disso, foi criada na Intranet a seção de Eventos, com cronograma e informações gerais. No exercício, foram divulgados 102 eventos.

Informe por e-Mail

Canal de comunicação entre o TRF2 e magistrados, servidores, estagiários e terceirizados, realizado por correio eletrônico, que permite a comunicação segmentada por público-alvo. Em 2021, foram enviados 220 e-mails institucionais.



Canal de Whatsapp direcionado aos magistrados do TRF2

Para agilizar a comunicação com os membros da Corte, a ACOM estabeleceu, desde o início da pandemia, em março de 2020, um canal de comunicação pelo aplicativo WhatsApp com os magistrados do TRF2. Em 2021, foram postados nesse canal 181 informes.

Campanhas Institucionais

Quando a Administração promove ação cuja efetividade dependa da adesão dos públicos interno e/ou externo, a ACOM é chamada para elaborar campanhas institucionais, auxiliando os setores demandantes no planejamento de comunicação.

Desse trabalho, resultam conteúdos publicados na intranet, envio de *e-mails marketing* e produção de materiais gráficos, com objetivos específicos, que são produzidos em parceria com a Coordenadoria de Produção Gráfica e Visual (Copgra), visando à conscientização do público sobre procedimentos que devem ser seguidos, sobre iniciativas de gestão, sobre novas regras administrativas etc.

Em 2021, destacaram-se, dentre outras campanhas e ações institucionais realizadas pela ACOM, as seguintes:

- Campanha “Carência Zero” da Seguros Unimed e divulgação da ação de conscientização sobre sinistralidade no uso do plano de saúde;
- Campanha sobre o check-up de magistrados;
- Publicações periódicas do projeto “Disau ao seu lado”, na INTRA;
- Campanha de conscientização sobre as medidas de prevenção da Covid-19 no trabalho presencial, com sinalizações pelo prédio-sede sobre hábitos preventivos e comunicação nos canais digitais;
- Elaboração de textos e peças gráficas para a Semana do Meio Ambiente, em parceria com o setor socioambiental do TRF2;
- Divulgação e cobertura das atividades do Encontro dos Servidores da Segunda Região;
- Divulgação de matérias a respeito das campanhas “Outubro Rosa” e “Novembro Azul”;
- Divulgação do “1º Ciclo de Encontros: A hora é agora, MULHER!” e realização de entrevistas às autoridades participantes do evento.



Relacionamento com a Imprensa

A ACOM seleciona grande parte das suas pautas, para a produção das notícias que elabora e publica na rede mundial de computadores, a partir das demandas que recebe da imprensa. Em 2021, foram registrados 288 pedidos de informação encaminhados por e-mail ou por aplicativo WhatsApp.

Por outro viés, também se reconhece a importância de manter uma atitude proativa no que tange ao relacionamento entre a instituição e a imprensa. Sendo assim, o setor regularmente busca órgãos da imprensa para sugerir pautas, baseadas em julgados e/ou ações administrativas do TRF2, de acordo com o perfil e com os interesses do público leitor/ouvinte/espectador do veículo contatado.

Canal de troca de mensagens por telefone celular

A ACOM possui um canal para troca de mensagens pelo celular, por meio do aplicativo WhatsApp com veículos e profissionais de imprensa. O grupo AscomTRF2 possui atualmente 233 jornalistas, de variadas instituições públicas e privadas de comunicação impressa, televisiva, radiofônica e eletrônica.

Página de notícias e avisos na Internet

Em 2021, foram disponibilizadas no portal www.trf2.jus.br 313 notícias sobre decisões judiciais ou medidas administrativas que afetam os serviços prestados aos cidadãos. Além disso, o setor produziu para a página de avisos institucionais 296 comunicados no ano.

Informativos especiais

Em 2021, a ACOM realizou a cobertura da solenidade de posse dos gestores do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2) para o biênio 2021/2023, realizado na tarde do dia 8 de abril de 2021, por videoconferência. Na ocasião, o setor produziu matérias e registros fotográficos, que foram condensados em um informativo especial, editorado pela



Coordenadoria de Produção Gráfica e Editorial (COPGRA). A revista encontra-se publicada, em formato de arquivo digital “pdf”, na página de publicações oficiais do TRF2 na Internet.

Também em 2021, a ACOM produziu uma cartilha informativa sobre o “Núcleo de Justiça 4.0 da 2ª Região”, com informações pormenorizadas sobre o funcionamento dessas novas unidades jurisdicionais. A cartilha eletrônica também se encontra disponível, em formato de arquivo digital “pdf”, na página de publicações oficiais do TRF2 na internet.

Twitter (@TRF2Imprensa)

A ACOM alimenta diariamente a página do TRF2 no Twitter (@TRF2Imprensa). No veículo, são publicadas as manchetes das matérias produzidas pelo setor, com vínculo para a página de notícias do portal www.trf2.jus.br, a respeito de decisões judiciais e de ações administrativas com repercussão no dia a dia da população.

Em 2021, foram efetuados 475 "tuítes" na página do Tribunal.

Relações Institucionais e Cerimonial

A Assessoria de Relações Institucionais e Cerimonial (ARIC) contempla, em sua estrutura, a Coordenadoria de Produção de Eventos e Cerimonial – COPECE, a qual é integrada por duas unidades: a Seção de Relações Públicas e a Seção de Cerimonial. A COPECE gerencia os processos de trabalho de suas unidades responsáveis pelos eventos oficiais da Presidência do Tribunal Regional Federal da 2ª Região.

Dentre os eventos de destaque realizados pelo setor em 2021 se encontram os abaixo relacionados:

- Solenidade de Entrega da Medalha do Mérito Judiciário do TRF2– 04/03, na qual foram entregues 26 medalhas aos Exmos. Srs. Desembargadores Federais que compõem o TRF2;
- Solenidade de Posse do Exmo. Sr. Desembargador Federal William Douglas como membro do TRF2 – 11/03;
- Solenidade de Posse dos Novos Dirigentes do TRF2 – 08/04;



- Solenidade de Entrega da Medalha do Mérito Judiciário do TRF2 – 12/07, evento no qual foram entregues medalhas, dentre outras autoridades, ao Exmo. Sr. Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Luiz Fux, e ao Exmo. Sr. Presidente do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro – Desembargador Carlos de Andrade Figueira;
- Solenidade de Posse do Exmo. Sr. Desembargador Federal Flávio Oliveira Lucas como membro do TRF2 – 17/09;
- Solenidade de Entrega da Medalha do Mérito Judiciário do TRF2 – 26/10, em que foram entregues medalhas a 11 servidores do Tribunal Regional Federal da 2ª Região e diversas autoridades dentre as quais a Desembargadora Edith Tourinho - Presidente do TRT1, o Desembargador Cláudio Dell’Orto Presidente do TRE-RJ, o Desembargador Federal William Douglas, o Desembargador Federal Flávio Oliveira Lucas e o Juiz Federal Osair Victor de Oliveira Júnior, então Diretor do Foro Seção Judiciária do Rio de Janeiro, SJRJ;
- Homenagem por Mérito Institucional - programa de valorização e incentivos funcionais – 26/10. A outorga da Homenagem por Mérito Institucional foi feita aos servidores que se destacaram nas Área Jurídica e Administrativa do TRF2. Em 2021 um total de 47 Medalhas do Mérito Judiciário foram entregues para magistrados, servidores e autoridades dos demais Poderes.
- 1º Ciclo de Encontros: “A hora é agora mulher” – meses de outubro a novembro/21 – atividade de capacitação concluída por 54 inscritos;
- Webinar Justiça Digital: Projeto Intelligentia – 10/11;
- Inauguração do Posto Avançado de Atendimento na Seção Judiciária de Angra dos Reis – 12/11.

Outras Atividades Desenvolvidas

- Estabelecimento de relações institucionais entre o Tribunal e órgãos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário;
- Atualização das páginas institucionais do TRF2 na Intranet e na Internet;
- Gerenciamento da Agenda Única de Eventos da Presidência;



- Organização, atualização e gerenciamento do uso da plataforma de videoconferências Zoom pelos servidores do Tribunal;
- Atualização da publicação: Contatos Institucionais de Autoridades;
- Envio de cartões, e-mails e demais correspondências de cortesia em nome do Exmo. Sr. Presidente;
- Manutenção e atualização da Galeria de Retratos dos Desembargadores do TRF2;
- Acompanhamento e assessoramento do Exmo. Sr. Presidente e seus representantes em solenidades oficiais.

Para 2022, a ARIC cumprirá a agenda de eventos oficiais já definida, que inclui, dentre outros, os seguintes, a cerimônia de entrega dos bôtons a servidores por 10, 15 e 20 anos de serviços prestados à Corte, a premiação a servidores por Mérito Institucional, o evento cultural “Data Venia, Eu Sou Artista” e a outorga da Medalha do Mérito Judiciário a autoridades que tenham prestado relevantes serviços à causa da Justiça na 2ª Região.

Ainda, encontram-se no rol das atividades planejadas as seguintes:

- Modernização da Galeria de Retratos dos Ex-Presidentes do TRF2;
- Elaboração do Manual do Cerimonial;
- Elaboração de um novo modelo de visita guiada de estudantes secundaristas e graduandos, no formato virtual;
- Elaboração de conteúdo audiovisual com o material do Curso 1º Ciclo de Encontros: “A hora é agora mulher”, para ser apresentado ao público externo através do canal do TRF2 no Youtube;
- Proposta de cerimonial para Solenidade de Posse de oito novos Desembargadores Federais do TRF2.

Cumprir observar que os eventos realizados pela COPECE estão alinhados com as diretrizes de Planejamento Estratégico do TRF2, destacando-se o projeto 1º Ciclo de Encontros: “A hora é agora mulher”, o qual se encontra em consonância com o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 5 (ODS 5), da agenda 2030 da ONU, que propõe visa a assegurar a igualdade de gênero em todos os setores e recortes da sociedade.

Já os projetos Mérito Institucional, Entrega dos Bôtons e “Data Venia Eu Sou Artista” se alinham com um dos macros desafios do Planejamento Estratégico do TRF2, que prevê ações para o aperfeiçoamento da gestão de pessoas através de iniciativas de engajamento e motivação.



Produção Gráfica e Visual

A Coordenadoria de Produção Gráfica e Visual (COPGRA) realiza atividade técnica de produção de identidades visuais e de peças gráficas, físicas ou virtuais, que se façam necessárias nas campanhas, ações e eventos institucionais da 2ª Região. Busca-se, em tal função, objetividade, simplicidade na linguagem visual e fortalecimento da identidade da Justiça Federal, seguindo as diretrizes contidas no Manual da Identidade Visual da Justiça Federal (Resolução nº CF-RES-2012/00193 de 1 de junho de 2012).

A Gráfica instalada nas dependências do TRF2 é estruturada para atender a toda a Justiça Federal da 2ª Região (Resolução TRF2 nº 12/2003).

A COPGRA é ainda responsável pela alocação de profissional especializado (desenhista industrial) para elaborar as artes gráficas dos projetos gerenciados e desenvolvidos pelo Centro Cultural Justiça Federal - CCJF.

Ao longo do ano de 2021 a COPGRA atendeu a **1.502 ordens de serviço**, envolvendo produtos gráficos impressos (36%), virtuais (55%), diagramação de publicações (9% da produção, sendo impressas 11% e virtuais 89%). As artes gráficas virtuais destinaram-se a uso nos canais digitais do TRF2 (sites, Twitter, Facebook, Instagram, YouTube, e-mail) e à página oficial da Seção Judiciárias do Espírito Santo (SJES) na mídia social Instagram.

A produção de vídeos institucionais (3%) foi uma inovação no ano de 2021. Foi necessário o trabalho de pesquisa, aprimoramento técnico no uso de novas ferramentas e trouxe importantes resultados em termos de comunicação visual. Outro trabalho relevante foi o do projeto gráfico e produção da Sinalização Visual dos andares reformados do prédio do TRF2.

As publicações institucionais elaboradas foram em sua maioria na modalidade virtual (89%), incluindo informativos, relatório, cartilhas, catálogos e revistas, dentre as quais destacam-se as seguintes:

Publicações Institucionais TRF2 Diagramação COPGRA	Edições em 2021
Cartilha Núcleo 4.0 : "Programa Justiça 4.0 – Inovação e efetividade na realização da Justiça para todos" (Resolução CNJ nº 385 e nº 345).	1
Relatório de Gestão Consolidado 2020 do TRF2	1
Boletins Informativo NPSC2- Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos da 2ª Região (Resolução CNJ nº 125/2010).	8



Publicações Institucionais TRF2 Diagramação COPGRA	Edições em 2021
Boletim NUGEPNAC – Núcleo de Gerenciamento de Precedentes e de Ações Coletivas (Resolução CNJ nº 235/2016 / TRF2-RSP-2016/00033 e Resolução CNJ nº 339/2020 /TRF2-RSP-2020/00052)	4

Tabela 1- Publicações Destaque 2021

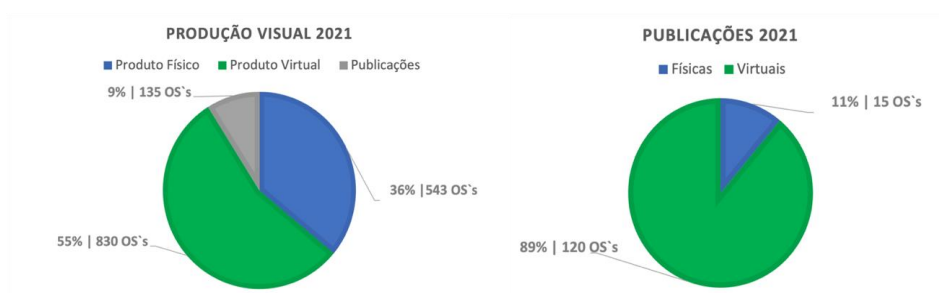


Figure 1-Produção Visual 2021

A seguir demonstra-se percentualmente a incidência de solicitações por peças gráficas. Houve um maior número de pedidos de banners virtuais (17%) seguido de solicitações de impressões gráficas (9%), editoração do Boletim Interno (8%), banners impressos (5%), sinalização (4%), cartões virtuais (4%) e demais produtos que perfazem o restante da produção do ano (49%).

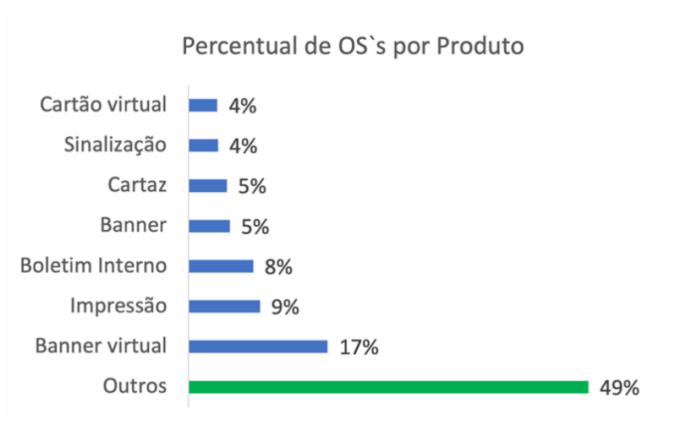


Figura 1 - Solicitações por peças gráficas



As identidades visuais desenvolvidas e os produtos gráficos originados a partir delas destinaram-se a eventos, campanhas institucionais, comunicados e ações como as listadas a seguir:

- Sessão Solene de Posse dos Novos Dirigentes do Tribunal Regional Federal da 2ª Região - Biênio 2021 – 2023;
- Homenagem ao Mérito Institucional TRF2 Edição 2021;
- Projeto: 1º Ciclo de Encontros: A hora é agora, MULHER! As Mulheres e a Justiça Federal da 2ª Região #TRF2UNINDOasPESSOAS;
- Cerimônias de entrega da Medalha do Mérito Judiciário do TRF2;
- Layout e impressão de fotos de Desembargadores Federais do TRF2 para compor as galerias de retratos da Corte;
- Produção de imagens e confecção de quadros para ambientação dos espaços na Presidência e na Representação do Superior Tribunal de Justiça (STJ);
- Comunicados de Produtividade de Atos Judiciais durante o trabalho remoto;
- Encontro on-line dos Servidores 2021;
- Seminário sobre Saúde Mental - Comitê de Saúde CNJ-RJ;
- Programa Interfaces Cidadãos - capacitação on-line em Justiça e Cidadania pelo Centro de Atendimento Itinerante da Justiça Federal;
- Campanha “Juntos no Combate ao Assédio Moral”;
- Webinar – “Assédio: Vamos Jogar Luz nesse Tema”
- Semana do Meio Ambiente - webinar: Trabalho remoto e seus impactos socioambientais;
- Semana Nacional de Conciliação 8 a 12 novembro de 2021;
- Publicações institucionais 2021:
- Boletim Interno TRF2;
- Infojur;
- Relatório de Gestão Consolidado 2020;
- Habeas Data Especial Posse Nova Gestão;
- Catálogo de Contatos Institucionais TRF2;
- Cartilha Digital Núcleo de Justiça 4.0 da 2ª Região;



- Cartilha da Divisão de DISAU - AÇÕES ASSISTENCIAIS, PERICIAIS, DE PROMOÇÃO E VIGILÂNCIA NO TRABALHO REMOTO / abril 2021;
- Livreto “Um novo Tribunal- mobiliário e sinalização visual no TRF2 durante o biênio 2019-2021”;
- Boletim informativo NPSC2 – Núcleo Permanente de Solução de Conflitos da 2ª Região;
- Boletim NUGEPNAC – Núcleo de Gerenciamento de Precedentes e de Ações Coletivas;
- Catálogo Telefônico do TRF2;
- Revista Juscontemporânea - Direito, Sociologia, Ciência Política, Administração Pública, Psicologia e Relações Interacionais;
- Revista Auditorium – Revista da Seção Judiciária do Rio de Janeiro;
- Catálogo dos Indicados Mérito Institucional 2021;
- Revista Lexcult - Revista de Direito e Humanidades;

Em 2022, a COPGRA concluirá a instalação do projeto de sinalização visual desenvolvido pelo setor para compor os andares reformados do TRF2; e desenvolver peças de design gráfico e realizar a produção gráfica para as campanhas e eventos institucionais, publicações, impressos diversos e sinalização visual para atender as demandas do TRF2, da Seção Judiciária do Rio de Janeiro (SJRJ), Centro Cultural Justiça Federal (CCJF) e Escola da Magistratura Federal da 2ª Região (EMARF).

Auditoria Interna

As atividades de auditoria são realizadas de forma integrada pela Secretaria de Auditoria Interna do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (SAI/TRF2), pela Subsecretaria de Controle Interno da Seção Judiciária do Rio de Janeiro (SCO/SJRJ), e pelo Núcleo de Auditoria Interna da Seção Judiciária do Espírito Santo (NAI/SJES), órgãos que compõem o Sistema de Auditoria Interna da Justiça Federal da 2ª Região (SIAUD/JF2), nos termos da Resolução CJF 676 de 23/11/2020.

O normativo manteve a subordinação administrativa das unidades de auditoria interna à Presidência do Tribunal e às Direções dos Foros das Seções Judiciárias, mas deslocou a subordinação funcional para o Órgão Colegiado competente do Tribunal que, a partir do exercício de 2021, passou a deliberar sobre o Plano de Auditoria de Longo Prazo – PALP, do



Plano Anual de Auditoria - PAA, e do Relatório de Atividades de Auditoria Interna, que consolida os trabalhos de auditoria realizados na Justiça Federal da 2ª Região.

O ano de 2021 ocorreu a consolidação das alterações procedimentais impostas pelos normativos editados pelo TCU, CNJ e CJF ao longo de 2020. Foi, pois, um ano desafiador, mas em que se logrou adequar e cumprir todas as exigências de realização de auditorias e emissão de relatórios e pareceres legais.

Com relação às auditorias previstas para 2021, conforme o plano de auditoria PAA2021 (<https://www10.trf2.jus.br/ai/wp-content/uploads/sites/3/2017/01/plano-anual-de-auditoria-2021.pdf>), aprovado Presidência em novembro/2020 (TRF2-DES-2020/41071), todas as ações estão em fase avançada de cumprimento e estarão devidamente concluídas até o dia 1º de fevereiro de 2022, quando será realizada a reunião de encerramento com a emissão dos respectivos achados de auditoria (ACHs) do ano de 2021.

A partir daí, abre-se o prazo até o dia 25/02/22 para manifestação das áreas auditadas, sendo que os respectivos relatórios serão encaminhados à Presidência do Tribunal e às Direções dos Foros até o dia 11/03/22. Na sequência, serão emitidos o Relatório de Atividades de Auditoria Interna e Parecer de Auditoria das Contas de 2021, a serem disponibilizados na página do Tribunal na internet, em atendimento à IN-TCU-84/2020, e, também, encaminhados ao Órgão Colegiado competente do TRF2 para deliberação, conforme previsto no §2, Art. 5º da Resolução CNJ 308/2020.

O último relatório de acompanhamento enviado pelas equipes de auditoria revela o quantitativo de 1.639 processos auditados na 2ª Região, relativos ao exercício 2021, tendo sido emitidos três achados novos e reiterados 43 achados de anos anteriores, bem como emitidos 278 pareceres legais, conforme a tabela abaixo:

Descrição	TRF2	SJRJ	SJES	JF 2ª Região
Qtd. Processos Auditados	795	540	304	1.639
Qtd. Achados Novos	3	-	-	3
Qtd. Achados Reiterados (anos anteriores)	21	22	-	43
Pareceres Legais Emitidos	278	-	-	278



Segurança Institucional

O Sistema de Segurança Institucional do Tribunal Regional Federal da 2ª Região é composto pelos seguintes órgãos: Gabinete de Segurança Institucional (GSI) e Comissão de Segurança Institucional.

Gabinete de Segurança Institucional (GSI)

A Direção Geral do GSI é exercida por um Desembargador Federal, e a Direção Executiva compete a um Juiz Federal. Além disso, o GSI é composto por Agentes da Polícia Judicial (APJ) da Justiça Federal e, quando solicitado, por membros de instituições colaboradoras. Atualmente, compõem o GSI representantes do Corpo de Fuzileiros Navais (CFN) da Marinha do Brasil, da Polícia Federal e da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ).

Comissão de Segurança Institucional

A Comissão Permanente de Segurança da Justiça Federal da 2ª Região tem previsão normativa na Resolução nº 502, de 8 de novembro de 2018, alterada pela Resolução nº 734, de 09 de novembro de 2021, ambas do Conselho da Justiça Federal (CJF), e na resolução nº 435, de 28 de outubro de 2021, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

No âmbito da 2ª Região, a Comissão foi regulamentada pela Resolução nº TRF2-RSP-2019/00056, de 26 de julho de 2019, tendo sua composição sido alterada posteriormente pela Resolução nº TRF2-RSP-2020/00018, de 12 de maio de 2020. De acordo com o normativo, a Comissão é vinculada à Presidência e integrada, além do Diretor-Geral e do Diretor-Executivo, pelos seguintes membros:

- um Juiz Federal indicado pela Presidência;
- um Juiz Federal indicado pela respectiva Associação dos Juizes Federais do Rio de Janeiro e do Espírito Santo (AJUFERJES);
- o Diretor-Geral do Tribunal; e
- o Dirigente da área de Segurança do Tribunal.



As iniciativas abaixo relacionadas, afetas ao Sistema de Segurança Institucional do TRF2, são orientadas pelo Plano Estratégico da Justiça Federal da 2ª Região 2021-2026, o qual, no que se relaciona ao GSI, propõe-se a cumprir o macrodesafio “Fortalecimento da Segurança e Proteção Institucional”, desdobrado em quatro Objetivos Estratégicos (OE):

- Promoção da capacitação da Polícia Judicial.
- Aprimoramento da gestão da Segurança Institucional.
- Promoção da mentalidade de segurança na organização.
- Promoção da integração entre as áreas de segurança institucional.

Faz-se mister destacar que, além dos resultados específicos apresentados junto às respectivas iniciativas, tem-se como resultado mais amplo a ampliação da capacidade do GSI em prover a segurança da prestação jurisdicional e dos servidores e usuários da Justiça Federal da 2ª Região.

Nome da Ação/Atividade/Projeto/Meta: Realização de cursos de capacitação (OE - Promoção da capacitação da Polícia Judicial)

Principais Atividades desenvolvidas e concluídas em 2021 (avaliação):

- Realização de três turmas de capacitação em armamento e tiro, nos meses de março, abril e novembro de 2021, com apoio da base de Fuzileiros Navais da Ilha do Governador (BFNIG)
- Realização de quatro turmas de capacitação em técnicas operacionais, nos meses de agosto, setembro, outubro e dezembro de 2021.
- Participação de cinco APJ em três cursos externos.
- Treinamento Tático de Fuzil na Academia Estadual de Polícia Sylvio Terra (ACADEPOL).



Realização de três turmas de capacitação em armamento e tiro, nos meses de março, abril e novembro de 2021, com apoio da base de Fuzileiros Navais da Ilha do Governador (BFNIG)

Resultados alcançados:

- 16 APJ habilitados para o recebimento de porte de arma de fogo institucional;
- Na mesma oportunidade, outros 16 APJ, já habilitados, realizaram treinamento de tiro com pistola.

Análise crítica acerca dos resultados não alcançados:

- Além dos 16 APJ habilitados, houve sete reprovados nas avaliações finais, considerando as três turmas. Apesar da necessidade de manter um elevado nível de exigência para aprovação, visto que esta habilita para concessão de porte de arma de fogo, o GSI busca identificar as causas da reprovação para eventuais ajustes na carga horária do curso.

Realização de quatro turmas de capacitação em técnicas operacionais, nos meses de agosto, setembro, outubro e dezembro de 2021.

Resultados alcançados:

- Aprimoramento dos conhecimentos técnicos e operacionais de 60 APJ.
- Com base na análise dos cursos realizados, o conteúdo será revisado e aperfeiçoado para 2022.

Participação de cinco APJ em três cursos externos.

Resultados alcançados:

- Aprovação de um APJ no Curso Especial de Segurança e Proteção de Autoridades ministrado pela Companhia de Polícia do Batalhão Naval, pertencente ao Corpo de Fuzileiros Navais;
- Aprovação de três APJ no 1º Curso de Formação Funcional da Polícia Judicial, organizado e conduzido pela Academia Nacional da Polícia Federal, fruto de parceria com o CNJ;



- Aprovação de um APJ no Estágio Básico de Inteligência ministrado pela Escola de Inteligência Militar do EB (ESIMEX).

A participação de APJs em cursos já consagrados de outras instituições, normalmente com vagas obtidas sem custo, é de grande valia para a capacitação da Polícia Judicial.

Treinamento Tático de Fuzil na Academia Estadual de Polícia Sylvio Terra (ACADEPOL).

Resultados alcançados:

- Aprimoramento da capacitação em tiro com arma longa para 11 APJ, com apoio da Polícia Civil do RJ (PCERJ);
- Estreitamento das relações institucionais com o PCERJ.

Principais Atividades em andamento em 2021

Revisão das atividades de capacitação em andamento no GSI, com vistas à criação de um Programa de Treinamento Anual a partir de 2022.

A perspectiva de impacto no negócio organizacional com tal iniciativa é a consecução de melhor direcionamento e estabelecimento de prioridades das ações educacionais, com consequente aprimoramento da capacitação dos APJ.

Nome da Ação/Atividade/Projeto/Meta: Criação e revisão de normas (OE - Aprimoramento da gestão da Segurança Institucional)

Principais Atividades desenvolvidas e concluídas em 2021:

- Aprovação, pela Comissão Permanente de Segurança, das diretrizes para o uso seletivo da força por Agentes da Polícia Judicial:

Resultados alcançados (por cada ação/atividade/projeto/meta):

- Aprovação, pela Presidência do TRF-2, da Resolução nº TRF2-RSP-2021/00024, de 15 de abril de 2021, a qual regulamenta o uso da força pelos Agentes da Polícia Judicial no exercício das atividades de segurança institucional;



- A atuação dos APJ, em alinhamento com a norma em questão, resguarda a segurança física e jurídica dos mesmos, no exercício de suas funções, bem como contribui para a construção de uma sociedade pacífica, por meio da redução de todas as formas de violência e de vítimas decorrentes, em alinhamento com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável preconizados pela Organização das Nações Unidas (ONU).

Principais Atividades em andamento em 2021:

- Revisão do Plano de Segurança Institucional (Resolução Nº TRF2-RSP-2019/00056, de 26 de julho de 2019) e da norma referente às Atividades do Sistema de Segurança Institucional (Resolução Nº TRF2-RSP-2019/00057, de 26 de julho de 2019), com o propósito de adequá-las à criação da Polícia Judicial.

Nome da Ação/Atividade/Projeto/Meta: Realização de palestras instrucionais sobre Segurança Institucional (OE - Promoção da mentalidade de segurança na organização)

Principais Atividades desenvolvidas e concluídas em 2021:

- Realização de palestra sobre Segurança institucional para o Curso de Formação de Juízes, ministrado pela EMARF:

Resultados alcançados (por cada ação/atividade/projeto/meta):

- Conscientização dos novos magistrados sobre a atividade de segurança institucional e seus benefícios para a Justiça Federal e para a sociedade.



Metas Projetadas pelo CNJ para o exercício de 2021

As Metas Nacionais do Poder Judiciário representam o compromisso dos tribunais brasileiros com o aperfeiçoamento da prestação jurisdicional, buscando proporcionar à sociedade serviço mais célere, com maior eficiência e qualidade.

Apresentam-se os resultados das metas estratégicas nacionais e as específicas da Justiça Federal, incluindo a que alude ao tema sustentabilidade (Meta 9).

Órgão	Meta 1: Produtividade Julgar mais processos que os distribuídos	Meta 2: Celeridade Julgar processos mais antigos	Meta 3: Conciliação Estimular a conciliação	Meta 4: Improbidade Priorizar o julgamento dos processos relativos a crimes contra a Administração Pública, à improbidade administrativa e aos ilícitos eleitorais	Meta 5: Execução Reduzir a taxa de congestionamento	Meta 6 Ações Coletivas Priorizar o julgamento das ações coletivas	Meta 12: Ações ambientais Impulsionar os processos de ações ambientais	Meta Criminal A: Julgar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais do ano corrente	Meta Criminal A: Baixar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos	Meta Criminal B: Identificar e julgar até 31/12 do ano corrente 70% das ações penais vinculadas aos crimes relacionados ao tráfico de pessoas, à exploração sexual e ao trabalho escravo, distribuídas até 31/12/2018.	Meta C: Previdência e Assistência Julgar mais ações previdenciárias e assistenciais do que as distribuídas no ano, incluindo o auxílio
TRF2	99,37%	104,32%	2,00%	115,66%	Não se aplica	113,28%	64,81%	88,24%	97,47%	77,92%	77,32%
SJES	91,49%	99,07%	57,72%	104,96%	77,02%	99,68%	40,44%	96,78%	153,05%	119,05%	87,88%
SJRJ	89,99%	98,80%	78,81%	86,54%	84,50%	91,00%	67,05%	62,66%	107,10%	131,43%	86,69%
JF2	91,86%	100,91%	65,31%	99,44%	83,09%	100,49%	54,23%	76,88%	106,30%	116,07%	86,32%



2. Vice-Presidência

Análise e processamento dos resultados de julgamento recebidos dos Tribunais Superiores

O volume de resultados de julgamento de processos eletrônicos recebidos dos Tribunais Superiores é bastante significativo. Chegaram 8.319 resultados de julgamento no exercício de 2021 do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça, contra 8.974 no exercício anterior. Desses, mais o residual do exercício de 2020 (44), totalizando 8363 resultados, todos foram processados dentro do próprio exercício de 2021, sem sobra residual para 2022.

Ao chegar, cada resultado tem que ser lido para exame do conteúdo, pois pode conter determinação de novo julgamento, requisição do processo, solicitação de outras peças, dentre outras situações que não impliquem simplesmente no seu encaminhamento ao Juízo de origem.

Mesmo em relação àqueles que serão encaminhados a seus respectivos Juízos, o procedimento é complexo, exigindo análise pormenorizada de cada resultado e encaminhamento individualizado aos respectivos Juízos de ambas as Seções Judiciárias e varas estaduais.

Considerando o detalhamento desse segmento, com todas as suas diversas características, o resultado obtido foi excelente, principalmente pela ausência de sobra residual do exercício de 2021, como já mencionado.

Extinção do acervo de processos físicos

Não há mais processos em autos físicos, os últimos foram convertidos logo no primeiro semestre do exercício de 2021. Desde então, o acervo da Vice-Presidência é exclusivamente formado por processos eletrônicos.



Redução do acervo

O acervo em tramitação demonstrou curva ascendente durante o exercício. Entretanto, verifica-se sua estabilização a partir do mês de setembro de 2021 e curva de redução no mês de dezembro, final do exercício.

A meta primária é manter a sua estabilização e conseguir sua redução até o final do exercício de 2022.



3. Corregedoria Regional da Justiça Federal da 2ª Região

A Corregedoria Regional é o órgão do Tribunal Regional Federal da 2ª Região responsável por fiscalizar e orientar a atividade jurisdicional e administrativa da Justiça Federal de primeira instância e das Turmas Recursais da 2ª Região, desempenhando suas atribuições em relação a todos os magistrados – inclusive os afastados da jurisdição –, servidores e órgãos de primeira instância, sem prejuízo da competência normativa e organizacional da Coordenadoria dos Juizados Especiais Federais da 2ª Região, nos termos do art. 1º, da Consolidação de Normas da Corregedoria Regional da Justiça Federal da 2ª Região, e do artigo 24, do Regimento Interno deste Tribunal.

A atual gestão conta com o auxílio de duas Juízas Federais, quais sejam, a Dra. Livia Maria de Mello Ferreira e a Dra. Maria Cristina Ribeiro Botelho Kanto, convocadas para o biênio 2021/2023, pelo Tribunal Regional Federal da 2ª Região, conforme o Ato nº TRF2-ATP-2021/00142, de 08/04/2021, nos termos do disposto no artigo 48, do Regimento Interno desta Corte.

A Corregedoria Regional da Justiça Federal da 2ª Região está organizada por setores, a saber:

- Setor Administrativo.
- Setor de Desenvolvimento de Projetos na Corregedoria.
- Setor de Movimentação de Magistrados.
- Setor de Correição.
- Setor Disciplinar.

A distribuição interna das atividades ocorre de acordo com a competência e atribuição de cada setor da Corregedoria, observando-se a matéria e a natureza do pedido.



Atividades Relativas ao Setor Administrativo

Na Corregedoria Regional, o setor administrativo tem dentre suas atribuições, as seguintes:

- Verificação e análise de processos distribuídos no sistema processual e-Proc;
- Atendimento às partes, magistrados e advogados, realizado diariamente nas dependências da Corregedoria ou por meio eletrônico, prestando-se os esclarecimentos solicitados;
- Elaboração de minutas, no SIGA, de ofícios, ofícios circulares, memorandos, despachos, decisões e provimentos;
- Elaboração da Escala das Varas responsáveis pela Central de Audiências de Custódia, no âmbito das Varas Federais Criminais da Capital e de Niterói, da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, de acordo com as Resoluções nº TRF2-RSP-2016/00002, nº TRF2-RSP-2016/00035 e nº TRF2-RSP-2018/00043;
- Atualização, no portal da Corregedoria, das portarias, atos e resoluções que tenham correspondência com cada um dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS, previstos na Agenda 2030 das Nações Unidas, em atenção ao art. 3º do Provimento 85, de 19/8/2019, do Conselho Nacional da Justiça.

Atividades Relativas ao Setor de Desenvolvimento de Projetos na Corregedoria

Os projetos desenvolvidos pela Corregedoria em 2021 foram precedidos de uma detalhada consulta (via *Google Forms*) aos Juízes e Diretores de Secretaria de todas as unidades jurisdicionais da Justiça Federal, no Rio de Janeiro e no Espírito Santo.

Procurou-se, assim, alinhar as expectativas, experiências e aspirações de todos os envolvidos com o objetivo de oferecer um serviço de excelência ao jurisdicionado.



A Corregedoria se debruçou sobre os dados então colhidos e desenvolveu vários projetos, dentre os quais, destacam-se:

1) O novo portal da Corregedoria

A reestruturação do portal da Corregedoria integrou um conjunto de medidas implementadas na 2ª Região destinadas oferecer aos jurisdicionados, aos advogados, aos servidores e aos juízes ferramentas que proporcionem maior transparência e eficiência na prestação da Justiça.

Nessa linha, o novo portal da Corregedoria, desenvolvido em parceria com a equipe da Secretaria de Tecnologia da Informação, passou a oferecer aos usuários internos e externos informações íntegras e relevantes, com as seguintes características:

- Visual leve, navegação agradável, amigável e intuitiva;
- Eficiência na busca de informações;
- Transparência (respeitado o sigilo inerente a algumas atividades da Corregedoria);
- Alinhamento ao planejamento estratégico do Poder Judiciário; e
- Priorização da disponibilidade e rapidez na prestação das informações e no atendimento das demandas.

2) Implementação dos Núcleos de Justiça 4.0

O Tribunal Regional Federal da 2ª Região foi o primeiro do país a implantar o programa, ao instituir os Núcleos de Justiça 4.0 das Seções Judiciárias do Rio de Janeiro e do Espírito Santo (Portaria 256/2021, regulamentada pela Resolução 35/2021).

Os Núcleos de Justiça 4.0 representam um novo formato de jurisdição que permite ao cidadão o acesso à Justiça de forma remota, com todos os atos processuais, do ajuizamento à sentença, praticados pela Internet, inclusive com audiências e sessões de julgamento realizados por videoconferência.

Os primeiros Núcleos são especializados em ações relacionadas à saúde pública.



Os juízes que os integram têm jurisdição em todo o território dos respectivos estados, exceto nas ações de competência das Varas Federais Cíveis das capitais especializadas em matéria de saúde pública.

Isso representa uma importante evolução no sistema de competência territorial que, na prática, permite ao cidadão fazer uso dessa inovação, projetada para ser mais acessível, rápida e descomplicada, independentemente de onde resida no estado.

A Corregedoria teve importante papel na concretização desse projeto, tendo elaborado o edital para inscrição de magistrados interessados em compor os Núcleos ([TRF2-EDT-2021/00013](#) e [TRF2-EDT-2021/00014](#)), com a subsequente seleção dos juízes ([Edital TRF2-EDT-2021/00017, de 21/06/21](#)), e, ainda, prestando apoio e acompanhamento das atividades desenvolvidas nas novas unidades jurisdicionais.

Até o final de 2021, o Núcleo do Rio de Janeiro totalizou 126 processos distribuídos, e o Núcleo do Espírito Santo nove processos.

Ultrapassado o período experimental e de ajustes técnicos, observa-se que os resultados positivos alcançados permitirão a ampliação da experiência do Núcleo de Justiça 4.0, com vistas ao acesso mais célere e simplificado à Justiça.

3) Implementação da fase experimental do Juízo 100% Digital

O “Juízo 100% Digital” representa a possibilidade de o cidadão valer-se da tecnologia para ter acesso à Justiça sem precisar comparecer fisicamente aos fóruns, uma vez que todos os atos processuais são praticados exclusivamente por meio eletrônico e remoto, pela Internet. Isso vale, também, para as audiências e sessões de julgamento, que ocorrem exclusivamente por videoconferência.

Com base na [Resolução 345 do CNJ, de 09/10/2020](#) e da [Resolução TRF2-RSP-2020/00059, de 18/12/2020](#), a Corregedoria abriu a oportunidade (Ofício Circular nº TRF2-OCI-2021/00003 e Ofício Circular nº TRF2-OCI-2021/00053) para que todos os Juízos pudessem aderir à fase experimental do Juízo 100% Digital – Até dezembro de 2021, 84 unidades judiciárias federais da 2ª Região aderiram à fase-teste do Juízo 100% Digital, incluindo o Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (Cesol) da Baixa Fluminense, varas cíveis, previdenciárias e de execução fiscal, juizados especiais e turmas recursais, sendo 69 unidades do Rio de Janeiro e 15 do Espírito Santo.



Desde a implantação da fase teste do “Juízo 100%, no início de 2021, a Corregedoria tem gerido o projeto, editado atos normativos correlatos, esclarecido dúvidas suscitadas pelos Juízos e pelas partes e gerenciado as respectivas adesões. Igualmente, tem analisado os relatórios prestados sobre o funcionamento do projeto, com vistas à melhoria das ferramentas para futura implantação definitiva do Projeto.

Atividades Relativas ao Setor de Movimentação de Magistrados

A partir do acompanhamento e da análise dos indicadores de desempenho dos Juízos de primeira instância, as unidades que mais necessitam de apoio para o cumprimento das metas do CNJ e, especialmente, para redução/eliminação de processos com conclusão vencida, foram incluídas no plano de trabalho elaborado pela Corregedoria para o ano de 2021 e receberam grupos para auxiliá-las, previstos no artigo 8º, §1º, da Resolução CJF nº 341/2015.

Mensalmente, foram instituídos dois grupos: Grupo Especial de Auxílio (GEA) e Grupo Complementar de Auxílio (GCA), compostos por magistrados. O processo de trabalho para a instituição, gestão e acompanhamento desses grupos de auxílio foi desenvolvido pelo Setor de Movimentação de Magistrados.

A partir da nova gestão, em abril de 2021, foi iniciada a revisão de vários processos de trabalho pertinentes à área de movimentação, e muitos procedimentos tornaram-se mais simplificados e objetivos, tendo sido propostas diversas melhorias nas funcionalidades dos sistemas já existentes, assim como a automação de atividades realizadas manualmente. Para o desenvolvimento desse trabalho, ainda em construção, tem sido de fundamental importância a parceria com a Secretaria de Informática deste Tribunal, efetivada com reuniões quinzenais de acompanhamento e constantes trocas entre as equipes.

Dentre as otimizações de procedimentos, destaca-se a priorização na elaboração de atos/portarias coletivos, o que acarretou uma significativa redução de documentos expedidos no ano passado em relação a anos anteriores.

Por exemplo, no ano de 2021, foram expedidos 312 (trezentos e doze) atos de designação de magistrados em razão de ausências decorrentes de férias, convocações, licenças ou outros afastamentos, necessários para que não ocorresse solução de continuidade na prestação jurisdicional. Em anos anteriores, os quantitativos de atos de designação, feitos sempre individualmente, foram: em 2020 (375); em 2019 (494); em 2018 (436).



No tocante às férias, foram expedidas 346 portarias relativas à marcação ou alteração de períodos, além da Portaria da Escala Anual, número também inferior em relação a outros anos, visto que as marcações e alterações foram agrupadas no mesmo ato, sempre que possível.

Da mesma forma, observou-se a redução do número de portarias relativas aos pedidos de compensação de plantão, pois passaram a ser feitas de forma coletiva e semanal.

Foram instruídos pelo Setor de Movimentação, e analisados pelo Corregedor, um pedido de afastamento para a elaboração de dissertação de mestrado e um pedido para participação de curso de aperfeiçoamento no exterior, além de 15 (quinze) pedidos de afastamento para participação junto ao CAE.

Destaca-se que tais participações incrementam a qualidade da prestação jurisdicional – eis que a pertinência do curso com a atividade jurisdicional é condição para o deferimento (art. 3º, IV, da Resolução nº 64 do CNJ).

Ainda em 2021, foi iniciado o processo de vitaliciamento de oito juízes federais substitutos, empossados no 17º Concurso da Magistratura Federal na 2ª Região, mediante instauração de processos individuais, análise dos relatórios circunstanciados semestrais elaborados por eles e dos relatórios de avaliação semestrais realizados pelos respectivos juízes formadores. Tais processos administrativos, ao final de dois anos, serão levados a julgamento pelo Órgão Especial deste Tribunal, com a manifestação do Corregedor Regional acerca do vitaliciamento de cada magistrado.

Por fim, destaca-se o estudo que foi iniciado nesta gestão para reestruturação do Sistema JUIWEB, com vistas à melhoria do trabalho desenvolvido pelo Setor de Movimentação e dos serviços prestados aos magistrados, com celeridade e precisão.



Atividades Relativas ao Setor de Correição

No ano de 2021, em virtude do prolongamento da pandemia de COVID-19, causada pelo novo Coronavírus (SARS-CoV-2) e suas variantes, a Corregedoria da Justiça Federal da 2ª Região, com o desiderato de assegurar a continuidade das atividades administrativas desempenhadas pelo Setor de Correição, editou a Portaria nº TRF2-PTC-2021/00124, de 22 de abril de 2021, que, ao alterar a Portaria nº TRF2-PTC-2021/00119, de 13 de abril de 2021, estabeleceu a realização das correições ordinárias exclusivamente na modalidade virtual, por via remota e por videoconferência, enquanto perdurasse o regime de trabalho remoto no âmbito da 1ª Instância da Justiça Federal da 2ª Região.

Nesse contexto, acentuou-se a atividade de regulamentação, com a edição de 22 portarias, 13 ofícios circulares, cinco provimentos e quatro editais, além de despachos, decisões e ofícios, conferindo-se destaque aos seguintes normativos:

- Ofício Circular nº TRF2-OCI-2021/00041, acerca de providências aos Juízos da 1ª instância, para adoção de medidas no sentido de "Identificar e impulsionar, até 31/12/2021, os processos que tenham por objeto matéria ambiental", em observância à Meta Nacional nº 12 do CNJ;
- Ofícios Circulares nº TRF2-OCI-2021/00065 e nº TRF2-OCI-2021/00069, referentes à alteração para a classe "cumprimento de sentença" ou "execução de sentença", quando requerida a execução do julgado, quanto às ações civis públicas, às ações populares, aos mandados de segurança coletivos, às ações de improbidade administrativa e às ações relacionadas a interesses metaindividuais, bem como em relação às ações de competência dos juzizados especiais federais;
- Ofício Circular nº TRF2-OCI-2021/00068, acerca de procedimentos para a realização de Correição Ordinária pelo Sistema Informatizado E-Proc;
- Portaria nº TRF2-PTC-2021/00145, acerca de procedimentos para a realização das Correições Ordinárias e outras providências, quanto à observância da Meta Nacional nº 12, estabelecida pelo CNJ, no âmbito da Justiça Federal;
- Portaria nº TRF2-PTC-2021/00151 que, ao uniformizar a forma de controle no sistema E-Proc das tutelas requeridas, proporcionou a aferição de tal parâmetro na atividade correcional;



- Portaria nº TRF2-PTC-2021/00152, que padronizou procedimentos para a realização das Correições Ordinárias e determinou outras providências, no tocante aos bens acautelados e/ou apreendidos;
- Portaria nº TRF2-PTC-2021/00304, que estipulou procedimentos às unidades judiciais, aos setores administrativos, ao Setor de Correição da Corregedoria e aos Diretores dos Foros das Seções Judiciárias do Rio de Janeiro e do Espírito Santo, para as Correições Ordinárias no ano de 2022, em razão do retorno da atividade presencial.

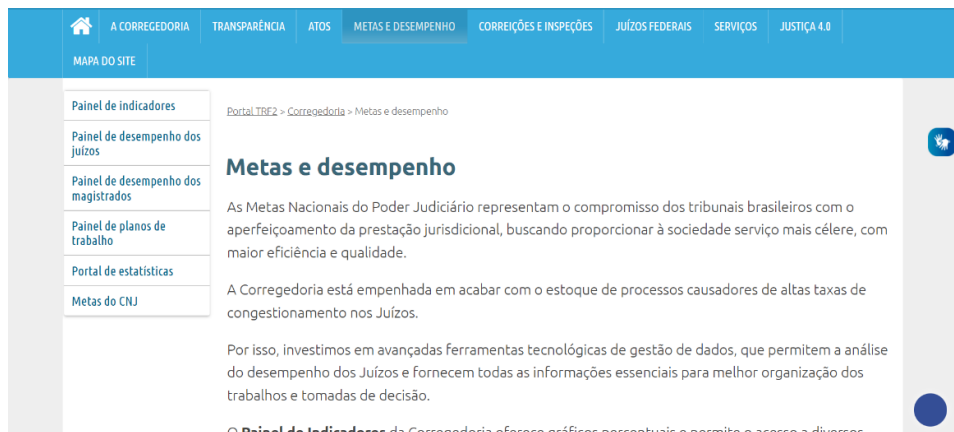
O período em comento também contou com a implementação de novas ferramentas e soluções de tecnologia da informação e, ainda, inteligência artificial, dentre elas, a reformulação do sítio eletrônico da Corregedoria, ao que se conta, doravante, com o “*Portal da Corregedoria*”¹, e a disponibilização de dados informativos de maneira inteligente e acessível por meio dos novos *painéis*² criados, a serem consultados tanto nas atividades da Corregedoria, como pelas unidades judiciais, como ferramentas de gestão, demonstrando nítido compromisso com os corolários da transparência, publicidade, eficiência e celeridade públicas.



1 disponível em <https://www10.trf2.jus.br/corregedoria/a-corregedoria/>. Acesso em 13/01/2022

2 Dispostos na seção “Metas e desempenho”, disponível em <https://www10.trf2.jus.br/corregedoria/metas-e-desempenho/>. Acesso em 13/01/2022.





Igualmente necessária a menção ao Plano de Trabalho implementado por esta Corregedoria Regional, no ano de 2021, para atender à Diretriz Estratégica 1 do Glossário das Metas e Diretrizes Nacionais das Corregedorias para 2021 (Portarias nº TRF2-PTC-2021/00123 e nº TRF2-PTC-2021/00129), bem como à atuação do Grupo de Servidores de Apoio, em regime especial de auxílio a unidades jurisdicionais da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, instituído pela Resolução nº TRF2-RSP-2021/00026 e implementado pela Portaria nº TRF2-PTC-2021/00130.

Atividades Correccionais

A Corregedoria, no desempenho de sua atribuição de verificação dos serviços judiciários e cartorários e de atuação para aperfeiçoamento de tais serviços utiliza, na forma da Resolução nº 496 do Conselho da Justiça Federal, instrumentos de fiscalização e controle dos órgãos e serviços da Justiça Federal de Primeira Instância, quais sejam: correição ordinária, inspeção de avaliação, correição extraordinária e inspeção judicial.

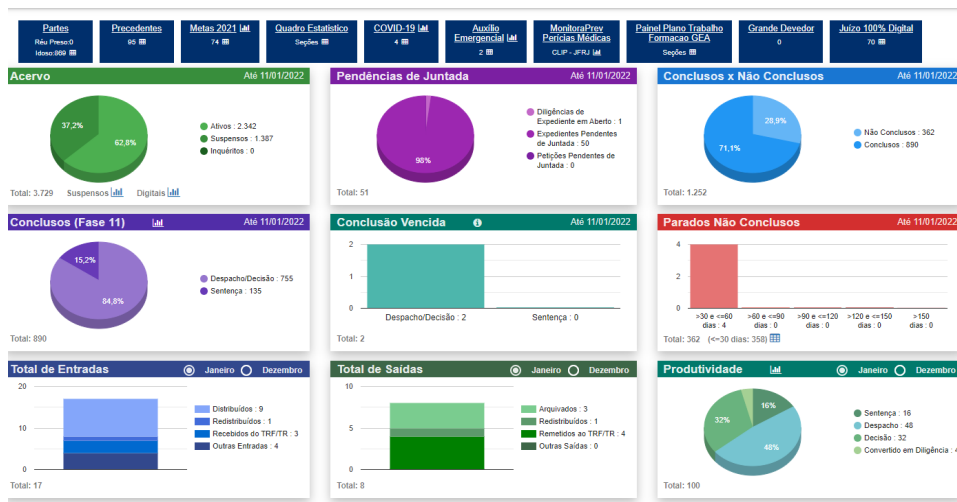
As correições ordinárias são realizadas mediante cronograma previamente divulgado, observando-se os critérios temporais (no mínimo de dois em dois anos - art. 4º, I, da Resolução nº 49/2009 do CJF) e geográfico (unidades com mesma localização). Objetivam a busca da eficiência e aprimoramento dos juízos e serviços administrativos, judiciários e cartorários que lhes são afetos, bem assim a troca de experiências.



Tais atividades contam com os instrumentos já conhecidos (i) do questionário pré-correção, o qual visa à coleta de informações preliminares acerca da estrutura e organização da unidade correccionada; (ii) de entrevistas realizadas durante a correção; (iii) de dados extraídos do Portal de Estatísticas³, Paineis de Indicadores da Corregedoria⁴ e (iv) da consulta ao sistema E-Proc para processos eletrônicos, haja vista que a 2ª Região não mais possui autos físicos em tramitação, tampouco se utiliza do sistema processual APOLO.



(Portal de estatísticas)



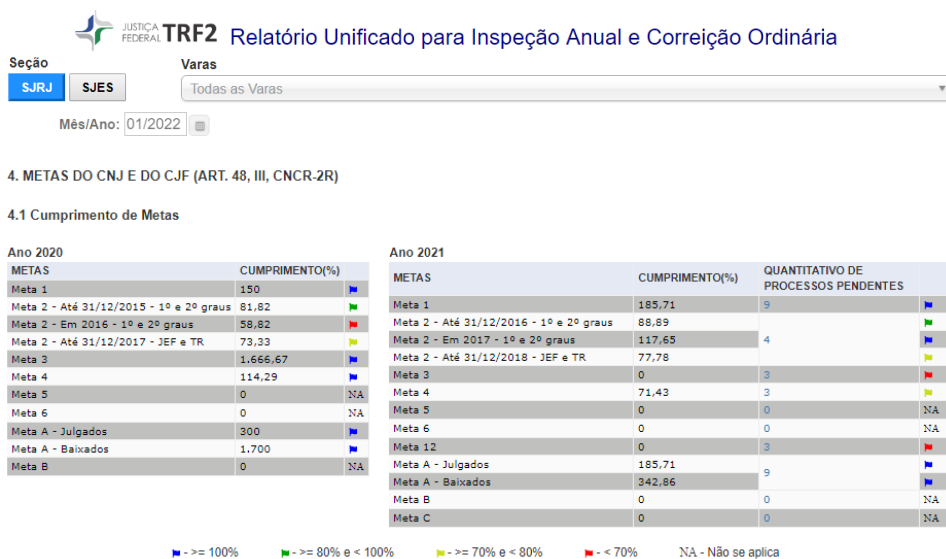
(Painel de indicadores)

3 <https://portaldeestatisticas.trf2.gov.br/Pages/Publicacao/> . Acesso em 13/01/2022.

4 <https://portaldeestatisticas.trf2.gov.br/Pages/PainelIndicadores/?sec=51&uni=1> . Acesso em 12/01/2022



Oportuno destacar que, no ano de 2021, a atividade correccional teve como principais ferramentas as seguintes inovações: (i) “Relatório Unificado para Inspeção Anual e Correição Ordinária”⁵; (ii) “Painel de desempenho dos Juízos”⁶, (iii) “Painel de planos de trabalho”⁷ e formação GEA”⁸; e (iv) “Painel de desempenho dos magistrados”⁸.



5 <https://portaldeestatisticas.trf2.gov.br/Pages/RelInspecaoAnualCorrecaoOrdinaria/Default.aspx?sec=51> . Acesso em 12/01/2022.

6 <https://portaldeestatisticas.trf2.gov.br/Pages/paineldesempenho/?sec=50&loc=5051&anomes=202111> . Acesso em 13/01/2022

7 <https://portaldeestatisticas.trf2.gov.br/Pages/PainelPlanoTrabalhoFormacaoGEA/?sec=51> . Acesso em 13/01/2022.

8 <https://portaldeestatisticas.trf2.gov.br/Pages/PainelDesempenhoMagistrado/?sec=51&per=1&dti=2022> . Acesso em 12/01/2022.



5. AÇÕES E SITUAÇÕES SUJEITAS À VERIFICAÇÃO OBRIGATÓRIA (ART. 48, IV, CNCR)

CLASSE/ASSUNTO	QUANTITATIVO
5.1 AÇÃO CIVIL PÚBLICA	0
5.2 AÇÃO POPULAR	0
5.3 MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO	0
5.4 AÇÕES DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	0
5.6 AÇÕES QUE VERSEM SOBRE INTERESSES METAINDIVIDUAIS	0
5.7 AÇÕES CRIMINAIS COM RÉU PRESO	7
5.8 TRIBUNAL DO JÚRI	0

6. EVOLUÇÃO DO ACERVO

EVOLUÇÃO NOS 3 ÚLTIMOS ANOS

ACERVO	QUANTITATIVO	ACERVO	2019	2020	2022
Ativos	969	Ativos	1.525	924	987
Suspensos	378	Suspensos	53	445	378
Inquéritos	18				

- - Diminuição do primeiro para o segundo ano e diminuição do segundo para o terceiro ano
- - Aumento do primeiro para o segundo ano e diminuição do segundo para o terceiro ano
- - Diminuição do primeiro para o segundo ano e aumento do segundo para o terceiro ano
- - Aumento do primeiro para o segundo ano e aumento do segundo para o terceiro ano
- - Sem variação nos três anos

7. PROCESSOS SUSPENSOS (ART. 48, V, CNCR)

MOTIVO DA SUSPENSÃO	QUANTITATIVO	FONTE
Aguarda decisão da instância superior	15	e-Proc
Outros	108	e-Proc
Por decisão judicial	18	e-Proc
Processos de execução	237	e-Proc

8. PRODUÇÃO DE ATOS JUDICIAIS (ART. 48, V, CNCR)

8.1 Produtividade – atos judiciais

Evolução da produtividade dos atos judiciais

ATOS JUDICIAIS	2019	2020	2021
DESPACHO	2.786	1.281	1.026
DECISÃO	532	97	190
SENTENÇA	185	9	31
CONVERSÃO EM DILIGÊNCIA	2	2	2

8.2 Produtividade e classificação de sentenças

Produtividade de SENTENÇAS (no período de 12 meses)

A	B1	B2	C	D	E	EMBDECI	Outros
0	1	0	0	1	2	1	0

- - Aumento percentual do primeiro para o segundo ano e aumento do segundo para o terceiro ano
- - Redução percentual do primeiro para o segundo ano e aumento do segundo para o terceiro ano
- - Aumento percentual do primeiro para o segundo ano e redução do segundo para o terceiro ano
- - Redução percentual do primeiro para o segundo ano e redução do segundo para o terceiro ano
- - Sem variação nos três anos



Relatório de Atividades 2021 - Tribunal Regional Federal da 2ª Região

9. ACERVO CONCLUÍDO E CUMPRIMENTO DE PRAZOS (ART. 48, V, CNCR)

9.2 CONCLUSÃO VENCIDA (ART. 57, CNCR)

UNIDADE	CONCLUSÃO VENCIDA PARA DESPACHO / DECISÃO	CONCLUSÃO VENCIDA PARA SENTENÇA	TOTAL
09ª Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro	9	0	9

■ - Sem processos
■ - Há processos

9.3 PARADOS NÃO CONCLUÍDOS

UNIDADE	TOTAL DE PROCESSOS PARADOS ATÉ 30 DIAS	TOTAL DE PROCESSOS PARADOS > 30 E <= 60	TOTAL DE PROCESSOS PARADOS > 60 E <= 90	TOTAL DE PROCESSOS PARADOS > 90 E <= 120	TOTAL DE PROCESSOS PARADOS > 120 E <= 150	TOTAL DE PROCESSOS PARADOS > 150
09ª Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro	180	74	42	31	12	4

■ - Sem processos parados não concluídos
■ - Há processos parados até 30 dias
■ - Há processos parados > 30 E <= 60
■ - Há processos parados nos demais casos

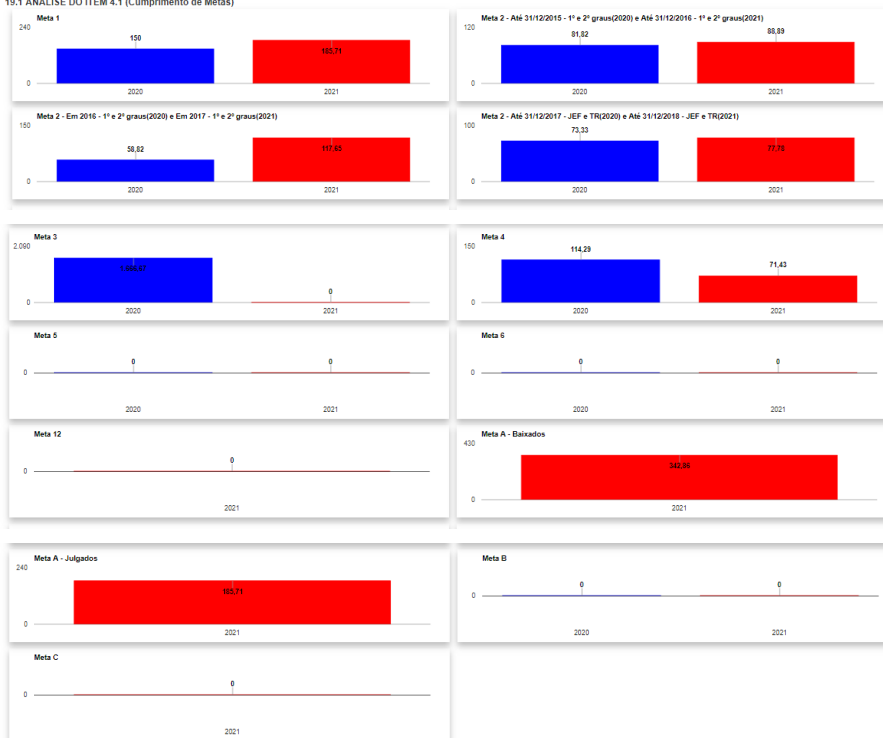
10. PROCESSOS EM SEGREDO DE JUSTIÇA (ART. 48, V, CNCR)

10.1 SEGREDO DE JUSTIÇA

UNIDADE	SIGILO NÍVEL 0	SIGILO NÍVEL 1	SIGILO NÍVEL 2	SIGILO NÍVEL 3	SIGILO NÍVEL 4	SIGILO NÍVEL 5
09ª Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro	1.267	58	8	31	1	0

19. ANÁLISE ESTATÍSTICA

19.1 ANÁLISE DO ITEM 4.1 (Cumprimento de Metas)



(Relatório Unificado para Inspeção Anual e Correção Ordinária)



Assinado com senha por MESSOD AZULAY NETO.
Documento Nº: 3387273.30093493-9858 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=3387273.30093493-9858>



TRF2MEM202201726B

SIGA

Relatório de Atividades 2021 - Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Órgão: **SJRJ** **SJES** Localidade: **Rio de Janeiro** Mês/Ano: **11/2021**

TRF2 PAINEL DE DESEMPENHO

Unidades	Acervo				Sentenças							Audências Realizadas	Taxa Congest.
	Ativo	Suspensão	Parados	Conclusão Vencida Despacho/ Decisão	Conclusão Vencida Sentença	A	B1	B2	C	D	E		

Órgão: **SJRJ** **SJES** Localidade: **Vitória** Mês/Ano: **11/2021**

TRF2 PAINEL DE DESEMPENHO

Unidades	Acervo				Sentenças							Audências Realizadas	Taxa Congest.
	Ativo	Suspensão	Parados	Conclusão Vencida Despacho/ Decisão	Conclusão Vencida Sentença	A	B1	B2	C	D	E		

(Painel de desempenho dos Juízos)

Órgão: **SJRJ** **SJES** Mês/Ano: **11/2021** Atualizado em 12/01/2022

TRF2 PAINEL DE TRABALHO E FORMAÇÃO GEA

Meta Nacional 1 do CNJ			Meta Nacional 2 do CNJ			Conclusão Vencida para Sentença com Excesso de Prazo (art. 57, I, "b", II, "a" e §1º, da CNCR – 2R)		
Unidades	Quantitativo de Processos		Unidades	Quantitativo de Processos		Unidades	Quantitativo de Processos	
1 1ª Vara Federal de Magé	4.214		1 1ª Vara Federal de Angra dos Reis	466		1 16º Juizado Especial Federal do Rio de Janeiro	299	
2 1ª Vara Federal de Itaperuna	3.936		2 1ª Vara Federal de Barra do Piraí	292		2 1ª Vara Federal de Campos	215	
3 1ª Vara Federal de Macaé	3.138		3 1ª Vara Federal de São Pedro da Aldeia	171		3 1ª Vara Federal de Magé	186	
4 5ª Vara Federal de Duque de Caxias	2.972		4 16ª Vara Federal do Rio de Janeiro	169		4 1ª Vara Federal de Angra dos Reis	165	
5 2ª Vara Federal de São Pedro da Aldeia	2.894		5 8ª Vara Federal do Rio de Janeiro	156		5 14ª Vara Federal do Rio de Janeiro	128	
6 3ª Vara Federal de Duque de Caxias	2.701		6 14ª Vara Federal do Rio de Janeiro	146		6 2º Juizado Especial Federal de Niterói	121	
7 15º Juizado Especial Federal do Rio de Janeiro	2.675		7 Centro de Conciliação 100% Digital	141		7 13ª Vara Federal do Rio de Janeiro	115	
8 3º Juizado Especial Federal de São Gonçalo	2.639		8 1ª Vara Federal de Resende	128		8 1ª Vara Federal de São Pedro da Aldeia	110	
9 1ª Vara Federal de Angra dos Reis	2.560		9 31ª Vara Federal do Rio de Janeiro	127		9 9ª Vara Federal do Rio de Janeiro	107	
10 4ª Vara Federal de Duque de	2.433							

(Painel de Planos de Trabalho e Formação GEA)



Assinado com senha por MESSOD AZULAY NETO.
Documento Nº: 3387273.30093493-9858 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=3387273.30093493-9858>



TRF2MEM202201726B

SIGA

TRF2 Painel de Desempenho - Magistrados

Despacho/Decisão		Sentenças							
Despacho	Decisão	A	B1	B2	C	D	E	EMBDECL	Total
60	14	1	5	5	4	0	0	0	15
2	8	0	0	0	0	0	0	0	0
98	132	1	0	20	1	0	0	0	22
124	24	6	1	0	1	0	0	2	10
11	1	0	0	1	1	0	0	0	2
101	89	0	1	4	3	0	0	0	8
66	13	1	0	0	2	0	0	0	3
108	15	4	0	14	16	0	0	2	36
31	7	11	0	3	3	0	0	5	22
84	60	40	4	0	15	0	0	0	59
46	8	8	0	0	0	0	0	0	8
15	6	0	0	0	1	0	1	0	2
24	14	3	0	0	1	0	0	1	5
59	13	0	0	2	1	0	0	4	7
47	2	1	0	0	0	0	0	0	1
54	5	9	1	3	13	0	0	1	27
94	127	2	0	97	78	0	0	7	184
58,65	30,70	5,53	0,77	4,72	3,55	0,03	0,03	0,93	15,57

(Painel de desempenho dos Magistrados)

A Corregedoria Regional da Justiça Federal da 2ª Região realizou, no ano de 2021, 81 correções ordinárias em órgãos judiciais e 16 correções ordinárias em setores administrativos, totalizando 97 correções ordinárias, conforme cronograma estabelecido nas Portarias nº TRF2-PTC-2020/00391 e nº TRF2-PTC-2021/00119.

Todas as correções judiciais realizadas no ano de 2021 foram exclusivamente virtuais, em razão das restrições preventivas à pandemia do Covid-19.

Nada obstante, as correções efetuadas poderão ser objeto de complementação presencial, consoante o disposto no art. 3º, II, da Portaria TRF2-PTC-2021/00124.

No ano de 2021, não foram realizadas correções extraordinárias ou inspeções de avaliação. As inspeções de avaliação são realizadas quando se entender necessário ou conveniente (art. 4º, II, Resolução CJF 49/2009), para conhecer de procedimentos, problemas ou práticas específicas que podem impactar positiva ou negativamente nos serviços judiciários (art. 42, II, da CNCR).

Já as correções extraordinárias (arts. 14 a 17 da Resolução CJF 496/2006) são realizadas a qualquer tempo, quando houver fundada suspeita de erros, ações ou omissões ofensivas ao Código de Conduta da Justiça Federal (Resolução CJF 147/2011), à prestação



jurisdicional, à disciplina judiciária, ao prestígio da Justiça Federal ou ao regular funcionamento dos serviços (art. 42, II, da CNCR).

Em maio de 2021, foi realizada a Inspeção Judicial Unificada (art. 52 da CNCR-2). Em virtude do estado de pandemia decorrente do Covid-19 e tendo em vista a necessidade de conter/minimizar a proliferação do vírus, a inspeção judicial ocorreu de forma remota na Justiça Federal da 2ª Região.

Ao final da semana de inspeção judicial ocorreu o evento de encerramento, por meio de videoconferência, no qual foi aberto o debate com o intuito de ouvir sugestões, coletar, difundir boas práticas, aprimorar os serviços jurisdicionais e administrativos, buscar a eficiência e fomentar a troca de experiências. Na mesma oportunidade, foram apresentadas as novidades da Corregedoria para o ano de 2021 e para a Gestão iniciada naquele ano.

Foram submetidos ao Conselho de Administração do TRF2, em 2021, consoante o disposto no art. 52, VIII, do Regimento Interno do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, 98 processos de correição ordinária, sendo 14 de correições administrativas e 84 de correições judiciais. Ressalte-se que todos os processos de correição ordinária tramitam eletronicamente pelo E-proc.

Visando à transparência e à publicidade, os relatórios de correição e as respectivas decisões do Conselho de Administração foram publicados na página eletrônica da Corregedoria

(<http://www10.trf2.jus.br/corregedoria/correicoes-e-inspecoes/correicoes/relatorios-decisoes-2021/>).

ATIVIDADES RELATIVAS AO SETOR DISCIPLINAR

A atividade disciplinar em face dos magistrados compreende a investigação preliminar, a sindicância e o processo administrativo disciplinar, ressaltando-se que a abertura e a condução de processo administrativo disciplinar em face de magistrado, bem como a aplicação de eventual penalidade compete, exclusivamente, ao Órgão Especial do TRF-2, incumbindo à Corregedoria Regional a apuração preliminar dos fatos supostamente irregulares (art. 12-A, V, do Regimento Interno do TRF2 e art. 7º da CNCR2R).

A partir de solicitações formalizadas pelo Superior Tribunal de Justiça e pelo Conselho da Justiça Federal, a Corregedoria Regional atuou em nove pedidos de providências para fins

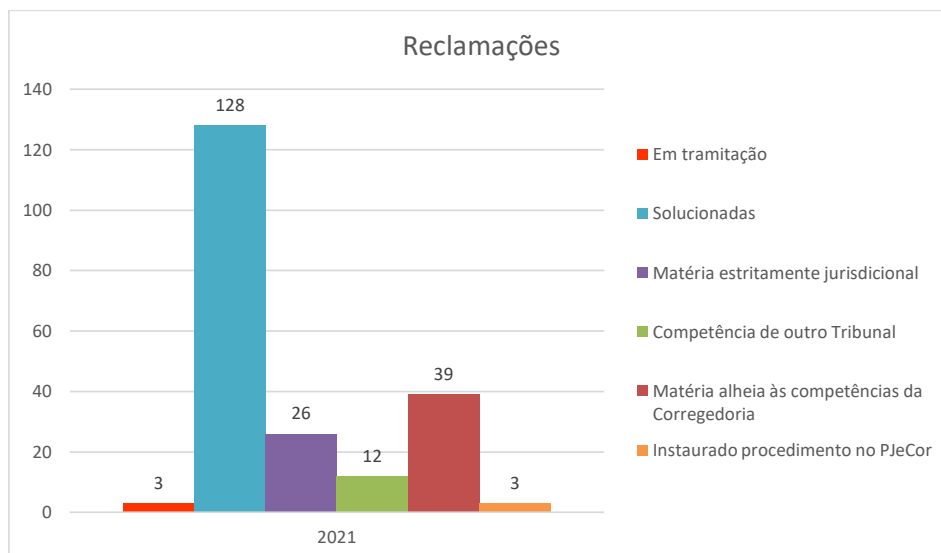


do devido cumprimento do *exequatur* concedido a Cartas Rogatórias que tramitaram em juízos de primeiro grau da Justiça Federal da 2ª Região.

A Corregedoria Regional recebeu, em 2021, por meio eletrônico, 211 reclamações que, em sua significativa maioria, se fundavam na alegação de excesso de prazo na tramitação processual.

Após o recebimento das reclamações, o procedimento padrão adotado na Corregedoria consiste no contato imediato com o Juízo Federal processante, a fim de que sejam prestados esclarecimentos e/ou sejam adotadas as medidas necessárias à retomada da regularidade na tramitação do feito.

Adotando-se o procedimento acima, no encerramento do ano de 2021, verificou-se que, do total de reclamações recebidas: *a)* três permaneciam em tramitação; *b)* 128 foram solucionadas, tendo sido retomada a regularidade na tramitação dos feitos; *c)* 26 foram sumariamente arquivadas por versarem sobre matéria estritamente jurisdicional; *d)* 12 foram sumariamente arquivadas por serem de competência de outro tribunal; *e)* 39 foram sumariamente arquivadas por versarem sobre matéria alheia às competências dessa Corregedoria; e *f)* 03 levaram à instauração de procedimento de apuração preliminar no sistema PJeCor.



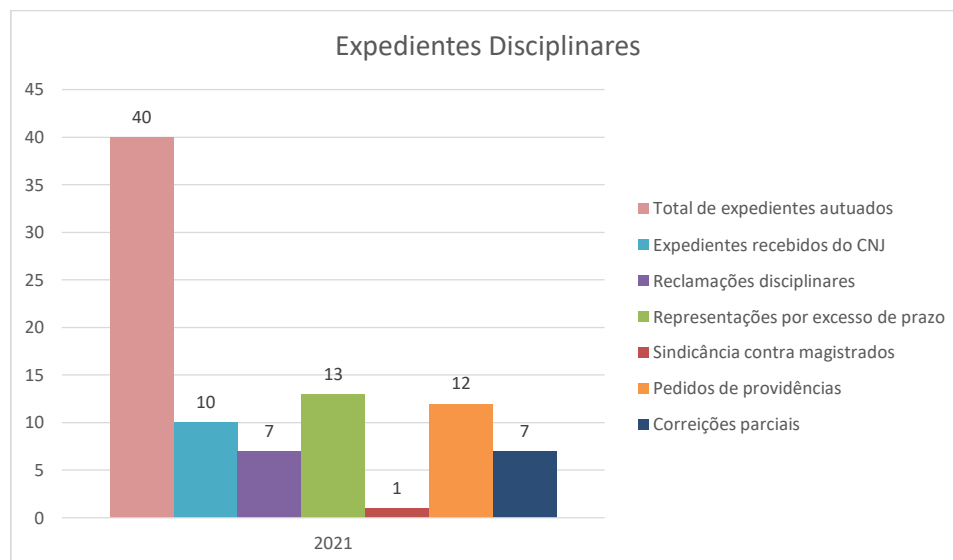
Tendo como objetivo a unificação e padronização dos procedimentos administrativos, garantindo, assim, maior eficiência, transparência e economia na atuação dos órgãos correccionais, o CNJ determinou que as Corregedorias utilizem o sistema PJeCor para a tramitação dos respectivos expedientes, de forma a ser observado um fluxo unificado.

Entre 01/01/2021 e 31/12/2021, no sistema PJeCor, foram autuados 40 expedientes, sendo: a) sete reclamações disciplinares, b) 13 representações por excesso de prazo, c) uma sindicância, d) 12 pedidos de providência e e) sete correções parciais.

No encerramento de 2021, verifica-se que nenhum desses expedientes permaneceu em tramitação na Corregedoria Regional, já tendo todos sido apreciados e arquivados.

Provenientes da Corregedoria Nacional de Justiça - CNJ foram recebidos 10 expedientes, sendo: a) cinco representações por excesso de prazo, b) um pedido de providências e c) quatro reclamações disciplinares.

Relativamente às reclamações disciplinares, e em cumprimento à Resolução CNJ nº 135/2011, as informações necessárias foram devidamente encaminhadas ao Conselho Nacional de Justiça, que determinou o arquivamento dos procedimentos.



4. Coordenadoria dos Juizados Federais

Criada em 22/11/2001, por meio da Resolução nº 30/2001, da Presidência do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, a Coordenadoria dos Juizados Especiais Federais da 2ª Região – COJEF tem o objetivo de coordenar, supervisionar e orientar as atividades de apoio administrativo aos Juizados Especiais Federais, incluindo suas Turmas Recursais, bem como à Turma Regional de Uniformização de Lei Federal – TRU.

A Coordenadoria tem papel essencial na criação de Juizados Especiais Federais e Turmas Recursais bem como na promoção dos juizados itinerantes, atenta aos dados estatísticos constantemente monitorados, além de atuar em questões organizacionais de forma conjunta com a Corregedoria Regional.

Cabe também à COJEF expedir atos normativos e propostas ao Tribunal de medidas necessárias para o adequado funcionamento dos Juizados Especiais Federais, Turmas Recursais e Turma Regional de Uniformização, bem como que imprimam maior celeridade na tramitação processual de tais unidades.

Em abril de 2021, iniciou-se nova gestão na Coordenadoria dos Juizados Especiais Federais da 2ª Região, para o biênio de 2021-2023, tendo como novos dirigentes a Desembargadora Federal Simone Schreiber, Coordenadora; o Desembargador Federal William Douglas, Coordenador Substituto; e a Juíza Federal Auxiliar Débora Maliki.

A estrutura organizacional da COJEF é composta por uma Divisão, uma Assessoria-Adjunta e três Seções (de Apoio Administrativo – SEAPAD, de Eventos Estratégicos – SESTRA e de Apoio Jurisdicional – SEAJUR), com competências específicas, consoante as Resoluções nºs TRF2-RSP-2016/00020, de 8/7/2016 e TRF2-RSP-2019/00061, de 9/8/2019.

Atualmente, a Resolução nº TRF2-RSP-2019/00009 – Regimento Interno da Turma Regional de Uniformização de Jurisprudência das Turmas Recursais dos Juizados Especiais Federais da 2ª Região – disciplina as atividades no âmbito da Turma Regional de Uniformização, prevendo competências, recursos, preparativos para a sessão de julgamento, processamento etc., no âmbito da 2ª Região.

A página da COJEF no portal do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (<<https://www10.trf2.jus.br/jef/>>) disponibiliza, de forma simplificada e de fácil acesso, aos públicos interno e externo, a Consolidação das Normas dos Juizados Especiais Federais da 2ª Região, os Regimentos Internos, atos normativos, dados estatísticos, informativos de sessão



de julgamento da Turma Regional de Uniformização, informações sobre a Turma Nacional de Uniformização, fóruns, além de orientações acerca de perícias e de assistência judiciária gratuita, além de destacar perguntas frequentes, recomendações e canais de contato.

Turma Regional de Uniformização de Jurisprudência da 2ª Região (TRU)

Na estrutura da COJEF, funciona a Turma Regional de Uniformização de Jurisprudência, composta pelos Juízes Federais integrantes das Turmas Recursais (24 Juízes e Juízas Federais da Seção Judiciária do Rio de Janeiro mais os seis Juízes e Juízas Federais da Seção Judiciária do Espírito Santo), sob a presidência do(a) Desembargador(a) Federal designado(a) para exercer o cargo de Coordenador(a) Regional dos Juizados Especiais Federais, com a competência prevista no artigo 5º da Resolução nº TRF2-RSP-2019/00009.

A TRU é o órgão jurisdicional competente para processar e julgar os pedidos de uniformização de interpretação de lei federal quando houver divergência sobre questões de direito material entre as Turmas Recursais na 2ª Região, que julgam os recursos contra as sentenças dos Juizados Especiais Federais.

O exame de admissibilidade dos pedidos de uniformização regional é feito pelo Juiz Gestor das Turmas Recursais da respectiva Seção Judiciária. Ao longo de 2021, o Juiz Gestor da Seção Judiciária do Rio de Janeiro proferiu 5.890 decisões e a Juíza Gestora da Seção Judiciária do Espírito Santo proferiu 2.628 decisões.

Na Seção Judiciária do Rio de Janeiro, desde julho de 2019, o Juiz Vice-Gestor das Turmas Recursais também atua no juízo de admissibilidade, consoante a Portaria nº TRF2-POR-2019/00018, quando houver interposição simultânea de pedido de uniformização e de recurso extraordinário com repercussão geral reconhecida.

De acordo com o Regimento Interno da TRU, compete ao seu Presidente (artigo 7º, incisos VIII e IX) “*julgar o agravo interposto de decisão que inadmite pedido de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Regional de Uniformização*”, bem como “*decidir sobre a admissibilidade do pedido de uniformização dirigido à Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência e do Recurso Extraordinário interpostos contra decisão da Turma Regional de Uniformização de Jurisprudência*”. Diante disso, foram proferidas 177 decisões monocráticas sobre incidentes de uniformização de jurisprudência.



No ano de 2021 foram realizadas, por meio de videoconferência pela plataforma Zoom, sessões de julgamento nos dias 17 de março, 30 de agosto e 6 de dezembro, tendo sido julgados 48 processos. A COJEF presta todo o auxílio necessário aos 30 gabinetes que compõem a Turma Regional de Uniformização, no que diz respeito ao processamento anterior e posterior às sessões de julgamento.

Destaca-se que as sessões de julgamento são sempre precedidas de sessões preparatórias, também realizadas por meio de videoconferência (parágrafo único do artigo 17 da Resolução nº TRF2-RSP-2019/00009), conduzida pelo Juiz ou Juíza Auxiliar, secretariadas por servidor lotado da COJEF.

A COJEF em números

O microssistema dos Juizados Especiais Federais da 2ª Região é composto por 96 Juizados Especiais Federais e 10 Turmas Recursais, que atuam sob a coordenação da COJEF e tiveram expressiva produtividade em 2021, conforme os dados a seguir fornecidos pelo Núcleo de Estatísticas do Tribunal:

Juizados Especiais Federais e Turmas Recursais

Quantitativo de Unidades Jurisdicionais (UJs)

UJ	SJRJ	SJES
Juizados Autônomos	23	3
Juizados Adjuntos	55	15
Turmas Recursais	8	2

Quantitativo de processos – 2021

(Movimentação Processual – janeiro a dezembro/2021)

UJ	Órgão	Distribuídos	Julgados	Tramitação
Juizados	SJRJ	218.944	127.580	242.906
	SJES	54.277	32.364	74.148
TOTAL		273.221	159.944	317.054
Turmas Recursais	SJRJ	31.399	39.454	34.917
	SJES	11.092	13.037	9.289
TOTAL		42.491	52.491	44.206



Turma Regional de Uniformização e Juízes Gestor e Vice-Gestor das Turmas Recursais

TRU	Total Geral
Distribuídos	242
Julgados (em sessão e decisões terminativas)	121
Tramitação	238

Gabinete	Decisões Monocráticas Terminativas	Decisões Interlocutórias	Decisões em Recursos aos Tribunais Superiores	Despachos	Total
Gestor SJRJ	1101	2203	2186	400	5890
Vice-Gestor SJRJ	439	1188	1876	40	3543
Gestora SJES	4	30	1	2593	2628

Principais ações desenvolvidas

No último ano, a gestão foi marcada pelo diálogo, em busca do aperfeiçoamento da prestação jurisdicional, e pela melhoria dos serviços e funcionalidades disponibilizados aos públicos interno e externo. Com tais propósitos, foram realizadas reuniões com a Corregedoria Regional, com os Juízes e Juízas Federais das Turmas Recursais das Seções Judiciárias do Rio de Janeiro e Espírito Santo, integrantes da Turma Regional de Uniformização, com o Núcleo de Estatísticas, com o Setor de Jurisprudência do Tribunal (Núcleo de Gestão Documental e Biblioteca), com a Secretaria de Tecnologia da Informação, com o Comitê Gestor de Proteção de Dados no âmbito da Justiça Federal da 2ª Região e com as Coordenadorias de Inovação e Desenvolvimento Institucional e de Projetos, Gestão por Processos e Gestão Socioambiental.

Disso resultaram importantes avanços, notadamente a formação de grupos de trabalho integrados pelos magistrados e magistradas das Turmas Recursais dos Juizados Especiais Federais da 2ª Região para formalizarem propostas que auxiliam o seu funcionamento.

A ampla convocação através de edital e de ofício circular resultou na designação de Suplentes para as 4ª, 6ª, 7ª e 8ª Turmas Recursais/RJ, e as 1ª e 2ª Turmas Recursais/ES, mas permanecem ainda sem Suplente as 1ª, 2ª, 3ª e 5ª Turmas Recursais/RJ. A COJEF e a



Corregedoria Regional já estão em tratativas em busca de solução definitiva para a substituição dos magistrados e magistradas integrantes das Turmas Recursais, visando à melhoria da produtividade dos Gabinetes, principalmente nas ausências/férias dos titulares.

A transparência, publicidade e a gestão participativa são marcas determinantes da atual gestão. Novos relatórios estatísticos, com critérios mais personalizados dos dados dos Juizados Especiais Federais, Turmas Recursais e TRU no tocante à tramitação dos processos por assunto, classe, unidade, tempo médio de audiências, acompanhamento do cumprimento de metas/desempenho de magistrados estão em fase final de desenvolvimento pelo NUEST, na moderna plataforma Power BI.

Além disso, uma nova página para a COJEF foi solicitada à Secretaria de Tecnologia da Informação, com alteração da interface existente, para melhoria da experiência do usuário.

O desenvolvimento e a implementação de um portal de busca de julgados/jurisprudência das Turmas Recursais dos Juizados Especiais Federais da 2ª Região, bem como da Turma Regional de Uniformização, é antiga demanda dos magistrados e magistradas e foi reiterada na atual gestão, inclusive para que seja disponibilizada à pesquisa unificada tanto no portal deste Tribunal quanto no do Conselho da Justiça Federal.

Os Boletins Informativos contendo resumo dos julgamentos das sessões da TRU que se encontravam desatualizados na página da COJEF serão em breve disponibilizados aos públicos externo e interno.

Elaborou-se ainda Proposta de Alteração do Regimento Interno das Turmas Recursais e da Turma Regional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais, a partir dos questionamentos submetidos à COJEF pelos Juízes Federais Gestores das Turmas Recursais do Rio de Janeiro e Espírito Santo. No momento, está em curso o prazo para que sejam apresentadas considerações finais pelos magistrados.

A COJEF foi, ademais, escolhida para o projeto piloto de implantação da Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD na 2ª Região por ser unidade que reúne em um mesmo setor as atividades de análise da admissibilidade de recursos, julgamentos por órgão colegiado, de secretaria processante e funções administrativas de coordenação. Após trabalhos realizados em conjunto com outros setores do Tribunal – Coordenadoria de Inovação e Desenvolvimento Institucional (CINOVA) e Coordenadoria de Projetos, Gestão por Processos e Gestão Socioambiental (COGESA) –, identificando e mapeando os processos de trabalho e serviços, foi apresentado o Plano de Ação ao Comitê Gestor para a fase final do projeto.



Contando com a participação da Juíza Federal Auxiliar Débora Maliki, representando a Coordenadora dos Juizados Especiais Federais da 2ª Região, e de servidores lotados na COJEF, foi realizada, via webconferência, a 5ª edição do *workshop* “Diálogos e Cooperação no Sistema Recursal dos Juizados Especiais Federais”, do Conselho da Justiça Federal, do Centro de Estudos Judiciários (CEJ) e da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais (TNU), com a aprovação na plenária de nove propostas de enunciados, que orientarão o funcionamento do Sistema Recursal dos Juizados Especiais Federais (JEFs) em todo o País. Esses enunciados foram prontamente disponibilizados na página da COJEF na Internet, com destaque.

Por conta da pandemia, não foi possível realizar no último ano o Fórum Regional dos Juizados Especiais Federais da 2ª Região, que tem como objetivo discutir temas atinentes ao aprimoramento do sistema dos Juizados Especiais Federais e aprofundar o debate sobre as ações implementadas, buscando otimizar a prestação jurisdicional. A COJEF pretende promover o IX FOREJEF da 2ª Região, com o apoio da Escola de Magistratura Regional Federal – EMARF, no segundo semestre de 2022, possivelmente no mês de setembro.

Retorno à Sociedade

Os dados estatísticos demonstram que as condições do país ainda trazem grandes desafios, tendo em vista o imprevisível aumento de quase 100% no número de processos distribuídos nos Juizados do Rio de Janeiro e Espírito Santo em relação ao ano anterior. Nada obstante, mesmo com as dificuldades do isolamento social, foi possível aumentar a produtividade em mais de 5% nos processos julgados no comparativo de 2021-2021.

As ações da Coordenadoria são divulgadas e constantemente atualizadas na página do órgão na Internet, assim como informações relativas à sua estrutura administrativa, aos Juizados, Turmas Recursais e a Turma Regional de Uniformização de Jurisprudência, assegurando transparência e acesso, ao cidadão e aos usuários internos (magistrados e servidores), de tudo que possa auxiliá-los no âmbito de suas competências.

O público em geral que desejar fazer solicitações, reclamações, denúncias e sugestões pode utilizar conta com canais de acesso, igualmente divulgados na Internet por telefone e correio eletrônico.



5. Ouvidoria-Geral da Justiça Federal da 2ª Região

Resultados alcançados

Os relatos recebidos na Ouvidoria do TRF 2ª Região contabilizaram um total de 2.021 registros efetuados através do sistema de atendimento virtual disponível ao usuário na página da Ouvidoria no *site* do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, bem como das Seções Judiciárias. Todas as comunicações recebidas por quaisquer outros meios, inclusive aquelas feitas pessoalmente, são reduzidas a termo e lançadas no sistema de acompanhamento da Ouvidoria.

Reclamações recebidas na Ouvidoria

ÓRGÃO	RECEBIDOS	SOLUCIONADOS	AG.RESPOSTA	ELOGIOS
TRF	370	362	6	2
SJRJ	1243	1233	0	10
SJES	88	84	0	4

As reclamações foram divididas da seguinte forma:

Reclamações	Quantidade
Autos desaparecidos	11
Concurso	8
Demora na contadoria	18
Demora para decisão	402
Demora para despacho	167
Demora para devolução autos	18
Demora na digitalização	15
Demora para sentença	110
Demora para julgamento de recurso	246
Desarquivamento	23
Discordância	17
Distribuição	1
Elogio	17
Exp.RPV/Prec	106
Falta informação	38
Inclusão em pauta	27
Inconformismo	20
Informações gerais	33
Outras demoras	134
Outros	126
Página eletrônica	9
Processo eletrônico	17
Sem movimentação	121
Solicitação inf LAI	17



Principais Atividades em andamento em 2021

O trabalho da Ouvidoria, apesar da impossibilidade de atendimento presencial, manteve-se inalterado, tendo os atendimentos sido feitos por meio telefônico, por e-mail e por formulário eletrônico disponível no *site*.

Outras informações relevantes

As atividades desempenhadas pela Ouvidoria são essenciais para a garantia dos direitos de cidadania, tendo em vista que a comunicação da sociedade com a Justiça Federal constitui-se em um importante instrumento de controle social e participação popular, além de possibilitar o aperfeiçoamento da Instituição, com base nas informações, sugestões, reclamações, denúncias, críticas e elogios recebidos.

Ademais, o órgão colabora com a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional, já que grande parte das demandas apresentadas perante a Ouvidoria refere-se à demora na conclusão dos feitos, na contadoria, na decisão judicial, na movimentação processual, na sentença, no despacho ou no julgamento.

Considerando-se o isolamento social imposto pela pandemia e o trabalho a distância, o atendimento da Ouvidoria foi feito majoritariamente por meio telefônico. Ao todo, o órgão respondeu a mais de 1.700 telefonemas em 2021, muitos dos quais de partes e advogados que não conseguiam contato com os demais setores da Justiça Federal. Muitos questionamentos e dúvidas também são encaminhados e respondidos por e-mail.

Faz-se necessário registrar a colaboração das Varas, Secretarias, Gabinetes e demais setores judiciais e administrativos que, em sua grande maioria, estão sempre dispostos a responder e, quando possível, a solucionar as demandas, de forma a prestar um serviço cada vez melhor ao cidadão.



6. Escola de Magistratura Regional Federal da 2ª Região

Responsável pelos Programas de Formação Inicial, Formação Continuada e Formação de Formadores dos Magistrados da Justiça Federal da 2ª Região, a EMARF planeja, acompanha e oferece atividades com o objetivo de promover discussões fundamentais sobre as mais diversas questões relativas às matérias pertinentes à Justiça Federal.

Toda atividade acadêmica da escola está voltada prioritariamente para o aperfeiçoamento e a especialização dos magistrados, a fim de promover a construção e a troca de conhecimentos, estabelecendo diálogos capazes de contribuir para a celeridade da prestação jurisdicional e a justa solução dos conflitos. As ações educacionais promovidas pela EMARF, assim, são dirigidas ao desenvolvimento das competências necessárias para o aprimoramento do exercício profissional dos magistrados, consoante as alterações introduzidas pela Emenda Constitucional nº 45/2004, mais especificamente no artigo 93, inciso II, letra C, da Constituição Federal.

Cabe também à EMARF disseminar o conhecimento jurídico, seja através de seus cursos, de convênios com instituições de ensino e jurídicas, ou de suas publicações acadêmicas abertas às contribuições de juristas e de outros operadores do Direito, fomentando o debate plural.

As ações acadêmicas de aperfeiçoamento e especialização propostas pela EMARF estão pautadas na formação ética e humanística dos magistrados, seguindo os atuais preceitos da gestão da Administração Pública, alinhando suas estratégias acadêmicas às orientações da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados – ENFAM, responsável pelas diretrizes pedagógicas básicas, e aos macrodesafios do Poder Judiciário, como se poderá demonstrar a seguir.

Cursos para Magistrados

Em 2021, a EMARF realizou um total de 22 ações de capacitação, todas credenciadas pela Enfam. Agrupando os cursos oferecidos por tipo de formação, temos que 21 foram destinados à formação continuada, sendo especialmente três deles voltados à formação de formadores, um ao aperfeiçoamento para fins de vitaliciamento, e um à formação inicial, realizada no período de 5/11/2020 a 25/02/2021.



Ressalte-se que o curso de aperfeiçoamento para fins de vitaliciamento, previsto para o período de 26/02/2021 a 30/09/2022, teve os módulos 1 e 4 adaptados para a modalidade de ensino remoto na Plataforma Zoom, tendo o primeiro módulo sido concluído em 2021.

- 4,5% - Formação inicial;
- 14 % - Formação de formadores;
- 4,5% - Vitaliciamento;
- 77% - Formação continuada.

Tomando como referência os exercícios anteriores recentes, e considerando o inevitável impacto dos efeitos causados pela pandemia de Covid-19, tivemos uma redução do número de cursos realizados, já que novas rotinas tiveram de ser subitamente adaptadas à realidade que então se apresentava. Todavia, esta pequena redução não se traduziu em diminuição do total de capacitados. Pelo contrário, houve um crescimento em relação ao exercício anterior.

Há que ser registrado nesta análise, contudo, a reduzida participação de algumas Comissões Temáticas da Escola quanto à oferta de cursos de aperfeiçoamento. Neste cenário, apenas sete das 14 comissões contribuíram com propostas formativas em 2021.

Magistrados Capacitados

No que diz respeito ao quantitativo de magistrados treinados durante o ano de 2021, ressaltamos que a EMARF capacitou um total de 230 magistrados, sendo 126 magistrados da 2ª Região, 91 de outras Regiões, nove da Justiça Estadual e quatro estrangeiros. É importante frisar que o total de 230 foi obtido contabilizando-se os magistrados sem repetição de nomes, pois, se levarmos em consideração a participação em mais de um curso, temos um total de 336 magistrados capacitados pela escola.

- Total de magistrados capacitados em 2021: 230;
- Magistrados Federais da 2ª Região: 126 – 54,7%;
- Magistrados de outras Regiões: 91 – 40%;
- Magistrados da Justiça Estadual: 9 – 4,0%;
- Magistrados estrangeiros: 4 – 1,7%.



Na formação de formadores, em 2021, foram realizados três cursos, oferecidos aos magistrados do primeiro e do segundo graus, das Seções Judiciárias do Rio de Janeiro e do Espírito Santo, assim como aos magistrados federais de outras Regiões, estaduais e estrangeiros. Foram capacitados na formação de formadores 29 magistrados federais da 2ª Região, 32 das demais Regiões, um estadual e quatro estrangeiros.

Se levarmos em conta o trabalho das Comissões Temáticas da EMARF, teremos o seguinte panorama estatístico a respeito dos 22 cursos elaborados pelas 14 Comissões da escola: nove deles foram desenvolvidos pela Comissão de Direito Penal e Processual Penal e quatro pela Comissão da Gestão da Administração Judiciária. Os outros nove cursos foram desenvolvidos pelas demais Comissões Temáticas da Escola. O trabalho das Comissões Temáticas proporcionou o aperfeiçoamento e a especialização a 336 magistrados, se contarmos os treinandos com repetição de nomes, já que alguns magistrados obtiveram aproveitamento em mais de um curso.

Seguem abaixo, as informações em relação ao quantitativo de cursos e número de magistrados capacitados em 2021:

COMISSÃO TEMÁTICA	CURSOS	MAGISTRADOS CAPACITADOS
DIREITO DA SEGURIDADE SOCIAL	3	31
DIREITO ADMINISTRATIVO E AMBIENTAL	1	18
DIREITO CONSTITUCIONAL	0	0
DIREITO INTERNACIONAL	1	18
DIREITO TRIBUTÁRIO E FINANCEIRO	0	0
DIREITO DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL E INTELECTUAL. DIREITO ECONÔMICO	1	8
DIREITO PRIVADO	1	7
DIREITO PROCESSUAL CIVIL	0	0
DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL	9	161
GESTÃO DA ADMINISTRAÇÃO JUDICIÁRIA	4	77
DIREITO PROCESSUAL COLETIVO	0	0
DOMÍNIO PÚBLICO, INTERVENÇÃO NA PROPRIEDADE E NO DOMÍNIO ECONÔMICO*	0	0
JUIZADOS ESPECIAIS	0	0
SERVIDOR PÚBLICO CIVIL E MILITAR	0	0
TOTAL DE CURSOS CREDENCIADOS PELA ENFAM - REALIZADOS POR COMISSÕES TEMÁTICAS	20	320
CURSO DE APERFEIÇOAMENTO PARA O VITALICAMENTO (extra comissão temática)	1	8
CURSO DE FORMAÇÃO INICIAL (extra comissão temática)	1	8
ATIVIDADES NÃO CREDENCIADAS	0	0
TOTAL	22	336



TOTAL DE CURSOS REALIZADOS PELA EMARF EM 2020 - CREDENCIADOS PELA ENFAM	22
TOTAL DE ATIVIDADES NÃO CREDENCIADAS PELA ENFAM	0
COMISSÃO COM MAIOR NÚMERO DE ATIVIDADES	DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL
COMISSÕES QUE NÃO REALIZARAM ATIVIDADES	DIREITO CONSTITUCIONAL, TRIBUTÁRIO E FINANCEIRO, PROCESSUAL CIVIL, COLETIVO, DOMÍNIO PÚBLICO. JUIZADOS ESPECIAIS E SERVIDOR PÚBLICO
COMISSÃO COM MAIOR NÚMERO DE MAGISTRADOS CAPACITADOS DA 2ª REGIÃO	DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL
COMISSÃO RESPONSÁVEL PELO CURSO COM MAIOR NÚMERO DE MAGISTRADOS CAPACITADOS DA 2ª REGIÃO	DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL
TOTAL DE MAGISTRADOS CAPACITADOS EM CURSOS CREDENCIADOS PELA ENFAM (COM REPETIÇÃO)	336

Apesar do universo temático mais restrito de ações formativas oferecidas pela Emarf em relação ao exercício anterior, a quantidade de capacitados cresceu consideravelmente, em especial quanto ao foco principal da Escola, que são os magistrados da 2ª Região, com crescimento de 26% em relação a 2020, quando 100 se capacitaram.

Assim, embora estejamos dentro da meta programada, acreditamos que o total de 126 formados em 2021 possa crescer a partir de um repertório mais amplo de opções de cursos, haja vista a quantidade de magistrados existentes na 2ª Região.

Considerável parte dos cursos oferecidos tem ênfase em Direito Penal e Processual Penal e estamos empenhados em aumentar a proporção de demandas para os demais ramos do Direito.

Publicações Acadêmicas

Contribuindo com a disseminação do conhecimento e da pesquisa jurídica, a EMARF publica periódicos sobre os diversos ramos do Direito, além de alguns livros. Nesse sentido, destacam-se as seguintes publicações de 2021:



Revista da EMARF

- Revista da EMARF, **Vol. 34** - Edição Maio de 2021. 373 páginas. Apresentação eletrônica. Acesso Gratuito.
- Revista da EMARF, **Vol. 35** - Edição Novembro de 2021. 397 páginas. Apresentação eletrônica. Acesso Gratuito.

Portais Eletrônicos

- **Site da EMARF** utilizando tecnologia de responsividade para diversos equipamentos eletrônicos como *desktop*, *laptop*, *tablet* e celular. Inclusão de tecnologias como alto contraste, tradutor para Libras, mapa do *site* e atalhos de navegação para facilitar o acesso de pessoas com deficiências diversas. Disponível ao público pela Internet no endereço <https://emarf.trf2.jus.br/site/>
- **Portal da Revista da EMARF** utilizando o Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas - SEER, para a construção e gestão de publicação periódica eletrônica. Disponível ao público pela internet no endereço: <http://seer.trf2.jus.br:81/emarf/ojs/index.php/emarf>

Estágio Jurídico na Área-Fim

Incumbe à EMARF a seleção de estudantes de Direito a fim de preencher vagas de estagiários distribuídas pelo Tribunal Regional Federal da 2ª Região e pelas Seções Judiciárias do Rio de Janeiro e Espírito Santo.

Um dos objetivos do estágio é proporcionar aos alunos a oportunidade de aplicar seus conhecimentos técnico-teóricos, sob a orientação de um supervisor, estimulando o desenvolvimento do potencial do estudante na prática jurídica.

Em 2021, a EMARF baixou a Portaria TRF2-PTE-2021/00023, disciplinando o recrutamento e a seleção de estagiários com transparência em todo processo seletivo, mediante divulgação por edital público, e o atendimento aos princípios da impessoalidade e da isonomia entre os concorrentes.



Conforme Despacho TRF2-DES-2021/25878, da Presidência deste Tribunal, a partir de 1º de agosto de 2021, o valor do auxílio financeiro mensal devido aos estagiários de nível superior foi de R\$ 800,00 (oitocentos reais), acrescentando-se a esse valor o auxílio-transporte de R\$ 8,10 (oito reais e dez centavos) por dia de deslocamento.

Em maio de 2021, houve a elevação do número de estagiários de nível superior para cada unidade da área judicial deste Tribunal e das Seções vinculadas de dois para até quatro, conforme Despacho nº TRF2-DES-2021/14543 da Presidência do TRF2.

A seleção promovida pela Escola se realiza por meio de análise de coeficiente de rendimento acumulado (CRA) igual ou superior a 7,0 pontos.

A jornada é de quatro horas diárias em dias úteis ou 20 horas semanais, respeitada a compatibilidade com o horário escolar. Todos os estagiários são cobertos por seguro de acidentes pessoais.

Em 2021, a escola selecionou o total de 416 estudantes para atuação na área-fim da Justiça Federal da 2ª Região, oriundos de 49 instituições de ensino de Direito do Rio de Janeiro e do Espírito Santo, perfazendo uma taxa de ocupação de 65% das 637 vagas efetivas.

A tabela que segue representa o total de estagiários ativos por trimestre, inferindo-se que, ao final do exercício passado, 308 vagas estavam sendo efetivamente ocupadas por gabinetes e varas.

Vagas ativas de estagiários

2021	TRF2	SJRJ	SJES	TOTAL 2ª Região
1º Trimestre	46	146	17	209
2º Trimestre	45	184	27	256
3º Trimestre	49	246	37	332
4º Trimestre	44	241	23	308

O exercício de 2021 foi marcante na área de estágios em função da ampliação significativa de vagas destinadas a estagiários, passando de 373 para 637, ou seja, restabelecendo-se o quantitativo de quatro vagas por unidade judicial.

Estes números, portanto, já explicam o crescimento de matrículas efetuadas no exercício, quando foram selecionados 416 estudantes de Direito para a área-fim da Justiça Federal, frente aos 250 no ano de 2020.

Certamente, este resultado mais vigoroso foi impactado também pelo controle da pandemia, fazendo com que mais Varas e Gabinetes demandassem por um número maior de



estagiários. É pertinente consignar que o trabalho na modalidade remota havia desestimulado alguns órgãos judicantes do uso desse apoio laboral tão importante para a realização de atividades das unidades, uma vez que permite o devido acompanhamento profissionalizante.

Há que se registrar, por fim, que embora os números revelem um percentual de aproveitamento ainda aquém do total de vagas disponíveis, a Escola tem aperfeiçoado suas estratégias de seleção e aproveitamento dos estudantes com medidas como, por exemplo, a expedição da Portaria TRF2-PTE-2021/00023, além de incrementar o valor da bolsa-auxílio, que passou de R\$ 600,00 para R\$ 800,00, tornando-se assim mais um fator de atração ao público alvo.

Acordos de Cooperação Técnica e Científica

Desde sua criação, em 1997, EMARF tem estabelecido como objetivo primordial a melhoria contínua da qualidade de suas ações acadêmicas. Nesta empreitada, entre outras frentes de atuação, a Escola tem buscado o permanente intercâmbio com Escolas de Magistratura e instituições de ensino na área jurídica, visando à promoção de atividades educacionais e culturais em prol do aprimoramento e capacitação dos magistrados da 2ª Região.

No ano de 2021, ainda em razão da pandemia provocada pelo Covid-19 e variantes, as atividades educacionais se limitaram à modalidade remota, frustrando assim a expectativa de ampliar a celebração de novos acordos de cooperação. Todavia, isso não impediu a efetivação de duas novas parcerias, a renovação de outras já existentes, além da análise das tratativas para a assinatura de um termo aditivo e da análise preliminar de novas propostas de intercâmbio para 2022.

Neste sentido, no exercício recém-encerrado temos o seguinte panorama:

- Novo Acordo de Cooperação entre TRF/EMARF e a Fundação Getúlio Vargas, com a interveniência da Escola de Direito do Rio de Janeiro – FGV – Direito Rio, firmado em 31 de agosto, com vistas ao desenvolvimento conjunto de atividades de ensino e pesquisa de comum interesse, com abordagem de temas de Direito e Economia que possam contribuir para o aprimoramento das instituições (TRF2- ACC-2021/00007).
- Novo Acordo de Cooperação entre TRF/EMARF e Instituto Universitário do Rio de Janeiro, com a interveniência da Faculdade Instituto Rio de Janeiro – FIURJ. Assinada



em 20 de setembro, a avença tem o objetivo de realizar ações conjuntas de natureza acadêmica, científica, técnica, pedagógica e cultural em áreas de interesse comum, bem como o intercâmbio entre docentes e alunos dos proponentes (TRF2-ACC-2021/00021).

- Termo Aditivo ao Acordo de Cooperação Científica e Acadêmica entre TRF/EMARF e Grupo de Debates Tributários do Rio de Janeiro - GDT-RIO. Aditamento firmado em 20 de outubro, por meio do qual a instituição cooperada disponibilizou duas vagas em nova turma do “Curso Avançado de Jurisprudência Tributária”, com duração de um ano e meio, realizado no contexto do “Projeto de Jurisprudência Tributária”, promovido por aquela entidade, em que foram inscritos dois juizes federais, selecionados pelo critério de antiguidade na carreira (TRF2-INC-2021/02322).

Principais Atividades em andamento em 2021

Tratativas para o Termo Aditivo ao Acordo de Cooperação entre TRF/EMARF e Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ, tendo como intermediária a Escola Nacional de Saúde Pública – ENSP. Visa ao desenvolvimento conjunto de atividades acadêmicas de comum interesse e seus termos encontram-se ainda em fase de análise para fins de prorrogação por mais 24 meses. Cabe registrar que o Acordo ensejou a realização do curso “Políticas de Saúde e Gestão do Sistema Único de Saúde”, no qual foram capacitados seis magistrados e quatro servidores do quadro deste Tribunal, perfazendo um total de 156 horas-aula, divididas em quatro módulos aplicados entre 02/10/2020 e 19/03/2021 (TRF2-EXT-2018/07094). O acordo está pendente de apenas uma assinatura no Plano de Trabalho para que se dê o início da implementação.

Atendimento à demanda do CNJ (Ofício nº 742/GP/2021-STF - TRF2-EXT-2021/05011-A) que aprovou resolução, em setembro de 2021, buscando reforçar o reconhecimento das mulheres que atuam no Direito, como fonte de informação e de reflexão. Por meio da norma, é esperado um aumento da participação feminina no Judiciário, como em eventos institucionais, em citações de obras jurídicas de referência e até em comissões e bancas examinadoras de concurso público.



O TRF da 2ª Região, por intermédio da EMARF, e em possível parceria com a Biblioteca desta Corte, está estudando a criação de uma coleção na Biblioteca Digital para valorizar o papel das mulheres que atuam no Direito. Intitulada “Mulheres Juristas”, ela vai reunir a produção doutrinária feminina no âmbito da 2ª Região da Justiça Federal.



7. Centro Cultural Justiça Federal

Atividades Culturais On-line

As atividades desenvolvidas nesta categoria ocorreram da forma planejada e possibilitaram ao CCJF manter-se ativo, atendendo a sua missão mesmo com o espaço fechado desde 12 de março de 2020, por conta da pandemia de Covid-19. Com a reabertura dos espaços no dia 14 de outubro de 2021, foi possível a retomada de algumas atividades presenciais, embora não plenamente, por falta de técnicos especializados para a operação do cinema e do teatro, o que tornou a atividade on-line imprescindível.

Tendo em vista o sucesso das atividades on-line e em função da transformação digital pela qual o mundo está passando, a expectativa é que, mesmo com a retomada total das atividades presenciais, com a chegada de novos técnicos, as atividades on-line sejam mantidas. Para isso, seria importante a capacitação de servidores para o uso das tecnologias empregadas não só para atividades culturais, mas também para as administrativas realizadas de forma remota.

Principais Atividades on-line

As atividades on-line foram realizadas no modo síncrono e assíncrono. Foram utilizadas as plataformas Zoom, Youtube e Instagram. Para computar a quantidade de participantes em cada atividade, foram utilizados os relatórios das plataformas Youtube e Instagram. Já para as atividades educativas foram contabilizados os quantitativos de inscritos.

Atividades on-line realizadas em 2021:

- CCJF, 20 anos de Memória;
- Participação na 15ª Primavera dos Museus;
- Participação na 5ª Semana de Arquivos;
- Noite de Guerra no Museu do Prado - Leitura dramática seguida de bate-papo;
- O Protagonismo do Homem Negro: Luiz Gama e Abdias Nascimento - Roda de Conversa;
- Travestilidade e Cinema – Curso;



- Feminismos e Gêneros – O Que Diz a Filosofia – Curso;
- Organização de Dados e Construção de Indicadores Para a Gestão Cultural – Curso;
- A mãe, O Livro, os Amigos, os Jornais - Relações do Escritor, Advogado e Jornalista Luiz Gama com o Rio de Janeiro – Palestra;
- Cinema Documentário na Prática – Curso;
- Fotografia com Câmera de Celular – Curso;
- Monitoramento e Avaliação Aplicados à Gestão Cultural – Curso;
- O Cinema e o Brasil Também Nasceram na Bahia – Curso;
- Confecção de Memória – uma experimentação de colagem e escrita criativa – Curso;
- Descomplicando Projetos Culturais – Palestras;
- Justiça e Arte – Reflexões de uma Fotógrafa Dentro de um Presídio Feminino – Palestra;
- Crime e Cinema – Evento seriado mensal – Debate;
- Da Justiça à Arte: O Prédio do CCJF, Da Sua Construção aos Dias Atuais – Educativo;
- Uma Tarde no CCJF – Educativo;
- Conte e Crie - Coruja Dona Vitória – Educativo;
- O Caminho Samurai Através do Swordplay – Educativo;
- Prelúdio 21 - Música do Presente – Concerto;
- Prelúdio 21 - De volta às Origens – Concerto;
- Lançamento do Álbum Movimentos Contrários – Pocket Show;
- Brasil de Tuhu apresenta Concerto Didático Online;
- Açai, Pérola Negra - Projeto de Arte Integrada;
- Mostra Estúdio Escola de Animação - 10 anos de História;
- Pedrinhas Miudinhas – Peça teatral;
- Projeto Conhecendo a SJ/RJ – Educativo;
- Fala, Biblioteca! – Bate papo - Evento seriado bimestral.

Resultados alcançados

- *Youtube*: 10.159 visualizações e 540 novas inscrições no canal do CCJF;
- *Instagram*: 224 visualizações no pico de audiência simultânea dos eventos
- Cursos: 111 inscritos externos



- Educativo: 400 participantes (dentre os quais, 240 nas atividades em parceria com a Seção Judiciária)

Atividades Culturais Presenciais

Com a reabertura do prédio do CCJF do prédio em 14 de outubro de 2021, foram realizados, a partir de novembro, três concertos da série Música no Museu na Sala de Sessões. Cabe notar que a realização dos concertos só foi possível por serem acústicos e não dependerem de aparato técnico.

Houve duas pautas da programação de atividades presenciais represadas por conta da pandemia. Trata-se das produções classificadas nos editais de 2020 e 2021, às quais se dará prosseguimento, a partir de 2022, após a contratação dos serviços técnicos para a operação dos equipamentos do teatro e do cinema do CCJF.

Principais Atividades Presenciais Culturais Concluídas em 2021

- Música no Museu;
- Gravação da Série Violões da AV-Rio;
- Revisão, pelo Setor de Biblioteca, das tabelas de autoridade no sistema Sophia;
- Inventário da Biblioteca realizado no período de 25 de outubro a 19 de novembro de 2021.

Resultado

- Música no Museu: 29 pessoas assistiram aos espetáculos;
- Viabilização da gravação presencial na sala de sessões e veiculação do conteúdo através de registro em vídeo disponibilizado no canal da AV-Rio no site do CCJF;
- Estabelecimento do quantitativo do acervo inventariado: livros (incluindo catálogos, obras de referência, folhetos, catálogos-folhetos, normas técnicas): 6.439 exemplares cadastrados na base de dados Sophia.



O baixo quantitativo de público nos eventos presenciais reflete o reduzido número de eventos no período.

Principais Atividades em andamento em 2021

- Exposições: "Ausência – Correspondência Fotográfica" e "Inferno de Dante e Riviere";
- Pesquisa, catalogação e indexação - eventos ocorridos no CCJF desde sua fundação - trabalho contínuo;
- Edital para utilização da plataforma digital do CCJF;
- Festival Cultural CCJF em Casa;
- Planejamento da pauta de eventos presenciais;
- Levantamento de proponentes interessados em executar as produções dos editais de 2020 e 2021;
- Levantamento de proponentes parceiros, que desenvolvem projetos tradicionais no CCJF, interessados em continuar suas atividades com a abertura do CCJF;
- Realização de planejamento para pauta de 2022 presencial;
- Planejamento de Execução das pautas relativas aos editais de ocupação (presencial) de 2020 e 2021;
- Participação na construção do Plano Museológico.

Perspectiva de impacto no negócio organizacional

- Atração de visitantes ao CCJF, que, além das exposições, passam a conhecer outros espaços do prédio como a Biblioteca e a Sala de Sessões;
- Visibilidade para o prédio histórico, memória arquitetônica do Judiciário e antiga sede do STF no Rio de Janeiro;
- Promoção de debates, através da arte, de assuntos ligados à Justiça, como o tema do encarceramento feminino, na mostra Ausência;
- Promoção da visita de detentas à exposição em março de 2022, em convênio com a Secretaria de Administração Penitenciária - SEAP/RJ;
- Estreitamento de relações com o Consulado da Itália no Rio de Janeiro;



- Reinserção do CCJF no cenário cultural, após a grande crise que abateu os equipamentos culturais do Rio de Janeiro durante a pandemia de Covid-19;
- Manutenção das atividades digital e presencial.

As ações em andamento vão ao encontro da missão do CCJF de apoiar, incentivar e garantir o acesso às diversas formas de expressão cultural, respeitando valores tais como a igualdade, a oportunidade, a ética e a diversidade, de modo a assegurar e ampliar a presença de expressões criativas de todas as naturezas em seus espaços, oferecendo à sociedade uma programação diversificada e de alta qualidade. E, também, oferecer excelência no acolhimento ao público visitante, promovendo o diálogo permanente com a sociedade, e divulgando e cuidando da memória do Judiciário.

Os eventos on-line prestaram uma grande contribuição para o período de isolamento social durante a pandemia de COVID-19, pois é sabido que as atividades artísticas on-line foram durante o isolamento social a única saída para a população ter acesso à cultura e ao entretenimento.

Outras informações relevantes da gestão de 2021

- Prospeção de eventos para preenchimento da pauta on-line;
- Reuniões de planejamento com proponentes;
- Reunião com o Ministério Público do Amazonas para tratar de assuntos relativos à memória institucional;
- Participação no Grupo de Trabalho de protocolos para prevenção de COVID-19;
- Participação nas reuniões da Comissão de Acessibilidade do TRF;
- Reunião com a RioFilmComission para parcerias futuras;
- Programação em parceria com a OSB para uma grande atividade cultural em 2022 no CCJF;
- Reunião com a assessoria institucional e o adido francês no Brasil para buscar parcerias;
- Participação de reunião com a Cinemateca do MAM para firmar parcerias.
- Análise de projetos elaborados pelos chefes de setor para Artes Cênicas e Audiovisual, Educativo, Música e Biblioteca.



8. Governança e Gestão Estratégica

A área de governança e gestão estratégica do TRF2 é responsável pela definição da governança, que contempla a criação de mecanismos e instrumentos que devem direcionar as atividades de gestão, além do desenvolvimento de metodologias, ferramentas e técnicas que contribuem para o desdobramento do Plano Estratégico da Justiça Federal da 2ª Região para o ciclo 2021-2026, nos termos da resolução TRF2-RSP02021/00049.

O desdobramento da Estratégia é realizado por meio de iniciativas e processos organizacionais, que compõem o Programa da Estratégia (PROG2), alinhados aos macrodesafios e objetivos estratégicos definidos na citada normativa. Neste sentido, a construção do PROG2 contempla, dentre outros, os seguintes instrumentos:

- Plano de Logística Sustentável.
- Plano Anual de Contratações.
- Plano Anual de Capacitação.
- Plano de Tratamento de Riscos do macroprocesso de contratações.
- Plano de Comunicação da Estratégia (PLC2).

Nesta linha de trabalho, a área de governança e gestão estratégica identificou as principais iniciativas desenvolvidas em 2021 pelas áreas administrativa e judicial do TRF2, conforme disposto a seguir:

Iniciativa	Finalidade	Resultado esperado	Situação atual
Instituição, no âmbito do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, a Comissão de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral e do Assédio Sexual (TRF2-RSP-2021/00003)	Institucionalização de instância de governança para prevenção e enfrentamento do assédio moral e do assédio sexual.	Preservação e proteção das pessoas nas questões relativas ao assédio moral e assédio sexual.	Finalizada
Realização de ações afirmativas no programa de estágio da JF2 (RF2-RSP-2021/00004)	Impulso às ações afirmativas no âmbito do programa de estágio da JF2.	Contribuir para a redução das desigualdades existentes entre os diversos grupos sociais.	Finalizada
Instituição do Comitê Gestor de Proteção de Dados no âmbito da Justiça Federal da 2ª Região (TRF2-RSP-2021/00011)	Definição de política e diretrizes para implementação das diretrizes previstas na Lei nº 13.709 (LGPD), de 14 de agosto de 2018.	Implementação de mecanismos de proteção de dados pessoais de forma institucional na JF2.	Finalizada



Iniciativa	Finalidade	Resultado esperado	Situação atual
Institui o Grupo de Apoio aos Gabinetes do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2-RSP-2021/00025)	Implementação de regime de mutirão itinerante e rotativo para atender aos gabinetes na elaboração de minutas de atos judiciais.	Contribuição para redução da taxa de congestionamento e alcance das Metas Nacionais.	Finalizada
Institui o Grupo de Servidores de Apoio em regime especial de auxílio a unidades jurisdicionais da Seção Judiciária do Rio de Janeiro (TRF2-RSP-2021/00026)	Implementação de regime especial de auxílio, visando ao incremento da produtividade nas unidades judiciárias onde haja baixa força de trabalho disponível frente à elevada demanda processual, por meio de colaboração na elaboração de minutas de atos judiciais.	Contribuição para redução da taxa de congestionamento e alcance das Metas Nacionais.	Finalizada
Regulamentação das condições especiais de trabalho para magistrados(as) e servidores(as) com deficiência, necessidades especiais ou doença grave ou que sejam pais ou responsáveis por dependentes nessa mesma condição no âmbito da JF2 (TRF2-RSP-2021/00032)	Promoção de condições dignas de trabalho aos magistrados e servidores e respectivos dependentes com deficiência, necessidades especiais ou doença grave.	Melhoria do clima organizacional.	Finalizada
Implantação dos "Núcleos de Justiça 4.0" na SJRJ e na SJES (TRF2-RSP-2021/00035)	Implantação de núcleos especializados em uma mesma matéria dentro da jurisdição da JF2.	Promoção de amplo acesso à Justiça, nos termos da CF, e aumento da celeridade e da eficiência da prestação jurisdicional.	Finalizada
Migração dos processos do e-Proc (TRF2-RSP-2021/00036)	Definição de procedimentos e prazo para a finalização da migração dos processos do Apolo para o e-Proc no âmbito da JF2.	Conclusão da migração de processos do Apolo para o e-Proc e melhoria da prestação jurisdicional por meio da maior eficiência na aplicação de recursos técnicos de TI no controle e monitoramento de processos judiciais.	Finalizada
Criação do Núcleo de Justiça Restaurativa na JF2 (TRF2-RSP-2021/00044)	Ordenamento da política judiciária de Justiça Restaurativa, bem como o monitoramento, a avaliação, a coleta de dados estatísticos, a formação, a capacitação, a certificação, a nomeação e a atuação dos profissionais em Justiça Restaurativa no âmbito dos processos oriundos da JF2.	Promoção de condições para que o jurisdicionado receba adequada resposta estatal ao fenômeno do crime e das situações de transgressão e violência, de forma sistêmica, complexa e interdisciplinar.	Finalizada



Iniciativa	Finalidade	Resultado esperado	Situação atual
Elaboração do Plano Estratégico da Justiça Federal da 2ª Região – Justiça Sustentável (PLJUS) para o ciclo 2021-2026 (TRF2-RSP-2021/00049)	Definição das diretrizes estratégicas que vão direcionar os esforços a serem depreendidos pela JF2 no ciclo estratégico de 2021-2026.	Maior efetividade na prestação jurisdicional com atuação sustentável nas esferas administrativa e judicial.	Finalizada
Criação do Centro de Inteligência do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2-RSP-2021/00069)	Concepção e propostas de projetos que envolvam o uso de ferramentas disruptivas, dentre elas, a inteligência artificial, no âmbito do TRF2.	Melhoria na prestação jurisdicional por meio de ferramentas disruptivas de gestão, apoiadas na tecnologia de inteligência artificial.	Finalizada
Inclusão da diversidade de gênero na Comissão de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral e do Assédio Sexual (TRF2-RSP-2021/00085)	Inclusão da agenda de diversidade de gênero em comitê de prevenção e enfrentamento de assédio moral e de assédio sexual.	Maior inclusão social das diversas matizes que compõem a sociedade.	Finalizada
Implementação da fase experimental do Juízo 100% Digital	Oferta de recursos de tecnologia para acesso eletrônico à Justiça.	Adesão de 84 unidades judiciárias federais da 2ª Região e do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (Cesol) da Baixada Fluminense.	Em andamento
Criação do Balcão Virtual, no âmbito do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2-PTP-2021/00091)	Regulamentação, no âmbito do TRF2, o Balcão Virtual, destinado ao atendimento, em ambiente virtual, de partes, advogados ou qualquer interessado nos processos físicos ou eletrônicos em tramitação nas unidades judiciárias.	Maior eficiência na prestação jurisdicional proporcionada por meios virtuais de comunicação (videoconferência).	Finalizada
Gravação e disponibilização das Sessões de Julgamento no Portal do TRF2	Disponibilização de informações de sessões de julgamento no Portal do TRF2, em cumprimento às disposições da Lei de Acesso à Informação, regulamentada no Poder Judiciário por meio da Resolução nº 215/2015.	Maior transparência da prestação jurisdicional, a ser aferida pelo ranking da transparência do Poder Judiciário, criada pelo CNJ.	Finalizada
Criação do Centro de Conciliação para Causas Complexas (TRF2-PTP-2021/00275)	Implementação de sessões de conciliação e mediação para causas complexas que envolvam litígios nas áreas de saúde e meio ambiente.	Maior celeridade em função da especialização de unidades judiciais que tratam de matérias específicas.	Finalizada
Criação do Centro de Conciliação 100% Digital (TRF2-PNC-2021/00003)	Criação de centro de conciliação 100% digital nos moldes da Justiça 4.0.	Impulso às ações de conciliação vinculadas aos objetivos de desenvolvimento sustentáveis.	Finalizada



Iniciativa	Finalidade	Resultado esperado	Situação atual
Semana Nacional de Conciliação (8 a 12 de novembro)	Realização de esforço conjunto para ampliação do número de acordos de conciliação.	Maior celeridade na prestação jurisdicional decorrente de mutirão de magistrados e servidores.	Finalizada
Criação do “Boletim do NUGEPNAC”	Divulgação dos precedentes qualificados mais relevantes para a jurisdição federal.	Maior celeridade na prestação jurisdicional.	Finalizada
1º Ciclo de Encontros: “A hora é agora, MULHER! As Mulheres e a Justiça Federal da 2ª Região”	Divulgação do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 5 (ODS 5), da agenda 2030 da ONU, que visa assegurar a igualdade de gênero em todos os setores e recortes da sociedade.	Maior inclusão social, sob a ótica de diversidade de gêneros.	Finalizada
Implementação de novo Portal da Corregedoria	Implementação de ferramenta de disponibilização de informações, alinhadas à Estratégia.	Maior facilidade de acesso às informações e maior eficiência na prestação de Justiça.	Finalizada
Elaboração do Plano Estratégico de Gestão de Pessoas da Justiça Federal (TRF2-EXT-2021/01120)	Realização de estudos para elaboração do Plano Estratégico de Gestão de Pessoas da Justiça Federal para o ciclo 2021-2026.	Definição de objetivos estratégicos, metas e indicadores que irão nortear a gestão de pessoas dos órgãos da Justiça Federal.	Finalizada
Desenvolvimento do Plano de Logística Sustentável TRF2 - 2022/2026 (TRF2-PTP-2021/00413)	Elaboração do Plano de Logística Sustentável (PLS) para o quinquênio 2022-2026, baseado na nova Resolução CNJ nº 400/2021. O PLS foi construído a partir das orientações da Comissão Gestora do PLS, de forma colaborativa com as unidades gestoras.	Aprimoramento da gestão da sustentabilidade, da promoção de práticas sustentáveis e da racionalização dos custos no desenvolvimento das atividades da Corte, buscando ações ambientalmente corretas, economicamente viáveis, socialmente justas e inclusivas, culturalmente diversas e pautadas na integridade.	Finalizada
Desenvolvimento do Plano de Comunicação da Estratégia (TRF2-DES-2021/21431)	Redução da assimetria de informações existente entre a definição da Estratégia e sua implementação no âmbito da JF2.	Maior interação entre magistrados e servidores das áreas administrativa e judicial para maior efetividade na prestação jurisdicional.	Finalizada
2º Workshop de Estratégia (TRF2-DES-2021/16674)	Processo de trabalho de construção, de forma colaborativa, do Plano Estratégico da Justiça Federal da 2ª Região, a partir de propostas de objetivos estratégicos e metas para os Macrodesafios definidos pela Resolução nº 325 do CNJ.	Direcionar as ações desenvolvidas pela JF2 para o ciclo 2021-2026.	Finalizada



Iniciativa	Finalidade	Resultado esperado	Situação atual
Consultas Públicas realizadas pelas áreas estratégicas do TRF2, SJRJ e SJES (TRF2-MRU-2021/00061).	Consultas públicas dirigidas aos magistrados, servidores e a sociedade para subsidiar a formulação de Metas Nacionais para o Poder Judiciário, de forma colaborativa, com ampla participação das partes interessadas.	Estruturação de temas relevantes a serem utilizados na formulação de Metas Nacionais do Poder Judiciário.	Finalizada
Adequação das normativas do TRF2 à política de sustentabilidade no âmbito do Poder Judiciário	Alinhamento das normativas existentes no TRF2 às disposições da Resolução CNJ nº 400/2021.	Aperfeiçoamento de ferramenta de gestão administrativa que objetiva o monitoramento de indicadores, o planejamento de ações e a implementação de iniciativas que promovam práticas sustentáveis no TRF2.	Finalizada
Adequação das normativas do TRF2 às diretrizes de acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência no âmbito do Poder Judiciário	Alinhamento das normativas existentes no TRF2 às disposições da Resolução CNJ nº 401/2021.	Aperfeiçoamento de ferramenta de gestão administrativa que objetiva o monitoramento de indicadores, o planejamento de ações e a implementação de iniciativas que promovam a inclusão e a acessibilidade no âmbito do TRF2.	Finalizada
Operacionalização do Gerenciamento de Riscos (TRF2-MRU-2021/00060)	Operacionalização do Gerenciamento de Riscos no TRF2, com base na Política de Riscos de Gestão de Riscos instituída por meio da Resolução TRF2-RSP-2020/00044.	Maior efetividade nas iniciativas e processos organizacionais por meio do aumento da probabilidade e do impacto de ocorrência de riscos positivos, conjugado com a redução da probabilidade e do impacto de ocorrência de riscos negativos.	Finalizada
Elaboração de normativa de regulamentação do Plano Anual de Contratações (PAC)	Construção de referenciais normativos alinhados à Estratégia, para direcionamento do PAC.	Elaboração do PAC de acordo com o direcionamento dos Macrodesafios e Objetivos Estratégicos, para maior eficiência na aplicação de recursos organizacionais e controle e monitoramento de ações de contratações.	Em andamento



Iniciativa	Finalidade	Resultado esperado	Situação atual
Estudos para implementação da Gestão por Competências	Construção das bases conceituais da gestão por competências, de forma colaborativa com a área de gestão de pessoas, para identificação e redução de lacunas de conhecimentos, habilidades e atitudes requeridas para atender aos objetivos estratégicos.	Alocação de servidores de acordo com o seu perfil de competências e maior efetividade nas ações de capacitação.	Em andamento
Estudos para implementação da Gestão de Desempenho	Construção de metodologia de apuração de desempenho organizacional e por servidor, com base em um sistema de definição de metas.	Promoção do desdobramento da Estratégia nas unidades organizacionais e valorização do trabalho desenvolvido por servidores, que passam a dispor de um sistema de pontuação, similar a um programa de milhagem, para possível aproveitamento em um programa de benefícios.	Em andamento
Atualização do Portal G2 – Governança e Gestão (TRF2-RSP-2021/00049)	Atualização do Portal G2, para fins de consolidação do processo de formulação e desdobramento da Estratégia em iniciativas e processos organizacionais, nos termos da resolução TRF2-RSP-2021/00049.	Controle e monitoramento de iniciativas e processos organizacionais, de forma sistêmica, pelas áreas estratégicas e por todos os usuários da JF2.	Em andamento
Construção de Sistema de Controle de Conformidade	Desenvolvimento de rotinas de cadastro e consulta de normativas, achados, recomendações e demandas oriundas de órgãos de controle externo e interno.	Disponibilização de informações relativas às demandas oriundas de órgãos de controle externo e interno de forma eficiente para atuação proativa no desenvolvimento de iniciativas de melhorias na entrega de resultados.	Em andamento
Projeto de Unificação dos portais da JF2 (TRF2-PTP-2021/00405)	Elaboração do projeto de unificação dos portais de internet dos órgãos da JF2	Definição de sistema de governança do Portal da JF2, plano do projeto para implementação do Portal e definição da ferramenta única (Drupal), nos termos da memória de reunião TRF2-MRU-2021/00087.	Finalizada



Iniciativa	Finalidade	Resultado esperado	Situação atual
Elaboração do Plano de Ação do PLS	Construção de plano de ação para implementação do Plano de Logística Sustentável.	Operacionalização das normativas que regem a implementação do PLS.	Em andamento
Atualização dos painéis gerenciais de ações e indicadores de sustentabilidade	Atualizar as informações disponibilizadas no painel de <i>Business Intelligence</i> com os indicadores de resultado, para alinhamento às disposições da Resolução nº 400/2021 e atualização dos dados de 2021.	Maior controle e monitoramento de ações e indicadores de sustentabilidade.	Em andamento
Atualização dos painéis em <i>Business Intelligence</i> de monitoramento de Projetos	Atualização das informações relativas aos projetos a serem controlados e monitorados no TRF2.	Melhoria contínua do monitoramento e controle dos projetos que fazem parte do Portfólio de projetos.	Em andamento
Implantação do Laboratório de Inovação do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (LIODS/TRF2)	Promoção de boas práticas de prospecção de soluções no que tange a questões de inovação aberta e fechada.	Promoção de novas formas de resolução de questões por meio de um espaço de colaboração, inovação, criação, compartilhamento de conhecimento e troca de ideias, atuando como facilitador na resolução de problemas.	Finalizada
Criação do Site LGPD	Disponibilização de um site com informações acerca da aplicabilidade da Lei nº 13.709/2018 na 2ª Região.	Dar transparência e servir como canal de comunicação, para o público interno e externo, sobre assuntos afetos à LGPD. Facilitar o conhecimento sobre a aplicabilidade da Lei.	Finalizada
Implementação da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) na Coordenadoria dos Juizados Especiais Federais da 2ª Região	Construção de um piloto para implementação da LGPD na Justiça Federal da 2ª Região.	Disponibilização do Mapa do Processo de Tramitação dos Dados Pessoais; Mapa de risco; Banco de boas práticas referente à LGPD e Relatório de Impacto à Proteção de Dados Pessoais – RIPD.	Finalizada
Implementação da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) na Justiça Federal da 2ª Região	Adequação dos processos organizacionais da Justiça Federal da 2ª Região às disposições da Lei nº 13.709/2018	Surgimento de um movimento de transformação cultural, social e jurídica sobre o tratamento de dados pessoais e a proteção de direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural.	Em andamento



Iniciativa	Finalidade	Resultado esperado	Situação atual
Digitalização dos assentamentos funcionais	Realização da digitalização dos assentamentos funcionais dos magistrados e servidores.	Maior segurança da informação na gestão de documentos funcionais.	Em andamento
Ampliação do Quadro de Magistrados do TRF2	Ampliação do quadro de Magistrados do TRF2, nos termos da Lei nº 14.253/2021, de 27 para 35 desembargadores federais.	Maior celeridade na prestação jurisdicional.	Em andamento
Curso de Formação de Facilitadores em Justiça Restaurativa	Formação de colaboradores com conhecimentos da Justiça Restaurativa.	Maior compreensão dos fundamentos da Justiça Restaurativa, que pode contribuir para melhoria da prestação jurisdicional.	Finalizada
Curso de Formação de Mediadores Judiciais	Formação de colaboradores que irão atuar na mediação judicial.	Melhoria da prestação jurisdicional.	Finalizada
Curso “Design Thinking”	Capacitação de servidores para atuarem como laboratoristas no TRF2.	Abordagem disruptiva na concepção e melhoria de produtos e serviços.	Finalizada
Curso “Nova Lei de licitações e Contratos Administrativos - Lei nº 14.133/21”	Reciclagem do conhecimento em licitações e contratos administrativos de servidores atuantes no macroprocesso Gestão das Contratações e Aquisições.	Maior efetividade e sustentabilidade na gestão de contratações e aquisições em conformidade com as normativas atualizadas.	Finalizada
Curso “LGPD: Fundamentos e Aplicabilidade ao Judiciário”	Apresentação dos riscos e mecanismos de proteção de dados pessoais e sensíveis.	Disseminação dos cuidados que a organização deve ter em relação aos dados pessoais e sensíveis, para fins de implementação prática.	Finalizada
Implementação de condições de biossegurança	Adaptação das instalações físicas para melhoria das condições de biossegurança, requeridas por conta da COVID-19.	Melhoria do clima organizacional.	Finalizada



9. Gestão Judiciária

A Secretaria de Atividades Judiciárias (SAJ) tem como finalidade apoiar a atividade jurisdicional do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2). Neste sentido, participa da implantação, gerenciamento e aperfeiçoamento dos sistemas processuais; fornece apoio técnico aos usuários internos e externos para utilização dos sistemas de processo eletrônico; analisa, autua, distribui e redistribui processos para os órgãos julgadores; efetiva o processamento, liquidação, controle e pagamento de precatórios e requisitórios de pequeno valor; controla convênios judiciais e cadastra entidades aptas à comunicação eletrônica; promove a atualização das tabelas processuais unificadas no sistema de acompanhamento processual; realiza atividades de taquigrafia e sonorização nas sessões de julgamento; gerencia os precedentes do Tribunal, bem como realiza a gestão do acervo de processos sobrestados em razão da sistemática dos precedentes; promove o fortalecimento do monitoramento e da busca pela eficácia no julgamento das ações coletivas; cumpre mandados judiciais expedidos pelos órgãos processantes; e gerencia o fornecimento de certidões judiciais da base de dados do Tribunal ao público externo.

A seguir, expõe-se sinteticamente as principais atividades desenvolvidas pela SAJ no ano de 2021:

Gravação e disponibilização das Sessões de Julgamento na página do Tribunal

Se o ano de 2020 foi marcado pela necessidade de se realizar uma profunda revisão do processo de trabalho de gravação das sessões de julgamento no TRF2, por força do advento da pandemia, que impôs a realização desses eventos por videoconferência, o ano de 2021 se notabilizou pela consolidação do modelo adotado.

No segundo semestre do ano, apresentou-se o desafio de viabilizar a realização das sessões híbridas do Tribunal Pleno, caracterizadas pela participação de parte dos Desembargadores presencialmente e parte remotamente. Desse modo, em conjunto com a STI e a SIE, foram realizados diversos testes e adequações nos equipamentos audiovisuais e de informática, o que permitiu a gravação das sessões na modalidade mencionada, com a qualidade devida, sendo certo que as mesmas adaptações já estão sendo realizadas nas



demais salas de sessão de julgamento do Tribunal, de modo a atender ao comando previsto no §4º, do art. 1º, da Resolução n. TRF2-RSP-2021/00073, de 28 de outubro de 2021.

Além disso, o Núcleo de Recursos Fonográficos – NUREF da SAJ apresentou proposta para disponibilizar as gravações das Sessões de Julgamento no Portal do Tribunal Regional Federal da 2ª Região na Internet, objetivando cumprir a determinação contida no artigo 22 da Resolução CNJ nº 215, de 16 de dezembro de 2015, que dispõe, no âmbito do Poder Judiciário, sobre o acesso à informação e a aplicação da Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011.

Esse mesmo ato normativo, em seu art. 42-A, instituiu o *ranking* da transparência do Poder Judiciário, sendo certo que um dos itens avaliados é a publicação dos vídeos das sessões de julgamento na página do Tribunal (item 13, do anexo II, da Resolução CNJ n. 215/2015).

Submetida a proposta à Presidência, foi ela aprovada por meio do despacho nº TRF2-DES-2021/19011, por meio do qual o Exmo. Sr. Presidente determinou a disponibilização dos áudios das gravações das sessões dos órgãos colegiados do TRF2, bem como a expedição de Ofício-Circular aos Desembargadores Federais desta Corte, para ciência, e para recomendar que sejam disponibilizados os vídeos das referidas sessões.

Dessa forma, as gravações dos áudios passaram a ser disponibilizadas na página das sessões de julgamento do Tribunal, acessível por meio do *link* <https://sessoesdejulgamento.trf2.jus.br>, tendo a disponibilização dos vídeos sido autorizada, até este momento, unicamente pela 7ª Turma Especializada.

Disponibilização de atendimento ao público externo por meio do Balcão Virtual na SAJ

A continuidade da pandemia e do trabalho remoto realçou a necessidade de utilização dos recursos tecnológicos em prol da eficiência do atendimento prestado aos usuários externos. Assim, na esteira dos normativos do Conselho Nacional de Justiça que preveem que o atendimento ao público externo deve ser realizado, preferencialmente, na modalidade virtual e com esteio na Portaria nº TRF2-PTP-2021/00091, que instituiu e regulamentou o uso do Balcão Virtual pelas unidades judiciárias, a SAJ adotou esta modalidade de atendimento remoto ao público externo visando a ampliar seus canais de comunicação e assim atender a maior quantidade de usuários e imprimir eficiência ao serviço de atendimento.



As unidades da SAJ que prestam atendimento ao público externo e adotaram o Balcão Virtual são a Divisão de Precatórios (DIPRE), Coordenadoria de Distribuição, Registro e Autuação (CODRA) e Coordenadoria de Gestão de Sistemas Judiciários (COGESJ).

Os *links* de acesso às salas virtuais de atendimento estão disponibilizados na página <https://www10.trf2.jus.br/consultas/balcao-virtual/>, juntamente com os endereços dos balcões virtuais das unidades judiciárias do Tribunal.

Atualização do conteúdo de páginas do portal do Tribunal na internet

A disponibilização de conteúdo claro, completo e atualizado nas páginas existentes nos portais do Tribunal na Internet consiste em forma eficiente de prestar informações aos públicos interno e externo. Com consciência dessa relevância, foram realizados estudos voltados a identificar eventual insuficiência ou desatualização de informação no sítio do Tribunal na Internet, relativa às atividades judiciárias.

Como resultado, foi realizada a reformulação da página que trata da Assistência Judiciária Gratuita, que compreendeu o detalhamento das informações relevantes não apenas para os profissionais prestadores de serviço de assistência judiciária, mas também para os jurisdicionados beneficiários da gratuidade. Assim, foram acrescentadas orientações sobre o cadastramento e uso do Sistema Eletrônico de Assistência Judiciária Gratuita da Jurisdição Federal - AJG, e também sobre o pagamento de honorários. Além disso, foram acrescentados esclarecimentos sobre quem tem direito ao benefício da assistência judiciária gratuita, no que ela difere da assistência jurídica, e foram atualizados os canais de contato com as Defensorias Públicas da União nos Estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo.

Na sequência, foi proposta ampla atualização da página sobre custas judiciais, que teve como objetivo disponibilizar informações que, por não estarem acessíveis no portal do TRF2 na Internet, eram solicitadas pelos cidadãos por e-mail e pelos demais canais de comunicação da SAJ.

Dessa forma, foram pormenorizados os tipos de ações e recursos para quais há ou não há previsão normativa de pagamento de custas e foram atualizadas as indicações das normas que regem a matéria.



Além disso, foram publicadas orientações sobre a emissão da guia de recolhimento da União (GRU) diretamente pelo sistema processual e-Proc, e também acerca da restituição de custas judiciais recolhidas indevidamente por meio de (GRU). Por fim, foi disponibilizado um arquivo com respostas para perguntas frequentes sobre o tema.

Construção da nova página da SAJ na Intranet

A Secretaria de Atividades Judiciárias se dedicou, ao longo do ano de 2021, à elaboração de um novo formato de portal na Intranet, movida pelo desejo de concentrar todas as informações inerentes a nossa área de negócio em um espaço que possa tornar-se referência de consulta para o público interno da Justiça Federal da 2ª Região.

O projeto foi pensado tendo como norte a ideia de disponibilizar o conteúdo de interesse dos gabinetes e das subsecretarias de turmas de forma mais objetiva, agradável e intuitiva, com uso de ícones que atribuam às páginas um visual mais amigável.

O novo portal da SAJ pretende ser a principal ferramenta para, de forma direta, eficaz e transparente, divulgar as informações institucionais, prestar esclarecimentos sobre serviços da SAJ, referenciar as normas que regem cada assunto tratado, além de consolidar nossa base de conhecimento.

Assim, estão disponíveis no novo portal do setor na Intranet, e serão frequentemente atualizadas, todas as informações relacionadas à nossa área de negócios, com destaque para os canais de contato com a equipe de suporte ao sistema processual, orientações sobre o uso do e-Proc, notícias sobre atualização de funcionalidades e o histórico sobre suas versões. Destacam-se também as informações sobre procedimentos relativos à inscrição, processamento e pagamentos de precatórios e requisições de pequeno valor, o Boletim NUGEPNAC e os manuais de uso das rotinas do e-Proc relacionadas aos temas repetitivos. Também estão publicadas informações referentes às tabelas processuais unificadas (TPUs) de classes, assuntos, movimentação e documentos, incluindo o manual de utilização, as composições dos comitês, além das novidades e atualizações das TPUs. Os acordos e convênios celebrados pelo TRF2, referentes à área de negócio da SAJ, também estarão ao acesso de todos os usuários internos, incluindo manuais e orientações sobre o cadastramento nos sistemas envolvidos.



Projeto de Migração – Conclusão da migração dos processos em tramitação

Iniciado em janeiro de 2020, a partir da autorização conferida pela Presidência deste Tribunal por meio do Despacho nº TRF2-DES-2020/00239, o projeto de migração teve continuidade no ano de 2021, período no qual foi finalizada a transferência dos processos ativos do sistema Apolo para o e-Proc, procedimento cujos detalhes serão apresentados a seguir.

Em que pese a previsão inicial de se ultimar a migração dos processos ativos ao longo do ano de 2021, é forçoso reconhecer que a estratégia da Administração de editar a Resolução nº TRF2-RSP-2021/00036, de 30 de abril de 2021, potencializou o projeto e encurtou o prazo que se levaria para finalizá-lo.

Esse ato normativo estabeleceu procedimentos a serem adotados pelas unidades jurisdicionais e administrativas para viabilizar a migração dos processos ativos do Apolo para o e-Proc no âmbito da Justiça Federal da 2ª Região, além de determinar o prazo de três meses para sua finalização.

Dentre os procedimentos previstos, constou a determinação para que as unidades jurisdicionais adequassem os seus processos que ainda tramitavam no Apolo às situações que não fossem impeditivas à migração num prazo de 60 dias, ao fim dos quais os processos seriam migrados independentemente da fase em que se encontrassem, recomendando-se especial atenção às situações que pudessem vir a causar transtornos operacionais para as sessões de julgamento.

Além disso, a norma estabeleceu um procedimento para que processos do Apolo com pedido de dia fossem migrados com prioridade, para serem julgados já no e-Proc, determinando também que a Secretaria de Tecnologia da Informação bloqueasse as rotinas de pedido de dia e inclusão em pauta do antigo sistema, no prazo de 15 dias após a entrada em vigor da Resolução.

Assim, em razão do prazo estabelecido e do caráter prioritário conferido ao projeto pela Administração, mais uma vez a estratégia foi revista, oportunidade em que se passou a viabilizar uma nova forma de migração, que foi chamada de manual, complementar à automática já existente, na qual, à medida que os processos se tornavam aptos, eram automaticamente migrados, independentemente de estarem no gabinete ou na secretaria.



Desse modo, somado à migração tradicional, esse método alcançou resultados expressivos, aumentando, sobremaneira, a quantidade de processos migrados, muito por conta do empenho dos servidores dos órgãos processantes imbuídos em com ele colaborar, em conjunto com os servidores dos gabinetes, que disponibilizavam os autos conclusos à secretaria a fim de serem migrados.

Foi assim que, diante da conjugação de esforços de diversas áreas, no final do mês de agosto de 2021, foi concluída a migração dos processos ativos do Apolo para o e-Proc, dentro do prazo estabelecido pela Resolução nº TRF2-RSP-2021/00036, alcançando esta Corte o objetivo de utilizar somente um sistema para a tramitação de seus processos.

Conclusão do projeto de digitalização de autos judiciais físicos

Iniciado em janeiro de 2018, o projeto de digitalização e virtualização dos autos físicos em tramitação no sistema Apolo, visando à sua posterior migração para o e-Proc, teve continuidade em 2021.

O principal fator que impossibilitou a sua conclusão no ano de 2020 foi a suspensão do contrato existente com a empresa prestadora do serviço, ocorrida no período compreendido entre o dia 16/3/2020 e 12/8/2020, em razão das medidas temporárias de prevenção ao contágio pelo novo Coronavírus (COVID-19).

Com o serviço retomado em meados de agosto, por força da determinação contida na Resolução nº TRF2-RSP-2020/00037, de 12/8/2020, em local e nas condições aprovadas pela Divisão de Atenção à Saúde - DISAU, foi possível, a partir de então, digitalizar aproximadamente 500 processos naquele ano.

Assim, iniciou-se o ano de 2021 com um acervo de aproximadamente 200 processos físicos a serem digitalizados, sendo, em sua quase totalidade, autos criminais, que, por sua natureza, demandam maiores cuidados.

Forçoso reconhecer, nessa atividade, a organização e o empenho dos servidores do extinto Núcleo de Digitalização – NUDIG, assim como a parceria estabelecida com os gabinetes e secretarias, que, prontamente, atenderam aos pedidos de disponibilização dos autos físicos efetuados pela SAJ, o que foi fundamental para que o projeto fosse concluído ao final do primeiro semestre de 2021.



Sistema Judicial Eletrônico (e-Proc)

O gerenciamento do Sistema Judicial Eletrônico e-Proc é atribuição da Coordenadoria de Gestão de Sistemas Judiciários (COGESJ) da SAJ, a qual tem como unidades subordinadas a Seção de Atendimento ao Usuário Externo (SEAUEX), a Seção de Atendimento ao Usuário Interno (SEAUIN) e a Seção de Gerenciamento de Demandas do Processo Eletrônico (SEGEPE).

Dentre as atribuições da COGESJ, especialmente relacionados ao sistema e-Proc, destacam-se o cadastramento e suporte aos usuários internos e externos, o apoio técnico às unidades de capacitação do Tribunal para as ações de treinamento, o encaminhamento e acompanhamento das demandas de erros e de ajustes nesse sistema e a realização de testes das funcionalidades com a finalidade de homologar as novas versões a serem implantadas.

A COGESJ executa tais atribuições prestando atendimento às demandas recebidas através do balcão virtual, disponibilizado em setembro de 2021, bem como de ligações telefônicas, e-mails, mensagens eletrônicas e chamados registrados no sistema GLPI.

No ano de 2021 foram computadas 13.928 demandas atendidas pela Coordenadoria de Gestão de Sistemas Judiciários-COGESJ, sendo elas classificadas em: validação de cadastros, dúvidas de uso do sistema, manutenção corretiva (erro de funcionamento do sistema) e demandas de aperfeiçoamento.

Naquele ano, visando ao aprimoramento e à otimização dos atendimentos, iniciou-se um trabalho de classificação mais detalhada das demandas, a fim de identificar os questionamentos mais recorrentes e, assim, direcionar, de forma mais estratégica, a disseminação do conhecimento entre os membros das equipes de atendimento, bem como para os usuários do sistema.

Nessa linha, foi estabelecido um processo de trabalho destinado ao repasse de conhecimento para a equipe interna, no qual, por meio de reuniões diárias, são analisados casos concretos abrangendo questões técnicas e jurídicas, alternativas de soluções e suas possíveis consequências.

Adicionalmente, iniciou-se um projeto para ampliar e aperfeiçoar a divulgação de conteúdo relacionado às funcionalidades do e-Proc, a fim de oferecer aos usuários do sistema recursos adicionais que contribuam para sua autoinstrução e maior autonomia. Por consequência, espera-se também uma redução da demanda da COGESJ, possibilitando, assim, a melhor alocação da equipe em outras atividades.



Desse projeto destacam-se a elaboração de vídeos tutoriais e a disponibilização de conteúdo na página da SAJ na intranet do Tribunal, como, por exemplo, página de perguntas e respostas frequentes, além de novidades e histórico das versões do e-Proc.

Além de demandas referentes a atendimentos prestados, no ano de 2021 foram testadas, homologadas e colocadas em funcionamento 12 versões do e-Proc, que foram concentradas em dois pacotes de entrega, versões 8.6 a 8.11 e 8.12 a 8.17, disponibilizados em fevereiro e novembro, respectivamente.

Dentre as principais evoluções implementadas nessas versões, destacam-se:

- A ampliação do uso de tecnologias baseada em inteligência artificial, possibilitando, por exemplo, a automação de localizadores baseada no conteúdo de peças processuais similares e a utilização mais efetiva do recurso de sugestão automática pelo sistema de classificação de temas de demandas repetitivas;
- O aperfeiçoamento da integração entre o e-Proc e outros sistemas externos como a implementação de nova funcionalidade que possibilitou a publicação do alvará de soltura diretamente pelo e-Proc e o aprimoramento da interação com os sistemas processuais do STF e STJ;
- Maior controle e segurança no processo de tramitação/pagamento de RPVs/precatórios, passando a constar, automaticamente, como bloqueados, os requisitórios cujos beneficiários estejam com CPF ou CNPJ irregular.
- Aperfeiçoamento das funcionalidades utilizadas pela Polícia Federal, possibilitando, entre outras medidas, a utilização dos níveis de sigilo para qualquer classe processual, a tramitação direta PF/MPF de termo circunstanciado e a inclusão de advogados em inquérito com nível de sigilo igual ou inferior a 2 diretamente pela PF.

Por fim, importante registrar, que para o ano de 2022 a unidade tem como objetivo ampliar a divulgação de conteúdo relacionado ao e-Proc em diversos formatos (perguntas e respostas frequentes, vídeos tutoriais, manuais etc.), bem como buscar estabelecer um processo de trabalho otimizado para a homologação das novas funcionalidades do sistema processual a fim de, se viabilizada a disponibilização das versões com maior frequência nos moldes adotados pelo TRF4, assegurar maior agilidade na realização dos testes necessários para a liberação de novos recursos no ambiente de produção com segurança.



Gestão de precatórios e de requisições de pequeno valor

O processamento dos precatórios, conforme estabelecido no art. 100 da Constituição da República, obedece à ordem cronológica de sua apresentação neste Tribunal. Além disso, observa-se a preferência dos créditos alimentares em relação aos demais e são atualizados os valores requisitados até a data do depósito. Os tributos previstos na legislação vigente (PSS e IRRF) são devidamente retidos e os registros individualizados dos débitos contra a Fazenda Pública Federal são contabilizados no Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI.

Em 2021, a apresentação, inclusão e execução das despesas voltadas para o pagamento de sentenças judiciais transitadas em julgado observaram as determinações da Lei n.º 14.116/2020 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para aquele exercício), pela Divisão de Precatórios – DIPRE.

As requisições de pequeno valor - RPVs são débitos limitados a 60 salários mínimos que dispensam a prévia inclusão no orçamento. Como definido na Resolução/CJF nº 458/2017, as RPVs são processadas mensalmente e depositadas com correção monetária, em até 60 dias, contados a partir do registro da requisição no Tribunal. Esses débitos representam cerca de 93% do volume de requisitórios processados, mas apenas 36% do volume financeiro dos pagamentos.

Em 2021, todos os precatórios e RPVs expedidos contra a Fazenda Pública Federal foram liquidados dentro do exercício.



O quadro abaixo detalha a quantidade de precatórios e de RPVs depositados no ano de 2021 à conta dos recursos orçamentários consignados a este TRF no Orçamento Geral da União e das transferências financeiras recebidas de outras entidades devedoras. Em 2021, as RPVs foram liquidadas mensalmente, e os precatórios o foram no mês de junho, quando o Governo Federal disponibilizou os recursos financeiros necessários. Vale ressaltar que o quadro demonstra os valores efetivamente depositados não considerando os aspectos orçamentários de recomposição de saldo e recolhimento patronal.

Depósitos em 2021	Quantidade (4)	Valores
Precatórios Orçamentários ⁽²⁾	8.066	2.812.981.998,43
Precatórios Extra Orçamentários ^{(1) (2)}	230	93.768.093,20
Requisições de Pequeno Valor - RPVs ^{(2) (3)}	118.100	1.591.794.690,93
TOTAL	126.396	4.498.544.782,56

Fonte: Divisão de Precatórios – DIPRE/SAJ

Observações:

- (1) O valor referente a precatórios do Comitê Gestor da 2ª Região e entidades não integrantes do orçamento da União.
- (2) Não abate o valor referente às devoluções ocorridas no exercício de 2021.
- (3) Está incluído o valor de R\$ 120.942.951,21 referente ao pagamento de RPVs atuadas em dezembro/2020, liquidadas em janeiro/2021.
- (4) As quantidades são relativas ao número de requisições processadas.

A despeito do expressivo volume – em torno de 126 mil depósitos efetuados em 2021, contemplando mais de 155 mil beneficiários –, a gestão dos precatórios neste Tribunal caracteriza-se pela eficácia dos pagamentos, pela celeridade e pela transparência de todo o processo de liquidação.

Além de dispensar a apresentação de alvará judicial para levantamento dos valores depositados, os procedimentos garantem, por meio da divulgação na página do TRF na Internet, a devida publicidade de todos os elementos envolvidos (dados cadastrais, fases de processamento e informações de depósito).

Tanto os precatórios como as RPVs apresentados a este TRF são processados de forma integralmente eletrônica, dispensando o envio de peças ou quaisquer outros documentos. Como regra, para cada precatório ou RPV é aberta uma conta para depósito do valor



requisitado à disposição do beneficiário. O saque desse valor, com as devidas retenções tributárias, é feito diretamente pelo jurisdicionado ou seu procurador, dispensando-se a apresentação de alvará judicial.

No que tange ao fluxo dos procedimentos de inscrição, processamento e liquidação de precatórios e requisições de pequeno valor, o TRF2 dispõe de uma estrutura composta de setores com segregação de funções para cada etapa do processo, além de uma Secretaria de Controle Interno, com total acesso aos sistemas corporativos e ao SIAFI.

Principais convênios vigentes no ano de 2021

A Seção de Controle de Convênios Judiciários (SCCJUD) é a unidade responsável pelas atividades relativas à celebração de termos e gestão de acordos diretamente ligados às atividades judiciais.

Ao longo do ano de 2021, a SCCJUD dedicou-se a dar continuidade às tratativas iniciadas em anos anteriores com diversos órgãos, bem como promoveu novos contatos, cumprindo com o seu objetivo de ampliar os acordos judiciais firmados pelo TRF2.

Os Acordos que estão disponibilizados aos magistrados e servidores do Tribunal encontram-se divulgados na página da SAJ na Intranet (<http://intra.trf2.jus.br/atividades-judiciarias/acordos-e-convenios/>).

Dentre os diversos acordos, destacam-se aqueles que disponibilizam os seguintes sistemas/portais:

- SISBAJUD - Sistema de Busca de Ativos do Poder Judiciário, sistema para requisição de informações e o envio de ordens judiciais ao Sistema Financeiro Nacional, pela Internet;
- PORTAL JUDICIAL DA CAIXA - acordo com a Caixa Econômica Federal que possibilita acesso ao portal do banco, de forma a permitir a consulta on-line e outros serviços relacionados às contas judiciais;
- SAT EXTERNO (CENTRAL) do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) - sistema que propicia o acesso do Tribunal aos dados do Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS), do Sistema de Benefícios (SISBEN) e do Sistema Informatizado de Controle de Óbitos (SISOBI) de forma unificada;



- RENAJUD - que viabiliza a efetivação de ordens judiciais determinando a restrição e o bloqueio de registro de veículos cadastrados no Registro Nacional de Veículos Automotores – Renavam;
- SERASAJUD – sistema que possibilita ao Tribunal o envio de ordens judiciais de inclusão de restrição, levantamento temporário ou definitivo de restrição nos cadastros mantidos pelo SERASA, bem como a solicitação de informações cadastrais;
- JUCERJA – Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro – através do sítio da Junta Comercial, é possível ao Tribunal consultar o cadastro de empresas e visualizar documentos digitalizados.
- LIGHT – disponibiliza canal de consulta de dados cadastrais de clientes da concessionária de energia elétrica, via internet.

Há em andamento tratativas para celebração de acordos para, dentre outros sistemas: examinar os dados do Sistema de Identificação Penitenciária (SIPEN) da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária do Estado do Rio de Janeiro; integrar o e-Proc com o sistema processual do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro; e dar acesso aos dados do Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (SIAPE) do Ministério da Economia.

Gerenciamento de precedentes e de ações coletivas

O Núcleo de Gerenciamento de Precedentes e de Ações Coletivas (NUGEPNAC) é a unidade responsável, no âmbito do TRF2, por uniformizar o gerenciamento dos procedimentos administrativos decorrentes da aplicação da repercussão geral, do julgamento de casos repetitivos e dos incidentes de assunção de competência, e por promover o fortalecimento do monitoramento e a busca pela eficácia no julgamento das ações coletivas.

Em 2021, a partir do intenso esforço da Vice-Presidência desta Corte e o apoio daquele Núcleo, foram realizadas três reuniões da Comissão Gestora do NUGEPNAC, cumprindo o disposto no art. 6º, § 9º, da Resolução CNJ nº 235 de 2016, com redação alterada pela Resolução CNJ nº 286 de 2019, e a Recomendação constante do Relatório de Inspeção do CNJ de 2020.



Dentre as principais iniciativas dessa Comissão, foram levadas a efeito pelo NUGEPNAC as seguintes:

- Criação do “Boletim do NUGEPNAC” com o fim de divulgar os precedentes qualificados mais relevantes para a jurisdição federal e outras informações relevantes acerca das ações coletivas em tramitação na Justiça Federal da 2ª Região e nos Tribunais Superiores. Ressalta-se que, até dezembro de 2021, foram elaboradas e divulgadas quatro edições do “Boletim do NUGEPNAC”.
- Desenvolvimento e divulgação do primeiro vídeo tutorial do NUGEPNAC, o qual orienta os usuários a respeito de como suscitar um Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas – IRDR, com o objetivo de aprimorar a divulgação de informações acerca das funcionalidades do sistema e-Proc relativas à gestão de precedentes. Noticia-se também que, ainda em 2021, foi elaborado o segundo vídeo tutorial do NUGEPNAC, que será divulgado em breve;
- Revisão e atualização da página “Gerenciamento de Precedentes e de Ações Coletivas”, no portal eletrônico do TRF2, tendo sido expandido seu conteúdo;
- Solicitação às presidências das Turmas Especializadas e às subsecretarias para que cada órgão indicasse um servidor para a formação de um grupo com o NUGEPNAC, a fim de aprimorar a interlocução entre o núcleo e os gabinetes/subsecretarias;
- Levantamento dos dados dos temas já julgados e os ainda sobrestados que possuam significativo acervo vinculado, e encaminhamento ao Núcleo de Conciliação, de modo a viabilizar a análise de eventuais ações de conciliação referentes a tais temas.

Por fim, ressalta-se que a Resolução nº TRF2-RSP-2021/00069, de 13 de setembro de 2021, instituiu o Centro de Inteligência do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, que, dentre outros membros, conta com dois servidores do NUGEPNAC no seu Grupo Operacional.



10. Gestão de Pessoas

O ano de 2021, em decorrência da pandemia da Covid-19, ainda foi de muitos desafios para todas as áreas. Ao continuar o trabalho remoto e haver retorno gradual das atividades presenciais, conforme determinação da Resolução nº TRF2-RSP-2021/00057, iniciou-se, então, uma nova etapa, com a gestão de equipes híbridas (em regime remoto e presencial).

Também houve continuidade da realização de ações que favorecessem a melhoria da qualidade de vida no trabalho de magistrados e servidores e, conseqüentemente, do clima organizacional, além de ações de promoção de saúde, dentro dos limites impostos pelo regime de trabalho remoto da maioria da força de trabalho.

Destacam-se as seguintes atividades no ano:

Promoção de Saúde e Qualidade de Vida

Portal Vida e Saúde no Trabalho

Canal de comunicação, criado na Intranet do Tribunal em 2015, que visa à reflexão sobre questões pertinentes ao processo de saúde e doença no trabalho, em uma conjuntura marcada por desafios enfrentados pelo Judiciário - introdução de inovações tecnológicas, definição de metas de produtividade, reorganização dos processos de trabalho, aprimoramento de competências e habilidades, dentre outros, responsáveis por impactos na saúde dos magistrados e servidores.

Contém informações sobre os serviços oferecidos pela área de saúde aos servidores e magistrados, em conformidade com a Política Nacional de Saúde, estabelecida pelo CNJ na Resolução nº 207, de 15/10/2015, para o Poder Judiciário, de acordo com o entendimento de que a saúde deve ser estruturada em um triplo eixo: assistência, perícia, promoção e vigilância em saúde. O conteúdo acerca das ações de saúde oferecidas foi atualizado, de acordo com as necessárias adaptações decorrentes da pandemia de Covid-19, tendo sido criado, ainda, um espaço para centralizar todas as notícias publicadas pela área de saúde acerca da pandemia. No ano de 2021, o portal apresentou 5.382 acessos no total.



Programa de Combate ao Estresse

O Tribunal disponibiliza espaço em suas dependências, no Núcleo de Qualidade de Vida e Bem-estar, há profissionais especializados em fisioterapia (cadastrados via Edital de Credenciamento TRF2-ADM-2018/00389), para a prática de sessões terapêuticas contra o estresse dirigidas a magistrados e servidores. São custeadas pelo usuário do serviço, a um valor abaixo do praticado no mercado. No entanto, dadas as recomendações de segurança em virtude da pandemia, não foram oferecidos atendimentos presenciais em 2021. Assim como em 2020, foram mantidos os pacotes promocionais ofertados pelos profissionais para teleatendimento, porém não houve demanda.

Campanhas informativas de saúde: DISAU ao seu lado

Objetiva levar aos magistrados e servidores campanhas informativas relacionadas à saúde, em especial considerando demandas advindas da pandemia de Covid-19, as quais são veiculadas na Intranet, e no Portal *Vida e Saúde no Trabalho*, conforme contribuições da equipe multiprofissional de Saúde da Divisão de Atenção à Saúde (DISAU). Em 2021, foi possível obedecer e ampliar parte do cronograma estabelecido em parceria com a Assessoria de Comunicação (ACOM).

Foram abordados temas diversos, tais como: saúde mental, combate à LER/DORT, saúde da mulher, combate ao câncer de mama, saúde do homem, saúde bucal, orientações para vacinação, trabalho a distância, saúde visual, atividades desenvolvidas pela DISAU durante a pandemia, assédio no trabalho, resoluções emitidas pelo CNJ e outros normativos direcionados para direitos dos servidores, cuidados sanitários durante a pandemia, dentre outros.

Trabalho Presencial: DISAU Informa (COVID-19 e trabalho)

No contexto da pandemia, esta atividade, voltada para os que estão em trabalho presencial, foi criada em substituição à ação *DISAU em Movimento*, que realizava visitas aos setores do Tribunal para conversa com servidores e distribuição de material informativo sobre os serviços oferecidos pela DISAU. Consiste em exposição de cartazes nas dependências do



prédio sede do Tribunal, com informações relevantes para a preservação da saúde dos trabalhadores (magistrados, servidores, funcionários, estagiários e terceirizados) que estão atuando de forma presencial durante a pandemia.

Os cartazes informativos estão afixados em expositores, no *hall* principal de entrada do prédio do Tribunal na Rua Acre, 80, assim como nos ambientes laborais do prédio, sendo atualizados mensalmente. O material aborda temas diversos relacionados com a pandemia. A atividade é realizada em parceria com diversos setores do Tribunal, a saber: ACOM, COPGRA, SIE (Segurança, NUATA).

Evento comemorativo do Dia do Servidor - Encontro dos Servidores 2021 on-line

O evento ocorreu no período de 25 a 28/10 e contou com apresentação de palestras, oficinas e aulas práticas, além de sorteio de brindes. Foi promovido pela área de Gestão de Pessoas (SGP), com participação e apoio da Divisão de Atenção à Saúde (DISAU), da Coordenadoria de Educação Corporativa (CEDUC), e em parceria com o Centro Cultural da Justiça Federal (CCJF), o Sindicato dos Servidores das Justiças Federais no Estado do Rio de Janeiro (SISEJUFE) e a Associação dos Servidores das Justiças Federais do Rio de Janeiro (SERJUS). Foram quatro dias de atividades *on-line* para os servidores, o que permitiu uma aproximação entre os colegas, momentos de confraternização, aprendizado e lazer, ainda que de forma remota. As seguintes atividades foram realizadas com participação da DISAU:

- Aula de relaxamento e meditação guiada realizada por fisioterapeuta credenciada do Programa de Combate ao Estresse (12 participantes inscritos);
- Aula de Lian Gong, para prevenção e tratamento de dores musculares e combate ao estresse, com o fisioterapeuta credenciado do Programa de Combate ao Estresse (12 participantes inscritos);
- Bate-papo "Conversas para um Novo Tempo", que abordou temas como estresse, bruxismo e estratégias saudáveis, com o psicólogo e as odontólogas da DISAU (29 participantes inscritos);
- *Workshop* de exercícios para alívio de dores e desconfortos, conduzido por fisioterapeuta credenciada do Programa de Combate ao Estresse (24 participantes inscritos);



- Palestra “Conversas para um Novo Tempo”, sobre saúde emocional na pandemia e pós-pandemia, realizada pelo psicólogo e pelo psiquiatra da DISAU (31 participantes inscritos).

(Programação completa em <https://www10.trf2.jus.br/saudenotrabalho/veja-as-acoes-que-ocorreram-no-trf2-para-celebrar-o-dia-do-servidor-publico/>)

Ambientação de novos servidores

Consiste em um encontro em grupo, em 2021 realizado por videoconferência em virtude da pandemia, coordenado pela equipe de Serviço Social da DISAU, preferencialmente em momento anterior à posse e somente após aprovação nos exames admissionais de sanidade física e mental. Tem por objetivo integrar os novos servidores, a fim de que se sintam acolhidos e inseridos na instituição, esclarecendo dúvidas frequentes, sobretudo, relacionadas a direitos e deveres, e apresentando os serviços oferecidos pela área de saúde. Em 2021 foram realizados seis encontros, todos on-line, totalizando 39 participantes.

Atendimento remoto em Psicologia: apoio em tempos de pandemia

A COVID-19 mudou a forma de nos relacionarmos ao exigir o distanciamento social como medida preventiva. Além das evidentes reações emocionais a essa súbita transformação de hábitos, que geram elevados índices de estresse e ansiedade, a ameaça do vírus também vem causando diversas dificuldades tanto em família, quanto no mundo do trabalho. A proposta de atendimento remoto em Psicologia buscou dar suporte no enfrentamento desta nova realidade que se impôs. Ao longo de 2021, 14 servidores buscaram atendimento.

Programa de Assistência à Psicologia e à Psiquiatria (PaPsi)

O programa objetiva garantir a prestação de assistência em saúde mental dos servidores, por meio da manutenção de uma rede qualificada de psicólogos e psiquiatras, cujos honorários são acordados junto à Equipe de Saúde do Tribunal, sendo oferecido aos beneficiários reembolso de parte do valor pago pelo tratamento. A saúde mental é uma das



causas mais frequentes de absenteísmo no Tribunal. O ano de 2021 se encerrou com 12 beneficiários inscritos.

Campanha de Vacinação contra Gripe

Em 2021, a campanha de vacinação contra a gripe foi realizada nas dependências do Tribunal, nos meses de junho e julho, e totalizou 372 vacinados, sendo: 11 magistrados, 191 servidores, seis estagiários e 164 prestadores de serviço.

Ingresso de novos servidores e procedimentos para posse e lotação a distância

Com o regime de trabalho remoto e com o propósito de garantir-se, de forma célere, a reposição de vagas abertas e o preenchimento daquelas autorizadas pelo CJF para a 2ª Região, sem impacto orçamentário, deu-se continuidade ao processo de nomeações e recebimento e conferência de documentos de forma digital, com a subsequente posse *on-line* de novos servidores, sendo realizada de forma presencial apenas a avaliação médica.

Para isso, foram disponibilizados na página do Tribunal, além das listagens de documentos e exames médicos necessários, formulários *on-line* e guia completo de procedimentos para o período de trabalho remoto. Sistema semelhante foi adotado para as nomeações e posses de cargo em comissão.

Contratação de estagiários

Foi dada continuidade também às seleções e contratações de novos estagiários de forma remota, com inscrições, emissão de termos de compromisso e arquivo dos documentos dos novos estagiários feitos digitalmente.

Outro novo procedimento adotado a partir de 2021 foi a integração do novo estagiário por meio de videoconferências com instruções sobre os regulamentos do estágio e direitos e deveres dos trainandos.



Digitalização dos assentamentos funcionais

Foi iniciada a digitalização dos assentamentos funcionais e documentações físicas relativas aos magistrados, servidores, aposentados e pensionistas, sendo concluída no ano de 2021 a digitalização dos assentamentos dos servidores ativos. Essa medida assegura a integridade dos documentos, melhor aproveitamento de espaços físicos e maior celeridade no acesso aos dados funcionais.

Quadro de Vagas

Magistrados

A partir da Lei nº 14.253, de 1º de dezembro de 2021, o quadro de Magistrados do Tribunal passou a ser composto por 35 cargos de Desembargadores Federais, restando oito cargos vagos.

O Quadro de Magistrados da SJRJ é composto por 269 cargos, sendo 151 Juízes Federais Titulares e 118 Juízes Federais Substitutos. Encontram-se ocupados 151 cargos de Juiz Federal Titular e 82 cargos de Juiz Federal Substituto.

O Quadro de Magistrados da SJES é composto por 50 cargos, sendo 28 Juízes Federais Titulares e 22 Juízes Federais Substitutos. Encontram-se ocupados 26 cargos de Juiz Federal Titular e 16 cargos de Juiz Federal Substituto.

Servidores

O Quadro de Pessoal do Tribunal é composto por 1.126 cargos efetivos, existindo 58 vagos.

O Quadro de Pessoal da SJRJ é composto por 2.938 cargos efetivos, existindo 157 vagos e 7 pendentes de posse.

O Quadro de Pessoal da SJES é composto por 538 cargos efetivos, existindo 34 vagos. No Tribunal há também 170 cargos em comissão (CJ) e 991 funções comissionadas (FC).

Observa-se que, apesar da restrição orçamentária e da limitação de nomeações com impacto orçamentário, o Tribunal tem prontamente providenciado a nomeação para vagas



em caso de reposição (vagas decorrentes de exoneração/declaração de vacância por posse em outro cargo, falecimento sem originar pensão), bem como para as cotas autorizadas pela Lei Orçamentária e distribuídas pelo Conselho da Justiça Federal.

Em 2021, ocorreram 107 nomeações de candidatos aprovados no concurso público em vigência, dentre as quais, 28 foram tornadas sem efeito em virtude da apresentação de termo de desistência da posse ou perda do prazo legal para a mesma. Do total, 35 foram para o Tribunal, 57 para SJRJ e 15 para SJES. Dos 79 candidatos empossados, quatro o foram pela cota de pessoas com deficiência, e 14 pela cota de etnia.

Força de Trabalho

Magistrados

A Força de Trabalho do Tribunal contava, em 31/12/2021, com 32 Magistrados, sendo 27 Desembargadores Federais e cinco Juízes Convocados com prejuízo de suas jurisdições nas respectivas Seções Judiciárias. Há, também, nove Juízes Convocados sem prejuízo de jurisdição, contabilizados na força de trabalho da respectiva Seção Judiciária.

A Força de Trabalho da SJRJ conta com 224 Magistrados, além de nove Juízes Federais cedidos com prejuízo de suas jurisdições (quatro para o TRF2, um para o CJF e quatro para o CNJ), e oito Magistrados cedidos sem perda de suas jurisdições (sete no TRF2 e um no CNJ).

A Força de Trabalho da SJES conta com 38 Magistrados, além de dois cedidos com perda de suas jurisdições (um no TRF2 e um no STJ), dois licenciados/afastados e dois Magistrados cedidos sem perda de suas jurisdições para o Tribunal.

Servidores

A Força de Trabalho do Tribunal conta com 1.345 servidores, sendo 991 servidores do Quadro, 314 servidores de outros órgãos (inclusive SJRJ e SJES) e 40 servidores ocupantes exclusivamente de cargo em comissão.

Existem, ainda, três servidores removidos para o Tribunal que se encontram à disposição de outros órgãos e três servidores do Quadro de Pessoal efetivo do Tribunal licenciados sem vencimentos.



A Força de Trabalho da SJRJ conta com 2.596 servidores, sendo 2.425 servidores do Quadro; 162 servidores de outros órgãos (inclusive TRF2 e SJES) e nove servidores ocupantes exclusivamente de cargo em comissão. Há ainda 10 servidores requisitados/removidos para a SJRJ que se encontram à disposição de outros órgãos. Há, por fim, três servidores do Quadro de Pessoal efetivo da SJRJ licenciados sem vencimentos.

A Força de Trabalho da SJES conta com 522 servidores, sendo 466 servidores do Quadro; 55 servidores de outros órgãos (inclusive TRF2 e SJRJ) e um servidor ocupante exclusivamente de cargo em comissão.

Estagiários

O programa de estágio da 2ª Região oferece vagas para nível superior e nível médio. Em 2021, 100 foram ocupadas no Tribunal, sendo 52 na área administrativa e 48 na área judiciária. Ao todo, foram ocupadas 96 vagas de nível superior e quatro de nível médio.

Na SJRJ, foram ocupadas 441 vagas, sendo 78 na área administrativa e 363 na área judiciária. Ao todo, foram ocupadas 428 vagas de nível superior e 13 de nível médio.

Na SJES, foram 57 vagas ocupadas, sendo sete na área administrativa e 50 na área judiciária. Ao todo, foram ocupadas 54 vagas de nível superior e três de nível médio.

Capacitação

As ações educacionais realizadas pelo Tribunal, no exercício de 2021, destinaram-se ao desenvolvimento de competências teóricas, técnicas e gerenciais, mediante participação de servidores em cursos/eventos desenvolvidos nas áreas jurídica, administrativa, gerencial, de segurança e de tecnologia da informação.

Tais atividades destinam-se ao cumprimento da Missão proposta pelo Plano Estratégico da Justiça Federal – PEJF para o período 2021-2026: “Garantir à sociedade uma prestação jurisdicional acessível, rápida e efetiva”, bem como a disseminação de valores ligados (i) à ética; (ii) ao respeito à cidadania e ao ser humano; (iii) e à sustentabilidade nas relações de trabalho (Res. CNJ nº 325/2020).



Destacaram-se, no exercício, ações nas seguintes áreas:

- Área Judiciária.
- Área Administrativa.
- Área de Segurança.
- Área de Tecnologia da Informação.
- Área Comportamental.

Ações na Área Judiciária

- **“Formação de Facilitadores em Justiça Restaurativa – T01/2021-TRF2”**: curso **com ônus** voltada para a compreensão da Justiça Restaurativa no âmbito da Cultura de Paz, sua filosofia, seus fundamentos e seu histórico, em atendimento às Resoluções CNJ nº 225/2016 e TRF2-RSP-2021/00044. Contou com instrutores(as) de outros TRFs e obteve 20 capacitados.
- **“Gerenciamento de Precatórios e Admissibilidade Recursal para os Tribunais Superiores”**: curso **com ônus** para aperfeiçoar a análise dos requisitos legais, constitucionais e jurisprudenciais de admissibilidade dos recursos, ministrado por servidores do STF, teve como público-alvo servidores lotados na vice-presidência. Obteve 15 capacitados.
- **“Formação de Mediadores Judiciais – Etapa Teórica”**: curso **com ônus** e coordenado pela Escola de Mediação da Justiça Federal da 2ª Região, que contou com 24 capacitados, além de cinco turmas do curso autoinstrucional **“e-Proc Rotinas Básicas da 2ª Instância”**, sem ônus, totalizando 44 capacitados.

Foi realizada, também, uma turma do curso **“e-Proc para Usuários: Elaboração e Minutas”** e uma do curso **“e-Proc para Usuários: Sessão de Julgamentos”**, ambas **com ônus**, somando 19 capacitados, e mais duas turmas do curso **“BNMP 2.0”**, **sem ônus**, com 48 capacitados.



Ações na Área Administrativa

- **“Nova Lei de licitações e Contratos Administrativos - Lei nº 14.133/21”:** curso com ônus e temática anualmente recomendada pelo TCU, tendo como público-alvo gestores e fiscais de contratos da área administrativa, abordou os principais aspectos da nova Lei de Licitações, oferecendo competências necessárias para aplicar, avaliar e fiscalizar os processos licitatórios conduzidos com as regras do novo estatuto das compras públicas. Contou com 32 capacitados.
- **“LGPD: Fundamentos e Aplicabilidade ao Judiciário”:** curso com ônus realizado em agosto após a criação de comissão para tratar deste tema, teve a finalidade de apresentar os principais riscos e mecanismos de proteção da informação, com foco nas políticas de Segurança da Informação e na LGPD, tendo como público-alvo os Membros da Comissão e servidores da STI. Contou com 34 capacitados.
- Foi também realizado, em novembro, o curso com ônus **“LGPD no Poder Judiciário”** com a finalidade de apresentar os impactos práticos da implementação da LGPD, tanto em relação à atividade-meio, quanto em relação à atividade-fim do Poder Judiciário, tendo como público-alvo todos os servidores da 2ª Região, resultando em 50 capacitados.
- **“Design Thinking T01-2021/TRF2”:** curso com ônus, visando a capacitar servidores na aplicação da abordagem de *design thinking* (técnica para abordagem de problemas e tomada de decisões de forma criativa) em oficinas promovidas pelo Laboratório de Inovação do Tribunal, com a finalidade de fazer entender o contexto do problema a ser solucionado usando a empatia, visando ao fortalecimento da relação institucional da Justiça Federal com a sociedade. A ação educacional obteve 15 capacitados.
- **“2º Workshop da Estratégia”:** evento sem ônus que deu continuidade à edição realizada em 2020, também organizado em parceria com a área estratégica do Tribunal, e que representou oportunidade de pensar coletivamente questões relacionadas ao Mapa Estratégico da 2ª Região – 2021/2026, tendo alcançado 109 servidores capacitados.

Adicionalmente foi realizado o curso **“Segurança da Informação”**, com ônus, que obteve 40 capacitados.



Houve três turmas do curso **“Nivelamento dos Servidores do Poder Judiciário”**, ação autoinstrucional, **sem ônus e** cedida pelo CNJ, que abrangeu 218 capacitados, além do **“Programa de Integração para Servidores Recém-Empossados”**, **sem ônus**, no qual foram ministradas palestras administrativas para 15 servidores.

Por fim, foram oferecidas quatro turmas do curso autoinstrucional **“Siga-Doc e Princípios da Gestão Documental”**, **sem ônus**, que contou com 77 capacitados.

Com relação a cursos externos, foram autorizadas inscrições em três ações de capacitação do tipo, alcançando quatro servidores.

Ações na Área de Segurança

- **“Curso Básico de Técnicas Operacionais”**: curso **com ônus**, integrou a 2ª fase da Formação Funcional para Agentes da Justiça Federal da 2ª Região, objetivando aprimorar a prática profissional cotidiana dos Agentes de Segurança Judiciária, com foco em análise e gerenciamento de conflitos, neutralização efetiva de ameaças com emprego de equipamentos de uso seletivo da força e técnicas de condução, em consonância com a Resolução CJF nº 686/2020. O normativo dispõe sobre a regulamentação do porte institucional de armas letais e não letais, bem como define os calibres das armas e os acessórios. Esta ação obteve 16 capacitados.

Em complemento, foram realizadas três turmas, **com ônus**, no **“Programa de Reciclagem para Área de Segurança do TRF2”**, totalizando 57 agentes capacitados.

Ações na Área Gerencial

Especificamente na área gerencial, foram realizados cursos e eventos que visaram a contribuir para a construção de uma Justiça mais engajada na garantia dos direitos fundamentais, disseminando valores relacionados ao respeito à cidadania, à integridade e à sustentabilidade.

Para tanto, a temática orientadora foi o aprofundamento do tema Comunicação não violenta – CNV, alinhada aos valores estratégicos **mencionados inicialmente** e à Visão destacada na Estratégia Nacional do Poder Judiciário para o quinquênio 2021-2026 (Res. CNJ



nº 325/2020) – Pacificação Social. Nesse sentido, foi proposta a reflexão a respeito da possibilidade de construção de um novo paradigma de Justiça, baseado na cultura de pacificação.

Dentre as ações desenvolvidas na área gerencial, destacaram-se:

- **“Do nó ao laço na construção do “Nós”: A comunicação não violenta e a Justiça”:** evento de abertura das ações educacionais do PDG do Tribunal, realizado **com ônus**, com palestra ministrada pelo Juiz Federal Vladimir Santos Vitovsky, Titular da 9ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro e Juiz Formador da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (ENFAM). Contou com 36 capacitados.
- **“Assédio: Vamos Jogar Luz Sobre Esse Tema”:** encontro realizado **com ônus** numa parceria entre as três casas, TRF2, SJRJ e SJES, objetivando à promoção de relações de trabalho mais sustentáveis, através do aprimoramento do ambiente organizacional. Dessa forma, foram apresentadas as três Comissões de assédio da 2ª Região, além de como acessá-las. Além disso, foram debatidos conceitos sobre assédio sexual, moral e organizacional no cenário atual. Houve também a reflexão sobre como promover um ambiente institucional preventivo ao assédio e promotor de relações não violentas. Foram três dias de debates, divididos da seguinte forma: tema I **“Lançando luz sobre o assédio”**, tema II **“Isso é assédio?”** e tema III **“Gestão e assédio”**, Foram capacitados 94 pessoas no primeiro tema; 91, no segundo; e 89, no terceiro, entre gerentes e servidores sem função gerencial.
- **“Oficina de teletrabalho”:** curso **com ônus**, que promoveu a análise das demandas organizacionais relacionadas ao trabalho a distância, além de considerar o papel do gestor nesse tipo de atividade, e proporcionar, de forma inédita, a prática da metodologia ativa de conhecimento, o *design thinking*, além de permitir aos participantes o compartilhamento de exercícios com o uso da ferramenta Miro, que possibilita o trabalho colaborativo a distância. Esta ação foi bastante elogiada pelos alunos, que pediram a sua repetição em novo período, além do aumento da carga horária. Contou com 15 capacitados.

Além das ações citadas, foi oferecido o curso **“Formação de novos gestores e sucessores”**, **com ônus**, em sua terceira versão, atendendo tanto à recomendação do TCU de formar sucessores aos cargos gerenciais, bem como à exigência da Lei nº 11.416/2006, a qual



determina que os novos gestores participem de ações educacionais gerenciais, a fim de cumprir a carga horária de 15 horas no primeiro ano de gestão

Foi também realizado o curso **“Integridade e Código de Conduta”**, com **ônus**, em sua segunda edição, que teve como objetivo apresentar os aspectos materiais do Código de Conduta da Justiça Federal (Res. nº 147/2011 do CJF) e de seu Regulamento (Portaria nº 116/2012 do CJF), além dos aspectos procedimentais desse normativo. Totalizou 29 capacitados.

Por fim, foi oferecido o curso **“Mapeamento de Processos”**, autoinstrucional **sem ônus**, que contou com 31 capacitados.

Ações na Área de Tecnologia da Informação

- **“Gestão de serviços com GLPI” e “Avançado GLPI x ITIL, FusionInventory e Metabase”**: cursos **com ônus**, cuja contratação objetivou à capacitação tecnológica dos servidores da área nas diversas atualizações do sistema desde a sua implementação no final de 2018, sendo o sistema voltado para o gerenciamento de serviços de TI no Poder Judiciário Federal da 2ª Região, em grau de importância equivalente ao sistema processual para a área judiciária. Os cursos foram ministrados por empresas contratadas e obtiveram 25 e 37 capacitados respectivamente.
- **“Power BI Básico”**: curso **com ônus**, proporcionou conhecimentos de *softwares* de *self-service BI*, com a finalidade de capacitar servidores na construção de seus próprios relatórios interativos, tendo sido ministrado por servidor do TRF3 e alcançado 29 capacitados.

Adicionalmente foram executados os cursos, **com ônus**, **“MS Access 2013”** e **“Excel Intermediário”**, atendendo 25 capacitados.



Ações na Área Comportamental

- **“Acessibilidade e inclusão: barreiras atitudinais”:** palestra **com ônus**, objetivando a estimular a análise crítica do tema, tendo capacitado 28 participantes.
- **“Mudanças climáticas: O que eu tenho com isso?”:** palestra **sem ônus**, com a finalidade de sensibilizar os participantes sobre os impactos das mudanças climáticas em nossas vidas e o que podemos fazer para minimizar seus efeitos, ministrada pelo Consultor Sênior do Centro Brasil no Clima, Dr. Sérgio Besserman Vianna, e alcançando 37 capacitados.
- **“1º Ciclo de Encontros: A hora é agora, MULHER! As Mulheres e a Justiça Federal da 2ª Região - #TRF2UNINDOasPESSOAS”:** evento autoinstrucional **sem ônus**, teve a finalidade de apresentar a importância do respeito à diversidade de gênero para as relações humanas na instituição atendendo ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável da ONU ODS 5 (igualdade de gênero), composto por exposição em vídeo de falas de mulheres posicionadas em vários segmentos da estrutura organizacional do Tribunal e de outros Órgãos, tendo sido concluído com 54 capacitados.

Considerado os esforços da Administração para promover a formação e o aperfeiçoamento da força de trabalho, e analisada a totalidade das ações educacionais empreendidas em 2021, conforme dispõe o art. 39, § 2º, da Constituição Federal, a Lei nº 11.416/2006, e a Resolução CNJ nº 192/2014, verificou-se que, no exercício de 2021, foram treinados 467 servidores em cursos com ônus e 514 em ações sem ônus, totalizando 981 capacitados com e sem ônus. Ao se computar a repetição de ações de capacitação por servidor, contabilizou-se um total de 861 capacitados em cursos com ônus e 633 em ações sem ônus, totalizando 1.494 capacitados.

Conclui-se que os cursos realizados a distância ao vivo apresentaram bons resultados e representam mais uma alternativa de construção do conhecimento coletivamente, aproximando e atendendo bem os servidores, em especial aqueles que permanecem no regime de teletrabalho ou lotados em Subseções Judiciárias.



Outras Informações Relevantes

A restrição orçamentária para nomeações por força da Emenda Constitucional 95, de 2016, associada ao fato de muitos servidores terem se aposentado sem possibilidade de reposição da vaga, e de outros já contarem com todos os requisitos para aposentadoria voluntária ou estarem próximos de completar idade e tempo de contribuição pelas regras atuais, traz um grande desafio para a gestão de pessoas. Isso porque não será possível prover de imediato as vagas que surgirem com as aposentadorias que já podem ser solicitadas ou que poderão sê-lo em breve.

Em 2021, de fato, começou-se a sentir na 2ª Região essa redução gradual de servidores, passando a força de trabalho de 4.502 servidores em 2020, para 4.463 servidores em 2021.

Por esses motivos, torna-se ainda mais importante manter e aprimorar os programas voltados para os cuidados com a saúde, a qualidade de vida, a capacitação, e o desenvolvimento de servidores, bem como rever os processos de trabalho e priorizar a automação.

Uma dificuldade que persiste é a falta de sistema integrado de gestão de pessoas, o que acarreta lançamentos em duplicidade, retrabalho e necessidade de conferência manual, aumentando a possibilidade de erros.

Para resolver essa dificuldade, há o projeto nacional em andamento, coordenado pelo CJF, conforme a Resolução CJF nº 696, de 15 de março de 2021, que aprovou como projeto nacional da Justiça Federal a implantação do Sistema Eletrônico de Recursos Humanos (SERH) desenvolvido pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região. Durante o ano de 2021, houve a preparação da Equipe de TI para a implantação do sistema nacional, bem como foram instituídos os grupos temáticos de trabalho, sendo iniciadas as reuniões em setembro de 2021. Para o ano de 2022, será dada continuidade aos trabalhos, com vistas à implantação do novo sistema.

Em paralelo, iniciou-se na gestão de pessoas o mapeamento dos processos de trabalho e revisão de procedimentos, com vistas à otimização dos recursos disponíveis e melhoria da conformidade.



11. Gestão de Material e Patrimônio

A Secretaria de Atividades Administrativas - SAT tem por atribuições principais a elaboração de pesquisas de preços para os procedimentos licitatórios e as dispensas e inexigibilidades; a formalização de contratos e atas de registro de preços; a elaboração de cálculos administrativos; e a gestão do material e patrimônio. A Secretaria ainda tem forte atuação junto aos demais setores técnicos no monitoramento da execução contratual.

A SAT é composta dos seguintes setores:

- Núcleo de Gestão Documental e Biblioteca.
- Subsecretaria de Controle de Custos de Compras e Contratos.
- Coordenadoria de Análise Financeira de Contratos.
- Divisão de Patrimônio e Almoxarifado.
- Divisão de Contratos.

Núcleo de Gestão Documental e Biblioteca (NUGEBI)

A Resolução TRF2-RSP-2021/00019 reestruturou as áreas de Gestão Documental, Jurisprudência e Biblioteca, integrando as respectivas atividades ao novo Núcleo de Gestão Documental e Biblioteca – NUGEBI e transferindo a sua subordinação para a Secretaria de Atividades Administrativas – SAT.

O NUGEBI tem como principais atribuições promover a atualização, organização e disseminação do material bibliográfico e da jurisprudência da 2ª Região; realizar atividades para a gestão de documentos administrativos e judiciais, independentemente do suporte em que se encontrem; bem como desenvolver ações objetivando à organização, à recuperação, à conservação e à preservação do acervo que compõe a memória institucional da 2ª Região.

O NUGEBI atua, ainda, de forma colaborativa com o desenvolvimento e atualizações do sistema SIGA-DOC, garantindo que os requisitos estabelecidos no Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão de Processos e Documentos do Poder Judiciário (Moreq-Jus) sejam atendidos. Participa também do Comitê Gestor do SIGA-DOC, disseminando o sistema e suas funcionalidades para órgãos interessados em adotá-lo.

Cabe ressaltar algumas atividades desenvolvidas e finalizadas com êxito, em 2021, pelas Unidades que compõe a NUGEBI, a saber: revisão da Resolução nº 18/2011, que dispõe



sobre as normas gerais de Gestão Documental da Justiça Federal da 2ª Região, com base nas Resoluções CNJ nº 324/2020 e CJF nº 714/2021, servindo de base para a elaboração da nova Política de Gestão Documental e Memória da Justiça Federal da 2ª Região (TRF2-RSP-2021/00060); disponibilização para Magistrados e gabinetes da 2ª Região, através de parceria com o CJF, da base de dados de doutrina jurídica Proview da Revista dos Tribunais, havendo sido cadastrados e orientados 224 usuários; participação nas ações do grupo formado a partir do I Encontro Nacional sobre Sistematização e Divulgação de Jurisprudência (ocorrido em março de 2020).

A respeito desse grupo conduzido pelo CNJ, cabe informar que, ao longo de 2021, promoveu a avaliação interna e externa dos setores de jurisprudência do Judiciário (através de formulários eletrônicos), além de ter realizado várias palestras e cursos.

Por outro lado, encontra-se em atraso a conclusão da ferramenta de busca para o Portal de Jurisprudência (com consequente atraso no envio regular da base de ementas selecionadas para o Portal de Jurisprudência Unificada do CJF). Podemos citar também a necessidade de realização de reformas, de realocação de servidores e de contratação de novos serviços para propiciar o pleno funcionamento do Centro de Memória da 2ª Região.

Também se faz necessária a organização de edital de eliminação de processos administrativos e judiciais e a busca de meios para a realização de uma mostra dos processos históricos e obras raras na Semana da Memória, em parceria com o CCJF, bem como para a efetuação de outros projetos relacionados à gestão da informação, metas a serem perseguidas no próximo exercício.

Subsecretaria de Controle de Custos de Compras e Contratos (SCON)

É responsável pelas pesquisas de preços (com exceção de serviços de engenharia e contratações de informática) relativas às contratações no âmbito do TRF da 2ª Região, com o objetivo de apurar o custo estimado e sua adequação à realidade de mercado, bem como se a prorrogação dos contratos de prestação continuada é vantajosa para a Administração, em atendimento à Portaria TRF2-PTP-2017/00110.

À SCON também cabe indicar a modalidade de licitação mais adequada a cada nova contratação, com base no custo estimado apurado, assim como realizar a verificação preliminar de cada documento fiscal apresentado, em relação ao contrato/nota de empenho



e à documentação exigida contratualmente, análise a partir da qual se elabora, no SIGA, uma “Lista de Verificação de Pagamentos de Documentos Fiscais” para encaminhamento aos gestores com vistas ao atesto. Se os serviços envolverem locação de mão de obra exclusiva, são realizados ainda cálculos relativos às retenções trabalhistas, tarefa que é executada pela COFIN.

Coordenadoria de Análise Financeira de Contratos (COFIN)

Realiza as seguintes atividades: análise de Planilha de Custo e Formação de Preços, previamente à contratação de serviços com alocação de mão de obra terceirizada; cálculo de reajuste; cálculo de multas contratuais; atualização de multas contratuais para inscrição em dívida ativa; análise dos pedidos de repactuação; análise dos pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro dos contratos; cálculo dos encargos trabalhistas para retenção na conta vinculada seguindo percentuais de contingenciamento previstos nas Resolução nº 169/2013 - CNJ, Resolução nº 183/2013 – CNJ e IN nº 001/2016- CJF; análise dos pedidos de resgate da conta vinculada e cálculos dos valores a serem liberados conforme Resolução CNJ nº 169/2013 e IN 001/2016- CJF.

Divisão de Patrimônio e Almoxarifado (DIMAT)

É a responsável pela gestão e controle dos bens permanentes e dos materiais de consumo. Também atua em auxílio às Comissões de Inventário e procede registros contábeis relativos aos imóveis próprios e alugados pelo TRF.

Além do acima exposto, é o setor responsável pela programação e emissão dos pedidos de compras dos materiais destinados ao estoque e outros itens de uso comum; pelo registro de entrada desses materiais nos sistemas administrativo e contábil; e pela avaliação das requisições de material ao almoxarifado e emissão das guias de fornecimento no sistema informatizado, com o registro de baixa no estoque.

Nos processos de aquisição dos materiais sob seu controle, compete à DIMAT, ainda, a emissão de pareceres técnicos sobre o atendimento das exigências estabelecidas nos termos de referência; e apresentação de parecer sobre eventuais pedidos de troca de marca de



materiais formalizados por fornecedores e sobre pedidos de prorrogação de prazos de entrega, à luz da legislação vigente e dos termos contratuais.

O controle de bens do TRF2 exige classificar, codificar, cadastrar e identificar os bens móveis; registrar a incorporação e a baixa de bens patrimoniais no sistema informatizado de controle do Tribunal e no Sistema Integrado de Administração Financeira -SIAFI; realizar balancetes e balanços patrimoniais dos bens móveis; efetuar os registros de controle, a atualização e a regularização dos imóveis do patrimônio da União que estejam sob a responsabilidade do Tribunal; e promover a alienação, a cessão e outras formas de desfazimento de bens inservíveis.

O referido setor ainda é responsável por receber, armazenar e distribuir todo o material utilizado no prédio sede do Tribunal Regional Federal da 2ª Região.

Divisão de Contratos (DCONT)

Tem como as principais atividades a elaboração de minutas de contratos, convênios, atas de registro de preços, instrumentos congêneres e instrução processual, além da elaboração de minutas de atas de registro de preços e instruções sobre aditamentos, pedidos de reequilíbrio econômico financeiro dos contratos e outras demandas das empresas e dos gestores.



Atividades Realizadas em 2021 em Números

- Recebimento de documentos digitais permanentes para arquivamento**

O NUGEBI recebeu 3.352 documentos digitais considerados essenciais, os quais, após recebimento pelo Núcleo, foram transferidos para guarda permanente no Setor de Arquivo.

Recebimento de documentos digitais permanentes para arquivamento	Quantitativo
ATC - Atos da Corregedoria	458
ATO - Atos	4
ATP - Atos da Presidência	842
EDT - Editais	28
POR- Portarias	8
PRH - Portarias da SGP	74
PSG - Portarias SG	698
PTC - Portaria da Corregedoria	415
PTE - Portarias da EMARF	26
PTP - Portarias da Presidência	661
PVC - Provimentos da Corregedoria	3
RSP - Resoluções da Presidência	135
Total:	3352

Fonte: Sistema SIGA-Doc

Atendimento às solicitações dos usuários referentes ao Sistema SIGA-DOC

O NUGEBI atendeu de forma remota 169 solicitações de usuários referentes à utilização do Sistema SIGA-Doc.

Atendimentos a usuários referentes ao Sistema SIGA-DOC	Quantitativo
Chamados recebidos pela ferramenta GLPI	88
Atendimentos via telefone (Whatsapp)	81

Fonte: Sistema GLPI e histórico de atendimentos via WhatsApp

Elaboração/atualização de modelos no SIGADOC	Quantitativo
Elaboração de novos tipos documentais para o SIGA-DOC	17
Atualização de modelos já existentes	3

Fonte: Sistema SIGA-Doc



Apresentação do Sistema SIGA-DOC para novos Cooperados

A Presidência do TRF2 assinou, em 2021, 10 novos acordos de cooperação técnica para utilização do SIGA- DOC, cabendo ao NUGEBI a apresentação das funcionalidades do sistema para os novos cooperados, por meio de reuniões virtuais.

Apresentação do Sistema SIGA-DOC para novos cooperados	Quantitativo
Reunião via plataforma zoom	5

Fonte: Plataforma Zoom

Publicação de matérias em jornais de grande circulação

Publicação de Matérias em jornais	Quantitativo
Diário Eletrônico da Justiça Federal – DJE	355
Diário Oficial da União	70
Valor Econômico	54
Total:	479

Fonte: Diários Oficiais e Jornais

Atividade de Arquivo

Atendimento ao usuário	Quantitativo
Por telefone / e-mail	5
Balcão/pessoalmente	13
Autorização de acesso ao sistema ARQ para solicitação de desarmamento/empréstimo e devolução de processos judiciais e administrativos	-
Total	18

Fonte: Histórico de Atendimento do Setor



Arquivamento, desarmamento, empréstimo e consulta do acervo arquivístico

Gênero Documental	Unidade de Arquivamento	Sistema	Arquivado/Devolvido	Desarquivado/Empréstimo	Total de Códigos Retificados desde 2012	Total Arquivado por Sistema	Total Geral Arquivado desde 1989
Acervo textual	Proc. Administrativos	ARQ	-	-	-	21.464	24.662
		SIGA	-	-	642	3.198	
	Proc. Judiciais físicos	ARQ	2	1	-	45.820	46.818
		APOLO	4	6	-	924	
	Proc. Jud. Fís. /eletrôn.	SIGA	74	-	-	74	
	Acórdãos/Decisões¹	-	-	-	-	-	12.699
	Atos Essenciais não digitais (Portarias, Atos e etc.)	-	-	-	-	-	36.574
	Atos Essenciais digitais (Portarias, Atos e etc.)	SIGA	1.460				1.460
Acervo audiovisual	Outras espécies documentais não digitais (Atas, Memorandos, Ofícios, etc.)	-	-	-	-	-	-
	Acervo - CDs	-	2	-	-	-	291
Acervo audiovisual	Acervo - DVDs	-	2	-	-	-	2.565
Acervo filmográfico	Acervo - Fitas Mini-dv	-	-	-	-	-	1.205
	Acervo - Fitas VHS	-	-	-	-	-	1.092
Acervo iconográfico	Fotografias	-	-	-	-	-	9.280

Fonte: Sistema ARQ

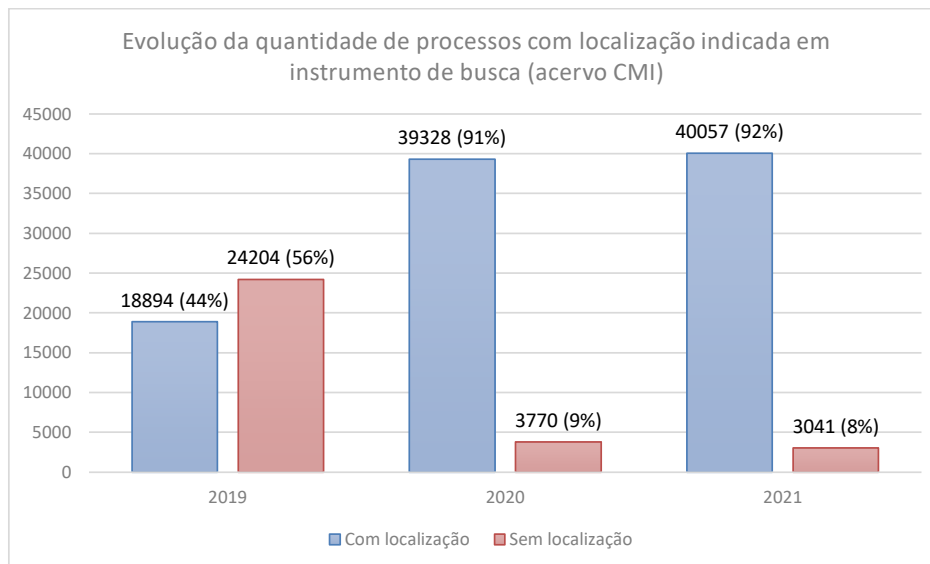


Acervo de memória institucional - Atendimento ao usuário

Fonte: Histórico de Atendimento do Setor mediante preenchimento de formulário pelo pesquisador

Consultas	Presencial	Remoto	Total de processos	Processos localizados	Processos não localizados	Processos disponibilizados	Processos arquivados após finalização da consulta	Processos digitalizados pela equipe	Processos fotografados pelo usuário	Totais folhas digitalizadas pela equipe
Janeiro										
Fevereiro										
Março										
Abril										
Maio										
Junho		1	3	3		3	3	2		222
Julho		2	4	3	1	3	3	3		210
Agosto	1		1	1		1	1		1	
Setembro	1		1	1		1	1		1	
Outubro		1	1	1		1	1	1		54
Novembro	3		10	10		10	10	1	9	188
Dezembro										
Total	5	4	20	19	1	19	19	7	11	674





Fonte: Planilha do Setor

Atividades de Jurisprudência

Atividades SETJUR – INFOJUR	Quantitativo
Informativos Infojur publicados em 2021 em páginas*	4 informativos Infojur – 147 p.
Julgados resenhados no Infojur (total 2021) **	32

Fonte: Portal de Jurisprudência

*Periodicidade trimestral.

Atividades SETJUR – Atendimento SIC	Quantitativo
Pesquisa de jurisprudência e localização de julgado solicitados (via SIC)*	30

*Após longo período de instabilidade no Portal de Jurisprudência, houve um razoável aumento de solicitações de atendimento, não só via SIC, mas também por e-mail. Assim como a necessidade de diagnósticos de problemas com solução via SETJUR e/ou STI.

Fonte: Portal de Jurisprudência



Atividades SETJUR – Alimentação Portal	Quantitativo
Envio regular da base de ementas selecionadas para o Portal de Jurisprudência Unificada do CJF – Nº total*	514.588
Base de Julgados e-Proc, cuja indexação ainda se dá de forma não estruturada, e atualmente corresponde ao total dos novos julgados**	79.241

*Base extraída diretamente do APOLO, estacionado em 514588 documentos desde meados de 2021.

** Aumento de mais de 100%. É importante salientar que, embora se esteja garantindo o acesso aos julgados do sistema e-Proc, este script não substitui a ferramenta que está sendo desenvolvida pela STI, pois não retorna os documentos estruturados e assim não serve para o envio dos documentos para o Portal de Jurisprudência Unificada do CJF

Fonte: Sistemas APOLO e e-Proc.

Atividades de Biblioteca

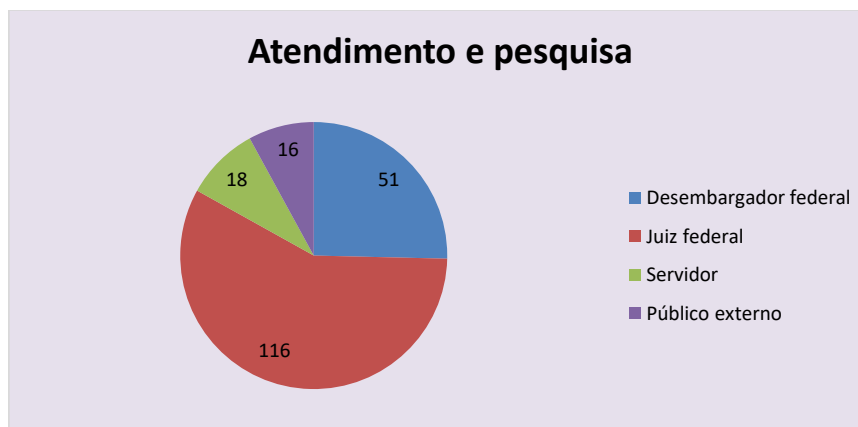
Atendimento e pesquisa para magistrados	Quantitativo
Desembargador Federal	51
Juiz Federal	116
Total	167

Fonte: Histórico de Atendimento do Setor via e-mail

Atendimento e pesquisa para servidor e público externo	Quantitativo
Servidor	18
Público externo	16
Total	34

Fonte: Histórico de Atendimento do Setor

Apesar de o acesso à Biblioteca estar restrito em função de obras no setor, as pesquisas foram realizadas por meios digitais e o atendimento ocorreu normalmente sempre que demandado pelos usuários internos e externos.



Fonte: Histórico de Atendimento do Setor através de e-mail



Cadastro no sistema SophiA de atos normativos da Justiça Federal da 2. Região

Cadastro no sistema SophiA de atos normativos da Justiça Federal da 2. Região (TRF2 e JFRJ)	Quantitativo
TRF – 2. Região	2.498
JFRJ	199
Total	2.697

Fonte: Sistema SophiA

Cadastro no sistema SophiA de artigos de revistas e capítulos de livros digitais

Cadastro no sistema SophiA	Quantitativo
Artigo de revista	468
Capítulo de livro	140
Total	608

Fonte: Sistema SophiA

Cadastro no sistema SophiA de livros impressos, revistas e e-books

Cadastro no sistema SophiA de livros impressos, revistas e e-books	Quantitativo
Livro impresso	36
Revista	373
E-book	4
Total	413

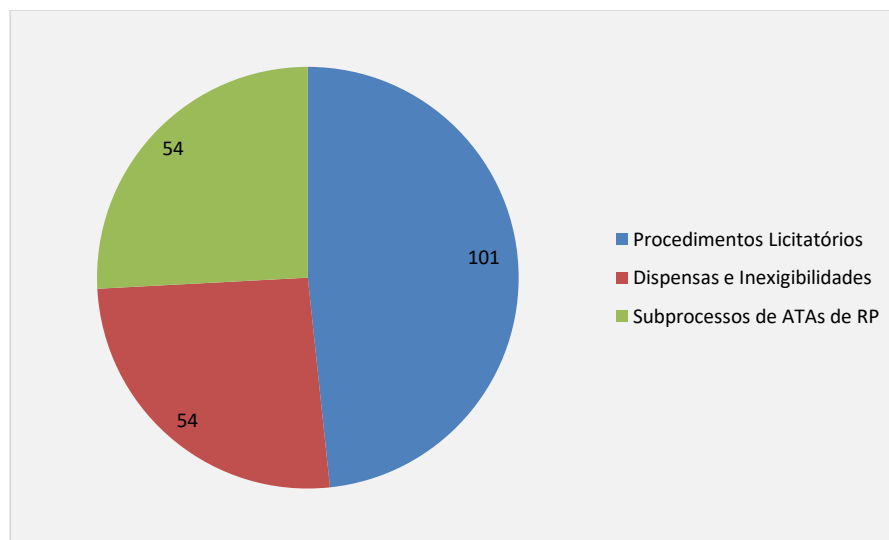
Fonte: Sistema SophiA



Quantitativo total do acervo da Biblioteca do TRF2

Item	Quantitativo
Livro	15.806
Audiolivro	152
CD-ROM e DVD	52
DVD – EMARF	632
Tese, dissertação e TCC	20
E-book	26
Folheto	152
Obra rara	921
Revista	38.461
Artigo de jornal	69
Artigo de revista	14.365
Capítulo de livro	1.168
Ato normativo (TRF2 e SJRJ)	78.350
Total	150.174

Fonte: Sistema Sophia

Autuação e instrução dos processos de execução orçamentária e financeira –EOF

Fonte: dados extraídos do Sistema SIG



A SCON realizou a autuação e instrução de 155 processos de execução orçamentária e financeira – EOF. Desse total, 101 resultaram em procedimentos licitatórios, quase a totalidade por pregão eletrônico e 54 foram instruídos visando à contratação de serviços e aquisição de materiais por dispensa ou inexigibilidade de licitação. Os 54 subprocessos constantes do gráfico, indicam as contratações firmadas em decorrência das Atas de Registro de Preços realizadas pelo TRF, algumas delas visando a atender as Seções Judiciárias.

Pesquisas de preços e Liquidação de despesas de serviços

Em conformidade com a Portaria TRF2-PTP-2020/00110, foram realizadas 162 pesquisas de preços. As pesquisas constituem um instrumento eficaz para que os ordenadores de despesas deliberem pela realização de procedimentos licitatórios. Em 2021, por conta do cenário da pandemia, muitas empresas deixaram de apresentar cotações de preços, o que trouxe dificuldade na elaboração dos custos estimados das contratações do TRF. Some-se a isso a alta do dólar e da inflação, o que causou o retorno de alguns processos para realização de nova pesquisa visando à atualização do custo estimado, tendo em conta a defasagem dos preços por causa do tempo decorrido entre a pesquisa original e a realização do procedimento licitatório, cabendo ressaltar que muitas dessas pesquisas envolvem planilhas com dezenas de itens.

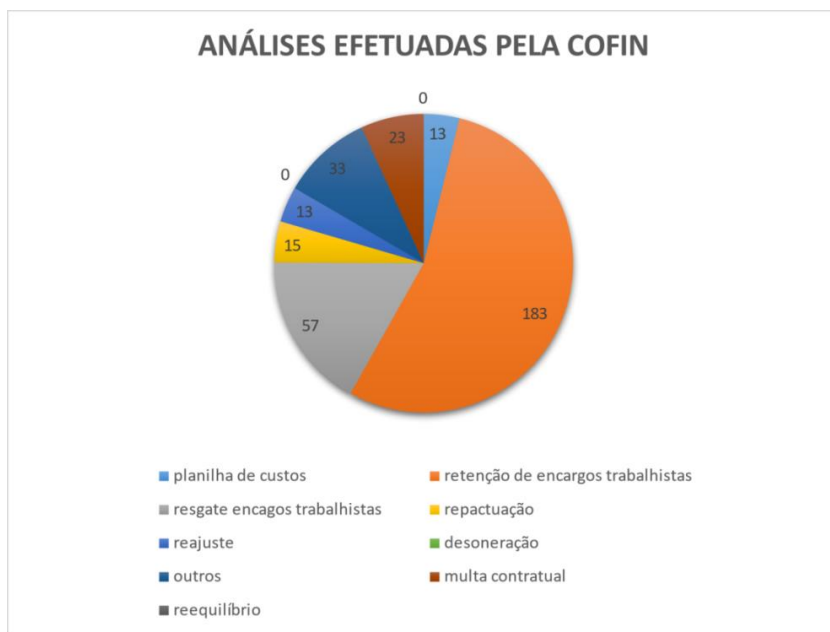
Quanto à liquidação da despesa, é oportuno destacar que a mesma é antecedida pela juntada das notas fiscais e de diversos documentos exigidos contratualmente, realização de *checklist* e encaminhamento aos respectivos gestores para atesto, o que, no caso de alguns contratos, demanda também um período de tempo razoável.

Atividades da SCON	Quantitativo
Pesquisas de Preços (Prorrogação de Contratos)	47
Pesquisas de Preços (Troca de Marca/Modelo ou pedido de reequilíbrio econômico-financeiro)	11
Pesquisas de Preço em Solicitações Eletrônicas de Contratação –SECs (incluindo licitações e dispensas)	115
Liquidação de Notas Fiscais de Serviços	1547

Fonte: dados extraídos do Sistema SIGA-GO



Cálculos administrativos nos processos EOF



Fonte: dados extraídos do Sistema SIGA-GO

Foram elaboradas centenas de planilhas contendo cálculos relativos às retenções de encargos trabalhistas, repactuações e reajustes de contratos, dentre outros. Ressalta-se que foram realizados 57 cálculos visando à liberação de créditos retidos nas contas vinculadas das empresas para subsidiar os ordenadores de despesa nas suas decisões, atividade complexa que envolve, ainda, a análise de dezenas de documentos encaminhados pelas contratadas, em conformidade com a Resolução nº 169/2013 do CNJ.



Atividades de controle de aquisições de bens e materiais de consumo

Atividades de Apropriação de Documentos Fiscais e Registros no Sistema ASI - DIMAT	Quantitativo
Notas fiscais apropriadas	204
Nº de Processos / Apropriação	132
Registro de entrada no ASI por item	251
Requisições atendidas no ASI (emissão de guia)	654
Solicitação Eletrônica de Contratação (SEC)	14
Parecer Técnico	14
Processos EOF	14
Pedidos de Fornecimento	07
Total empenhado	R\$ 193.748,29
Pesquisas de preços realizadas	15
Atesto de notas fiscais	10
Análise de pedidos de prorrogação	03

Fonte: Sistemas ASI e SIGA

Foram liquidadas 297 notas fiscais de despesas relativas aos materiais de consumo. Foram adquiridos 468 itens de materiais e atendidas 654 requisições de usuários internos do TRF2.

Atividades de controle dos bens permanentes

Controle Geral dos Bens Permanentes Registrados no Sistema ASIm 2021- DIMAT	Quantitativo
Total de itens adquiridos(Compras)	765
Valor dos bens adquiridos	R\$ 2.922.141,93
Depreciação dos bens permanentes	R\$ 5.033.192,99
Bens em utilização inventariados	28.216
Valor dos bens inventariados	R\$ 50.236.022,89

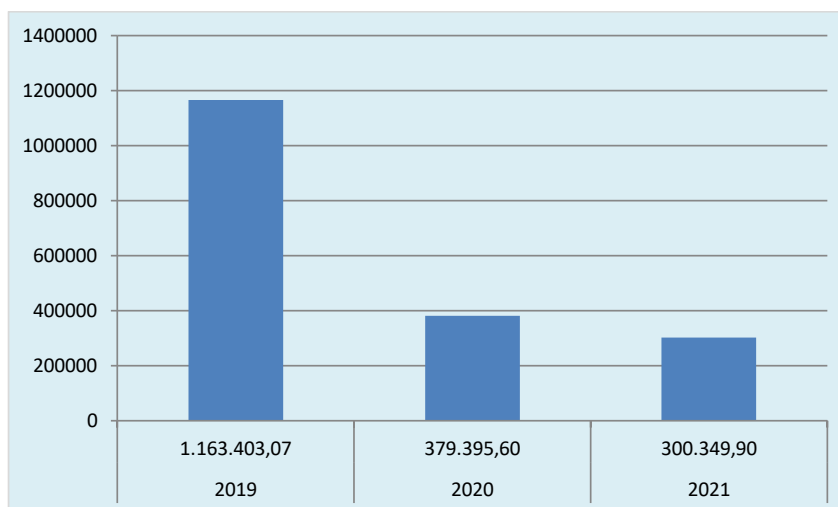
Fonte: Sistema ASI

Movimentação de Bens Móveis

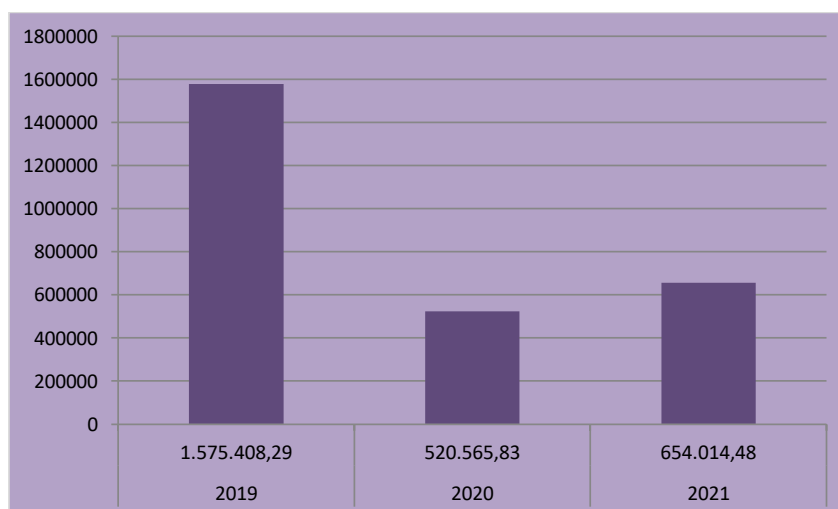
A movimentação de bens móveis representou uma entrada total em 2021 no valor de R\$ 300.349,90, somando-se todos os itens classificados no sistema de controle de almoxarifado como estocáveis. A título de comparação, o mesmo relatório para o ano de 2020 apresentou um valor contábil de R\$ 379.395,60. O volume de entradas para o ano de 2021 foi, portanto, aproximadamente 21% menor que o registrado no ano de 2020.



Considerando-se apenas os itens classificados no sistema de controle de almoxarifado como estocáveis, um relatório do ano de 2021 aponta uma saída no valor total de R\$ 654.014,48, referente a bens que baixados do sistema e distribuídos. O mesmo relatório para o ano de 2020 apresenta um total de R\$ 520.565,83. O valor para o ano de 2021 é, assim, aproximadamente 26% maior que aquele observado para 2020.



Fonte: Sistema ASI



Fonte: Sistema ASI



Atividades de controle dos bens permanentes

Controle Geral dos Bens Permanentes Registrados no Sistema ASI em 2021- DIMAT	Quantitativo
Total de itens adquiridos (compras)	765
Valor dos bens adquiridos	R\$ 2.922.141,93
Depreciação dos bens permanentes	R\$ 5.033.192,99
Bens em utilização inventariados	28.216
Valor dos bens inventariados	R\$ 50.236.022,89

Fonte: Sistema ASI

Desfazimento de Bens Permanentes e Material de Consumo

Desfazimento de Ativos				
Objeto	Quantitativo	Valor (R\$)	Tipo	Beneficiários
Mobiliário	102 itens	982,84	Doação	Polícia Civil do Rio de Janeiro
Adoçante	175 unidades	341,25	Doação	Grupamento de Apoio do Rio de Janeiro - Aeronáutica

Fonte: Sistema ASI

Conforme se observa da tabela acima, o TRF procedeu à doação de bens perecíveis e permanentes no total de **R\$ 1.324,09** no exercício 2021.



Controle dos Imóveis do TRF2

O TRF2 possui dois imóveis próprios, sendo um localizado na Rua Acre nº 80 e o outro na Rua Visconde de Inhaúma nº 68, ambos no Centro do RJ. Os imóveis anteriormente alugados (Rua Dom Gerardo e Rua Beneditinos) foram devolvidos em 2021 e 2020, respectivamente.

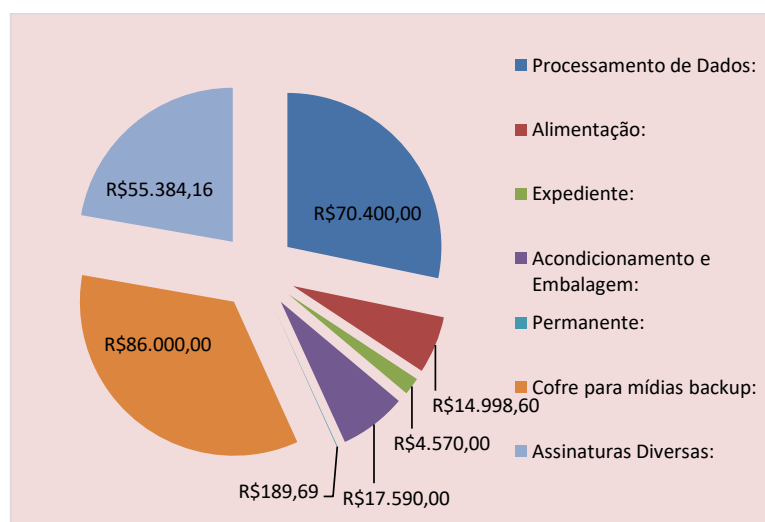
Endereço	Utilização	Área do Terreno (m²)	Área Construída (m²)	Valor do Imóvel (R\$)	Valor da Utilização (R\$)	Documentação	Situação
Rua Acre, 80 Centro Rio de Janeiro RJ	Prédio Sede: Gabinetes, Turmas, Plenário, Administração RIP UTIL: 6001 01702.500-2 RIP IM: 600101971500 -6	1.263,14	15.165,35	71.746.845,14	65.501.880,98	Termo de Entrega SPU/TRF2 T2-ADM- 2011/00212	Próxima Reavaliação Dez/2022
Rua Acre, 80 Anexo1 Centro Rio de Janeiro RJ	Gabinetes e Administração RIP UTIL: 6001 04945.500-2 RIP IM: 600104944500 -7	1.157,37	19.899,44	Valor Único: 155.045.954,88	144.616.191,36	27ª VF - Proc. 96.02.04.05 5-6 T2-ADM- 2011/00164 7º Ofício do Registro de Imóveis RJ Matrícula 49379 Fls. 61648 em 07/10/2015	Próxima Reavaliação Dez/2022
Rua Acre, 80 Anexo2 Centro Rio de Janeiro RJ	Gabinetes, Administração e Turmas. RIP UTIL: 6001 04945.500-2 RIP IM: 600104944500 -7	952,21	14.190,85				
Rua Visconde de Inhaúma Nº 68 Centro RJ	Em reforma RIP UTIL: 600104654.500 -0 RIP IM: 600104653.500 -5	382,57	1.116,39	3.878.147,09	2.265.782,87	Termo de Entrega SPU/TRF2 T2-ADM- 2012/00063	Próxima Reavaliação Dez/2022

Fonte: Spiunet



Contratações realizadas pela SAT

No que tange ao planejamento das compras, a Secretaria de Atividades Administrativas, conseguiu executar plenamente a cota orçamentária destinada, conforme demonstrativo abaixo, tratando-se de resultado bastante satisfatório se considerado o ano atípico vivenciado.



Fonte: sistema MidiaWiki

Contratos e Atas 2021

Link do Relatório de Contratos formalizados em 2021:

<http://static.trf2.jus.br/nas-internet/documento/relatorio-de-atividades/2021/relatorio-de-atividades-2021-contratacoes-efetuadas-trf2.pdf>

Link do Relatório de Atas de Registro de Preços formalizadas em 2021:

<http://static.trf2.jus.br/nas-internet/documento/relatorio-de-atividades/2021/relatorio-de-atividades-2021-atas-de-rp-trf2.pdf>



Análise Crítica das Atividades Realizadas em 2021

Nos termos do Acórdão nº 164/2021 – TCU Plenário, verifica-se que houve um incremento substancial de ações visando ao aprimoramento da gestão das contratações públicas por parte do TRF2. Conforme o link <https://www.tcu.gov.br/igg2021/iGG2021%20-%209%20-%20TRF2.pdf>, observa-se que o iGovContrat do TRF2, que demonstra o índice de governança e gestão de contratos em 2021, foi de 80,5%. Esse é o resultado das práticas de controle da área de licitações e contratos que incluem diversos *check-lists* informatizados e outros procedimentos, como elaboração de estudos técnicos preliminares, mapeamento de processos, e controle e monitoramento de prazos dos procedimentos ligados às contratações do TRF2.

Com a retomada parcial dos serviços presenciais, houve impacto nas atividades ligadas às contratações públicas. Vários contratos de serviços foram retomados, o que gerou um aumento no número de aditamentos. Por outro lado, foi mantida, conforme ocorrido no exercício anterior, uma redução de compras de materiais de consumo.

A SAT/DIMAT continuou a enfrentar o desafio de compatibilizar suas atividades, em sua maioria presenciais, com a adoção das medidas de saúde pública prementes para o momento. Para contribuir com a continuidade da execução orçamentária, segue mantida a sistemática de realização de contatos prévios com os fornecedores com entregas para o curto prazo, e busca-se agendar o recebimento dos materiais, respeitando os protocolos sanitários estabelecidos. Os ramais da seção de almoxarifado continuam redirecionados para o telefone da supervisão, objetivando não deixar sem atendimento os fornecedores que tentam contato para esclarecer dúvidas ou agendar entregas, bem como para atender aos demais setores do tribunal, propiciando um atendimento aos usuários internos e externos ainda mais completo do que o fornecido no regime de trabalho exclusivamente presencial.



12. Gestão de Infraestrutura

A Secretaria de Infraestrutura e Logística (SIE), cumprindo suas atribuições institucionais, manteve as instalações prediais do Tribunal em perfeitas condições de funcionamento, garantindo a limpeza, a higienização e a conservação de todos os prédios. Fiscalizou, de forma presencial, a execução de todas as obras em andamento no prédio sede, a despeito dos desafios impostos pela pandemia de Covid-19. Para o desenvolvimento de suas atividades atuou nas seguintes questões:

- Condições de Biossegurança.
- Mudanças das Unidades Administrativas e Judiciais.
- Higienização e Limpeza Predial.
- Manutenção Predial.
- Ações de Recuperação do Conjunto Predial.

Condições de Biossegurança

Em razão da pandemia de Covid-19, foram implementadas adaptações nos prédios, a fim de aumentar as condições de biossegurança, destacando-se: a instalação de totens para álcool em gel com pedal, a demarcação de uso dos espaços físicos, a instalação de barreiras físicas nos diversos balcões de atendimento presencial e a instalação de tapetes sanitizantes nos *halls* de acesso.

Mudanças das Unidades Administrativas e Judiciais

Em setembro de 2021, fruto de um trabalho logísticos complexo de redistribuição dos espaços físicos do prédio sede do Tribunal, foi possível desocupar os últimos dois andares alugados então no imóvel localizado na Rua Dom Gerardo, 46, Centro. Com essa medida, eliminou-se o gasto com locação de imóveis para o ano de 2022.

A evolução dessa despesa nos últimos anos foi a seguinte:

- Em 2019: R\$ 2.121.054,10;
- Em 2020: R\$ 887.076,95;



- Em 2021: R\$ 608.047,32;
- Em 2022: zero.

Higienização e Limpeza Predial

Considerando as mudanças de localização física realizadas por conta das reformas, e, considerando ainda os efeitos da pandemia, a equipe de limpeza realizou várias ações específicas de higienização e conservação dos ambientes, dentre elas: a higienização e a dedetização de todos os ambientes do Tribunal, com o correspondente tratamento de toda a área de piso e escadas do conjunto predial; a higienização da frota de veículos; e a lavagem das garagens para pintura.

Manutenção Predial

Em 2021, a equipe de manutenção predial atuou para que permanecessem em perfeitas condições de uso as instalações elétricas, hidráulicas e de refrigeração de todos os prédios do Tribunal. Entre as ações realizadas citam-se:

- Prédio da Rua Acre: continuação da pintura das garagens (do térreo ao G3), dos conjuntos das tubulações hidráulicas e das portas corta fogo (do 22º ao 2º) e pintura dos corredores;
- Prédio da Rua Visconde Inhaúma: ações de impermeabilização e pintura das paredes do térreo e do segundo pavimento;
- Prédio do CCJF: serviços de recuperação das redes elétrica e dos sistemas de voz e dados. Foi efetuados também a instalação de interruptores em todas as salas do 3º pavimento, diversos reparos hidráulicos, manutenção das bombas de recalque e a pintura das paredes.



Ações de Recuperação do Conjunto Predial

Em 2021, foi implementada parcela da reforma dos nove últimos andares do conjunto predial (TRF2-EOF-2020/00268), por meio da adequação de elementos construtivos e de acabamento, possibilitando, assim, a acomodação de quatro gabinetes de Desembargador Federal e de setores administrativos em espaços com iluminação, ventilação e distribuição em consonância com as normas de segurança, ergonomia, saúde do trabalho e sustentabilidade.

Também foi efetuada a contratação de empresa para modernização do sistema de refrigeração central do Tribunal (Processo TRF2-EOF-2021/00195), com previsão de conclusão no exercício de 2022, medida necessária em virtude do desgaste dos equipamentos da central de água gelada, com mais de 25 anos em uso constante. A modernização promoverá o funcionamento do sistema dentro dos parâmetros de sustentabilidade.

Foram executados os serviços de modernização do sistema de automação do prédio do Tribunal, contratados no âmbito do TRF2-EOF-2020/00177, possibilitando, com isso, o gerenciamento do funcionamento dos sistemas de refrigeração e de iluminação dos ambientes, bem como a otimização do consumo de energia.

Foi contratada a modernização de nove elevadores do prédio sede (TRF2-EOF-2021/00054), com a execução prevista ao longo do ano de 2022, o que representará mais segurança e eficiência para o sistema de transporte vertical.

Foi iniciada a manutenção e vedação das esquadrias do prédio sede do TRF2 (TRF2-EOF-2021/0119), com previsão de conclusão em 2022, para proteção dos ambientes internos, em decorrência de infiltrações provenientes de chuvas e ventos.

Foram contratadas diversas ações para a promoção da acessibilidade e segurança no prédio do TRF2, tais como:

- Instalação de corrimãos e guarda-corpos com sinalização em braille nas escadas do prédio (TRF2-EOF-2021/00019);
- Instalação de plataformas de elevação vertical nas salas de sessão e auditório (TRF2-EOF-2021/00184);
- Instalação de portas corta-fogo com barras antipânico nos acessos às escadas do prédio (TRF2-EOF-2021/00233).



Foram concluídas a reforma da estrutura metálica, que apoia as torres de resfriamento do sistema de ar-condicionado do prédio sede, e da casa de bombas, e foi efetuada a substituição de tubulações que atendem às torres do prédio sede do TRF2.

Também foram concluídos os serviços de impermeabilização com resina de poliuretano hidroexpansivo, em parede estrutural localizada no subsolo do edifício sede, resolvendo-se problema crônico de vazamento devido à presença de fissuras e furos no concreto.



13. Gestão de Tecnologia da Informação

A Secretaria de Tecnologia da Informação (STI) tem como missão contribuir para o aumento da produtividade da prestação jurisdicional por meio de soluções de TI de excelência, simples, seguras e de fácil acesso. As atribuições da unidade incluem garantir a confiabilidade, a integralidade e a disponibilidade das informações, dos serviços e sistemas essenciais da Justiça, por meio dos recursos tecnológicos e controles dos processos de segurança e de riscos.

No ano de 2021, a STI trabalhou em projetos que atenderam às demandas das diversas unidades judiciárias e administrativas visando ao macrodesafio “Fortalecimento da Estratégia Nacional de TIC e a Proteção de Dados” do Poder Judiciário.

Dos esforços e dos recursos empenhados, cumpre destacar:

Alinhamento com as Necessidades do Plano Diretor de TI (2021-2023)	Projeto	Principais resultados (benefícios e impactos)
Serviços de desenvolvimento (manutenção e evolução) de sistemas de informação	Migração de Processos ativos do sistema processual Apolo para o e-Proc.	Consolidação do e-Proc como único sistema processual eletrônico da 2ª Região. Redução de custos e esforços com desativação do sistema Apolo. Processos ativos migrados em 2021: 888.921 Dados do e-Proc da JF2: - 5.540: usuários internos (Magistrados, Servidores e Estagiários). - 192.731: usuários externos (Advogados, Procuradores e Defensores). - 99.23 % percentual de casos eletrônicos sobre o acervo total.
Inovação para o negócio	Implantação do Balcão Virtual para atendimento pelas unidades judiciais da 2ª Região	Disponibilização aos cidadãos de canal virtual de comunicação com as unidades judiciais, mantendo assim a prestação jurisdicional durante o regime de trabalho remoto - Portaria TRF2-PTP-2021/00091.
Serviços de desenvolvimento (manutenção e evolução) de sistemas de informação	Evolução do sistema Balcão JUS, anteriormente nomeado balcão virtual da 2ª Região, para melhor atendimento das necessidades dos servidores e jurisdicionados.	Consolidação dos serviços relacionados aos sistemas processuais em uma interface única para o usuário externo (consulta, petição, certidão, entre outros). Substituição da Consulta Processual pública anteriormente utilizada.



Alinhamento com as Necessidades do Plano Diretor de TI (2021-2023)	Projeto	Principais resultados (benefícios e impactos)
Serviços de desenvolvimento (manutenção e evolução) de sistemas de informação	Reformulação do <i>site</i> da Corregedoria Regional da 2ª Região	Oferecimento aos Jurisdicionados, Advogados, Servidores e Juízes de ferramentas que proporcionam transparência e eficiência na prestação jurisdicional. Adequação do <i>site</i> com as seguintes características: visual leve; navegação amigável e intuitiva; fácil comunicação com o público; transparência (respeitado o sigilo inerente a algumas atividades da Corregedoria) e alinhamento ao Planejamento Estratégico do Poder Judiciário - Priorização dos elementos disponibilidade e rapidez na prestação das informações e no atendimento das demandas.
Inovação para o negócio	Sistema de Agendamentos (Primeiro Atendimento, Teleaudiências, Balcão Virtual e Perícias) na internet da SJES (área de acesso pelos Cartórios)	Garantia da prestação jurisdicional na Fase 1 da retomada do trabalho presencial. Disponibilização aos usuários do agendamento de procedimentos de atendimento, teleaudiência e perícias.
Inovação para o negócio	NatJus-ES: criação de sistema de publicação do NatJus Estadual, em conformidade com a LGPD, em apoio ao acordo de cooperação técnica celebrado entre a SJES e a Secretaria de Saúde do ES	Disponibilização de subsídios técnico-normativos aos magistrados nas ações que tenham por objeto o fornecimento, pelo Poder Público, de medicamentos, insumos para a saúde, insumos nutricionais, exames diagnósticos, tratamentos médicos e procedimentos médicos não emergenciais.
Serviços de desenvolvimento (manutenção e evolução) de sistemas de informação	Atendimento ao e-Social - Fase 1	Envio dos dados de gestão de pessoas para o e-Social (cadastro de empregadores e tabelas). Atendimento ao Decreto nº 8373/2014 do Governo Federal que instituiu o Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (e-Social).
Serviços de desenvolvimento (manutenção e evolução) de sistemas de informação	Adequação do Portal da Internet - Selo de Qualidade CNJ	Viabilização das publicações publicação no sítio institucional, bem como gravação de relatórios em formatos abertos, tais como HTML, ODT, CSV, ODF, de maneira a facilitar a análise e manejo das informações. Atendimento aos requisitos de acessibilidade de conteúdo para pessoas com deficiência visual ou auditiva, que possam ser avaliadas por <i>softwares</i> avaliadores.



Alinhamento com as Necessidades do Plano Diretor de TI (2021-2023)	Projeto	Principais resultados (benefícios e impactos)
Serviços de desenvolvimento (manutenção e evolução) de sistemas de informação	Evolução do sistema SIGA-DOC	Algumas das funcionalidades novas implementadas em 2021: - Novo módulo de Workflow: permite ao próprio usuário criar fluxos padronizados e automatizados de tramitação de documentos. - Geração automática de documentos: recurso do módulo de Workflow, que permite a criação automática de documentos, como base no texto padrão definido. - Alertas e lembretes: facilita o controle de prazos. - Modelos restritos: permite restringir a pesquisa apenas para quem tem acesso ao modelo (funcionalidade criada para atender a Comissão de Assédio Moral da SJRJ). - Numeração automática de contratos, acordos e atas de RP: criação de espécies específicas para numeração e assinatura por usuários externos. Celebração de 12 Acordos de Cooperação Técnica, possibilitando os seguintes benefícios: - Digitalização do trâmite de documentos nos Órgãos conveniados. - Trabalho colaborativo com maior número de profissionais, de diversos Órgãos, para a evolução do sistema (novos módulos) e correções, assim como para o diagnóstico e tratamento de incidentes relacionados ao uso do sistema, como problemas de desempenho, falhas etc.
Serviços de desenvolvimento (manutenção e evolução) de sistemas de informação	Atualização do sistema e-Proc para versão 8.17	Atualização da versão do e-Proc para incorporação das novas funcionalidades disponibilizadas pelo TRF4 e correção de erros.
Serviços de desenvolvimento (manutenção e evolução) de sistemas de informação	Suporte para implantação do Núcleo 4.0	Proporciona ao cidadão acesso à Justiça de forma remota, com todos os atos processuais, do ajuizamento à sentença, praticados pela Internet, inclusive com audiências e sessões de julgamento realizados por videoconferência. Isso representa uma importante evolução no sistema de competência territorial que, na prática, permite ao cidadão fazer uso dessa inovação na Justiça projetada para ser mais acessível, rápida e descomplicada, independentemente de onde resida na 2ª Região.



Alinhamento com as Necessidades do Plano Diretor de TI (2021-2023)	Projeto	Principais resultados (benefícios e impactos)
Serviços de desenvolvimento (manutenção e evolução) de sistemas de informação	Automatização do relatório da GAJU (gratificação por exercício cumulativo de jurisdição - Lei 13.093/2015)	Criação de relatório de gratificação dos Magistrados por exercício cumulativo de jurisdição de acordo com regras específicas fornecidas pela Corregedoria Regional, automatizando os procedimentos com celeridade e precisão.
Serviços de desenvolvimento (manutenção e evolução) de sistemas de informação	Reformulação do sistema de Magistrados (JUIWEB)	Ajuste do sistema JUIWEB para melhorias: revisão de menus, botões e <i>links</i> , visando ao agrupamento de funcionalidades, bem como à padronização e modernização do visual.
Conformidade de TI com leis e regulamentos internos e externos	Participação da TI em 13 Comitês do TRF2	Participação em reuniões e atendimento das demandas relativas à TI, visando ao cumprimento de resoluções e normativos que regem as temáticas tratadas nos Comitês (CGOTIC, CLSI, CLRI, SIJUS, CGERIS, COGEPD, COSIGA, CEPROC, dentre outros. Lista completa em http://www10.trf2.jus.br/ti/comites/)

Fonte: COPREL/STI/TRF2 (Coordenadoria de Projetos, Gestão de Demanda e Relacionamento) e NTI/SJES (Núcleo de Tecnologia da Informação).

Índice de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação- *iGovTIC-JUD* do TRF2

A Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação (ENTIC-JUD), instituída pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) por meio da Resolução nº 370/2021, determina a realização de diagnóstico para aferição do nível de cumprimento das Diretrizes Estratégicas de Nivelamento especificadas e, conseqüentemente, do aperfeiçoamento dos Viabilizadores de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) do Poder Judiciário.

Anualmente, é preenchido o questionário de Levantamento do Índice de Governança, Gestão e Infraestrutura de TIC-JUD (*iGovTIC-JUD*).

A mais recente ENTIC-JUD, publicada em 28 de janeiro de 2021, trouxe novos desafios e requisitos a serem atendidos pelos Órgãos. Em consequência, o questionário do *iGovTIC-JUD* foi reformulado com a criação de novos critérios de avaliação, nova metodologia de cálculo e perguntas, focando nos principais temas-desafios:

- Transformação digital;
- Serviços em Nuvem;



- Segurança Cibernética ENSEC-PJ (Resolução CNJ nº 396/2021);
- Inteligência artificial (Resolução CNJ nº 332/2020);
- PDPI Br (Resolução CNJ nº 335/2020 e Portaria CNJ nº 252/2020);
- Justiça 4.0 (Juízo 100% digital, Balcão Virtual e Núcleo de Justiça 4.0).

O resultado do índice deste Tribunal foi **64,10** (nível de maturidade *Aprimorado*), cumprindo a meta da ENTIC-JUD que prevê o mínimo 75% dos órgãos do Poder Judiciário com nível de maturidade *Satisfatório*, até dezembro de 2026.

Nível de Maturidade	Faixas do período de transição 2021	Faixas do período de transição 2022	Faixas 2023 a 2026
Baixo	$0 \leq \text{iGovTIC-JUD} < 30$	$0 \leq \text{iGovTIC-JUD} < 35$	$00 \leq \text{iGovTIC-JUD} < 40$
Satisfatório	$30 \leq \text{iGovTIC-JUD} < 60$	$35 \leq \text{iGovTIC-JUD} < 65$	$40 \leq \text{iGovTIC-JUD} < 70$
Aprimorado	$60 \leq \text{iGovTIC-JUD} < 80$	$65 \leq \text{iGovTIC-JUD} < 85$	$70 \leq \text{iGovTIC-JUD} < 90$
Excelência	$80 \leq \text{iGovTIC-JUD} \leq 100$	$85 \leq \text{iGovTIC-JUD} \leq 100$	$90 \leq \text{iGovTIC-JUD} \leq 100$

Fonte: <https://www.cnj.ius.br/tecnologia-da-informacao-e-comunicacao/painel-do-igovtic-jud-do-poder-judiciario/>

Principais Contratações de recursos de TI

As contratações de soluções de TI, no âmbito da Justiça Federal da 2ª Região, foram realizadas em consonância com as Resoluções CJF 279/2013 e TRF2 80/2019 (TRF2-RSP-2019/80).



Para a manutenção do parque de TI, sustentação dos sistemas e serviços e suporte aos projetos, destacam-se as seguintes aquisições de TI da 2ª Região:

Alinhamento com as Necessidades do Plano Diretor de TI (2021-2023)	Descrição
Suporte e provimento de recursos de TI para usuário final	Aquisição de notebooks para a Justiça Federal da 2ª Região
	Contratação de serviços técnicos especializados na área de tecnologia da informação para suporte técnico aos usuários de soluções de TI da 2ª Região
Segurança da Informação no âmbito da TI	Contratação de solução de segurança - <i>firewall</i>
	Contratação de empresa para fornecimento de licença de <i>software</i> para atualização e ampliação da solução centralizada de <i>backup</i> e restauração de dados (IBM Spectrum Protect)
Continuidade e disponibilidade da infraestrutura de TI	Aquisição de <i>Switches SAN</i>
	Aquisição e renovação das licenças de <i>VMWARE</i>
	Aquisição de <i>storages</i> (equipamento para armazenar dados)
	Contratação de serviços técnicos especializados de sustentação de infraestrutura de TI
	Serviço Continuado de Locação de infraestrutura de comunicação de dados para interligar as unidades da SJRJ ao Data Center do TRF-2

Fonte: COOCON/STI/TRF2 (Coordenadoria de Orçamento e Contratos) e NTI/SJES (Núcleo de Tecnologia da Informação).

Pontos de Atenção e Dificuldades

Desde o início da pandemia, a equipe de TI vem se dedicando a fornecer todas as condições necessárias para que a Justiça Federal da 2ª Região continue a prestar seus serviços com qualidade. Nesse sentido, demonstrou estar preparada e capaz, mesmo em um cenário tão adverso.

O ano de 2021 terminou com mais uma mudança de cenário: o retorno gradual das atividades presenciais, ainda em curso, para o qual a equipe se encontra preparada.



Apesar da crescente demanda por tecnologia, muitas entregas importantes foram feitas, como a migração dos processos ativos do antigo sistema processual Apolo para o sistema processual e-Proc, as atualizações de versão do sistema processual e-Proc, a implantação do Núcleo de Justiça 4.0, a adequação do Portal Institucional e reformulação do Site da Corregedoria, dentre outros. Tais entregas ajudaram à instituição a receber o selo ouro no prêmio CNJ de qualidade 2021.

O Poder Judiciário, em sua Estratégia de Tecnologia da Informação e Comunicação (ENTIC-JUD), instituída para o sexênio 2021-2026, possui como um dos seus objetivos principais "Promover a Transformação Digital". Isso significa prover as soluções que a sociedade anseia por meio de serviços e soluções digitais inovadoras, impulsionando a evolução tecnológica.

Cabe ratificar que a meta da ENTIC-JUD, de atingir no mínimo 75% dos órgãos do Poder Judiciário com nível de maturidade satisfatório no iGovTIC-JUD até dezembro de 2026, já foi alcançada por nossa instituição, que está classificada no nível Aprimorado, tendo alcançando o índice de 64,10. Para os próximos exercícios, tem-se o desafio de manter o nível Aprimorado, atingindo, para isso, o índice mínimo de 65 em 2022, e de 70 a partir de 2023.

Cada vez mais, a TI tem sido cobrada por questões como inovação, inteligência artificial, proteção de dados, justiça 4.0, integração à Plataforma Digital do Poder Judiciário Brasileiro (PDPJ-Br), e precisa estar preparada para atender a todas estas necessidades.

Algumas ações são de suma importância para que a equipe de TI consiga desempenhar bem o seu papel, como:

- Manter as equipes capacitadas para que possamos dar conta de toda essa inovação tecnológica que está sendo exigida.
- Padronizar as tecnologias adotadas, para simplificação do ambiente computacional: manter em funcionamento diversas tecnologias diferentes gera um esforço muito grande da equipe.

Temos uma equipe extremamente comprometida e disponível para resolver os problemas e manter todos os serviços em funcionamento, trabalho essencial para que a JF2 atenda sua missão de prestação jurisdicional acessível, rápida e efetiva.



14. Gestão Orçamentária e Financeira

Atividades

A Secretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças (SPO) atua na viabilização de recursos para as atividades e metas da Administração, acompanhando sua execução por intermédio da comparação entre o previsto e o realizado, fornecendo ainda subsídios para eventuais ajustes que possibilitem as reprogramações porventura necessárias.

Destacam-se as principais atividades realizadas pela Secretaria: elaboração dos orçamentos anuais, plurianuais e créditos adicionais; acompanhamento da execução orçamentária e financeira; elaboração e consolidação do Plano de Ação Anual do contrato celebrado com a Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil; elaboração da programação financeira; elaboração de relatórios, em especial do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP); e realização de levantamentos, com base na execução orçamentária e financeira das Unidades Gestoras vinculadas à Segunda Região. Ressalta-se que todas essas atividades são voltadas ao planejamento e acompanhamento das despesas de natureza obrigatória (pessoal, benefícios, sentenças judiciais transitadas em julgado e assistência judiciária gratuita) e das despesas discricionárias (custeio e investimentos) deste TRF2 e, subsidiariamente, das Seções Judiciárias do Rio de Janeiro (SJRJ) e Espírito Santo (SJES).

Ademais, a SPO promove atos necessários à execução orçamentária e financeira das dotações e recursos colocados à disposição do Tribunal, inclusive os valores recebidos para fins de pagamento de sentenças judiciais transitadas em julgado (precatórios e requisitórios de pequeno valor).

É relevante salientar que as atividades de planejamento e administração orçamentária e financeira na Justiça Federal de 1º e 2º Graus são organizadas de forma sistêmica, tendo como órgão central o CJF. Dessa forma, a SPO observa orientações e deliberações da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças do CJF, como órgão setorial de orçamento, repassando-as às unidades afins das Seções Judiciárias da 2ª Região, tendo uma atuação regional, quando cabível.



Análise do Orçamento 2021

A gestão e execução do orçamento observaram à Lei Orçamentária Anual (LOA) 2021 - Lei nº 14.144/2021, de 22/4/2021) e as diretrizes e prioridades estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) 2021 - Lei nº 14.116/2020, de 31/12/2020), de acordo com os parâmetros fixados na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) - Lei Complementar nº 101, de 4/5/2000).

Importante ressaltar, ainda, a observância às regras impostas pela Emenda Constitucional (EC) nº 95/2016, que trata do teto dos gastos na Administração Pública por 20 anos a partir de 2017, impondo um duplo controle: acompanhamento do limite orçamentário e do limite financeiro.

Acrescenta-se que, em 2019, foram promulgadas as EC nº 100 e 102, as quais alteraram, dentre outros dispositivos, os artigos 165 e 166 da Constituição Federal. Em decorrência dessas alterações e das modificações promovidas na LDO 2020 e mantidas na LDO 2021, a Administração Pública tem o dever de executar obrigatoriamente as programações orçamentárias primárias discricionárias adotando os meios e as medidas necessários, com o propósito de garantir a efetiva entrega de bens e serviços à sociedade.

No caso de inexecução das referidas programações, à exceção dos casos de impedimentos de ordem técnica, o art. 68 da LDO 2021 estabelece a necessidade de apresentação de justificativas a serem elaboradas pelos gestores responsáveis pela execução das respectivas programações, que comporão os relatórios de prestação de contas anual do Poder Judiciário.

Dessa forma, o TRF2, a fim de atender tal normativo buscou agilizar a execução orçamentária, mantendo a qualidade dos serviços com menor custo, propondo melhorias em prol da eficiência e eficácia em relação aos gastos públicos, em busca do alcance dos objetivos e metas traçados pela Administração, dando total transparência na execução de suas despesas.



Verifica-se que o orçamento aprovado para o exercício de 2021 destinou-se, basicamente, ao atendimento das seguintes despesas:

- Pagamento de pessoal, incluindo as despesas de exercícios anteriores e sentenças judiciais;
- Pagamento de estagiários;
- Pagamento de benefícios determinados por Lei, tais como auxílio-alimentação, auxílio-pré-escolar, auxílio-transporte, assistência médica e auxílios funeral e natalidade;
- Manutenção da estrutura física das edificações do TRF2;
- Aquisições de materiais de consumo e equipamentos, destacando-se despesas com tecnologia da informação;
- Recuperação do complexo predial do TRF2.

No decorrer do exercício de 2021, os relatórios de avaliação de receitas e despesas do Tesouro Nacional indicaram a possibilidade de ampliação dos limites de empenho e movimentação financeira, no entanto essas providências não atingiram o Poder Judiciário, uma vez que as dotações para despesas primárias na LOA 2021 foram aprovadas no exato valor do teto de gastos.

Salienta-se que, ao final do exercício de 2021, a dotação total do TRF2 foi de R\$ 533.908.897,00 (considerando todos os remanejamentos realizados no período), apresentando para tal uma execução orçamentária de R\$ 523.026.555,07, representando cerca de 98% do total da dotação disponível. Registra-se que, deste montante, houve, em 2021, o pagamento de R\$ 498.848.259,74, tendo sido inscritos em restos a pagar para 2022 o valor de R\$ 24.178.295,33.

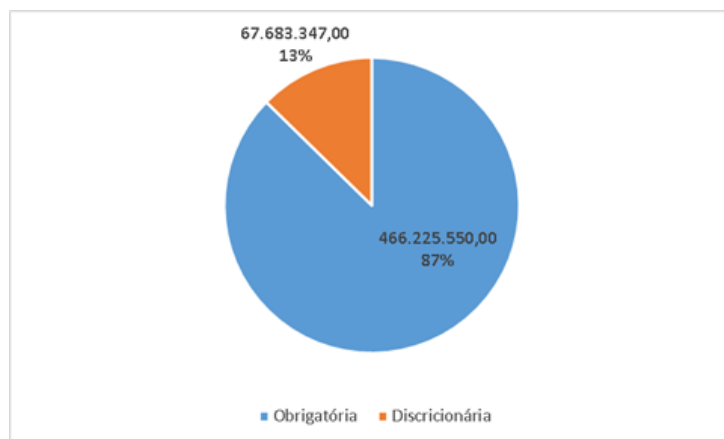
Destaca-se que, à exemplo do ocorrido em 2020, ocasião em que foram firmados novos contratos entre a Justiça Federal e as instituições bancárias Banco do Brasil (BB) e Caixa Econômica Federal (CEF), com vigência de 2020 a 2025, seguindo orientação do CJF, a fim de agilizar a execução desse orçamento, o total dos recursos estabelecidos para 2021 foi integralmente alocado nas Seções Judiciárias (R\$ 17.544.329,00).

Cumprе ressaltar que, do total do orçamento do TRF2, 87% se destinaram a atender despesas obrigatórias, tais como aquelas destinadas ao pagamento de pessoal e encargos sociais, benefícios assistenciais e assistência judiciária gratuita, restando somente 13% para



as despesas discricionárias, as quais o gestor público pode aplicar com maior flexibilidade na previsão orçamentária.

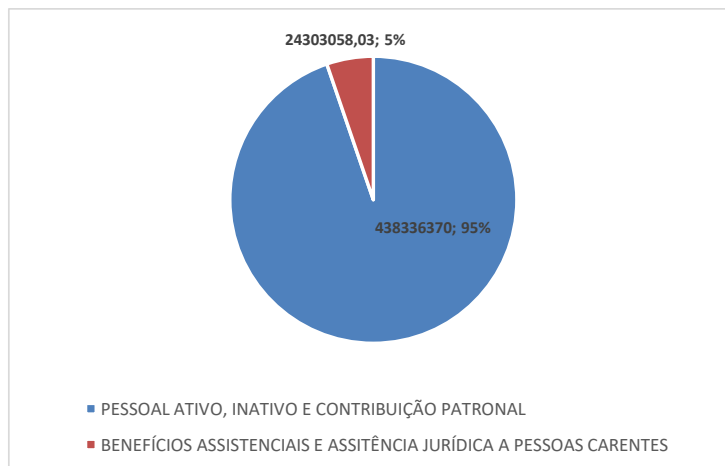
Distribuição do Orçamento entre Despesas Obrigatórias e Despesas Discricionárias



Fonte SIAFI

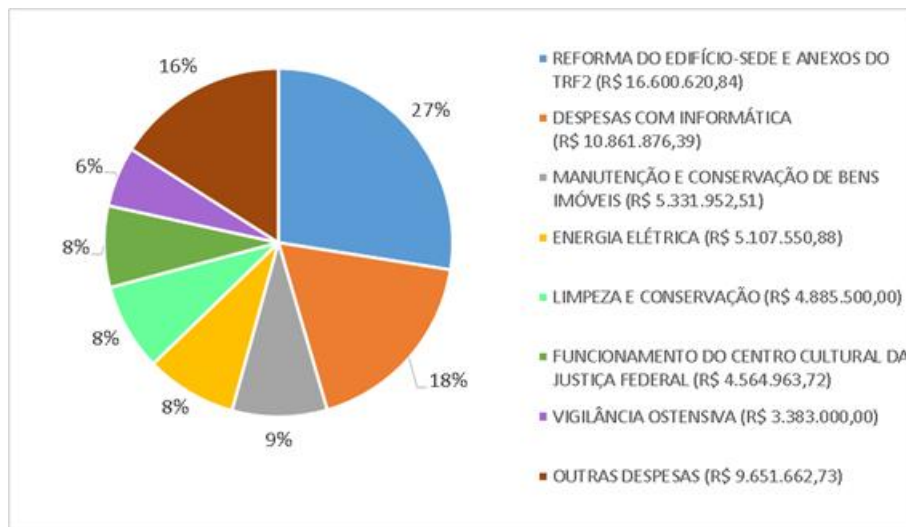
A seguir pode ser verificado que a despesa com pessoal e encargos sociais atinge 95% do total do orçamento destinado a despesas obrigatórias (que também abrange todos os benefícios: auxílio-transporte, auxílio-alimentação, assistência médica, auxílio-pré-escolar, auxílio-natalidade e funeral, além da assistência jurídica a pessoas carentes).

Despesas Obrigatórias - Execução Orçamentária



No tocante às despesas discricionárias, o gráfico abaixo demonstra os itens com maiores volumes de recursos dispendidos no exercício.

Despesas Discricionárias - Execução Orçamentária



Fonte: SIAFI

Ressalta-se que, no exercício de 2021, com a continuidade da pandemia, e consequentemente da manutenção do trabalho remoto, foi possível proceder-se à reprogramação de ações visando à aplicação dos saldos, principalmente aqueles advindos da grande redução de despesas de natureza continuada e de material de consumo. Assim, foi possível o reaproveitamento de parte do crédito com ênfase para a suplementação de dotação do Projeto de Reforma do TRF.

Apesar desse cenário, e das dificuldades enfrentadas como licitações frustradas e da impossibilidade temporal de reaplicação de recursos advindos de contratações concluídas com valores inferiores à previsão inicial, observa-se um significativo nível de execução das despesas discricionárias, apresentando um comprometimento de 89,22% do valor disponível.

Por fim, cumpre registrar que, além das dotações pertencentes ao TRF2, coube a este Tribunal receber e executar dotações provenientes de outros Órgãos, denominadas destaques, os quais se destinaram ao pagamento de sentenças judiciais transitadas em julgado (precatórios e requisitórios de pequeno valor - RPVs), bem como ao recolhimento de contribuição patronal incidente sobre tais sentenças.



Com os destaques recebidos, foi possível o pagamento integral dos precatórios da proposta de 2021, além do recolhimento das contribuições patronais incidentes sobre as sentenças judiciais no período. No caso dos RPVs, foram efetivados os pagamentos daqueles autuados até novembro de 2021, sendo inscritos em restos a pagar dotações destinadas aos requisitórios autuados em dezembro de 2021, cujo pagamento só ocorre no exercício financeiro subsequente.

Avaliação sobre Processos Julgados 2021

Dentre as dotações disponibilizadas na LOA deste Tribunal, merece enfoque especial a ação orçamentária Julgamento de Causas (JC). Por meio dessa ação, que responde a aproximadamente 74% das despesas discricionárias do TRF2 em 2021, busca-se aferir a eficiência da atividade finalística do Órgão, a prestação jurisdicional, por meio de sua meta física, prevista na LOA, cujo produto é o quantitativo de processos julgados durante o ano.

Tal quantitativo é projetado com bases em métodos estatísticos e sua fixação como meta é aprovada em sessão realizada pelo Plenário do TRF2. Em 2021, a meta estabelecida na LOA (68.153) não sofreu revisão.

Anota-se que as dotações da ação JC destinam-se ao pagamento de despesas relativas à Administração, transporte, capacitação de recursos humanos, modernização de instalações e despesas com informática, de forma a assegurar as condições necessárias ao desenvolvimento das atividades finalísticas do órgão, bem como para a manutenção e o funcionamento dos serviços prestados com qualidade à sociedade, além de garantir o funcionamento do Centro Cultural Justiça Federal (CCJF), vinculado ao TRF2, assegurando o desenvolvimento de atividades socioculturais e demais despesas necessárias à manutenção do imóvel que o abriga.

Destaca-se que a meta prevista na Lei Orçamentária Anual de 2021 foi superada, pois atingiu ao final do exercício, 69.083 processos julgados, em função da reestruturação de processos organizacionais e de iniciativas que contribuíram para maior eficiência do trabalho, realizado preponderantemente de forma remota, em função da pandemia. Vale ressaltar que a dedicação e o empenho de Magistrados e Servidores também contribuíram para a superação da meta inicialmente planejada.



15. SIGLAS

ACADEPOL – Academia Estadual de Polícia Sylvio Terra
ACEX – Assessoria de Comunicação Interna/TRF2
ACHs – Achados de Auditoria
ACIN – Assessoria de Comunicação Interna/TRF2
ACOM – Assessoria de Comunicação/TRF2
ACON – Assessoria Contábil e de Monitoramento/TRF2
ADM – Administrativo
AGOV – Assessoria de Governança, Gestão Estratégica, Conformidade e Inovação/TRF2
AGU – Advocacia Geral da União
AJG – Sistema Eletrônico de Assistência Judiciária Gratuita da Jurisdição Federal
AJPC – Assistência Jurídica a Pessoas Carentes
AJUFE – Associação dos Juizes Federais do Brasil
AJUFERJES – Associação dos Juizes Federais do Rio de Janeiro e do Espírito Santo
APF – Administração Pública Federal
APJ – Agente de Polícia Judicial
AREC – Assessoria de Recursos da Vice-Presidência/TRF2
ARIC – Assessoria de Relações Institucionais e Cerimonial/TRF2
ASI – *Software Automation System Inventory Web* (ASI WEB) ou Sistema de Gestão e Controle Patrimonial ASI WEB
BFNIG – Base de Fuzileiros Navais da Ilha do Governador
BNMP – Banco Nacional de Monitoramento de Prisões/CNJ
BNF – Banco Nacional de Formadores para Cursos Oficiais de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados
CAE – Curso de Aperfeiçoamento e Especialização
CAIJF – Centro de Atendimento Itinerante da Justiça Federal
CCFCA – Centro de Conciliação de Feitos Complexos Ambientais,
CCCIR – Comissão de Combate à Intolerância Religiosa
CCJF – Centro Cultural Justiça Federal/TRF2
CEAP – Centro de Articulação de Populações Marginalizadas
CEDUC – Coordenadoria de Educação Corporativa/TRF2
CEF – Caixa Econômica Federal
CEG – Companhia de Gás do Rio de Janeiro
CEGESC – Coordenadoria de Gestão Estratégica e Conformidade
CEINT/SJES – Centro de Inteligência da Seção Judiciária do Espírito Santo
CEJ – Centro de Estudos Judiciários
CEJUSC – Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania
CEPROC – Comitê Gestor do Sistema E-PROC da JF2
CESGRANDE – Centro de Conciliação de Campo Grande
CESNITA – Centro Judiciário Regional de Solução de Conflitos e Cidadania de Niterói e Itaboraí
CESOL-RJ – Centros de Conciliação da Capital
CESOL-BAIXADA – Centro de Conciliação da Baixada Fluminense
CESOL-SÃO GONÇALO – Centro de Conciliação de São Gonçalo
CESOL-SÃO PEDRO DA ALDEIA – Centro de Conciliação de São Pedro da Aldeia



CESUL – Centro Judiciário Regional de Solução Consensual de Conflitos e Cidadania da Região Sul Fluminense
CFN – Corpo de Fuzileiros Navais
CFTV – Circuito Fechado de TV
CGER – Comitê de Gestão Estratégica Regional
CGETIC – Comitê Gestor de Tecnologia da Informação e Comunicação
CGN – Comitê Gestor Nacional
CGOTIC – Comitê de Governança da Tecnologia da Informação e Comunicação
CGPLS – Comissão Gestora do Plano de Logística Sustentável/TRF2
CICE – Comissão Interna de Conservação de Energia
CINOVA – Coordenadoria de Inovação e Desenvolvimento Institucional/TRF2
CJ – Cargo em Comissão
CJF – Conselho da Justiça Federal
CLIP – Centro Local de Inteligência e de Prevenção de Demandas Repetitivas/SJRJ
CLRI – Comitê Local de Resposta a Incidentes
CLSI – Comissão Local de Segurança da Informação
CMI – Centro de Memória Institucional
CNCR – Consolidação das Normas da Corregedoria
CNCR-2R – Consolidação das Normas da Corregedoria Regional da Justiça Federal da 2ª Região
CNDIRFO – Consolidação de Normas da Direção do Foro
CNIS – Cadastro Nacional de Informações Sociais
CNJ – Conselho Nacional de Justiça
CNV – Comunicação Não Violenta
COCDH – Comissão de Cidadania e Direitos Humanos
CODRA – Coordenadoria de Distribuição, Registro e Autuação/TRF2
COFIN – Coordenadoria de Análise Financeira de Contratos
COGEDM – Coordenadoria de Gestão Documental e Memória/TRF2
COGEPD – Comitê Gestor de Proteção de Dados no âmbito da Justiça Federal da 2ª Região
COGESA – Coordenadoria de Projetos, Gestão por Processos e Gestão Socioambiental/TRF2
COGESJ – Coordenadoria de Gestão de Sistemas Judiciários/TRF2
COJEF – Coordenadoria dos Juizados Especiais Federais da 2ª Região
COOCON – Coordenadoria de Orçamento e Contratos/STI/TRF2
COPECE – Coordenadoria de Produção de Eventos e Cerimonial/TRF2
COPGRA – Coordenadoria de Produção Gráfica e Visual/TRF2
COPREL – Coordenadoria de Projetos, Gestão de Demandas e Relacionamento/TRF2
COREN – Conselho Regional de Enfermagem do Rio de Janeiro
CORETAB-2 – Comitê Regional de Tabelas Processuais Unificadas
COSIGA – Comitê Gestor do Sistema Integrado de Gestão – SIGA DOC
COSO – Comitê das Organizações Patrocinadoras
CPA – Comissão Permanente de Auditoria
CPC – Código de Processo Civil
CPSPAD – Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar
CRAS – Centro de Referência de Assistência Social
CRCN – Consolidação de Normas da Corregedoria Regional da Justiça Federal da 2ª Região
CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social
CRFB – Constituição da República Federativa do Brasil



CSI-JUS – Comitê de Segurança da Informação da Justiça Federal
CSJT – Conselho Superior da Justiça do Trabalho
CTAI – Comitê Técnico de Auditoria Interna
CUB – Custo Unitário Básico
DCONT – Divisão de Contratos/TRF2
DIRAUD-Jud – Diretrizes Técnicas das Atividades de Auditoria Interna Governamental do Poder Judiciário
DIMAT – Divisão de Patrimônio e Almoxarifado/TRF2
DIPRE – Divisão de Precatórios/TRF2
DIRFO – Diretoria do Foro
DISAU – Divisão de Atenção à Saúde/TRF2
DN – Decisão Normativa
DNIT – Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
DORT – Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho
DPU – Defensoria Pública da União
EC – Emenda Constitucional
ECT – Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos
EMARF – Escola da Magistratura Regional Federal
ENFAM – Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados
ENSEC-PJ – Estratégia Nacional de Segurança Cibernética do Poder Judiciário
ENSP – Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca
ENTIC-JUD – Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação
E-Proc – Sistema Judicial Eletrônico da 2ª Região
EOF – Execução Orçamentária e Financeira
ES – Estado do Espírito Santo
ETPs – Estudos Técnicos Preliminares
FC – Função Comissionada
FHE – Fundação Habitacional do Exército
FIURJ – Faculdade Instituto Rio de Janeiro
FGV – Fundação Getúlio Vargas
FIOCRUZ – Fundação Oswaldo Cruz
FNAS – Fundo Nacional de Assistência Social
FORECRIM – Fórum Regional dos Juizes Federais Criminais da 2ª Região
FOREJEF – Fórum Regional dos Juizados Especiais Federais da 2ª Região
FRGPS – Fundo do Regime Geral da Previdência Social
GAE – Gratificação de Atividade Externa
GAJU – Gratificação por Exercício Cumulativo de Jurisdição
GCA – Grupo Complementar de Auxílio
GDT-RIO - Grupo de Debates Tributários do Rio de Janeiro
GEA – Grupo Especial de Auxílio
GES – Grupo Especial de Segurança
GLPI – Sistema de Gerenciamento de Ativos de TI
GRU – Guia de Recolhimento da União
GSA – Grupo de Apoio de Servidores
GSI – Gabinete de Segurança Institucional
IAB – Instituto de Advogados Brasileiros
IAC – Incidente de Assunção de Competência



IBRAM – Instituto Brasileiro de Museus
IFCS/UFRJ – Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal do Rio de Janeiro
IGG – Índice Integrado de Governança e Gestão
iGovJF – Índice de Governança da Justiça Federal
iGovTIC-JUD – Índice de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação
IN – Instrução Normativa
INES – Instituto Nacional de Educação de Surdos
INFOJUR – Boletim Informativo de Jurisprudência do TRF2
INSS – Instituto Nacional do Seguro Social
IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Amplo
IRDR – Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas
IRRF – Imposto de Renda Retido na Fonte
ISO – **Organização Internacional de Padronização**
ISSAIs – Normas Internacionais das Entidades Fiscalizadoras Superiores
JC – Julgamento de Causas
JEF – Juizado Especial Federal
JF – Justiça Federal
JF2 – Justiça Federal da 2ª Região
JUCERJA – Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
LAI – Lei de Acesso à Informação
LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias
LER – Lesões por Esforços Repetitivos
LGPD – Lei Geral de Proteção de Dados
LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais
LIODS/TRF2 – Laboratório de Inovação, Inteligência e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, do Tribunal Regional Federal da 2ª Região
LOA – Lei Orçamentária Anual
LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal
MCASP – Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público
MNI – Modelo Nacional de Interoperabilidade
MP – Medida Provisória
MPF – Ministério Público Federal
MPU – Ministério Público da União
NAC – Núcleo de Ações Coletivas/TRF2
NAI – Núcleo de Auditoria Interna/SJES
NBC-TAs – Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas de Auditoria
NCS – Núcleo de Comunicação Social e Relações Públicas/SJES
NPSC2 – Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos/TRF2
NTI – Núcleo de Tecnologia da Informação/SJES
NUATA – Núcleo de Atividades Auxiliares/TRF2
NUDIG – Núcleo de Digitalização/TRF2
NUEST – Núcleo de Estatísticas/TRF2
NUGEBI – Núcleo de Gestão Documental e Biblioteca
NUGEP – Núcleo de Gerenciamento de Precedentes/TRF2
NUGEPNAC – Núcleo de Gerenciamento de Precedentes e de Ações Coletivas
NUJUFE – Nuvem da Justiça Federal/CJF



NUREF – Núcleo de Recursos Fonográficos/TRF2
OAB/RJ – Ordem dos Advogados do Brasil no *Rio de Janeiro*
ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OE – Objetivos Estratégicos
ONU – Organização das Nações Unidas
PAA – Plano Anual de Auditoria
PAD – Processo Administrativo Disciplinar
PALP – Plano de Auditoria de Longo Prazo
PAPSI – Programa de Assistência à Psicologia e à Psiquiatria
PCTI – Plano de Contratações de TI
PDG – Programa de Desenvolvimento Gerencial
PDPJ-Br – Plataforma Digital do Poder Judiciário Brasileiro
PDTI – Plano Diretor de Tecnologia da Informação
PEJF – Plano Estratégico da Justiça Federal
PF – Polícia Federal
PJeCor – Processo Judicial Eletrônico nas Corregedorias
PLAN2 – Plano da Estratégia da Justiça Federal da 2ª Região
PLJUS – Plano Estratégico da Justiça Federal da 2ª Região – Justiça Sustentável
PLS – Plano de Logística Sustentável
PM – Polícia Militar
PQA – Programa de Qualidade de Auditoria
PROG2 – Programa da Estratégia da Justiça Federal da 2ª Região
PSI – Processo de Sindicância
PSS – Plano de Seguridade Social
RAV – Retribuição Adicional Variável
RBG – Referencial Básico de Governança Organizacional
RDC-Arq – Repositórios Arquivísticos Digitais
RENAJUD – Restrições Judiciais de Veículos Automotores
RENAVAM – Registro Nacional de Veículos Automotores
RI – Regimento Interno
RIPD – Relatório de Impacto à Proteção de Dados Pessoais
RJ – Estado do Rio de Janeiro
RP – Restos a Pagar
RPP – Reclamação Pré-Processuais
RPPS – Regime Próprio de Previdência Social
RPV – Requisição de Pequeno Valor
RSP – Resolução da Presidência
SAI – Secretaria de Auditoria Interna/TRF2
SAJ – Secretaria de Atividades Judiciárias/TRF2
SAT – Secretaria de Atividades Administrativas/TRF2
SCCJUD – Seção de Controle de Convênios Judiciários/TRF2
SCO – Subsecretaria de Controle Interno/SJRJ
SCON – Subsecretaria de Controle de Custos das Compras e Contratos/TRF2
SEACO – Seção de Análise Contábil/SJRJ
SEADIG – Seção de Arquivo Digital/TRF2
SEAP/RJ – Secretaria de Administração Penitenciária
SEAUEX – Seção de Atendimento ao Usuário Externo/TRF2



SEAUIN – Seção de Atendimento ao Usuário Interno/TRF2
SECINF – Seção de Serviço de Informação ao Cidadão/TRF2
SEC – Solicitação Eletrônica de Contratação
SEDIN/NTI – Seção de Desenvolvimento de Informática do Núcleo de Tecnologia da Informação/SJES
SEER – Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas
SEEU – Sistema Eletrônico de Execução Unificado
SegCiber – Segurança Cibernética
SEGEPE – Seção de Gerenciamento de Demandas do Processo Eletrônico/TRF2
SEORC – Seção de Orientação Contábil/SJES
SERH – Sistema Eletrônico de Recursos Humanos
SERJUS – Associação dos Servidores das Justiças Federais do Rio de Janeiro
SETJUR – Setor de Jurisprudência/TRF2
SGP – Secretaria de Gestão de Pessoas/TRF2
SETARQ – Setor de Arquivo Digital/TRF2
SI – Segurança da Informação
SIADDES – Sistema Integrado de Avaliação de Desempenho Funcional
SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira
SIAPPE – Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos/Ministério da Economia
SIAUD/JF2 – Sistema de Auditoria Interna da Justiça Federal da 2ª Região
SIC – Serviço de Informação ao Cidadão/TRF2
SIE – Secretaria de Infraestrutura e Logística/TRF2
SIGA-Doc – Sistema Integrado de Gestão Administrativa – Módulo Documentos
SIJUS – Sistema de Tecnologia da Informação da Justiça Federal
SINDUSCON – Sindicato da Indústria da Construção Civil
SIOP – Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento
SIPEN – Sistema de Identificação Penitenciária
SISBAJUD – Sistema de Busca de Ativos do Poder Judiciário
SISBEN – Sistema de Benefícios
SISEJUFE – Sindicato dos Servidores das Justiças Federais no Estado do Rio de Janeiro
SISOB – Sistema Informatizado de Controle de Óbitos
SJES – Seção Judiciária do Espírito Santo
SJRJ – Seção Judiciária do Rio de Janeiro
SPEC – Sistema de Postagem Eletrônica Corporativa/ECT
SPIUNET – Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial
SPO – Secretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças/TRF2
SPU – Secretaria de Patrimônio da União
STF – Supremo Tribunal Federal
STI – Secretaria de Tecnologia da Informação/TRF2
STJ – Superior Tribunal de Justiça;
STN – Secretaria do Tesouro Nacional
TAC – Termo de Ajustamento de Conduta
TCU – Tribunal de Contas da União
TI – Tecnologia da Informação
TIC – Tecnologia da Informação e Comunicação
TJ/RJ – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
TJSC – Tribunal de Justiça de Santa Catarina



TNU – Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência
TPU – Tabelas Processuais Unificadas
TRs – Turmas Recursais
TRF2 – Tribunal Regional Federal da 2ª Região
TRF4 – Tribunal Regional Federal da 4ª Região;
TRU – Turma Regional de Uniformização de Jurisprudência
UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro
UG – Unidade Gestora
UJ – Unidade Jurisdicional
UO – Unidade Orçamentária
UPC – Unidade Prestadora de Contas
VPAs – Variações Patrimoniais Aumentativas
VPDs – Variações Patrimoniais Diminutivas
VPNI – Vantagem Pessoal Nominalmente Identificável





JUSTIÇA
FEDERAL
TRF2

Anexo *Mapa de Julgados*



Assinado com senha por MESSOD AZULAY NETO.
Documento Nº: 3387273.30093493-9858 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=3387273.30093493-9858>



TRF2MEM202201726B

SIGA

Sumário

(Gráficos para Publicação nos Relatórios de Atividades, Gestão e de Transição)

Gráfico nº 4 - 1ª DISTRIBUIÇÃO - 2ª Região Consolidado / 2021.....	2
Gráfico nº 5 - Comparativo Mensal de 1ª DISTRIBUIÇÃO - 2ª Região Consolidado / 2021.....	2
Gráfico nº 6 - JULGADOS - 2ª Região Consolidado / 2021.....	3
Gráfico nº 7 - Comparativo Mensal de JULGADOS - 2ª Região Consolidado / 2021.....	3
Gráfico nº 8 - TRAMITAÇÃO - 2ª Região Consolidado / 2021.....	4
Gráfico nº 9 - Comparativo Mensal da TRAMITAÇÃO - 2ª Região Consolidado / 2021.....	4
Gráfico nº 10 - Comparativo Anual de Processos - 2ª Região Consolidado / 2021.....	5
Gráfico nº 11 - 1ª DISTRIBUIÇÃO - TRF2 / 2021 (e-Proc + Apolo).....	6
Gráfico nº 12 - 1ª DISTRIBUIÇÃO por Órgão Julgador - TRF2 / 2021 (e-Proc + Apolo).....	6
Gráfico nº 13 - Comparativo Mensal de 1ª DISTRIBUIÇÃO - TRF2 / 2021 (e-Proc e Apolo).....	7
Gráfico nº 14 - JULGADOS - TRF2 / 2021 (e-Proc + Apolo).....	7
Gráfico nº 15 - JULGADOS por Órgão Julgador - TRF2 / 2021 (e-Proc + Apolo).....	8
Gráfico nº 16 - Comparativo Mensal de JULGADOS - TRF2 / 2021 (e-Proc e Apolo).....	8
Gráfico nº 17 - Comparativo de JULGADOS (TJI) por Matéria (TUA) - TRF2 / 2021 (Apolo, e-Proc e Total).....	9
Gráfico nº 18 - TRAMITAÇÃO - TRF2 / 2021 (e-Proc + Apolo).....	9
Gráfico nº 19 - TRAMITAÇÃO por Órgão Julgador - TRF2 - DEZEMBRO / 2021 (e-Proc + Apolo).....	10
Gráfico nº 20 - Comparativo Mensal da TRAMITAÇÃO - TRF2 / 2021 (e-Proc e Apolo).....	10
Gráfico nº 21 - TRAMITAÇÃO por Turma Especializada - TRF2 / 2021 (e-Proc + Apolo).....	11
Gráfico nº 22 - Comparativo Anual de Processos por SISTEMA - TRF2 / 2021 (e-Proc e Apolo).....	11
Gráfico nº 23 - Comparativo 2018 a 2021 de 1ª DISTRIBUIÇÃO - TRF2 (Siapro, Apolo e e-Proc).....	12
Gráfico nº 24 - Comparativo 2018 a 2021 de JULGADOS - TRF2 (Siapro, Apolo e e-Proc).....	12
Gráfico nº 25 - Comparativo 2018 a 2021 da TRAMITAÇÃO - TRF2 (Siapro, Apolo e e-Proc).....	13
Gráfico nº 26 - Comparativo Anual de Processos por TIPO DE JUÍZO - SJRJ / 2021 (e-Proc + Apolo).....	14
Gráfico nº 27 - Comparativo Mensal de DISTRIBUÍDOS TOTAL - SJRJ / 2021 (e-Proc + Apolo).....	14
Gráfico nº 28 - Comparativo Mensal de DISTRIBUÍDOS - SJRJ / 2021 (e-Proc + Apolo).....	15
Gráfico nº 29 - Comparativo Mensal de JULGADOS TOTAL - SJRJ / 2021 (e-Proc + Apolo).....	15
Gráfico nº 30 - Comparativo Mensal de JULGADOS - SJRJ / 2021 (e-Proc + Apolo).....	16
Gráfico nº 31 - Comparativo Mensal da TRAMITAÇÃO TOTAL - SJRJ / 2021 (e-Proc + Apolo).....	16
Gráfico nº 32 - Comparativo Mensal da TRAMITAÇÃO - SJRJ / 2021 (e-Proc + Apolo).....	17
Gráfico nº 33 - Comparativo Anual de Processos por TIPO DE JUÍZO - SJES / 2021 (e-Proc + Apolo).....	18
Gráfico nº 34 - Comparativo Mensal de DISTRIBUÍDOS TOTAL - SJES / 2021 (e-Proc + Apolo).....	18
Gráfico nº 35 - Comparativo Mensal de DISTRIBUÍDOS - SJES / 2021 (e-Proc + Apolo).....	19
Gráfico nº 36 - Comparativo Mensal de JULGADOS TOTAL - SJES / 2021 (e-Proc + Apolo).....	19
Gráfico nº 37 - Comparativo Mensal de JULGADOS - SJES / 2021 (e-Proc + Apolo).....	20
Gráfico nº 38 - Comparativo Mensal da TRAMITAÇÃO TOTAL - SJES / 2021 (e-Proc + Apolo).....	20
Gráfico nº 39 - Comparativo Mensal da TRAMITAÇÃO - SJES / 2021 (e-Proc + Apolo).....	21



Gráfico nº 4 - 1ª DISTRIBUIÇÃO - 2ª Região Consolidado / 2021

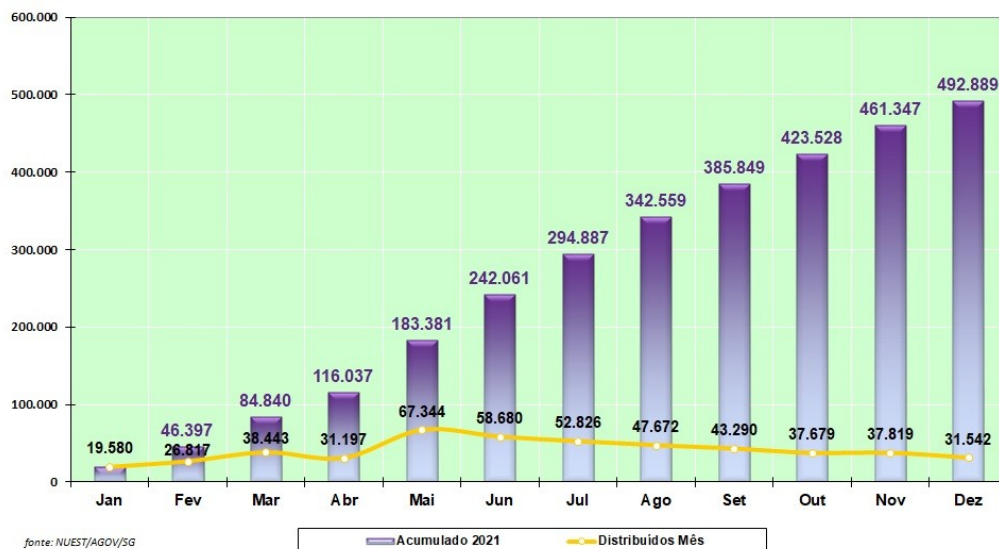


Gráfico nº 5 - Comparativo Mensal de 1ª DISTRIBUIÇÃO - 2ª Região Consolidado / 2021

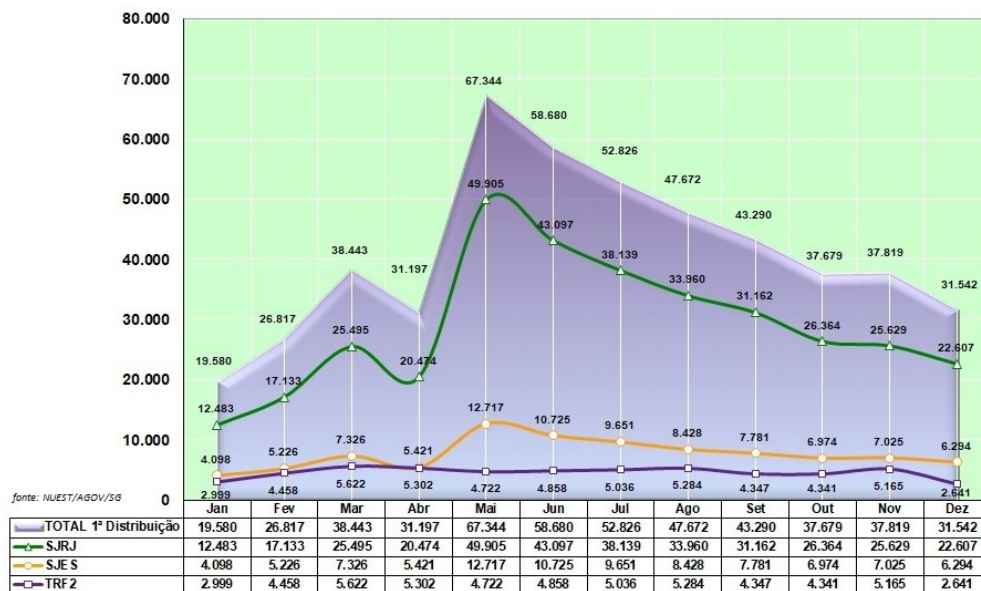


Gráfico nº 6 - JULGADOS - 2ª Região Consolidado / 2021

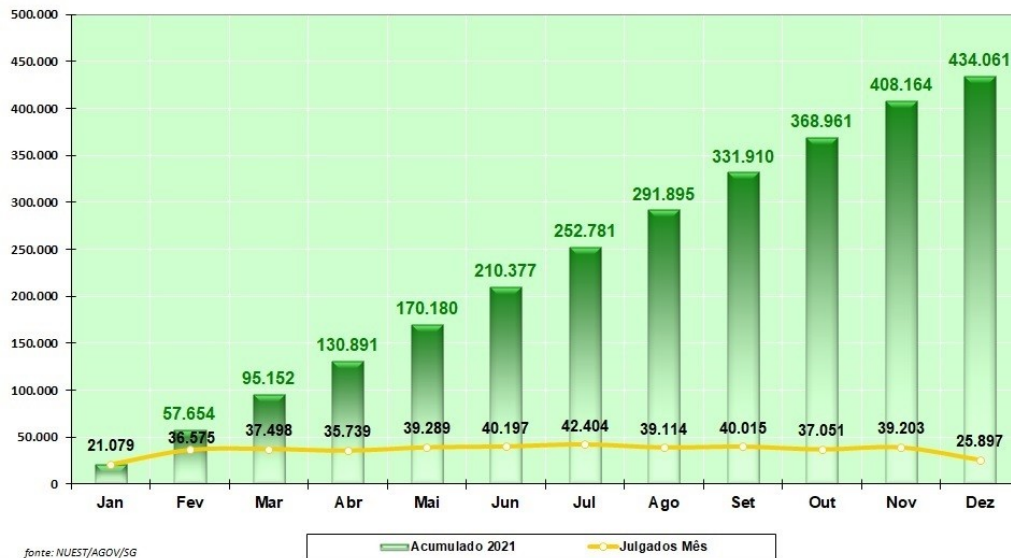


Gráfico nº 7 - Comparativo Mensal de JULGADOS - 2ª Região Consolidado / 2021

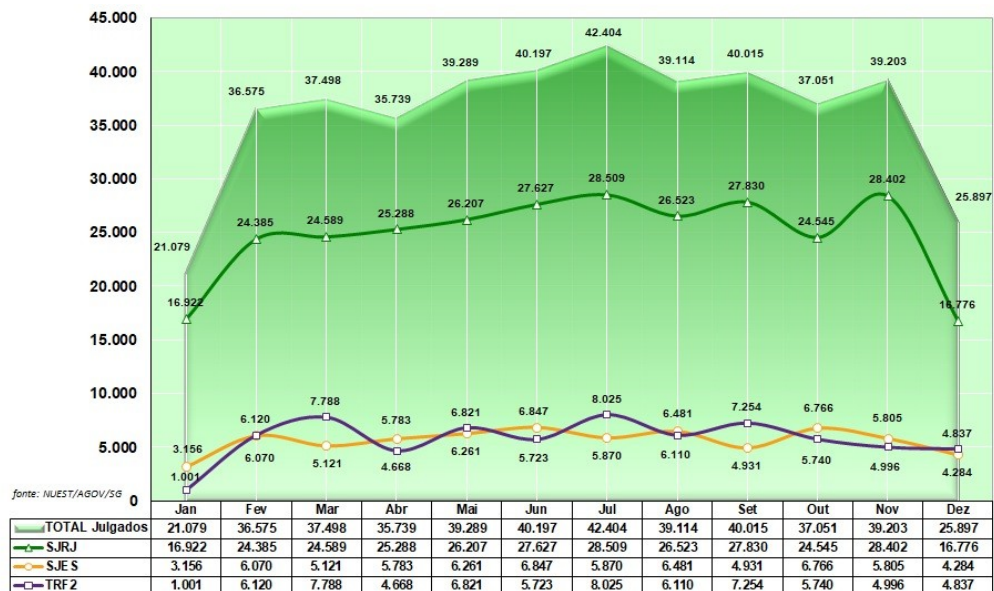


Gráfico nº 8 - TRAMITAÇÃO - 2ª Região Consolidado / 2021

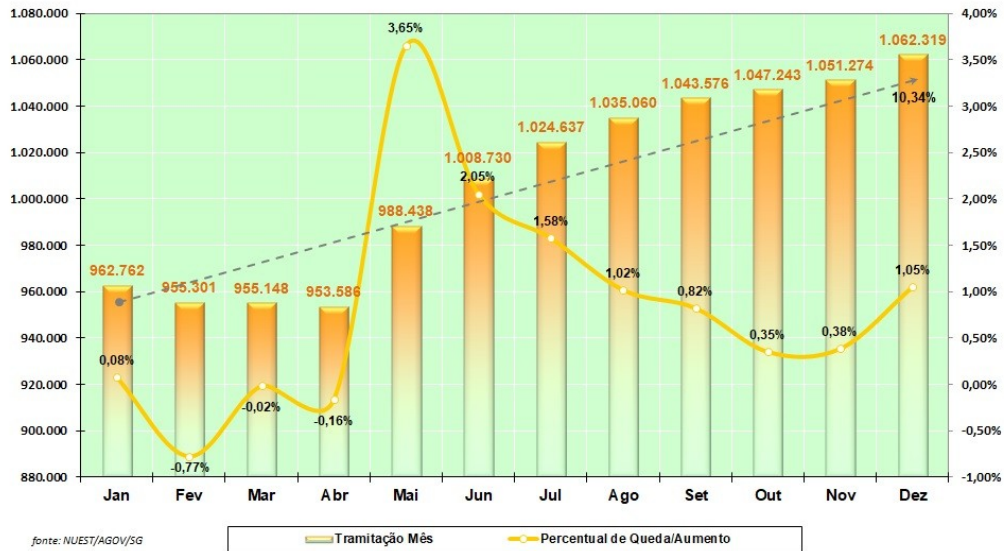


Gráfico nº 9 - Comparativo Mensal da TRAMITAÇÃO - 2ª Região Consolidado / 2021

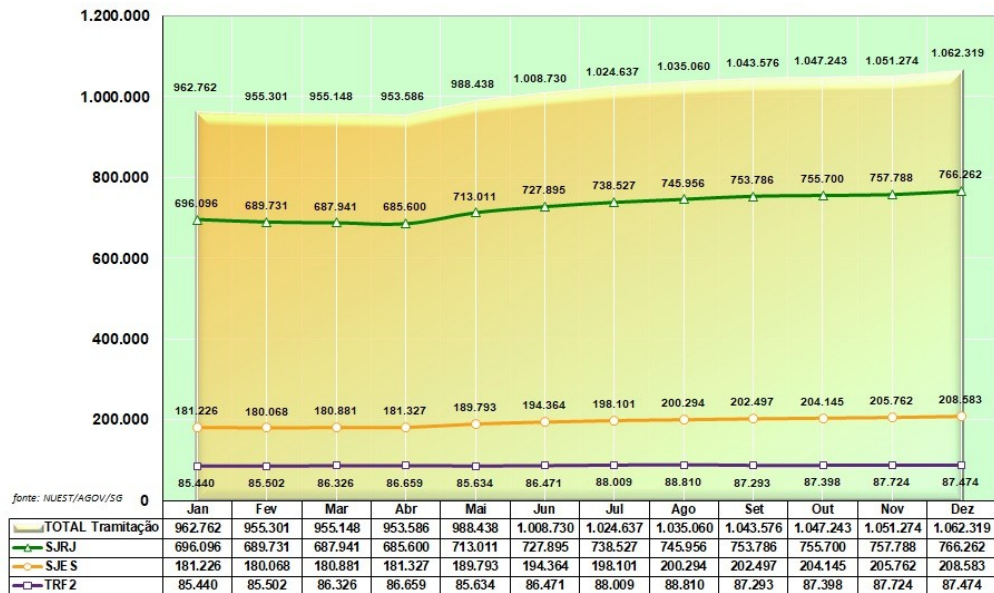
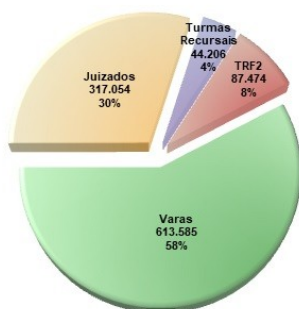


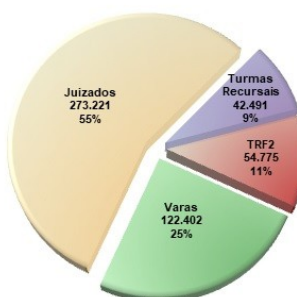
Gráfico nº 10 - Comparativo Anual de Processos - 2ª Região Consolidado / 2021

1.062.319 Processos em TRAMITAÇÃO
(Tramitação de DEZEMBRO)



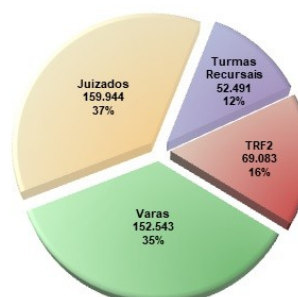
fonte: NUEST/AGOV/SG

492.889 Processos com
1ª DISTRIBUIÇÃO



fonte: NUEST/AGOV/SG

434.061 Processos JULGADOS



fonte: NUEST/AGOV/SG



Gráfico nº 11 - 1ª DISTRIBUIÇÃO - TRF2 / 2021 (e-Proc + Apolo)

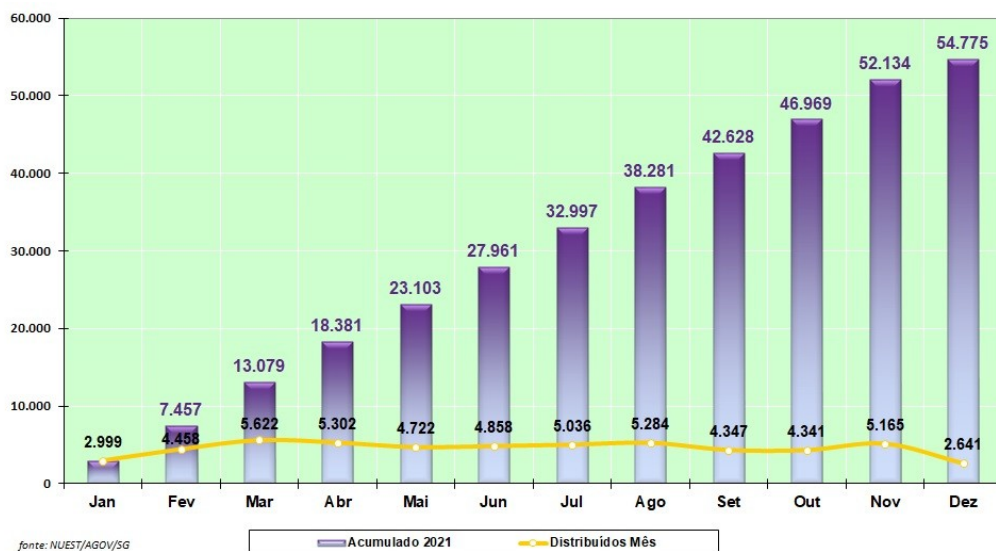


Gráfico nº 12 - 1ª DISTRIBUIÇÃO por Órgão Julgador - TRF2 / 2021 (e-Proc + Apolo)

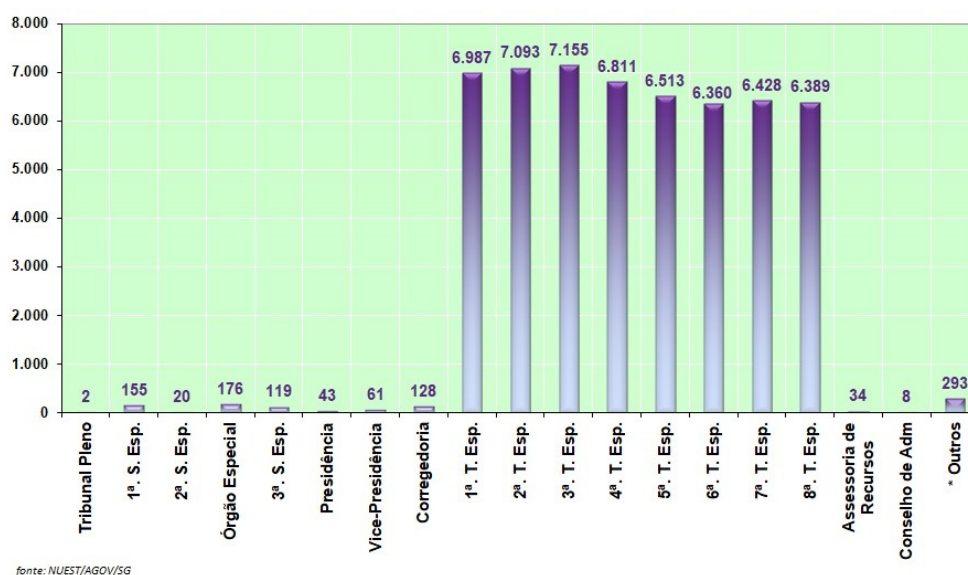
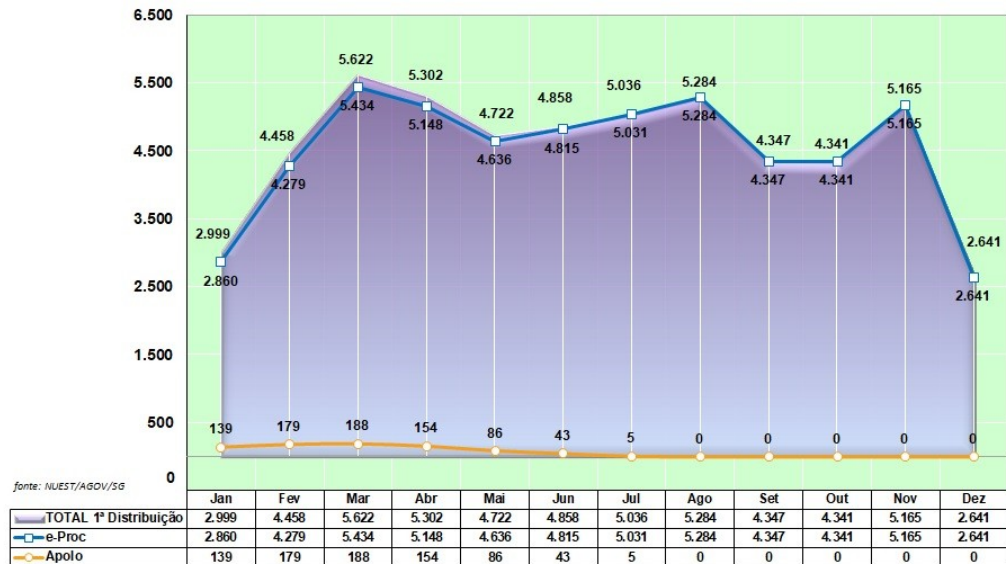
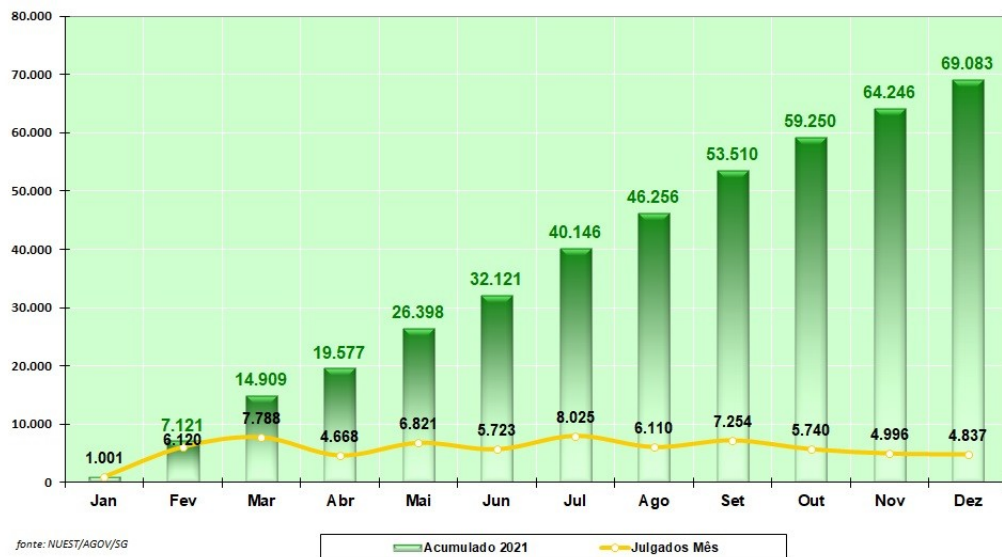


Gráfico nº 13 - Comparativo Mensal de 1ª DISTRIBUIÇÃO - TRF2 / 2021 (e-Proc e Apolo)



Voltar

Gráfico nº 14 - JULGADOS - TRF2 / 2021 (e-Proc + Apolo)

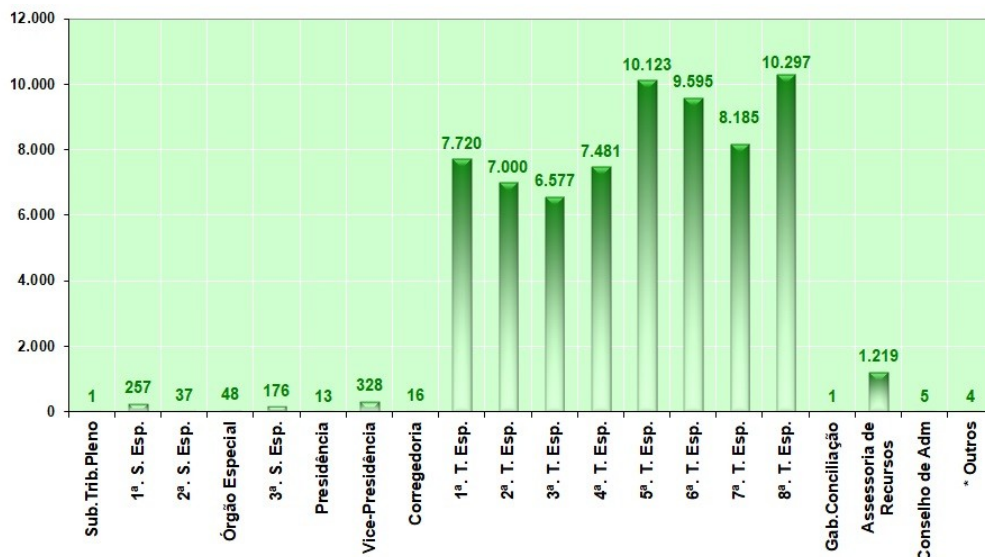


Voltar



TRF2MEM202201726B

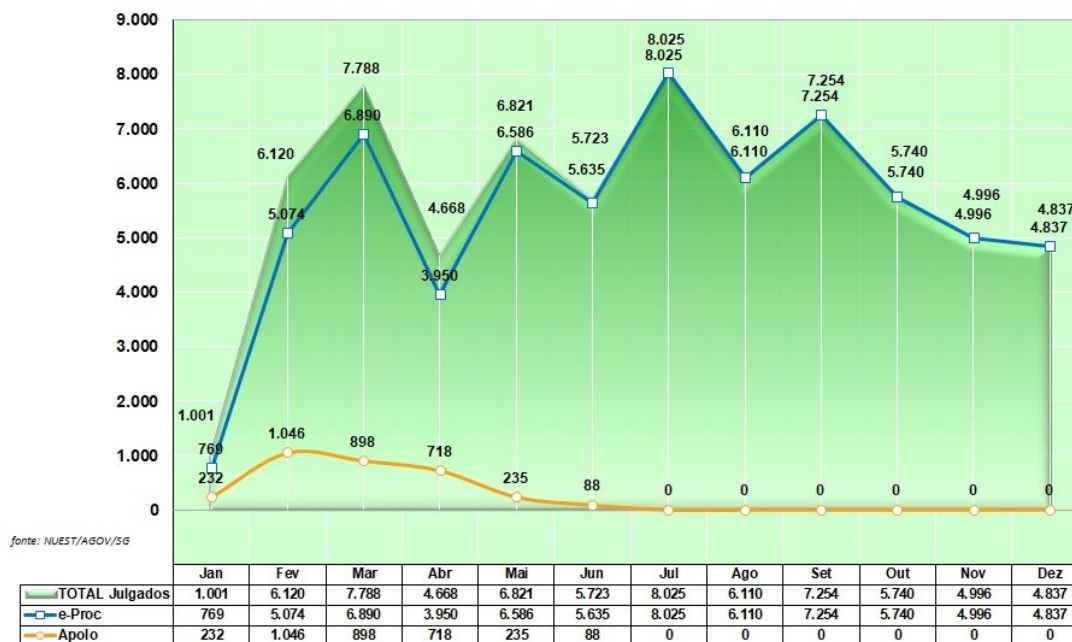
Gráfico nº 15 - JULGADOS por Órgão Julgador - TRF2 / 2021 (e-Proc + Apolo)



fonte: NUEST/AGOV/SG



Gráfico nº 16 - Comparativo Mensal de JULGADOS - TRF2 / 2021 (e-Proc e Apolo)



fonte: NUEST/AGOV/SG



Gráfico nº 17 - Comparativo de JULGADOS (TJI) por Matéria (TUA) - TRF2 / 2021 (Apolo, e-Proc e Total)

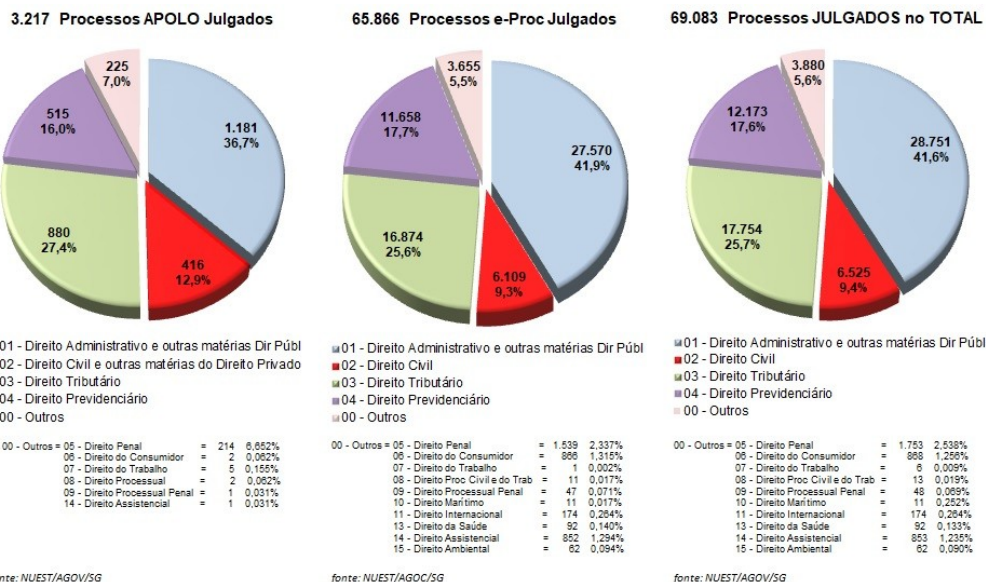


Gráfico nº 18 - TRAMITAÇÃO - TRF2 / 2021 (e-Proc + Apolo)

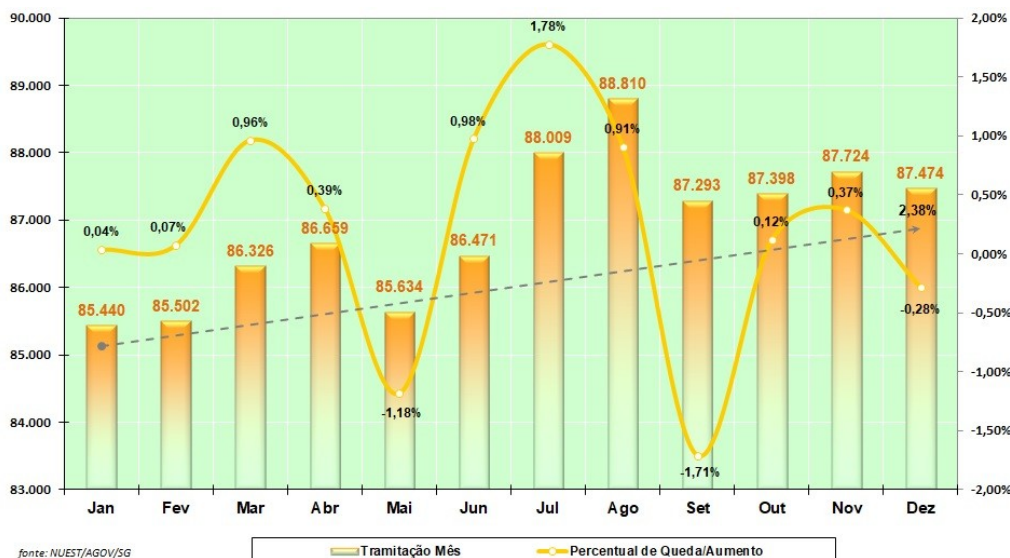
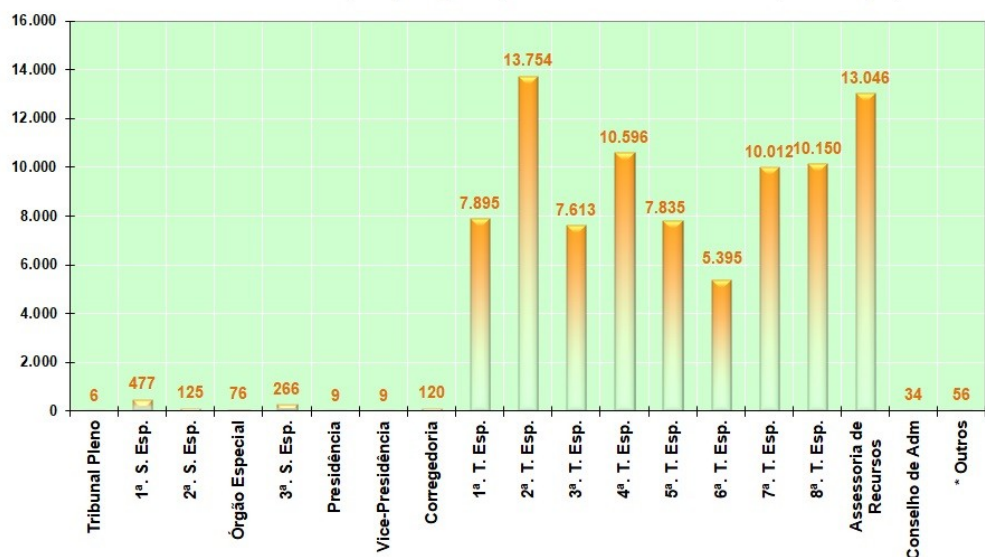


Gráfico nº 19 - TRAMITAÇÃO por Órgão Julgador - TRF2 - DEZEMBRO / 2021 (e-Proc + Apolo)

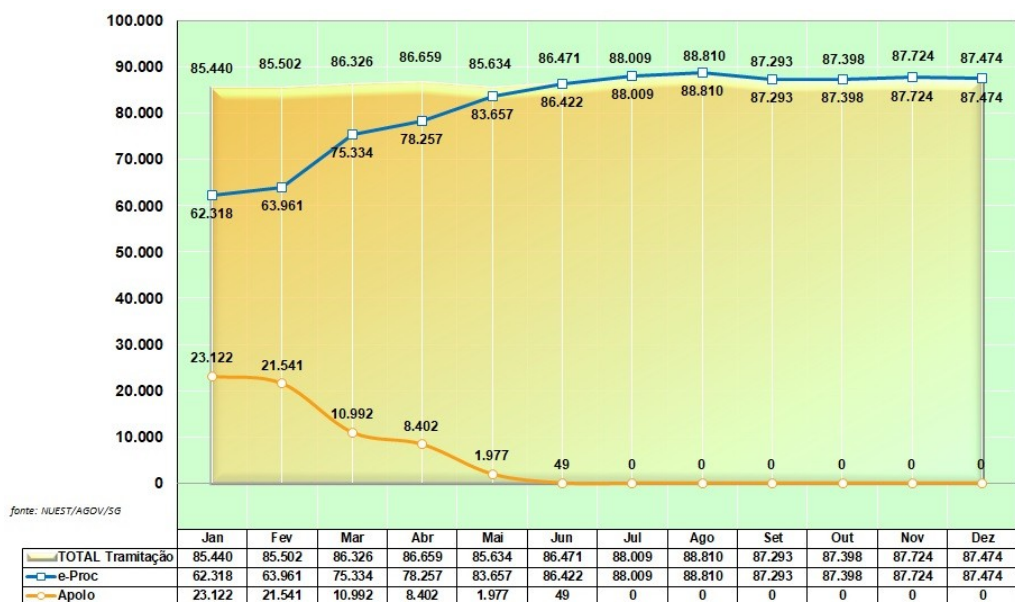
Gráfico nº 19 - TRAMITAÇÃO por Órgão Julgador - TRF2 - DEZEMBRO / 2021 (e-Proc + Apolo)



fonte: NUEST/AGOV/SG



Gráfico nº 20 - Comparativo Mensal da TRAMITAÇÃO - TRF2 / 2021 (e-Proc e Apolo)



fonte: NUEST/AGOV/SG



Gráfico nº 21 - TRAMITAÇÃO por Turma Especializada - TRF2 / 2021 (e-Proc + Apolo)

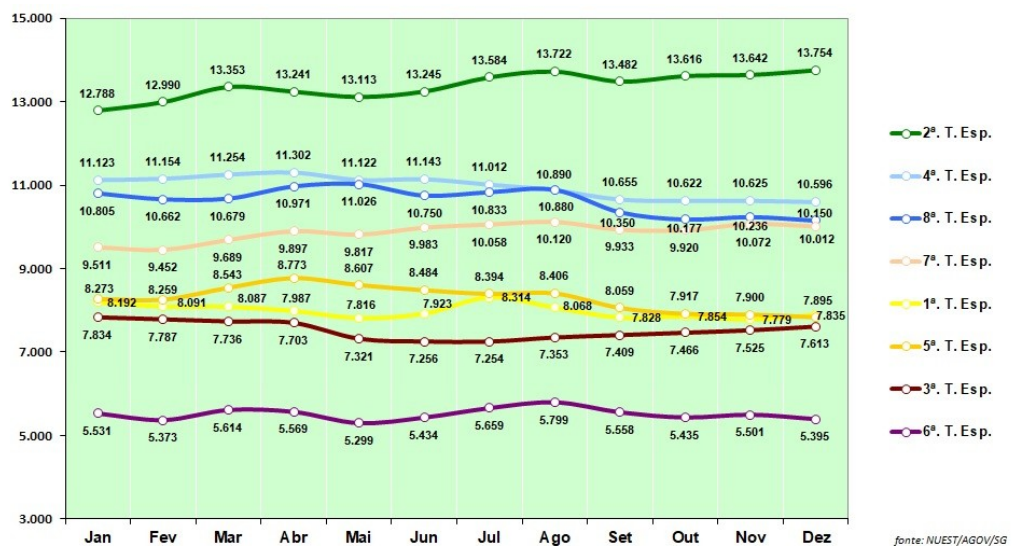
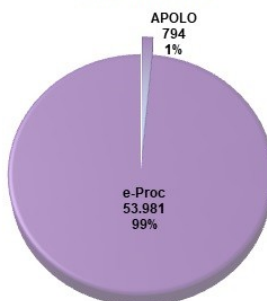


Gráfico nº 22 - Comparativo Anual de Processos por SISTEMA - TRF2 / 2021 (e-Proc e Apolo)

87.474 Processos em TRAMITAÇÃO
(Tramitação de Dezembro)



54.775 Processos com
1ª DISTRIBUIÇÃO



69.083 Processos JULGADOS

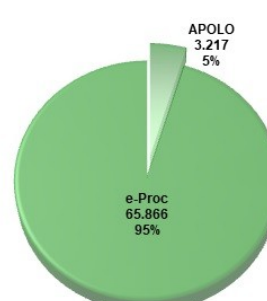


Gráfico nº 23 - Comparativo 2018 a 2021 de 1ª DISTRIBUIÇÃO - TRF2 ((Siapro, Apolo e e-Proc))

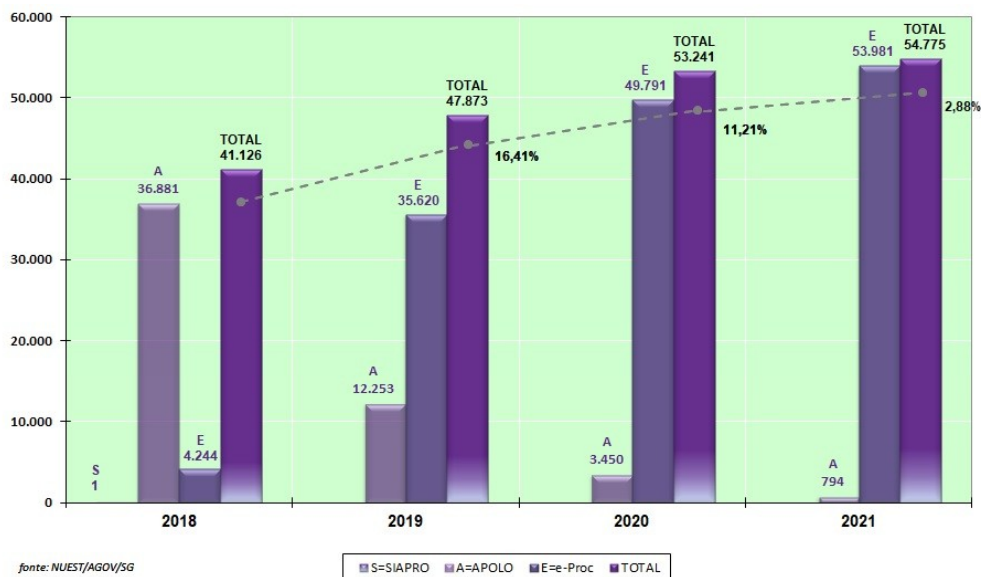


Gráfico nº 24 - Comparativo 2018 a 2021 de JULGADOS - TRF2 ((Siapro, Apolo e e-Proc))

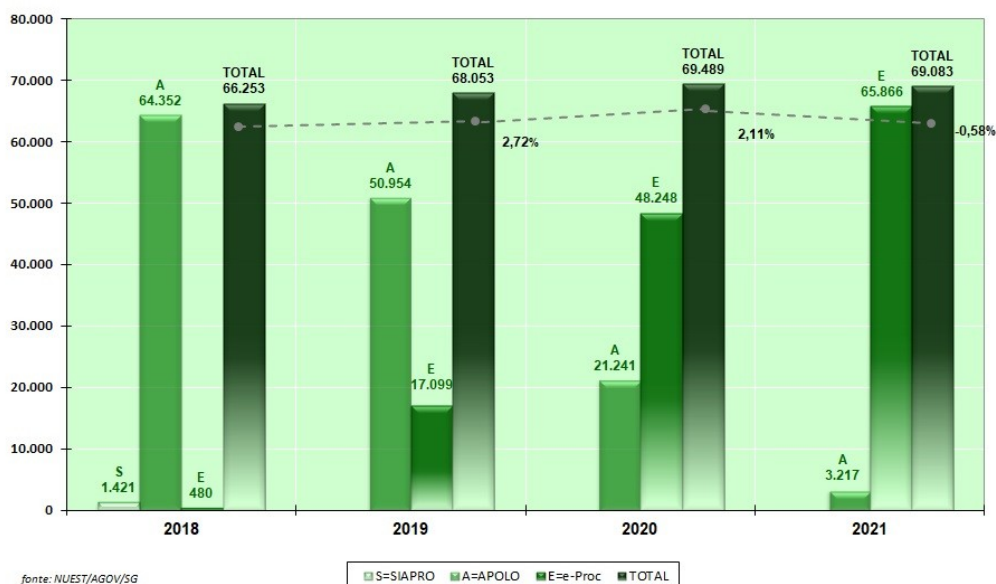


Gráfico nº 25 - Comparativo 2018 a 2021 da TRAMITAÇÃO - TRF2 ((Siapro, Apolo e e-Proc))

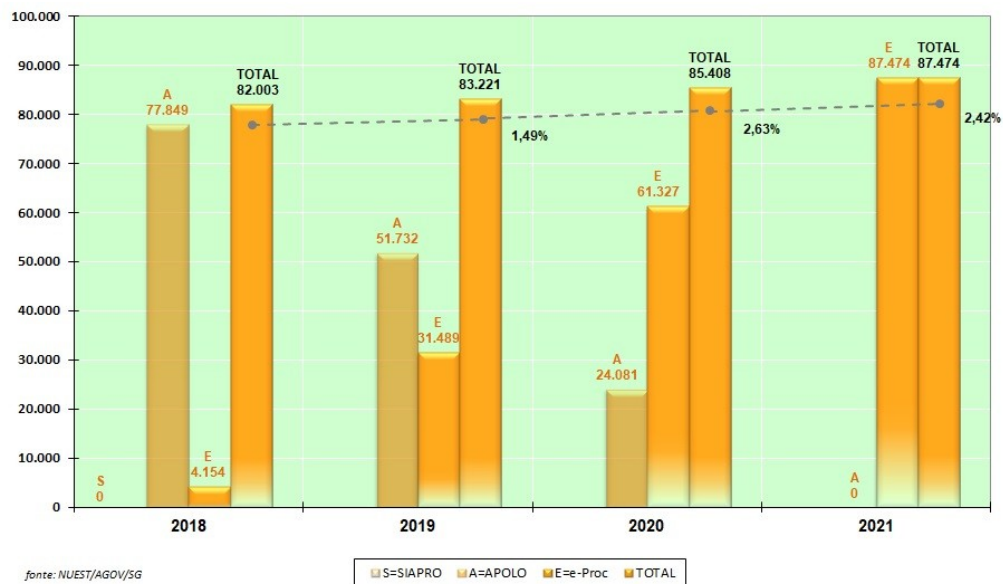


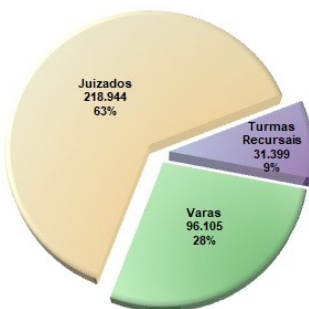
Gráfico nº 26 - Comparativo Anual de Processos por TIPO DE JUÍZO - SJRJ / 2021 (e-Proc + Apolo)

766.262 Processos em TRAMITAÇÃO
(Tramitação de Dezembro)



fonte: NUEST/AGOV/SG

346.448 Processos DISTRIBUÍDOS



fonte: NUEST/AGOV/SG

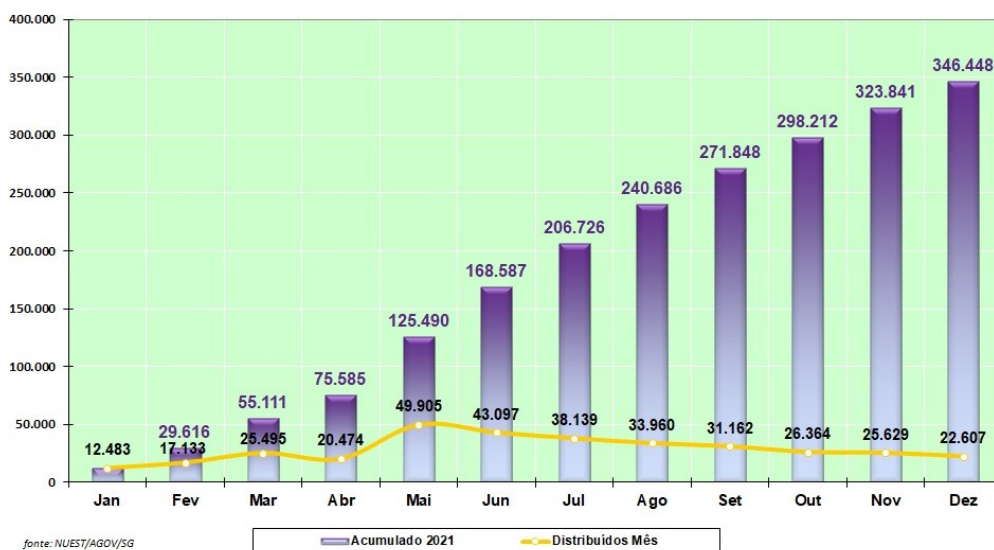
297.603 Processos JULGADOS



fonte: NUEST/AGOV/SG



Gráfico nº 27 - Comparativo Mensal de DISTRIBUÍDOS TOTAL - SJRJ / 2021 (e-Proc + Apolo)



fonte: NUEST/AGOV/SG



Gráfico nº 28 - Comparativo Mensal de DISTRIBUÍDOS - SJRJ / 2021 (e-Proc + Apolo)

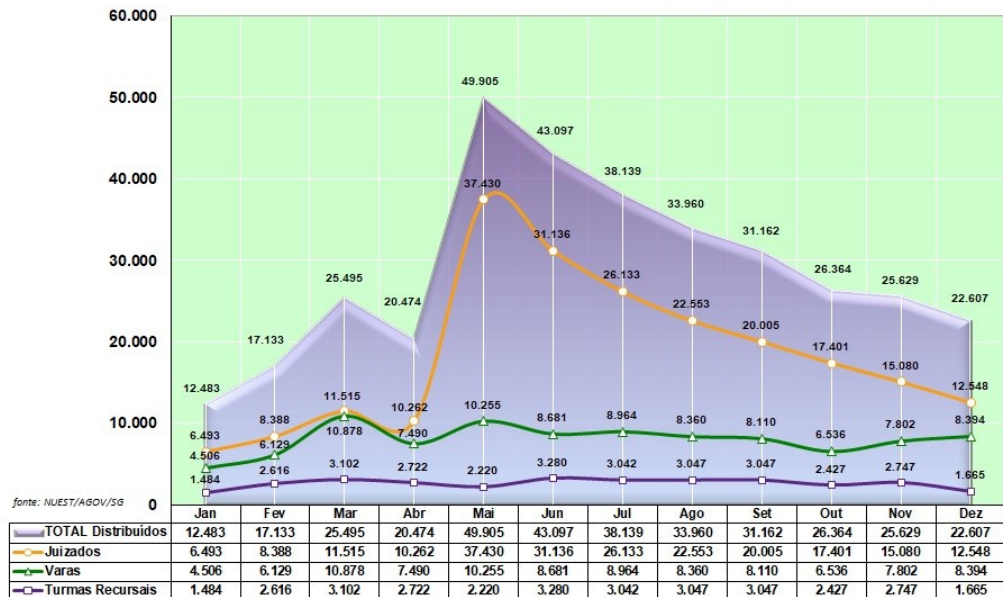


Gráfico nº 29 - Comparativo Mensal de JULGADOS TOTAL - SJRJ / 2021 (e-Proc + Apolo)

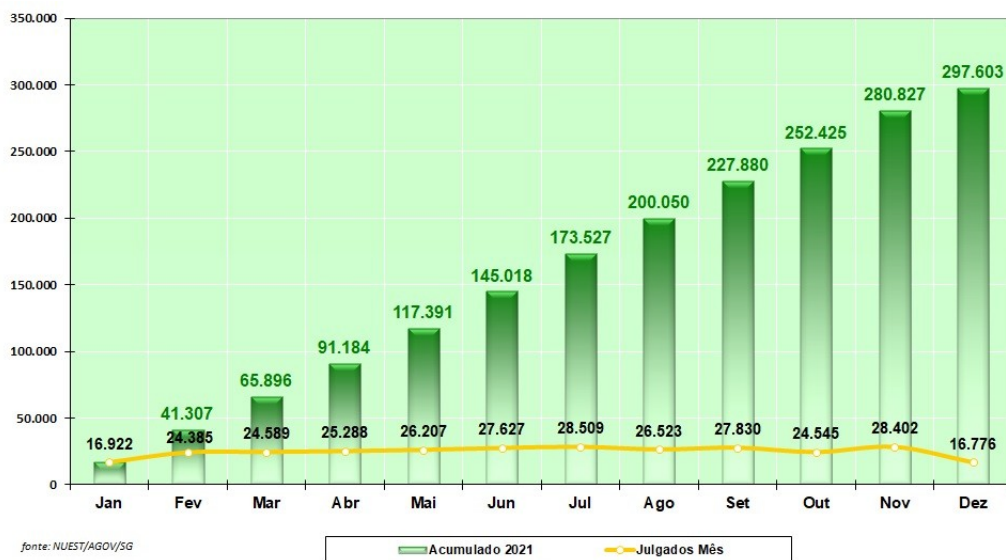


Gráfico nº 30 - Comparativo Mensal de JULGADOS - SJRJ / 2021 (e-Proc + Apolo)

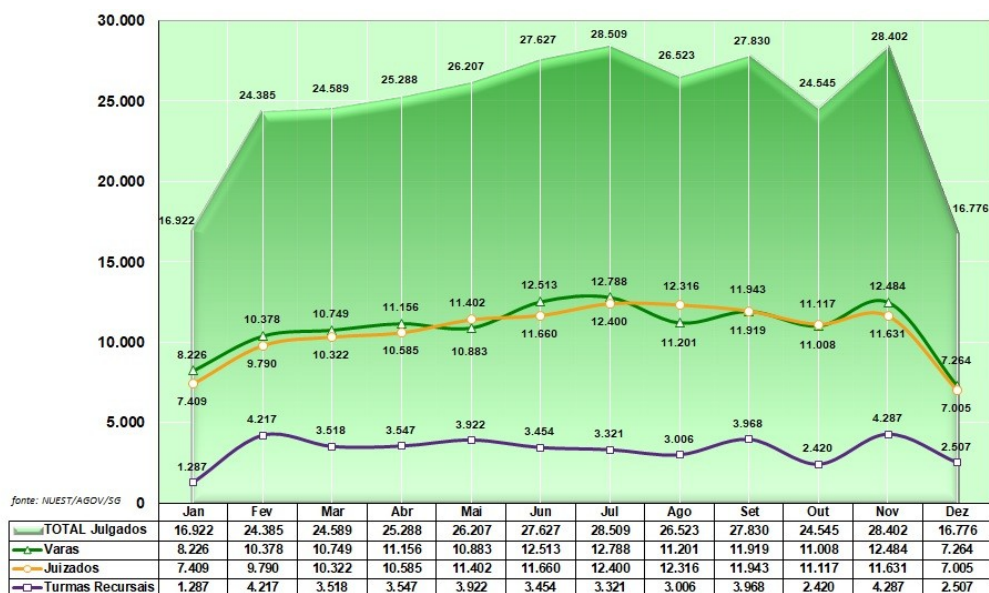


Gráfico nº 31 - Comparativo Mensal da TRAMITAÇÃO TOTAL - SJRJ / 2021 (e-Proc + Apolo)

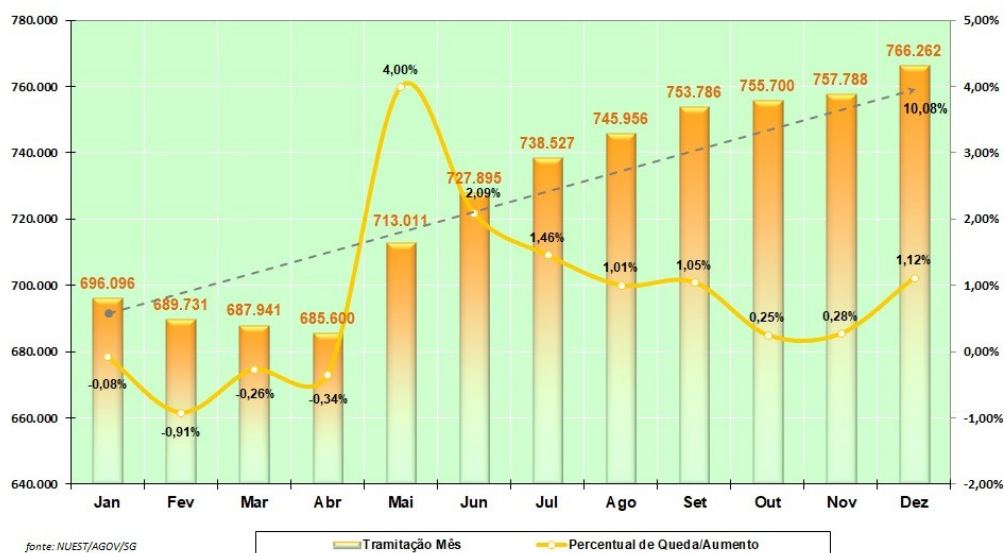


Gráfico nº 32 - Comparativo Mensal da TRAMITAÇÃO - SJRJ / 2021 (e-Proc + Apolo)

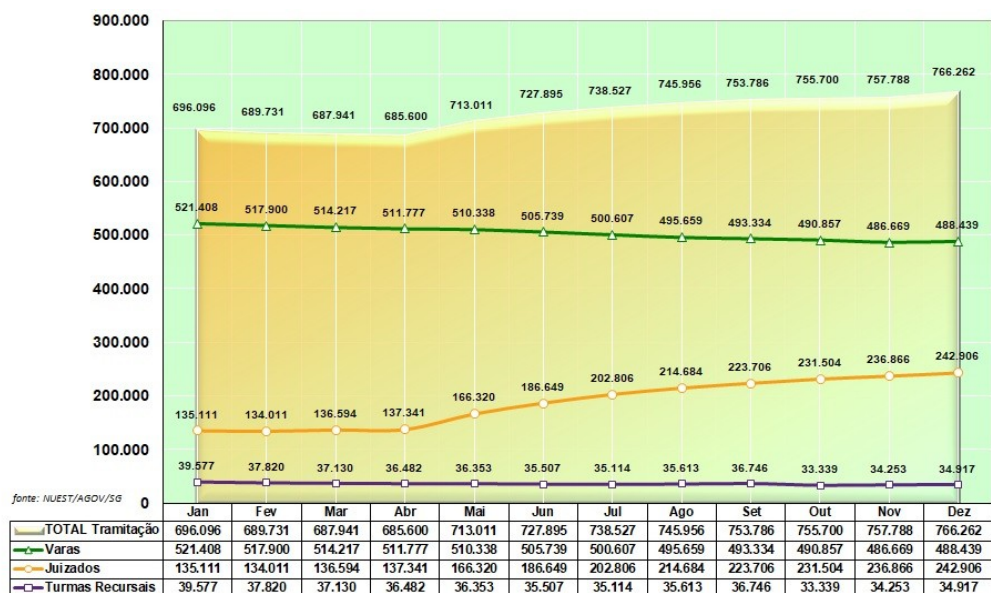
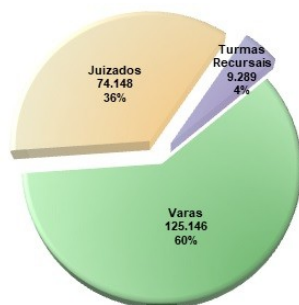


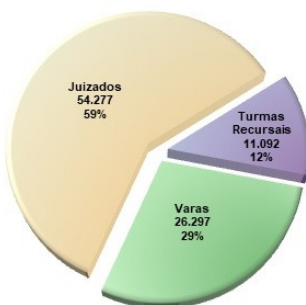
Gráfico nº 33 - Comparativo Anual de Processos por TIPO DE JUÍZO - SJES / 2021 (e-Proc + Apolo)

208.583 Processos em TRAMITAÇÃO
(Tramitação de Dezembro)



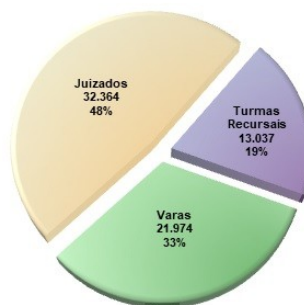
fonte: NUEST/AGOV/SG

91.666 Processos DISTRIBUÍDOS



fonte: NUEST/AGOV/SG

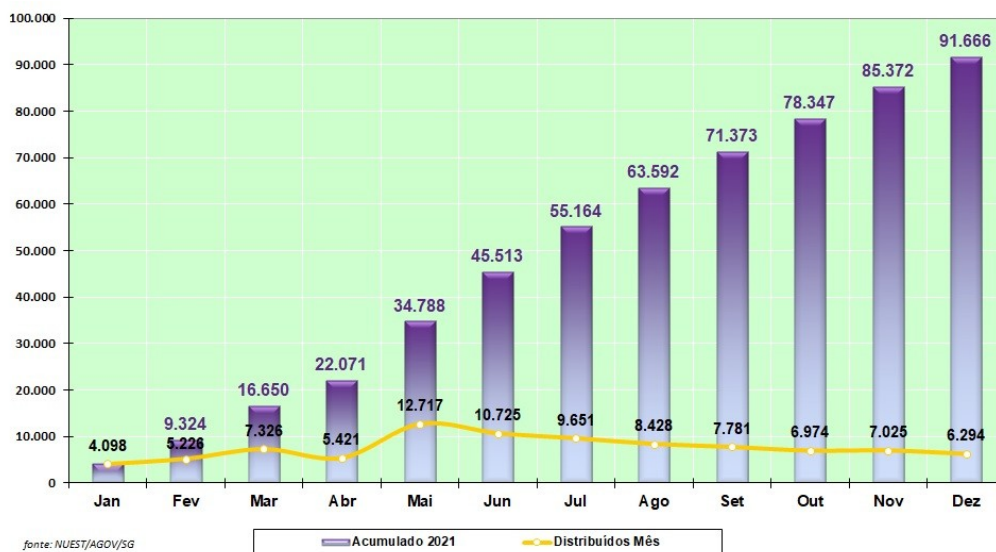
67.375 Processos JULGADOS



fonte: NUEST/AGOV/SG



Gráfico nº 34 - Comparativo Mensal de DISTRIBUÍDOS TOTAL - SJES / 2021 (e-Proc + Apolo)



fonte: NUEST/AGOV/SG



Gráfico nº 35 - Comparativo Mensal de DISTRIBUÍDOS - SJES / 2021 (e-Proc + Apolo)

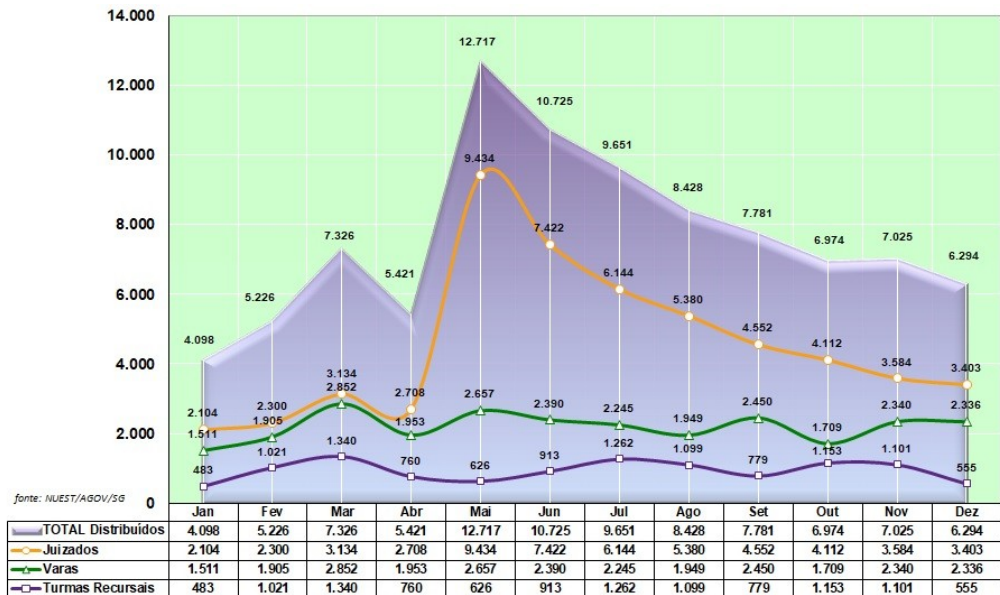


Gráfico nº 36 - Comparativo Mensal de JULGADOS TOTAL - SJES / 2021 (e-Proc + Apolo)

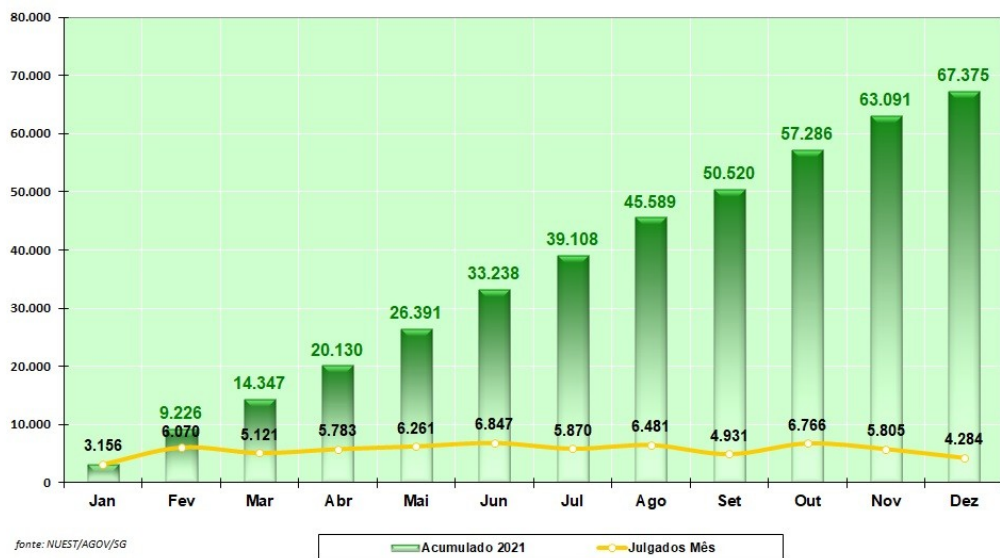


Gráfico nº 37 - Comparativo Mensal de JULGADOS - SJES / 2021 (e-Proc + Apolo)

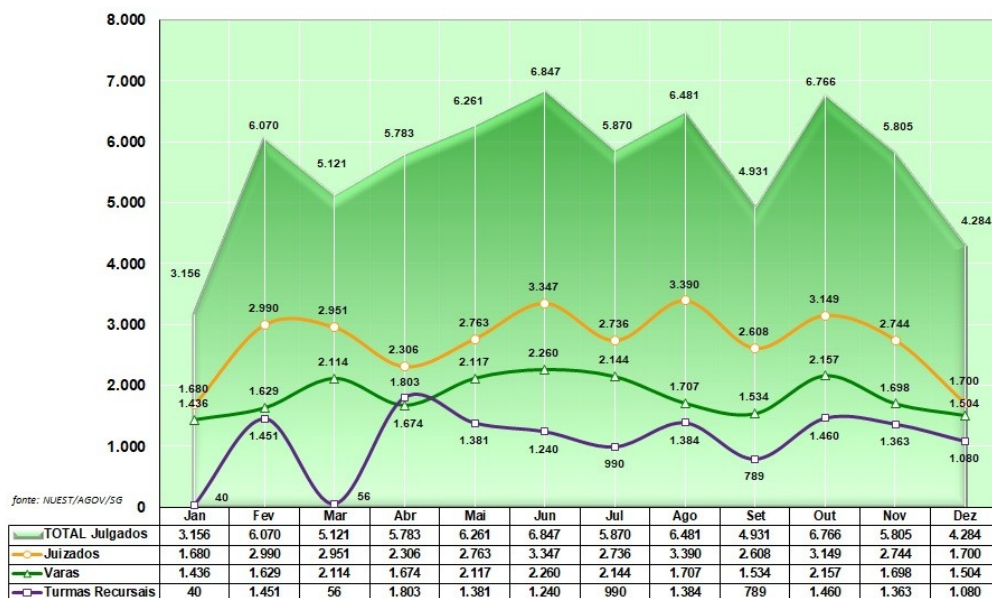


Gráfico nº 38 - Comparativo Mensal da TRAMITAÇÃO TOTAL - SJES / 2021 (e-Proc + Apolo)

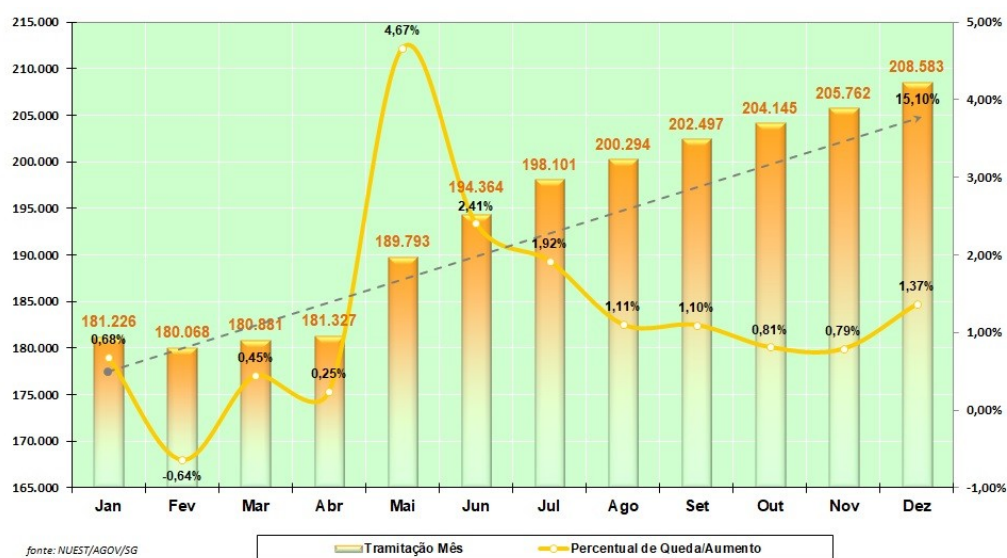
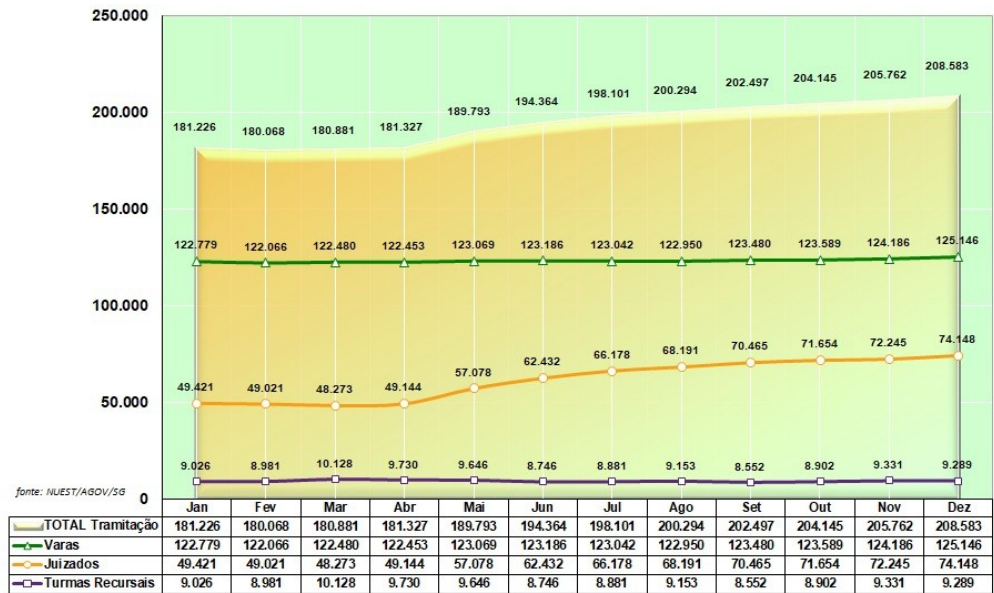


Gráfico nº 39 - Comparativo Mensal da TRAMITAÇÃO - SJES / 2021 (e-Proc + Apolo)



Voltar ao Topo





RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES

Seção Judiciária do Rio de Janeiro - SJRJ

Janeiro/2022

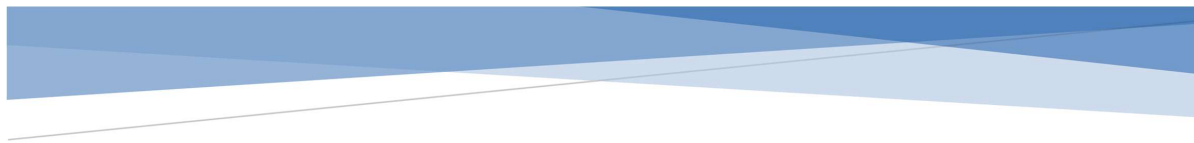


Assinado com senha por LUCIENE DA CUNHA DAU MIGUEL.
Documento Nº: 3330178.29652266-3446 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=3330178.29652266-3446>



JFRJMEM202200678A

SIGA



Diretor do Foro

Juiz Federal Dr. Osair Victor de Oliveira Junior até 12/12/2021

Juiz Federal Dr. Firly Nascimento Filho a partir de 13/12/2021

Vice-Diretor do Foro

Juíza Federal Dra. Marcella Araújo da Nova Brandão até 12/12/2021

Juiz Federal Dr. Osair Victor de Oliveira Junior a partir de 13/12/2021

Núcleo de Suporte à Diretoria do Foro – NSDF: Cristiane Scaquetti de Sousa Lameirão

Núcleo de Comunicação Social – NCOS: Iris Maria Paula Souza Dantas de Faria

Secretaria Geral – SG: Luciene da Cunha Dau Miguel

Núcleo de Governança Institucional – NGOV: Shirlei Sales da Silva

Subsecretaria de Segurança Institucional - SSI: Victor Coutinho Iaccarino

Subsecretaria de Auditoria Interna – SAI: Rosana Cucino Tinoco

Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças – SOF: Martha Kinach Rodrigues Lima

Subsecretaria de Atividades Judiciárias – SAJ: Andrea Alves Inocência

Subsecretaria de Contratações e Material – SCM: Carla Fernanda de Oliveira da Silva

Subsecretaria de Gestão de Serviços – SGS: Claudia Cristina Lopes Lima

Subsecretaria de Gestão de Pessoas – SGP: Luciane Barreto Almada

Subsecretaria de Gestão Estratégica – SGE: Monique Carbonel Rabello

Subsecretaria de Infraestrutura – SIE: Cláudia Mesquita Rezende Rangel

Subsecretaria Jurídico-Administrativa -SJA: Luciana Barão Rodrigues



Sumário

APRESENTAÇÃO	1
I - RELATO DAS ATIVIDADES	1
1. A DIRFO e a Secretaria Geral	1
1.1. Avaliação das Principais Ações Realizadas em 2021.....	1
1.2. Serviço de Atendimento ao cidadão	4
1.3. Principais Eventos em 2021.....	5
1.4. Segurança Institucional.....	6
1.5. Métodos Consensuais de Solução de Conflitos	8
1.6. Centro de Atendimento Itinerante da Justiça Federal.....	8
1.7. Auditoria Interna.....	8
2. Planejamento Estratégico e Governanças	9
2.1. Avaliação das Principais Ações Realizadas em 2021.....	9
2.2. Metas Projetadas pelo CNJ para o exercício de 2021.....	15
3. Gestão Judiciária	15
3.1. Avaliação das Principais Ações Realizadas em 2021.....	15
3.2. Sistema Judicial Eletrônico (e-Proc)	16
3.3. Principais Convênios Vigentes em 31.12.2021 – resultados.....	17
3.4. Outras informações relevantes.....	20
4. Gestão de Pessoas	21
4.1. Avaliação das Principais Ações Realizadas em 2021.....	21
4.2. Quadro de Vagas.....	26
4.3. Força de Trabalho (Incluindo estagiários).....	27
4.4. Capacitação.....	28
5. Gestão de Material e Patrimônio	30
5.1. Avaliação das Principais Ações Realizadas em 2021.....	30
5.2. Outras Informações Relevantes	32
6. Gestão de Infraestrutura	33
6.1. Obras e Reformas – Ações realizadas em 2021.....	33
6.2. Situação dos Imóveis a cargo da SJRJ.....	38
6.3. Sustentabilidade Ambiental	39
7. Gestão de Tecnologia de TI	39
	2



8. Gestão Orçamentária e Financeira	40
8.1. Avaliação da Execução Orçamentária e Financeira	40
8.2. Outras Informações Relevantes	42
II - MAPA DE JULGADOS	42
III- LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS.....	42



APRESENTAÇÃO

Em cumprimento ao disposto na Seção III da Portaria nº TRF2-PTP-2019/00755, o Relatório de atividades foi elaborado com a participação e a interatividade das unidades gestoras administrativas, que destacaram as principais ações e eventos realizados durante o exercício de 2021.

Cabe ressaltar que 2021 foi um ano ainda marcado pelas consequências da pandemia de COVID-19, tendo iniciado ainda com grande parte das atividades da Seção Judiciária do Rio de Janeiro em regime de trabalho remoto. Entretanto, ao longo do ano, com a melhora da situação epidemiológica do Estado do Rio de Janeiro, devido principalmente a aplicação de vacina na população, foi possível retomar, aos poucos e com os devidos cuidados, o atendimento presencial nas unidades da Justiça Federal no Rio de Janeiro.

Com o aprendizado adquirido em 2020 devido à necessidade do trabalho remoto, o ano de 2021 seguiu com a mesma qualidade e empenho no intuito da melhor prestação dos serviços ao cidadão, mesmo com a continuação da pandemia, a SJRJ prosseguiu no aprimoramento das atividades.

No intuito de garantir a continuidade da prestação jurisdicional durante a pandemia, foram desenvolvidas novas formas de atender ao jurisdicionado à distância. Assim, foram implementadas melhorias ao *site* da JFRJ, a migração de 100% dos processos judiciais para o sistema e-Proc, implantação de salas de videoconferência para fins de funcionamento do “Juízo 100% Digital”, bem como a disponibilização dos Balcões Virtuais e do aplicativo JFRJ Cidadão na *Play Store* do *Google*, entre outras melhorias.

Além disso, a SJRJ avançou na busca de boas práticas e na gestão mais participativa com o TRF-2ª Região durante as visitas do Corregedor Regional da Justiça Federal da 2ª Região nas Subseções Judiciárias, que foram acompanhadas pela Direção do Foro e da Secretaria Geral. Maiores detalhes e demais ações relevantes foram relatadas ao decorrer do presente relatório.

I - RELATO DAS ATIVIDADES

1. A DIRFO e a Secretaria Geral

1.1. Avaliação das Principais Ações Realizadas em 2021

Termo de Cooperação Técnica entre a SJRJ e a JUCERJA

A Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro (JUCERJA) é a autarquia estadual responsável pelo registro de atos relativos às empresas, bem como pela atualização dos cadastros e pela guarda dos documentos autênticos pertencentes a elas. Dessa forma, uma das suas principais atribuições é prestar informações sobre as empresas a órgãos públicos, entidades públicas e privadas, ao público em geral e a outras juntas comerciais.

Logo, visando a facilitação na troca de informações e agilidade nos processos de trabalho, a Seção Judiciária do Rio de Janeiro e a JUCERJA assinaram em 26/11 o termo de cooperação técnica. Nessa parceria, a Junta Comercial disponibilizará meios de consulta ao cadastro de empresas e permitirá a visualização de documentos digitalizados constantes no Registro Público de Empresas Mercantis.

O procedimento facilita e agiliza a obtenção de dados e cópias de documentos, evitando que sejam necessárias solicitações formais à JUCERJA, garantindo, assim, celeridade processual e economia de recursos humanos e materiais.



Coworking

Foi inaugurado no dia 9/12, no *hall* de entrada do Anexo II do fórum localizado à Avenida Rio Branco, 243, o espaço de trabalho colaborativo, mais conhecido como *coworking*, que é uma tendência em crescimento no meio corporativo. Tratou-se de uma iniciativa da Alta Administração, em criar um espaço, onde servidores pudessem otimizar seus trabalhos, compartilhando espaço e recursos físicos. E, além quebrar o paradigma de que é necessário utilizar somente os espaços convencionais, a iniciativa gera redução de custos com infraestrutura para a SJRJ.

O espaço recebeu o nome da técnica judiciária Edna Fernandes Amora. Foi assim denominado não somente visando a homenagear a ex-servidora da SJRJ, falecida há 14 anos, mas também a todos os servidores que integram o quadro da 1ª Instância. Também foi instalado um painel de homenagem aos magistrados que prestaram serviços à JFRJ.

Anteriormente, no local funcionava o Setor de Protocolo. A tarefa de transformar o espaço com estações de trabalho e local de reuniões demandou a atuação conjunta das Subsecretarias Administrativas da estratégia, infraestrutura, gestão de materiais e de serviços. O projeto priorizou o aproveitamento dos materiais e de estrutura do local.

Transferência provisória das varas federais, juizados especiais e dos setores administrativos da subseção judiciária de São Gonçalo.

Em 30/11, a SJRJ noticiou em seu sítio eletrônico oficial: “Subseção Judiciária de São Gonçalo: mudança de local a partir de 01/12”.

Nessa data, as instalações das Varas Federais e os Juizados Especiais Federais da Subseção Judiciária de São Gonçalo foram transferidas para a Sede Administrativa da SJRJ, situada na Av. Almirante Barroso nº 78, Centro - Rio de Janeiro, passando os setores administrativos da referida Subseção a funcionar, também em caráter provisório, junto à Subseção Judiciária de Niterói, situada na Rua Luiz Leopoldo Fernandes Pinheiro nº 604, Centro – Niterói

Como foi estipulado na Resolução nº TRF2-RSP-2021/00080, de 26/11/2021, a transferência provisória foi motivada pelos seguintes motivos:

- o término da vigência do Contrato de Locação do imóvel onde se encontrava instalada a sede da Subseção Judiciária de São Gonçalo e as infrutíferas tratativas entabuladas com o locador para uma renovação contratual em valores condizentes com o orçamento da Justiça Federal.
- a necessidade de racionalizar o uso de recursos orçamentários, considerando as restrições decorrentes da limitação de gastos prevista pela Emenda Constitucional nº 95/2016;
- que a transferência provisória da referida Subseção para a Sede Administrativa teria baixo impacto sobre advogados e jurisdicionados, cujas demandas vêm sendo predominantemente atendidas de forma remota, a partir das ferramentas tecnológicas criadas, mantidas e aprimoradas desde o advento do processo judicial eletrônico; e
- a informação prestada pela Secretaria do Patrimônio da União - SPU, dando conta da indisponibilidade de imóveis de propriedade da União, com as características solicitadas, que permitissem a reinstalação da Subseção Judiciária de São Gonçalo no referido Município.

Para contatar as Varas Federais e os juizados especiais de São Gonçalo por meio de *Whatsapp* e balcões virtuais foi disponibilizado um *link* na página



<https://www.jfrj.jus.br/conteudo/aviso/subsecao-judiciaria-de-sao-goncalo-mudanca-de-local-partir-de-0112-0>

A partir da transferência da Subseção as perícias agendadas pelos juízos de São Gonçalo serão realizadas no Fórum da Av. Venezuela, 134 – Rio de Janeiro e na Subseção Judiciária de Niterói. As audiências cíveis passaram a ser agendadas para as salas disponíveis na própria sede administrativa, através dos procedimentos previstos na página <https://intranet.jfrj.jus.br/agenda/csop/agendamento-de-audiencias-na-sede-administrativa-ab>.

Já as audiências de natureza criminal passaram a ser realizadas na sede da Subseção Judiciária de Niterói em razão da estrutura existente naquele prédio, já adaptado para a realização de custódia do indiciado/ réu preso mediante agendamento organizado pela Seção de Serviços Operacionais e Segurança Orgânica de Niterói (SESOP-NI).

Da mesma forma, em razão da melhor logística e para maior comodidade do jurisdicionado, os serviços de Primeiro Atendimento e as perícias médicas da Subseção Judiciária de São Gonçalo estão sendo realizados junto à sede da Subseção de Niterói.

Instalação do posto avançado da Justiça Federal em Angra dos Reis

Foi instalado em 12 de novembro um posto avançado da justiça federal em Angra dos Reis. Com isso, passou a ser garantido o atendimento presencial às partes e advogados com ações na Vara Federal de Angra, com jurisdição também sobre Paraty, que, desde dezembro de 2019, vinham funcionando provisoriamente em Volta Redonda. A mudança, que proporcionou o uso de mesmo prédio já ocupado pela Subseção Judiciária de Volta Redonda, foi impulsionada por conta de restrições orçamentária impostas pelo novo Regime Fiscal, instituído na Emenda Constitucional 95/2016.

Entretanto, em julho de 2021 foi possível planejar o retorno do atendimento presencial em Angra dos Reis, mediante o convênio, assinado no dia 1º de julho de 2021, entre a Tribunal Regional Federal da 2ª Região e a Prefeitura de Angra dos Reis. Por conseguinte, a prefeitura cedeu o imóvel e realizou as obras de adaptação do espaço, que conta agora com serviço de primeiro atendimento ao público e salas de audiência e de perícia.

O projeto para instalação do posto avançado demorou cerca de 4 meses e foi necessária a aquisição de equipamentos de ar condicionado pela SJRJ.

O posto avançado funciona na Rua Doutor José Watanabe nº 55, sala 101, no bairro Parque das Palmeiras, prestando serviços ao público com primeiro atendimento, sala de audiência e realização de perícias médicas.

No posto foi inaugurado o novo modelo de atuação dos setores administrativos, onde foi possível capacitar todos os servidores em todas as atividades administrativas a serem desempenhadas, garantindo a continuidade dos serviços a serem prestados mesmo em caso de impedimentos ou afastamento legal de um dos servidores daquela sede, criando assim uma organização com base no conceito de unidade administrativa.

Restabelecimento do atendimento presencial ao público externo

O atendimento presencial da Justiça Federal da 2ª Região retornou em 02 de agosto de 2021, conforme determinação da Resolução Nº TRF2-RSP-2021/00057, publicada em 16/7/21. Assim, a SJRJ voltou a realizar atividades presencialmente com o horário reduzido e progressão no quantitativo de pessoal.



Esse retorno se deu com os cuidados necessários para a prevenção da COVID-19, seguindo as recomendações do Plano de Retomada das atividades presenciais, desenvolvido por uma equipe multidisciplinar, orientado pelo protocolo de Biossegurança da Seção de Serviços de Saúde. Todo esse trabalho foi iniciado em julho de 2020, que seguiu à risca as determinações dos órgãos sanitários e governamentais, a fim de que magistrados, servidores, estagiários e terceirizados, bem como o público externo pudessem acessar às instalações da SJRJ de forma segura tanto no interior quanto na Capital.

Atualizações na estrutura organizacional

A Justiça Federal da 2ª Região (JF2) propôs atualizações na estrutura organizacional de sua Administração, sem aumento de despesas, observando o disposto no art. 24, parágrafo único, da Lei nº 11.416, de 15 de dezembro de 2006.

A proposta fundamentou-se na necessidade de adequação e racionalização das atividades desenvolvidas na área administrativa para a melhoria do atendimento à área judiciária, além de visar a indispensável gestão eficaz dos recursos humanos de seu quadro de pessoal.

Em atendimento à proposta, o Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2) publicou a Resolução nº TRF2-RSP-2021/00045, em junho de 2021, que renomeou a Subsecretaria de Controle Interno (SCO) para Subsecretaria de Auditoria Interna (SAI).

Em outubro, o TRF2 publicou a Resolução nº TRF2-RSP-2021/00071 que extinguiu duas unidades administrativas da JF2: a Subsecretaria de Cálculo Judicial (SCA) e o Núcleo de Segurança Institucional (NSEG), criando a Central de Cálculos das Subseções (CCSU) e a Subsecretaria de Segurança Institucional (SSI).

1.2. Serviço de Atendimento ao cidadão

A Subsecretaria de Atividades Judiciárias (SAJ) conta com a Coordenadoria de Atendimento aos Jurisdicionado e Cidadania (CJUR) e com a Coordenadoria de Suporte ao Usuário (CSUP) para oferecer atendimento aos cidadãos.

A Coordenadoria de Atendimento aos Jurisdicionado e Cidadania – CJUR, viabiliza ao jurisdicionado desassistido de advogado a elaboração da petição inicial e distribuição do seu processo no eProc, esse atendimento é feito através do uso da ferramenta “Suporte aos sistemas processuais da Justiça Federal do Rio de Janeiro (Su-Proc)” totalmente on-line, e também o atendimento pode ser feito presencialmente para os cidadãos que não tenham acesso à internet. No exercício do ano 2021, foram contabilizados, aproximadamente, 27.458 atendimentos concluídos pelo serviço de Primeiro Atendimento por meio do sistema Su-Proc, bem como distribuídas 1.623 Reclamações Pré-Processuais (RPP) no sistema e-Proc, relativas ao benefício Auxílio Emergencial.

Já a Coordenação de Suporte ao Usuário executa as suas atividades por meio do atendimento telefônico e também pelo Su-Proc, contando com as Seção de Suporte ao Usuário Externo (SEAEX), Seção de Atendimento ao Usuário Interno (SEAIN) e com a Seção de Informações Processuais (SEIPR) para a execução de tal serviço.

No ano de 2021 a SEAEX atendeu **9.213** demandas via Su-Proc. Essas demandas são originadas de usuários externos (Defensoria Pública, Ministério Público Federal, Polícia Federal, Advogados e partes em geral) que necessitam de auxílio para uso nos diversos sistemas utilizados pela Justiça Federal (Apolo, Eproc, Sistema Eletrônico de Execução Unificado (SEEU), Sistema de Assistência Judiciária Gratuita (AJG), entre outros). Também atendeu a **16.763** ligações telefônicas originadas de usuários externos em nossa central telefônica. Além desses o



atendimento para validação de cadastros no sistema Eproc atendeu a **4.300** usuários e, através de vídeo chamada, esse procedimento evitou que os usuários tivessem que se locomover até a Justiça Federal para efetivar seus cadastros. Medida essa de fundamental importância durante a pandemia.

A Seção de Informações Processuais (SEIPR) emitiu **1.250.920** certidões ao longo de 2021.

1.3. Principais Eventos em 2021

Comunicação institucional

Em 2021, o trabalho desenvolvido pelas equipes que constituem o Núcleo de Comunicação Social (NCOS) – Seção de Assessoria de Imprensa (Seasi) e Seção de Relações Públicas (Serep) - visou aproximar a Seção Judiciária do Rio de Janeiro (SJRJ) e o cidadão; a SJRJ de outros órgãos; e a promover e aprimorar a comunicação institucional com o público interno da SJRJ.

Principais eventos realizados em 2021

Foram promovidas quatro edições virtuais do **programa de visitação escolar *Conhecendo a SJRJ***, com participação de oito instituições de ensino, e cerca de 170 beneficiados, entre estudantes e educadores. O programa, que foi instituído em 2007, é destinado a estudantes do nível médio, que têm a chance de conhecer o funcionamento do Judiciário. Originalmente realizado nas dependências do Fórum da Av. Rio Branco e do Centro Cultural Justiça Federal, o “Conhecendo” passou por ajustes durante a pandemia. Na versão *online*, as apresentações ganharam um novo formato, com utilização de fotos, slides explicativos e realização de enquetes. O ponto alto de cada edição é a simulação de uma audiência de julgamento. Baseada em um caso real, conta com a participação de um juiz presidindo a simulação, onde servidores da Justiça Federal e os estudantes atuam como réus, advogado de defesa, procurador e testemunha.

Buscando atenuar as dificuldades enfrentadas por diferentes grupos sob intensa vulnerabilidade social, o NCOS realizou seis **campanhas institucionais**, com a arrecadação de valores junto a magistrados e servidores, que beneficiaram as seguintes entidades:

- Casa de Apoio à Criança com Câncer Santa Teresa (CACCT) - R\$ 8.849,68 (abril)
- Circo Crescer e Viver – combate à fome – R\$ 6.860,64 (maio)
- Centro Cultural Casa de Luzia e a Tropa da Solidariedade– combate à fome – R\$ 4.593,84 (junho)
- Paróquia Nossa da Conceição e S. José – R\$ 5.628,85 (agosto)
- Obra Social Antônio de Aquino - R\$ 4.341,08 (setembro)
- Campanha de Natal da Associação Reviver – Grupo de Apoio à Criança e ao Adolescente –R\$ 5.412,98 (novembro)

Com o objetivo de promover o debate de questões que afetam à sociedade, a equipe de comunicação produziu o Webinar “Vozes femininas da JFRJ” e o Webinar “O impacto da pandemia sobre os Direitos Ambientais e da Natureza”. Os eventos foram direcionados a juizes, juizas, servidores, servidoras e ao público externo.

Principais ações de comunicação

Em 2021, cerca de 900 matérias publicadas nos mais diversos veículos de comunicação (jornais com edição impressa, TV, rádio e portais que disponibilizam acesso livre ao conteúdo na internet) mencionam a Justiça Federal do Rio de Janeiro (JFRJ). Essa é uma amostra do impacto



das decisões proferidas pelos juízes da JFRJ na vida do cidadão. Muitas dessas matérias tiveram origem na publicação de releases no portal, ou na apuração pela equipe da assessoria de imprensa, junto aos juízes, após demandas jornalísticas, recebidas diariamente por e-mail ou telefone. Em 2021, foram divulgados 132 releases.

Para manter o jurisdicionado informado sobre mudanças administrativas que possam refletir na prestação jurisdicional, são publicados avisos institucionais na página principal da JFRJ na internet. Em 2021, foram 91 avisos.

O mais recente canal de comunicação da JFRJ, o Instagram, teve um aumento em torno de 30% nas postagens. Uma divulgação diversificada, abrangendo decisões judiciais e informações administrativas que impactam na vida do jurisdicionado, tanto do TRF2 quanto da JFRJ. Em 2021, foram 230 postagens.

1.4. Segurança Institucional

A Subsecretaria de Segurança Institucional (SSI) da Seção Judiciária do Rio de Janeiro é responsável pelas atividades de Segurança Institucional e transporte e assessoramento à Secretaria Geral e à Direção do Foro nos assuntos relacionados à Segurança Institucional.

Normas Publicadas

Cabe registrar que em outubro de 2021 foi publicada a Resolução TRF2-RSP-2021/00071, que alterou a estrutura organizacional da Administração da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, e dentre outras medidas, extinguiu o Núcleo de Segurança Institucional – NSEG, criando em seu lugar a Subsecretaria de Segurança Institucional.

Além disso, com a participação da SSI na elaboração (à época NSEG), foram editados atos normativos pela Direção do Foro, complementares aos já publicados em 2020 no mesmo sentido, quais sejam, as PORTARIAS JFRJ-PGD-2021/0002, de 06/02/21, e JFRJ-PGD-2021/00022, de 20/08/21, que autorizam o porte de arma para agentes da polícia judicial, além dos já habilitados e com porte concedido no ano anterior.

Contratações e expansões realizadas

Com vistas a conservação da segurança patrimonial, após o término da vigência do último contrato de vigilância armada, foi realizada nova licitação e nova empresa foi contratada para continuidade do referido serviço, sendo a transição operacional do contrato e continuidade da gestão executadas pela SSI, com o acréscimo de postos de trabalho no posto avançado de Angra dos Reis.

Além disso, com finalidade de adequar-se à nova legislação pertinente à prevenção e combate a incêndios e resguardar os imóveis da SJRJ classificados como depósitos, foi realizado aditamento contratual ao Serviço de Brigada de Incêndio, que criou dois postos de trabalho no Complexo Equador, e acrescentou 3 postos de trabalho no Arquivo de São Cristóvão, possibilitando que os referidos locais tenham Bombeiros Profissionais Cíveis de prontidão 24h por dia, todos os dias da semana.

Durante o ano de 2021, houve a aquisição de materiais que atendem a Polícia Judicial e para manutenção dos serviços da Segurança Institucional da SJRJ.

Atividades especializadas de segurança institucional



Foram adquiridos materiais de identificação e vestimentas em atenção as Resoluções 379 e 380 do CNJ que padronizaram as vestimentas dos agentes da polícia judicial em âmbito nacional.

Também foram realizados diversos cursos para formação e treinamento especializado, além de habilitação para porte de arma de fogo e equipamentos menos letais para Agentes da Polícia Judicial da SJRJ, conforme o seguinte:

- **3 Cursos do tipo “Curso Básico de Técnicas Operacionais” (CBTO)** - Uso de dispositivo elétrico incapacitante, espargidor de pimenta, bastão retrátil, algemas, e abordagem operacional. – 32 horas - 45 Agentes da Polícia Judicial;
- **2 Cursos de formação para Habilitação técnica de porte de arma de fogo** – 40 horas – 15 Agentes da Polícia Judicial;
- **Curso de Formação para manuseio e uso de arma longa – Fuzil de Assalto – e pistola** – 8 horas - 11 Agentes da Polícia Judicial.
- **Treinamento para Agentes com porte de arma de fogo** – 8 horas – 16 Agentes da Polícia Judicial.
- **Curso anual de reciclagem para percepção da Gratificação de Atividade de Segurança (GAS)** – Teórico - 32 horas –

Atividades relativas a transportes

Para atender ao objetivo estratégico da JFRJ no exercício de 2021, a SSI executou a mudança física das Varas Federais e Apoio Administrativo da Subseção de São Gonçalo, sendo as Varas Federais instaladas no prédio da Sede Administrativa, o Apoio Administrativo instalado junto da Subseção de Niterói, e os mobiliários e equipamentos excedentes transferidos para o Complexo Equador.

Da mesma forma, atendeu à solicitação para a retirada de todo o mobiliário do prédio destinado à Subseção de Itaboraí, transportando todo o material para o Complexo Equador, e executou o transporte de Mobiliário e Equipamentos necessários para a implantação do Posto Avançado na localidade de Angra dos Reis. Além disso, com a implantação do trabalho semipresencial devido à pandemia, também atendeu à solicitação para o transporte de processos dos Foros da Capital e Subseções destinados o Arquivo Judiciário e Complexo Equador, em cumprimento do cronograma divulgado.

Chamados atendidos:

Em 2021, foram atendidos 881 chamados de transporte, conforme tabela abaixo:

CHAMADOS	QUANTIDADE
TRANSPORTE MAGISTRADOS	120
TRANSPORTE SERVIDORES	338
TRANSPORTE PROCESSOS	423
TOTAL DE ATENDIMENTOS	881

Otimização da frota de veículos

Em 2021, houve o empenhamento para aquisição de um veículo de passageiros blindado visando, quando necessário, grau maior de proteção no transporte de autoridades e equipe de escolta. Aguarda-se a entrega do veículo. Registra-se, ainda, que no referido ano, a Seção Judiciária não realizou nenhuma doação de veículo.



1.5. Métodos Consensuais de Solução de Conflitos

O Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (CESOL) é responsável por organizar e realizar audiências para conciliação e mutirões, dando dinamismo e eficiência à prestação jurisdicional.

Em 2021 foram feitos 2 mutirões; um de recuperação de créditos da Caixa Econômica Federal (CEF), no primeiro semestre, e outro de execuções da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), no segundo semestre. Sendo que, no mutirão da CEF foram pautados 60 processos. O percentual de acordo foi de 25%. No mutirão da OAB foram pautados 1826 processos para realização de audiências, sendo realizados acordos em 36%.

Em 2021, todas as audiências foram realizadas por videoconferência, utilizando simultaneamente da Plataforma Zoom e do acesso à sala de audiência virtual do Sistema e-Proc. Foram realizadas, além das audiências referentes aos mutirões, 1727 audiências de conciliação no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania do Rio de Janeiro e formalizados acordos no valor total de R\$ 25.168.566,73 (vinte e cinco milhões, cento e sessenta e oito reais e setenta e três centavos).

Para o sucesso da realização das audiências por videoconferência, foram implementadas alternativas com a troca das informações e documentos por meio do endereço eletrônico do Centro e o Jurisdicionado, viabilizando a celebração dos acordos e respectivas homologações. Dessa forma, o CESOL envidou todos os esforços para concretização dos acordos visando a satisfação do cidadão e a solução da demanda de forma mais célere.

1.6. Centro de Atendimento Itinerante da Justiça Federal

Diante das medidas de contenção da disseminação do vírus SARS-CoV2, não foi realizada no ano de 2021 atividades relacionadas Centro de Atendimento Itinerante da Justiça Federal

1.7. Auditoria Interna

A Subsecretaria de Auditoria Interna - SAI/SJRJ, unidade integrante do Sistema de Auditoria Interna da Justiça Federal - SIAUD-JF, nos termos da Resolução CJF nº 676/2020, desempenha atividades de auditoria na SJRJ de forma coordenada com a Secretaria de Auditoria Interna do TRF2 – SAI/TRF2 e o Núcleo de Auditoria Interna da Seção Judiciária do Espírito Santo – NAI/JFES, na avaliação da eficácia dos processos de gerenciamento de riscos, de controles internos, de integridade e de governança.

As ações de auditoria são disciplinadas pelas Resoluções CNJ nºs. 308, 309/2020 e CJF nº 677/2020 (Estatuto de Auditoria). A atuação da unidade tem como objetivo agregar valor às operações e auxiliar na concretização das metas organizacionais, atuando como 3ª linha de defesa, avaliando a regularidade dos atos praticados e os controles existentes, de forma a mitigar a ocorrência de erros ou inconsistências nos processos de trabalho das unidades administrativas.

As atividades são realizadas de acordo com a disponibilidade de horas da força de trabalho, materializadas no Plano Anual de Auditoria 2021 – PAA2021 aprovado pela Presidência do TRF2, por meio do Memorando TRF2-MEM-2020/05509, autorizadas pelo r. Despacho nº TRF2-DES-2020/41071.

O PAA2021 compreendeu ações de auditoria conjuntas na 2ª Região (TRF2/SJRJ/SJES), abrangendo as áreas de gestão orçamentária, financeira, contábil, aquisições e de pessoal, a saber:



AUDITORIAS ESPECIAIS	
1.1 - AUDITORIA DE ACESSIBILIDADE DIGITAL (COORDENADA CNJ)	TRF2-AUD-2021/00036
1.2 - AUDITORIA DE DECLARAÇÕES DE BENS E RENDAS (IN TCU N°87/2020)	TRF2-AUD-2021/00015.02
AUDITORIA DE CONTAS	
2.2 - AUDITORIA DE FOLHA DE PAGAMENTO	TRF2-AUD-2021/00002.02
2.4 - AUDITORIA DE PASSIVOS DE PESSOAL	TRF2-AUD-2021/00007.02
2.5 - AUDITORIA DE REEMBOLSO DE REQUISITADOS	TRF2-AUD-2021/00011.02
2.6 - AUDITORIA DA EXECUÇÃO DA DESPESA E GESTÃO CONTRATUAL	TRF2-AUD-2021/00025.02
2.8 - AUDITORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS	TRF2-AUD-2021/00029.02
2.9 - AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (IN 84/2020-TCU)	TRF2-AUD-2021/00019.01

*Obs: Itens 2.1 – AUDITORIA DE APOSENTADORIAS E PENSÕES, 2.3 – AUDITORIA DE NOMEAÇÕES e 2.7 – AUDITORIA DE PRECATÓRIOS E REQUISITÓRIOS DE PEQUENO VALOR - EXCLUSIVOS DO TRF2

O acompanhamento e avaliações ao longo do exercício se operam através do envio paulatino às unidades administrativas das desconformidades encontradas nas amostras selecionadas, por meio de Notas de Auditoria e o registro de Certidões nos processos analisados, bem como com a apresentação de Achados de Auditoria à Alta Administração.

As informações consolidadas integram autos próprios (TRF2-AUD-2021/00035) para reporte ao Órgão Colegiado de Administração do Tribunal Regional Federal da 2ª Região.

2. Planejamento Estratégico e Governanças

2.1. Avaliação das Principais Ações Realizadas em 2021

Restabelecimento do atendimento presencial ao público externo

A Secretaria de Gestão Estratégica (SGE) atuou diretamente no projeto de retomada do atendimento presencial ao público externo, cujo início se deu ainda no mês de setembro de 2020, mediante agendamento para a prestação de serviços de Primeiro Atendimento dos Juizados Especiais Federais (JEFs), realização de periciais médicas, e audiências híbridas e presenciais, de acordo com a necessidade de cada órgão jurisdicional e disponibilidade de espaço físico devidamente adaptado para o controle de fluxo de pessoas e gerenciamento do risco de contaminação em razão da pandemia por Covid-19.

Desta forma, foram realizados os levantamentos das necessidades de equipamentos para montagem das salas de atendimento administrativos e de audiências, além da disponibilização de



itens de biossegurança para os profissionais escalados para atuar presencialmente mesmo durante a vigência do trabalho remoto como regra na SJRJ.

O agendamento das audiências é realizado através de controle de agenda realizado pela Coordenadoria de Serviços Operacionais e Segurança Orgânica (CSOP) e suas unidades vinculadas na Capital e Subseções do interior.

Essas providências permitiram, inclusive, a retomada das atividades presenciais do Tribunal do Júri no Foro da Av. Venezuela com a devida observância a todas as regras de biossegurança estabelecidas pelos órgãos técnicos responsáveis.

Em paralelo à organização do espaço físico para a retomada do trabalho presencial, foi implementado o Projeto nº JFRJ-PRO-2021/00024, para instalação de salas de videoconferência em todas as sedes da Seção Judiciária do Rio de Janeiro para fins de funcionamento do “Juízo 100% Digital” (documentos de referência nº TRF2-EXT-2020/04718 e TRF2-RSP-2020/00059, projeto este concluído em 13/08/2021).

Reformulação do *site* da JFRJ

Em outubro foi apresentado à população o *site* da Seção Judiciária do Rio de Janeiro reformulado, com a proposta de agilizar as buscas por informações e simplificar o acesso aos conteúdos mais relevantes para advogados, jurisdicionados e demais interessados concentrados na página inicial do portal.

Além das melhorias implementadas para acessos aos sistemas processuais, foram consideradas a acessibilidade com programas leitores de tela.

Aplicativo JFRJ Cidadão

Em maio, foi disponibilizado o aplicativo gratuito “JFRJ Cidadão” na plataforma *Play Store* do *Google*, oferecendo à população os seguintes atendimentos eletrônicos: 1º atendimento *online* (sem advogado), balcão virtual dos juízos, certidões eletrônicas, consultas processuais, lista de contatos das unidades judiciárias, os plantões e feriados e outros.

Auxílio no empréstimo de cadeiras ergonômicas e equipamento de informática aos servidores

Ademais, a SGE, através da atuação direta da CSOP, realizou a supervisão do empréstimo de cadeiras ergonômicas para servidores da Capital e interior, e de equipamentos de informática (estações de trabalho completas) nas Subseções Judiciárias, mediante agendamento para retirada e controle dos termos de cessão de uso dos equipamentos da Justiça Federal, a fim de proporcionar excelência no trabalho remoto.

Projeto de auxílio às perícias judiciais

O espaço de perícias judiciais, localizado no térreo do Bloco B da Venezuela, já havia retomado o atendimento presencial em setembro de 2020, e em 2021 foi possível expandir o quantitativo de perícias realizadas.

Quando do reinício das perícias, em setembro de 2020 eram realizadas, em média, 400 perícias por mês, média esta que se manteve nos meses de janeiro a abril de 2021. A partir de maio, houve um aumento contínuo no número mensal, que permitiu que em novembro de 2021 fossem realizadas 1031 perícias, atingindo-se o total de 9.827 em 2021.



QUANTITATIVO MENSAL DE PERÍCIAS em 2021	
Dezembro 2021	895
Novembro 2021	1031
Outubro 2021	1175
Setembro 2021	1010
Agosto 2021	1138
Julho 2021	922
Junho 2021	838
Mai 2021	826
Abril 2021	602
Março 2021	489
Fevereiro 2021	454
Janeiro 2021	447

Os servidores da Seção De Inteligência Judiciária prestam auxílio às Varas Federais e Juizados Federais competentes para designarem os peritos. Esse auxílio se constitui na organização do local de perícia e na das agendas coletivas de perícias; na recepção e atendimento aos periciados de modo a aloca-los no espaço observando as diretrizes de segurança e higiene; na prestação de informações e intermediação da comunicação entre Juízos, peritos e periciados. Destaca-se, também, a busca ativa por novos peritos, que permitiu a incorporação de 9 novos profissionais que passaram a prestar serviço à Justiça Federal.

Auxílio à digitalização

Em 2021 foi dada continuidade à digitalização do acervo da JFRJ. A central de digitalização recebeu e digitalizou em 2021 processos com pedidos de desarquivamento até a expedição da Resolução nº TRF2-RSP-2021/00059.

Em 2021 foram digitalizados 765 volumes de processos pela central.

Projeto de Modernização do Auditório do Fórum da Venezuela

O projeto compreende a implantação de infraestrutura de cabeamento estrutural e aquisição de equipamentos de áudio e vídeo de última geração, objetivando dotar o espaço com tecnologia capaz de permitir a realização das Audiências de Tribunal do Júri, palestras e treinamentos, presenciais ou à distância, de âmbito interno ou externo. A solução prevê automação dos vários cenários de uso, ampliando o conforto e a segurança dos usuários.

Campanhas institucionais e identidade visual da JFRJ



A Seção de Divulgação e Identidade Visual (CNOV/SEDIV) atuou ao longo do ano apoiando diversas ações relevantes da instituição por meio de:

- Planejamento de campanha: *Briefing*, conceito e canais de divulgação
- Elaboração de projetos de campanhas institucionais de adesão ou informação por meio de vídeos veiculados no *Whatsapp*, Instagram e *e-mails marketings* no *e-mail institucional*.
- Criação publicitária para as campanhas: Redação e direção de arte (*layout*)
- Elaboração de vídeos para divulgação interna e externa
- Adequação das peças para acessibilidade
- Estudo e desenvolvimentos de recursos tecnológicos de projeção de imagens/vídeo e execução de arquivos de áudio: *Canva*, *Inshot*, *Filmora*

Endomarketing

A CNOV/SEDIV atuou no desenvolvimento e criação das ações através de veículos de informação: cartazes, *e-mails marketing*, *podcasts* na intranet, vídeos para veiculação em *Whatsapp*. Sobressairam-se, no ano de 2021, as ações que buscavam orientar o público sobre o comportamento adequado em meio ao restabelecimento das atividades presenciais, como o uso de máscaras e distanciamento no elevador.

Projeto de padronização da identidade institucional

Implantação do Projeto de Identidade Institucional da Justiça Federal, de acordo com o Manual de Sinalização elaborado pelo Conselho da Justiça Federal (CJF), nos prédios da Capital (VZ, RB e AB, São Cristóvão e Equador) e nas sedes da SJRJ nas Localidades do Interior, com destaque para os seguintes trabalhos: espaço de trabalho colaborativo Edna Fernandes Amora, instalação do Posto Avançado da JF em Angra dos Reis e transferência provisória das Varas Federais e Juizados de São Gonçalo para a sede da AB.

Melhorias e implementações nos portais de informação e serviços da JFRJ

Internet – site www.jfrj.jus.br

- Melhoria da usabilidade da página inicial do *site* JFRJ – internet – conforme resultados da Oficina no Laboratório de Inovação para trabalhar o desafio da comunicação com o jurisdicionado durante a pandemia, que a Seção de Inovação e Soluções Digitais (SEISD) participou e ajudou na realização (JFRJ-PRO-2020/00056.04);
- Criação de links para os balcões virtuais dos juízos no *site* JFRJ – internet, associados às informações dos juízos, conforme Resolução Nº 372 do CNJ ;
- Implementação de páginas para que juízos publiquem suas informações no *site* JFRJ – internet – sob demanda de cada juízo;
- Implementação de melhorias na página de transparência do *site* JFRJ – internet – conforme auditoria de transparência JFRJ-ACH-2020/00014;
- Participação no grupo de trabalho para unificação dos portais internet, conforme determinação da portaria TRF2-PTP-2021/00422.



Intranet – site www.intranet.jfrj.jus.br

- Formulários de inscrição e de votação na Comissão Contra o Assédio no Trabalho, onde magistrados e servidores puderam se inscrever para escolha de representantes através de votação interna. Todo o processo foi feito pela intranet;
- Criação de páginas na intranet: Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) na Justiça Federal da 2ª Região, Mural da Saudade, Memórias e Reconhecimento, Comissão Contra o Assédio no Trabalho, Mapeamento de processos de trabalho.

Su-Proc – site www.suprocsistemas.jfrj.jus.br

- Manutenção e melhorias solicitadas durante o ano de 2021 pela SAJ, para melhorar a prestação do atendimento externo *online*.
-

Todos os portais da JFRJ

- Implementação da política de privacidade nos portais e informação sobre *Cookies*, conforme definido no comitê da LGPD;
- Estudo do Drupal – versão 9 para atualização dos portais da JFRJ.

Desocupação do Imóvel da Subseção Judiciária de Itaboraí

Em função de problemas estruturais no imóvel locado no município de Itaboraí, ensejando a rescisão do contrato de locação, foi efetuada a retirada dos bens da Subseção Judiciária de Itaboraí, possibilitando a entrega das chaves do imóvel. Permanece a busca por imóvel que possa abrigar a Subseção de forma adequada.

Reforma/modernização do Fórum da Av. Rio Branco

O projeto de reforma total dos imóveis foi iniciado em 2011, tendo sofrido alterações de escopo ao longo do tempo. O objetivo do projeto é dar continuidade a reforma do prédio da Seção Judiciária do Rio de Janeiro localizado na Av. Rio Branco, nº 243, na Capital, que abriga as varas cíveis e previdenciárias.

Resultado: Na fase atual da Reforma/Modernização do Fórum da Rio Branco estão sendo finalizadas a reforma de 3 pavimentos do Anexo I. Vale ressaltar que já estão disponibilizadas salas de coworking e sala de convivência no espaço do térreo do anexo II.

Gestão Documental / Arquivística

Gestão de Documentos e Autos Findos

Durante o regime de trabalho remoto, os servidores trabalharam respondendo ao Fale Conosco na Internet e às centenas de e-mails recebidos toda semana de Juízos, partes, advogados e procuradores diversos. Além disso, disponibilizaram aos Juízos arquivos de processos baixados digitalizados para indexação, bem como auxiliaram remotamente a Seção de Desarquivamento na localização de processos e de documentos diversos, objetos de análise documental. Com a retomada do envio de



processos e de documentos ao Arquivo, pelos Juízos, a partir de agosto, a Seção de Gestão de Documentos e Autos Findos (SEDAF) retomou parte do seu trabalho presencial ordinário, com escala e rodízio entre os servidores a partir de agosto, retomando em parte a movimentação e a reorganização de documentos permanentes. Não houve retomada da análise documental.

ATIVIDADES DA SEDAFA - 2021	
Atividades	Quantitativo
Resposta a mensagens respondidas do Fale Conosco	186 mensagens
Disponibilização aos Juízos de arquivos de processos baixados digitalizados	1.418 arquivos
Auxílio à SEDEQ na localização de documentos	Sem contabilização
Resposta a e-mails recebidos de Juízos, partes, advogados e procuradores diversos	Sem contabilização
Reorganização de documentos permanentes	5.598 documentos
Reorganização de livros de sentença	300 caixas

Arquivamento

Com a retomada do atendimento ao público e do trabalho presencial escalonado nos Juízos a partir de agosto, foi retomado o envio de processos e de documentos ao Arquivo Geral e à guarda de processos na Sede Equador.

ATIVIDADES DA Seção de Arquivamento (SEARQ) – 2021	
Atividades	Quantitativo
Consulta a processos na Almirante Barroso	202 consultas
Recebimento de processos de carga	Sem contabilização
Auxílio à Central de Digitalização	Sem contabilização
Devolução de processos aos Juízos	501 processos
Fiscalização do mutirão de limpeza e arrumação dos salões do Arquivo	70% dos salões foram objetos do mutirão, e 40% dos salões foram completamente limpos.
Amarrados recebidos para arquivamento	3.630 amarrados, equivalentes a cerca de 18.200 processos
Amarrados recebidos para guarda na Equador	Cerca de 4.000 amarrados e caixas, equivalentes a 20.000 processos



Desarquivamento

A Seção de Desarquivamento (SEDEQ), com apoio da SEARQ, manteve o atendimento a pedidos de desarquivamentos solicitados pelos Juízos, principalmente após o retorno do atendimento ao público a partir de agosto.

ATIVIDADES DA SEDEQ – 2021	
Atividades	Quantitativo
Pedidos de desarquivamento via sistema Apolo	2.797 processos
Pedidos de desarquivamento via sistema Siga-Serviços	285 processos
Pedidos de desarquivamento da Sede Equador	173 amarrados

2.2. Metas Projetadas pelo CNJ para o exercício de 2021

As Metas Nacionais projetadas pelo CNJ representam o compromisso que os tribunais brasileiros assumem visando ao aperfeiçoamento da prestação jurisdicional para a sociedade brasileira, proporcionando, assim, serviços de maior eficiência e qualidade.

As metas nacionais de produtividade da Segunda Região são detalhadas no relatório de atividades do TRF-2ª Região.

3. Gestão Judiciária

3.1. Avaliação das Principais Ações Realizadas em 2021

A Subsecretaria de Atividades Judiciárias (SAJ) gerencia e executa as atividades de atendimento aos jurisdicionados e aos demais usuários dos sistemas processuais utilizados na Seção Judiciária, as atribuições inerentes à atividade de distribuição e execução de mandados judiciais, além de prestar apoio direto ao processo judicial, mediante a gestão de conteúdo do sistema informatizado de acompanhamento processual.

Dos desafios enfrentados no ano de 2021, destaca-se o desenvolvimento de inovações tecnológicas, devido às restrições impostas pela pandemia de COVID-19. Embora alguns serviços como o Primeiro Atendimento, as perícias e audiências, tenham sido restabelecidos de forma presencial desde setembro de 2021, a SAJ teve que desenvolver ferramentas para atendimento remoto de modo a manter as atividades das unidades que faziam seu atendimento, até então de forma exclusivamente remota, como o Primeiro Atendimento, atendimento processual aos jurisdicionados (suporte) e emissão de certidões. A preservação do exercício da cidadania foi garantida aos jurisdicionados que tiveram meios de enviar remotamente suas demandas para o Judiciário Federal, ajuizar ações, fazer cadastros nos sistemas processuais, emitir certidões e atendimento de suporte ao uso dos sistemas processuais da justiça federal, que facilitaram a interface entre o poder judiciário e o cidadão.

Ainda no que se refere ao aprimoramento do atendimento ao público externo, prestado pela Coordenadoria de Suporte, a Subsecretaria de Atividades Judiciárias não parou. Foi assim que, em acréscimo a criação da Central de Atendimento Telefônico, desenvolveu em parceria com a SGE o sistema Su-Proc, que é uma ferramenta de fácil manuseio, que faz a conexão entre o



jurisdicionado e as seções de Primeiro Atendimento e de Suporte ao Usuário Externo, tornando possível que os mesmos possam encaminhar as suas demandas de forma eletrônica.

Foi exatamente o sistema informatizado Su-Proc que possibilitou que um número surpreendente de demandas judiciais fosse cadastrada em 2021. Esse fato aconteceu em decorrência da expectativa do julgamento da Revisão do FGTS, junto ao Supremo Tribunal Federal, além dos pedidos decorrentes do indeferimento das concessões do benefício auxílio emergencial criado em 2020.

O atendimento através do sistema Su-Proc, dentre outros benefícios, possibilita que o usuário anexe arquivos que ilustrem sua demanda, viabilizando um atendimento mais célere e eficiente. Fechamos o ano com mais de 27458 usuários cadastrados no Su-Proc, sendo que 1623 foram Reclamações Pré-Processuais – RPPs, 4168 demandas que foram ajuizadas e distribuídas, e 9213 demandas relativas a Suporte aos sistemas processuais.

Também em 2021 foi desenvolvido e implantado o Balcão Virtual, como mais uma ferramenta destinada ao atendimento remoto e imediato aos usuários dos serviços da Justiça, nas secretárias das unidades judiciárias. Essa via permite o contato imediato do advogado ou da parte interessada com o setor de atendimento de cada unidade judiciária, durante o horário de atendimento ao público.

A iniciativa consta na Resolução Nº 372 do CNJ. O documento do CNJ estabelece a criação nos *sites* dos tribunais links de acesso para o “Balcão Virtual” de cada unidade judiciária. Conforme determinação a Seção Judiciária do Rio de Janeiro, expediu o Ofício Circular No JFRJ-OCD-2021/00004 dando cumprimento ao determinado.

Para a implantação da medida, as unidades judiciárias utilizam a ferramenta Zoom, ou outra plataforma virtual que esteja atendendo a cada juízo, o endereço eletrônico para acessar as salas é www.jfrj.jus.br/balcao-virtual.

Em novembro de 2021 tivemos a inauguração do primeiro Posto Avançado na cidade de Angra dos Reis, este foi um marco importante para a população daquela região que agora contam com um posto de atendimento presencial.

Ainda em 2021 ocorreram várias visitas do Exmo Sr. Desembargador Corregedor, juntamente com a equipe da corregedoria às subseções da SJRJ, estas visitas foram acompanhadas pelo Exmo. Sr. Juiz Diretor do Foro, Diretora da Secretaria Geral, Diretora da SGE e Diretora da SAJ. Tal projeto tem o propósito propiciar a integração da Seção Judiciária, com a Corregedoria e o TRF2, para juntos trocar e implementar boas práticas administrativas e cumprir fielmente as determinações do CNJ. Essa integração confere celeridade no cumprimento das determinações administrativas que repercutem diretamente no andamento dos processos judiciais e assegura as garantias constitucionais.

3.2. Sistema Judicial Eletrônico (e-Proc)

No primeiro semestre de 2018, a Justiça Federal da 2ª Região passou a adotar o sistema processual eletrônico e-Proc para tramitação de processos judiciais, comunicação de atos e transmissão de peças processuais. Tal mudança provocou a necessidade de migrar os processos do sistema processual de acompanhamento processual Apolo, até então usado.

A migração dos processos do Apolo para o e-Proc, foi realizada ao longo de todo o ano e ao final de 2021 100% do acervo já estava totalmente digitalizado. Sendo assim, encerramos o ano de 2021 com todos os processos judiciais tramitando exclusivamente de forma eletrônicas no sistema processual e-Proc.



A adoção de um novo sistema processual trouxe para a SAJ não só a responsabilidade de habilitação dos novos usuários para utilização do sistema e-Proc, mas também a necessidade de desenvolver estratégias para oferecer a devida orientação e suporte para o bom uso dos serviços eletrônicos disponíveis trazidos pelo e-Proc. Com o uso do sistema e o surgimento das demandas dele decorrentes a SAJ também se ocupou de analisar as sugestões de melhoria apresentadas para posteriormente formular e apresentar propostas para deliberação do Comitê Interinstitucional que é o responsável pela gestão nacional do sistema. Em novembro de 2021 foi implantada, no TRF2 a nova versão do e-Proc 8.17.2.

Em 2021 a SAJ também seguiu participando do desenvolvimento e aprimoramento do Sistema Eletrônico de Execução Unificado – SEEU colaborando com a coleta de dados, execução de testes e assistências aos usuários.

Também em 2021 o TRF2 implantou o Núcleo de Justiça 4.0, tendo sido o primeiro Tribunal do país a promover o programa Justiça 4.0, nos termos da Resolução nº 385 do Conselho Nacional de Justiça. Como os núcleos de Justiça 4.0 devem ser especializados o TRF2 optou por iniciar às atividades com foco nas ações relacionadas à saúde pública, em razão do volume de demandas que chegam ao Tribunal, principalmente a partir da eclosão da pandemia de Covid-19, em março de 2020.

O diferencial do Núcleo é o acesso à justiça de forma remota, com todos os atos processuais, do ajuizamento à sentença, praticados pela internet, inclusive com audiências e sessões de julgamento realizados por videoconferência.

3.3. Principais Convênios Vigentes em 31.12.2021 – resultados

A manutenção das parcerias listadas abaixo contribui para o aumento da celeridade processual, bem como para a economia de recursos humanos e financeiros, uma vez que permite o acesso direto aos sistemas de outros órgãos ou, ainda, a troca de informações de forma eletrônica, agilizando os procedimentos necessários à instrução e andamento dos processos judiciais.

Os acordos de cooperação celebrados com universidades para atendimento ao jurisdicionado perante os juizados especiais federais visam a minimizar as dificuldades enfrentadas pela população que necessita de assistência jurídica gratuita e não consegue atendimento pela defensoria pública.

Relação dos principais acordos de cooperação celebrados pela SJRJ vigentes/em operação em 2021:

Nº	Partícipes	Objeto	Resultados
01	CEG –/SJRJ	Acesso ao banco de dados cadastrais.	Permite a consulta direta aos dados cadastrais de clientes da CEG, para localização de endereços de partes de processos em trâmite na JFRJ.
02	JUCERJA / TRF/JFRJ	Disponibilização de procedimento de consulta ao cadastro de empresas e de visualização de documentos digitalizados, via endereço web da JUCERJA.	Facilita e agiliza a obtenção de informações junto ao Registro Público de Empresas Mercantis, possibilitando a economia de recursos humanos e materiais, com melhor aproveitamento dos avanços tecnológicos na área de TI.



Nº	Partícipes	Objeto	Resultados
03	Light / TRF2 / SJRJ	Disponibilização de canal de consulta de dados cadastrais específicos de clientes da Light.	Permite a consulta <i>online</i> ao banco de dados de clientes da Light, para localização de endereços de partes de processos em tramitação na SJRJ.
04	Oi / SJRJ	Permitir o encaminhamento de ofícios e requisições de quebra de sigilo telefônico e/ou telemático por meio dos endereços de correio eletrônico (e-mail) corporativos da JFRJ ao endereço de correio eletrônico (e-mail) da OI destinado para tal fim.	Permite o fornecimento de informações de dados cadastrais dos clientes da Oi.
05	PRFN2 / TRF/JFRJ/JFES	Estabelecimento de procedimento de cadastramento de usuários para acesso ao sistema e-CAC Justiça da PGFN.	Permite o acesso de Juízes e servidores ao Portal Inscreve Fácil, que possui informações relativas ao cadastro da Dívida Ativa.
06	Receita Federal / SJRJ	Fornecimento de dados cadastrais (não abrangidos pelo sigilo fiscal)	Consulta aos sistemas CPF e CNPJ para acesso aos dados cadastrais de pessoas físicas e jurídicas não abrangidos pelo sigilo fiscal
07	SEAP / SJRJ	Intercâmbio de informações por meio do Sistema de Identificação Penitenciária – SIPEN.	Permite o agendamento de presos para comparecimento a audiências, consulta ao cadastro do preso, local de acautelamento e à pauta de agendamento existente no sistema, bem como o agendamento de perícias médicas realizadas pelo Hospital Heitor Carrilho, para réus presos e réus soltos.
08	SEAP / SJRJ	Acolhimento de beneficiários de penas e medidas alternativas à prisão e monitoramento eletrônico de apenados e réus	Viabiliza o acolhimento de beneficiários de penas e medidas alternativas à prisão, especialmente aquelas de prestação de serviços à comunidade e de prestação pecuniária, bem como o monitoramento eletrônico de apenados e réus, com o fim de diminuir a população carcerária no Estado.
09	SES-RJ / SJRJ	Encaminhamento de subsídios técnicos aos magistrados nas ações que tenham por objeto o fornecimento, pelo poder público, de medicamentos,	Provê as Varas, Juizados e Turmas Recursais dos subsídios técnicos necessários para análise de pedidos de liminar e de tutela provisória.



Nº	Partícipes	Objeto	Resultados
		insumos para saúde, insumos nutricionais, exames diagnósticos, tratamentos médicos, procedimentos médicos (consultas, exames e cirurgias não emergenciais) ou internação hospitalar. – NAT Federal	
10	SES-RJ / SJRJ	Viabilizar programas de monitoramento de penas e medidas alternativas à prisão	Promove a aplicação de alternativas penais com enfoque restaurativo com vistas à redução da taxa de encarceramento, à restauração das relações sociais e à reparação dos danos causados pelas condutas criminosas.
11	SESEG / DETRAN / SJRJ	Transmissão de dados de cadastros criminais - FAC-WEB	Permite a consulta e emissão de Folhas de Antecedentes de Criminais e envio de comunicação de resultados de forma eletrônica.
12	SMF - TRF2 - SJRJ	Disponibilização de procedimento de consulta ao Sistema Informatizado da Coordenadoria do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana através do Portal da Secretaria Municipal de Fazenda	Possibilita a economia de recursos humanos e materiais com o melhor aproveitamento dos avanços tecnológicos na área de informática.
13	SMS-RJ / SJRJ	Viabilizar programas de monitoramento de penas e medidas alternativas à prisão	Visa à diminuição da população carcerária no Estado.
14	SR/DPF/RJ / SJRJ	Realização de trâmite centralizado de comunicação eletrônica nas Varas Federais Criminais da SJRJ	Viabiliza o encaminhamento de comunicações por meio de correio eletrônico, para fins de intimação de servidor e ciência do superior hierárquico, solicitação de dados funcionais, entre outras comunicações para instrução processual, encaminhadas por meio de ofícios ou mandados pelas Varas Federais Criminais
15	TJRJ/ TRF/SJRJ	Permitir a utilização do Sistema de Assistência Judiciária Gratuita (AJG) nos órgãos jurisdicionais da Justiça Estadual delegatários de competência da Justiça Federal	Utilização do sistema AJG no TJRJ, no âmbito da jurisdição delegada, a fim de dar cumprimento à Resolução CJF-RES-2014/00305, de 07/12/2014.



Nº	Partícipes	Objeto	Resultados
16	Vivo / SJRJ	Viabilizar o acesso de magistrados e servidores públicos da JFRJ ao sistema eletrônico denominado “Portal Jud”	Permite o fornecimento de informações de dados cadastrais da base móvel dos clientes da Vivo.

Relação de acordos celebrados pela SJRJ com universidades para atendimento ao jurisdicionado dos Juizados Especiais Federais, em vigor no ano de 2021:

Nº	Parceiro	Objeto
01	Universidade Salgado de Oliveira – Universo	Prestação de assistência jurídica gratuita aos Jurisdicionados que pretendam ingressar ou estejam demandando perante os Juizados Especiais Federais das cidades de Campos dos Goytacazes, Itaboraí, Niterói e São Gonçalo
02	Faculdade de Direito de Campos	Atendimento ao jurisdicionado perante os Juizados Especiais Federais da Cidade de Campos dos Goytacazes.
03	Universidade Cândido Mendes	Atendimento ao jurisdicionado perante os Juizados Especiais Federais da Cidade de Campos dos Goytacazes
04	Universidade Estácio de Sá	Atendimento ao jurisdicionado perante os Juizados Especiais Federais da Cidade de Campos dos Goytacazes
05	Universidade Estácio de Sá	Atendimento ao jurisdicionado perante os Juizados Especiais Federais da Cidade de Macaé
06	Centro Universitário Plínio Leite	Atendimento ao jurisdicionado perante os Juizados Especiais Federais da Cidade de Niterói
07	Universidade Católica de Petrópolis	Atendimento ao jurisdicionado perante os Juizados Especiais Federais da Cidade de Petrópolis
08	CESVA - Centro de Ensino Superior de Valença	Atendimento ao jurisdicionado perante os Juizados Especiais Federais da Cidade de Barra do Pirai
09	Universidade Veiga de Almeida	Atendimento ao jurisdicionado perante os Juizados Especiais Federais da Cidade de São Pedro da Aldeia
10	Centro Universitário UNIREDDENTOR	Atendimento ao jurisdicionado perante os Juizados Especiais Federais da Cidade de Itaperuna

3.4. Outras informações relevantes

Central de Mandados

Diante do momento pandêmico que vivenciamos em 2020/2021, tivemos nas Centrais de Mandados um acervo acumulado, e foram tomadas algumas medidas juntamente com a Coordenação de Controle de Mandados, Direção SAJ e SG/DIRFO, sendo elas:



- Melhoria nos controles estatísticos sobre a atividade de distribuição e cumprimento de mandados;
- Ampliação do acesso aos bancos de dados oficiais de Segurança Pública pelos Oficiais de Justiça, garantindo mais ferramentas para o cumprimento remoto dos expedientes.
- Visitas às Subseções Judiciárias, para conhecer as equipes das SEMANs e conhecimento das peculiaridades locais;

Com a entrada em vigência da portaria nº JFRJ-PGD-2021/00013, posteriormente alterada pela portaria nº JFRJ-PGD-2021/00019. Estes dispositivos atendem a determinação da Direção do Foro, criando cronograma para cumprimento dos mandados aguardando cumprimento, afetados pela suspensão de prazos. A portaria divide os mandados represados em quatro blocos, pelo critério de data de recebimento na respectiva Central de Mandados, tendo o último bloco o prazo para cumprimento em 07/02/2022. A SAJ está controlando mensalmente esses mandados dos blocos para que sejam cumpridos os prazos estabelecidos na portaria JFRJ-PGD-2021/00019.

No momento da implementação do cronograma para cumprimento dos mandados retidos, foi realizado levantamento do acervo em toda a Seção Judiciária do Rio de Janeiro, constatando-se um total de aproximadamente 53 mil expedientes sob posse das Centrais de Mandados e dos Oficiais de Justiça, mais precisamente 52.331 mandados, em 11 de maio de 2021.

Diante de todas as dificuldades do cenário apresentado, as Centrais de mandado chegaram ao fim do ano com uma redução significativa no acervo. No último levantamento do ano, realizado no dia 22/12/2021, haviam ainda aguardando cumprimento um contingente de 15.696 expedientes, totalizando uma redução de 70% no acervo total da Seção Judiciária do Rio de Janeiro.

4. Gestão de Pessoas

4.1. Avaliação das Principais Ações Realizadas em 2021

A Subsecretaria de Gestão de Pessoas (SGP) é responsável por fazer o servidor acreditar na conexão entre ele (como profissional e como pessoa) e a instituição. Com o sentimento de pertencimento e altamente engajado, ele contagia outros servidores a acreditarem com ele.

Pode-se citar João Cabral de Melo Neto, quando diz em seu poema “Tecendo a manhã” que somos galos e que sozinhos não conseguimos tecer uma manhã. Precisaremos SEMPRE de outros galos. Lidar com pessoas é assim: acreditar que todos são importantes e que cada um faz a diferença.

As ações desenvolvidas pela Subsecretaria de Gestão de Pessoas (SGP) focaram, principalmente, em 4 pilares: bem-estar e saúde, vida funcional em dia, desenvolvimento humano e organizacional e inovação, das quais destacamos:

Bem-estar e saúde

- **Movimentação de servidores:** em vista da limitação de gastos de órgãos públicos imposta pela Emenda Constitucional nº 95/2016, a reposição automática dos cargos vagos desta Seção Judiciária do Rio de Janeiro (SJRJ) não é mais possível, o que vem gerando grande redução em nossa força de trabalho. Em busca de diminuir os reflexos desse cenário, foi necessária a adaptação de critérios de lotação pela Administração para equalizar a força de trabalho.

A distribuição da força de trabalho observa critérios relacionados à área de atuação das unidades, como a matéria do juízo e sua especialidade, visando à continuidade do trabalho com



eficiência. Acrescente-se a esse critério, a busca pela permanência do servidor na unidade próxima ao seu local de moradia e onde houve investimento em sua capacitação pelas próprias unidades de lotação

Por isso, buscou-se bastante a utilização do banco de permutas, procurando conciliar os interesses institucionais com os dos servidores, incluindo-se nesses casos as situações dos servidores com deficiência.

A movimentação de servidores demanda sempre novos estudos e adaptações, ela é dinâmica, porque está diretamente ligada às situações que vão surgindo e que nem sempre são previstas, incluindo as orçamentárias, os afastamentos de servidores por longos períodos por licenças médicas ou outros motivos, entre outras. É um grande desafio, mas que precisamos enfrentar com criatividade e equilíbrio. Na área de gestão de pessoas contribuem para esse estudo as unidades de gestão do valor humano e saúde e bem-estar.

- **Manter periodicamente a divulgação de textos informativos sobre temas relevantes ao longo de todo o ano:** entre as informações divulgadas, pode-se citar “Autismo: Respeito para todo o espectro”; “Dia mundial de higienização das mãos: Faça desse lembrete um hábito”; “Meditação: Um caminho para o bem-estar” e “Dia nacional da imunização”.



- **Realizar a Semana da saúde:** de 12 a 16 de abril, os profissionais de saúde da SJRJ interagiram virtualmente com 145 participantes, dentre servidores, magistrados e terceirizados, para tratar de temas relacionados à importância da alimentação saudável, atenção aos exercícios físicos, qualidade das relações interpessoais e práticas meditativas. Um sarau musical fechou a semana, abrindo novas possibilidades de convivência.

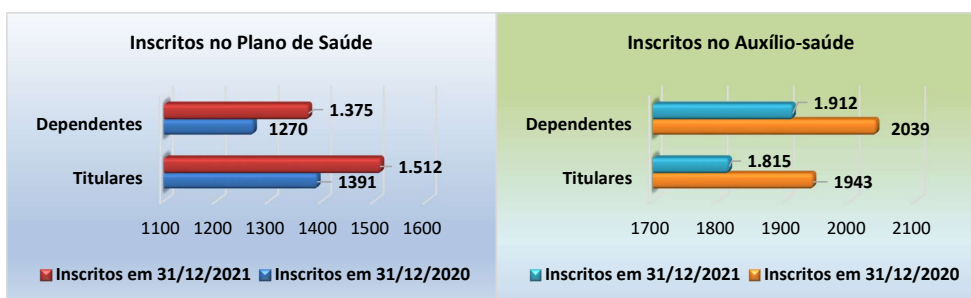
- **Realizar a 18ª Campanha de Vacinação contra a gripe:** organizada pela equipe de enfermagem da SJRJ, que fiscalizou a prestação de serviços presencialmente na capital e de forma remota nas subseções, além de estimular a adesão, com informações sobre a sua importância. A campanha teve início em 31/5 e término no final de julho, com **1069 vacinados**.



- **Promover eventos e encontros no Espaço de Convivência Virtual:** Saraus musicais; Eventos Culturais, com conversas sobre Literatura, Cinema, Música ou Poesia; Rodas de conversa, com a participação de profissionais da área de saúde, sobre temas relacionados à saúde física e emocional; Palestras de especialistas abordando temas ligados a comportamento; Webinar “Encontros de saúde e bem-estar – Saúde Mental”, com a participação do Psiquiatra Dr. José Neury Botega da UNICAMP; celebração dos aniversariantes de cada mês.

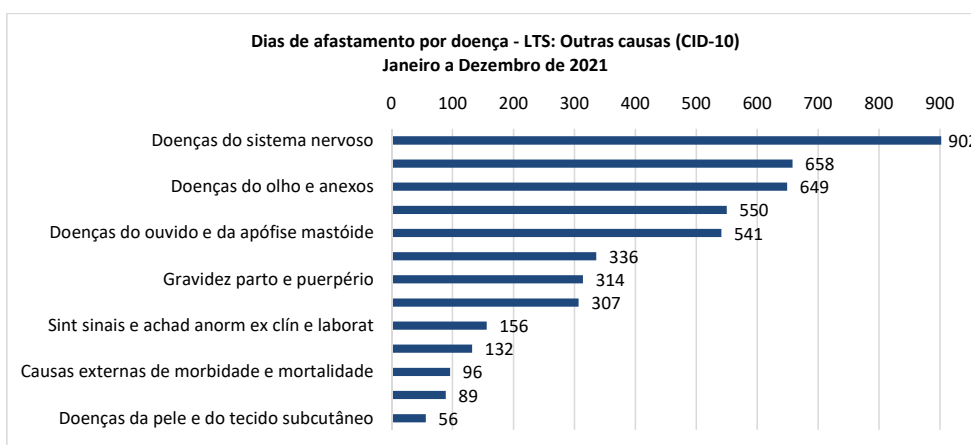
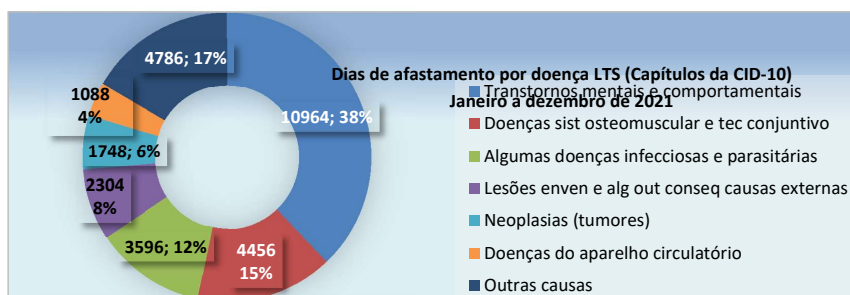


- **Assistência à saúde:** O Plano de Saúde e o Auxílio-Saúde continuaram com consideráveis alterações em comparação com os quantitativos de 2020. O plano Seguros Unimed, vigente desde 21/12/2018 e prorrogado até 20/12/2023, continua demonstrando ser mais atrativo, o que reflete na diminuição do número de inscritos no Auxílio-saúde. Os números abaixo retratam o ocorrido:



Essas ações visam também a diminuir o índice de absenteísmo provocado por doenças.





O índice de absenteísmo no ano de 2021 ficou em 3,2 %, um pouco acima da meta: manter o absenteísmo de servidores abaixo ou igual a 3%.

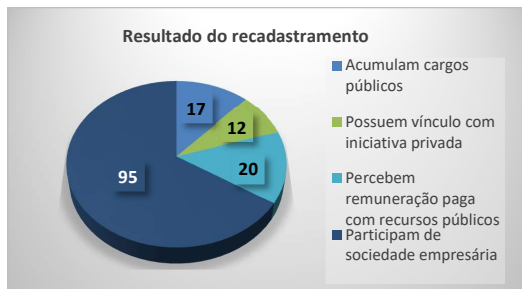
Os transtornos mentais e comportamentais continuaram liderando as causas de incapacidade laboral. São os responsáveis pelo aumento do número absoluto de dias de licença e representam progressivamente um percentual maior dos afastamentos por motivo de saúde, respondendo por 38% do total. As doenças do sistema osteomuscular, que estão em segundo lugar, representaram 15% desse total.

As doenças infecciosas e parasitárias, incluindo a COVID-19, tiveram um aumento significativo no início do ano, mas seu percentual reduziu significativamente da metade até o final do ano, não sendo o principal motivador dentre as maiores causas de afastamentos.



Vida funcional em dia

- **Recadastramento de acumulação de cargos públicos:** a SJRJ realiza os recadastramentos, em observância às Resoluções CJF nº 3/2008 e nº TRF2-RSP-2013/00054. O último recadastramento teve início em 2019, com sua última prorrogação no início de 2021. Ao final do ano, 99,2% dos servidores realizaram o recadastramento. O resultado do recadastramento será objeto de análise, com instrução da área técnica da SGP, para apurar as situações.



Desenvolvimento humano e organizacional

Nesse pilar destacaram-se as ações de capacitação e desenvolvimento, algumas evidenciadas no item 4.4.

Inovação

No Labinov da SJRJ foram realizados alguns projetos das áreas judiciária e administrativa da SJRJ. Dentre eles, podemos citar:



A “**alteração dos layouts dos mandados judiciais**” teve como foco principal a melhoria da comunicação com o jurisdicionado, utilizando, pela primeira vez, a técnica do Design Law. Em julho, os 22 novos layouts foram disponibilizados no Sistema processual e-Proc.

O projeto “**melhoria da comunicação**” buscou o aprimoramento dos meios de comunicação. Nele foram inseridos os seguintes subprojetos:

- **Prototipação da página principal da Internet**, que teve início a partir do desafio lançado pela área de inovação sobre a melhoria da comunicação com o jurisdicionado;
- **Chatbot para assuntos da gestão de pessoas.**



4.2. Quadro de Vagas

CARGOS EFETIVOS	ESPECIALIDADES	CRIADOS	OCUPADOS	VAGOS
ANALISTA JUDICIÁRIO	SEM ESPECIALIDADE – JUDICIÁRIO E ADMINISTRATIVO	739	718	21
	ARQUITETURA	4	4	0
	CONTADORIA	5	4	1
	ENFERMAGEM	1	2	0
	ENFERMAGEM DO TRABALHO	1	1	0
	ENGENHARIA CIVIL	4	4	0
	ENGENHARIA ELÉTRICA	4	4	0
	ENGENHARIA ELETRÔNICA	1	1	0
	ENGENHARIA MECÂNICA	2	2	0
	INFORMÁTICA	1	1	0
	MEDICINA - PSIQUIATRIA	2	2	0
	MEDICINA CLÍNICA	9	9	0
	MEDICINA DO TRABALHO	1	1	0
	ODONTOLOGIA	4	4	0
	OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR FEDERAL	405	362	43
	PSICOLOGIA	7	7	0
	SERVIÇO SOCIAL	5	5	0
TÉCNICO JUDICIÁRIO	SEM ESPECIALIDADE	1473	1405	68
	CONTABILIDADE	4	4	0
	DIGITAÇÃO	21	21	0
	ENFERMAGEM	4	4	0
	INFORMÁTICA	3	3	0
	OPERAÇÃO DE COMPUTADORES	4	4	0
	PORTARIA	7	3	4
	AGENTE DA POLÍCIA JUDICIAL	216	194	22
	TELECOMUNICAÇÕES E ELETRICIDADE	2	2	0
	TELEFONIA	6	4	2
AUXILIAR JUDICIÁRIO	AUXILIAR JUDICIÁRIO	3	5	0

Fonte: Seção de Gestão do Valor Humano – SEGEV/SGP



4.3. Força de Trabalho (Incluindo estagiários)

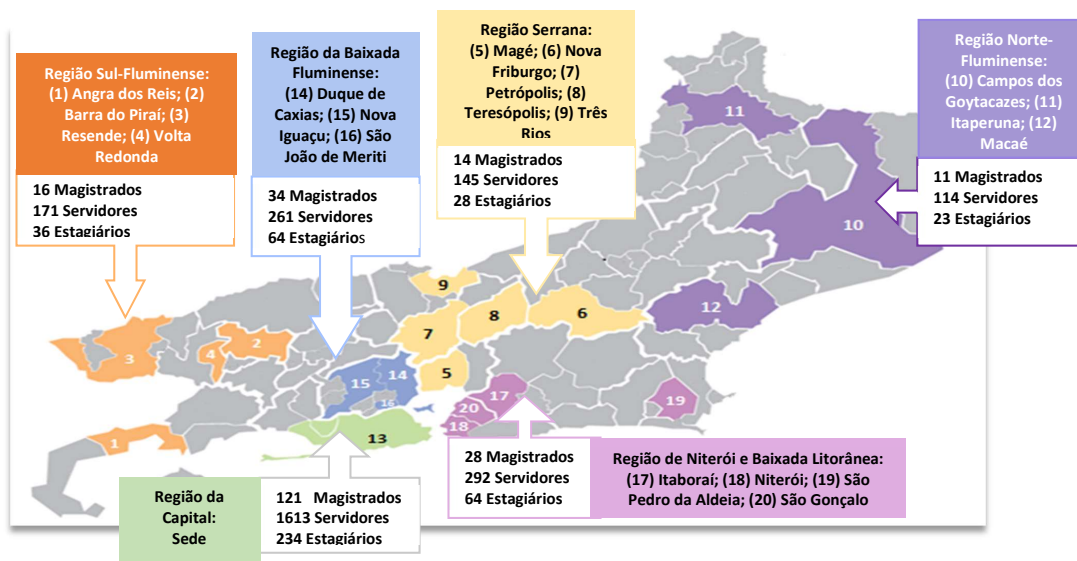
Retratos da SJRJ:

DEZEMBRO/ 2021	Força de Trabalho da SJRJ	Quantitativo
	Magistrados	224
	Servidores do Quadro	2425
	Cargo em comissão sem vínculo	9
	Servidores requisitados/removidos/em acompanhamento de cônjuge	162
	Estagiários	449
	Terceirizados	590
	Total	3.859

72 servidores com deficiência
2,77 % do total de servidores



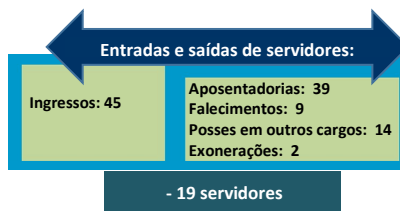
Disposição da força de trabalho da SJRJ no mapa do RJ em dezembro de 2021



SERVIDORES				
2596 servidores	Faixa etária	Quantitativo	Nível de escolaridade	Quantitativo
	18 a 30 anos	61	Médio	229
	31 a 45 anos	1059	Superior	867
	46 a 55 anos	952	Especialização	1437
	56 a 65 anos	470	Mestrado	42
	66 a 70 anos	38	Doutorado	7
	Acima de 70 anos	16		



DEZEMBRO 2021	Funções e Cargos Comissionados da SJRJ	Quantitativo
	Servidores do Quadro da SJRJ	1493
	Servidores de outros Órgãos Públicos	100
	Servidores sem vínculo com a Administração Pública	9
	Total	1602

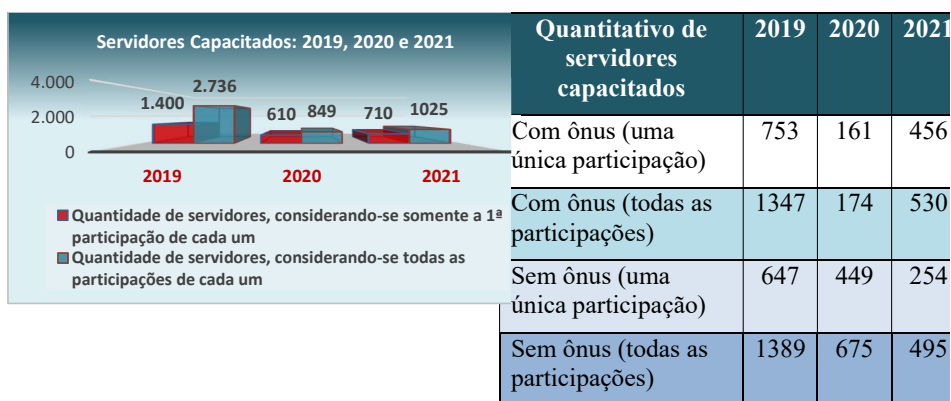


ESTAGIÁRIOS				
449 estagiários	Faixa-etária	Quantitativo	Nível de Escolaridade	Quantitativo
	Menores de 18 anos	2	Médio	13
	18 a 30 anos	369	Superior	436
	31 a 50 anos	69		
	Acima de 50 anos	9		

4.4. Capacitação

Em função das restrições orçamentárias ainda decorrentes das medidas de contenção de gastos, o orçamento previsto para o ano de 2021, no 1º semestre, priorizou a capacitação de Agentes de Polícia Judicial. Com o aporte de recursos no 2º semestre foi possível realizar a reprogramação da meta para 300 servidores capacitados com ônus, contando apenas a primeira participação. **O quantitativo atingido ao final do ano - 456 servidores capacitados com ônus e uma única vez - superou a meta estipulada.**

Abaixo o comparativo dos resultados alcançados em relação aos anos de 2019, 2020 e 2021:

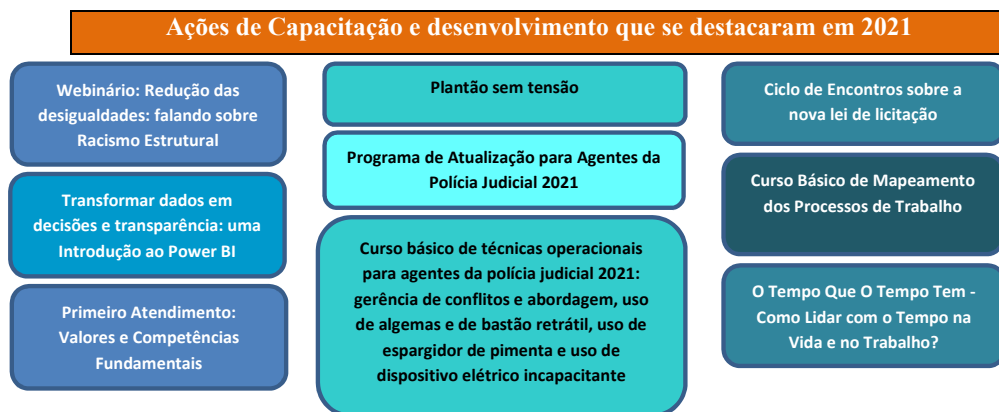


As ações educacionais realizadas tiveram a seguinte distribuição de acordo com as áreas de conhecimento:



Área de conhecimento	Quantidade de ações	Capacitados
Administrativa	15	368
Comportamental	2	39
Gerencial	3	182
Língua Portuguesa	2	93
Jurídica	3	200
Segurança	12	159
Tecnologia da Informação	11	175
Totais	48*	1216*

*Esses números incluem servidores que participaram do Programa de Integração para servidores recém-empossados.



O aumento orçamentário para capacitação possibilitou o pagamento de instrutorias internas e contratações externas para todas as ações educacionais. Exemplo foi a contratação de palestrantes para o Webinário “**Redução das desigualdades: falando sobre Racismo Estrutural**”.

O crescente foco na realização de parcerias externas e intercâmbio com outras regiões da Justiça Federal, como a Seção Judiciária de São Paulo (SJSP), possibilitou a realização de ações importantes, exemplificada na ação “**Transformar dados em decisões e transparência: uma Introdução ao Power BI**”.

Foram destaque as ações educacionais “**Primeiro Atendimento: Valores e Competências Fundamentais**” e “**Plantão sem tensão**”, ambas voltadas para o desenvolvimento profissional de servidores em áreas estratégicas para a prestação jurisdicional efetiva e de qualidade. A primeira destinou-se a servidores das Seções de Atendimento aos Jurisdicionados (SEAJUs); a segunda promoveu o compartilhamento para diretores e servidores da área judiciária das melhores práticas desenvolvidas no plantão judicial.

A formação de Agentes da Polícia Judicial pelo **Programa de Atualização para Agentes da polícia Judicial 2021** foi remodelada em função das necessidades da área de segurança institucional, bem como em razão das restrições impostas pelo cenário pandêmico. Ao todo, 113 agentes de polícia judicial foram capacitados pelo Programa, cumprindo a obrigatoriedade prevista na Lei 11.416/2006 para a percepção da Gratificação de Atividade de Segurança - GAS.



Além do Programa, foram oferecidas três turmas presenciais do “**Curso básico de técnicas operacionais para agentes da polícia judicial 2021: gerência de conflitos e abordagem, uso de algemas e de bastão retrátil, uso de espargidor de pimenta e uso de dispositivo elétrico incapacitante**”, com um total de 44 agentes aprovados.

No “**Ciclo de Encontros sobre a nova lei de licitação**”, sem ônus para a instituição, servidores de diferentes áreas administrativas compartilharam seus conhecimentos, contribuindo para o entendimento da Lei nº 14.133, de 1º/4/2021, sob diferentes perspectivas.

Outras ações que se destacaram foram o “**Curso Básico de Mapeamento dos Processos de Trabalho**”, que capacitou 165 servidores, e “**O Tempo Que O Tempo Tem - Como Lidar com o Tempo na Vida e no Trabalho?**”. Ambos os cursos foram válidos para horas gerenciais, em cumprimento ao disposto na Lei nº 11.416/2006, e realizados sem ônus para a instituição.

Os participantes do **Curso Básico de Mapeamento dos Processos de Trabalho** puderam aproveitar os conhecimentos adquiridos para realizarem seus mapeamentos, publicando-os na página da intranet da JF2, em cumprimento à determinação contida na Portaria nº JFRJ-POR-2021/00219 da Secretaria Geral, que observa os termos da Resolução CNJ nº 325/2020.

5. Gestão de Material e Patrimônio

5.1. Avaliação das Principais Ações Realizadas em 2021

No âmbito da gestão patrimonial, foram realizadas ações visando à realização de desfazimento de bens de modo descentralizado, isto é, sem a necessidade de envio dos bens das subseções para a capital, na cidade do Rio de Janeiro. Este procedimento promove simplificação dos processos de logística, economia de escala, redução de custos com controle e transporte de bens, além de beneficiar órgãos locais com pouco recurso orçamentário.

Desde maio, a SJRJ vem realizando uma grande operação de desfazimento de bens nas subseções, resultando em mais de 3.000 itens doados para instituições públicas, órgãos federais, estaduais e municipais, como por exemplo, o Comando de Policiamento Ambiental Militar (CPAM), a Policlínica de Alcântara, Secretaria Municipal de Transporte de Itaboraí, Polícia Ambiental, o Tiro de Guerra de Barra Mansa, o Serviço de Água e Esgoto de Volta Redonda, entre outros.

Para a concretização do desfazimento de bens descentralizado, foi necessária a ação conjunta da Seção de Patrimônio como a Seção de Serviços Operacionais (SESOP) das localidades.

Outro aspecto importante é a continuidade do empréstimo de cadeiras e equipamentos de TI visando imprimir mais conforto e ergonomia ao trabalho de magistrados e servidores, que se viram obrigados a exercer a atividade laboral em *homeoffice*. Registre-se ainda a cessão de *notebook* e *tablet* para magistrados como importante ferramenta de trabalho remoto.

Com relação às ações da Seção de Almoxarifado, bem como no âmbito do Complexo Logístico da Justiça Federal, na rua Equador, foram realizadas diversas atividades, visando a viabilizar a acomodação dos bens oriundos das subseções de Itaboraí e de São Gonçalo, em razão da devolução dos referidos imóveis.

Em função da virtualização dos processos e o aumento de servidores trabalhando remotamente em suas casas, a quantidade e tipos de itens de consumo utilizados em nossas atividades diminuíram consideravelmente, desta forma, foi realizado um trabalho de recolhimento dos itens em desuso e ociosos nos setores da SJRJ, pelos motivos expostos abaixo:



- Abertura de mais espaço nos setores com a devolução dos itens sem uso e ociosos que porventura estejam ocupando estes espaços;
- Os itens que puderem ser reaproveitados para envio a outros setores da SJRJ possibilitarão economicidade em novas aquisições de materiais;
- Bens de consumo que não forem mais utilizados pela SJRJ, poderão ser doados a outros órgãos e instituições que estejam com deficiência e necessitando de material para trabalhar.

Cabe, ainda, destacar a inovação do processo de movimentação de bens com o aprimoramento do procedimento de separação e distribuição por meio do uso de equipamentos de TI, buscando reduzir o consumo de papel. Outro desafio no quesito movimentação de bens, durante o ano de 2021, foi a necessidade de comprovar a entrega de bens sem a presença de servidores na unidade, em face da pandemia. Este desafio foi superado com a implementação do procedimento de controle de recebimentos por meios de fotos e vídeos logo após a efetiva entrega no local.

Aquisições especiais para *coworking*

Foi realizada a compra de bancada *coworking*, que é mobiliário próprio para a finalidade de trabalho cooperativo. Trata-se de uma mesa diferenciada em que há mais espaço para maior quantidade de trabalhadores, proporcionando assim um ambiente colaborativo. Além da mesa, foi realizada a compra de sofás de modelo único (somente nesse local na Justiça Federal há esse material) *Le Corbusier*, o que gera um ambiente mais aconchegante. O restante dos materiais foi aproveitado de outros projetos que já estavam em andamento.

Transferência provisória das varas federais, juizados especiais e dos setores administrativos da subseção judiciária de São Gonçalo.

Tendo em vista a grande quantidade de material ocioso e que não seria reaproveitado em uma futura nova sede em São Gonçalo, foi realizada a alienação de mais de 600 itens. A doação ocorreu em sua maioria de forma descentralizada, ou seja, o órgão retirou da própria sede de São Gonçalo, gerando assim uma economia de transporte, pois não foi necessário o encaminhamento desses itens para a capital. Dentre os órgãos que fizeram retiradas temos faculdades, hospitais e secretarias municipais.

Foi feita a guarda dos mobiliários que não foram reaproveitados na Almirante Barroso no Complexo Equador, visando proporcionar, na possível volta para São Gonçalo, o envio dos bens que já estavam sendo usados, gerando assim economia, pois não será necessário comprar os bens que estão guardados. Além disso, no período de recesso, foi feito o inventário nas varas de São Gonçalo que estão na Almirante Barroso. Tal necessidade se fez presente, pois houve uma grande quantidade de mudanças de material entre os mais diversos andares da Almirante Barroso/Rio Branco. Esse trabalho ainda está em curso.

Houve atuação da marcenaria em ações necessárias na Subseção de São Gonçalo para entrega do imóvel, assim como na execução de layout no Prédio da Almirante Barroso para receber as unidades judiciárias. Houve, também, atuação da telefonia no remanejamento dos ramais da Subseção de São Gonçalo, mantendo-se a mesma numeração na Almirante Barroso.

Considerando o alto custo da locação, incluindo aluguel e condomínio, a partir de dezembro/2021 passamos a ter uma redução em torno de, aproximadamente, R\$ 100.000,00 (cem mil reais) mensais em despesas continuadas.



Reajustamento nas contratações para a instalação do posto avançado da Justiça Federal em Angra dos Reis

Houve a necessidade de restabelecer o contrato de controle de pragas, de reinstalação do link de telefonia e de instalação de persianas proveniente da Subseção de São Gonçalo para o funcionamento do posto avançado. Foi preciso, também, realizar o aditamento ao contrato de limpeza e conservação de um posto masculino de auxiliar de serviços gerais com adicional de insalubridade de 40%. Entretanto, houve redução de valor no contrato de controle de pragas e limpeza e conservação, considerando que houve uma redução de área, por se tratar de um posto avançado.

Aquisições especiais para o restabelecimento do atendimento presencial ao público externo em tempos de Pandemia

Com a finalidade de gerarmos um ambiente seguro e de acordo com os protocolos de biossegurança da SJRJ, foi comprado, desde o início da pandemia, alguns materiais que não estavam em na cesta de compras habituais, quais sejam: álcool em gel (recipientes de 5 litros, reservatórios com e sem pump, embalagens de 35 ml), reservatórios para serem colocados na parede com seus saches, barreiras de acrílico, termômetros digitais, máscaras (pano, N92, descartáveis) e totem de álcool em gel. Também foi dada continuidade ao fornecimento de outros materiais que já faziam parte da cesta de compras habitual, como por exemplo, sabonete líquido e papel toalha.

5.2. Outras Informações Relevantes

É importante mencionar a formalização do Termo de Contrato nº 17/2021 com a empresa Autopel Automação Comercial e Informática Ltda., com vistas à contratação de serviços continuados de outsourcing para operação de almoxarifado virtual, sob demanda, visando ao suprimento de materiais de consumo, via sistema web disponibilizado pela Contratada.

O Almoxarifado Virtual Nacional é uma iniciativa da Central de Compras, do Ministério da Economia, para a contratação de serviço de logística, com disponibilização de sistema informatizado, para fornecimento de materiais de consumo administrativo, ou seja, materiais de expediente (papel, caneta, grampeador) e suprimentos de informática (CD, DVD, pen drive), com entregas em todo território nacional. Por meio do serviço, será possível as aquisições de itens considerados sustentáveis, entretanto, não serão fornecidos materiais classificados como permanentes ou personalizados.

A contratação do Almoxarifado Virtual Nacional é de um serviço que envolve toda a logística de entrega de pedidos, assim, cabe à contratada entregar os pedidos separados por unidade e nos diversos locais de entrega registrados.

Percebe-se que é uma solução que diminui custos administrativos, desburocratiza, reduz o espaço físico ocupado com estoque e do número de servidores dedicados à atividade de almoxarifado, além de diminuir o número de processos licitatórios para aquisição de materiais de consumo.



6. Gestão de Infraestrutura

6.1. Obras e Reformas – Ações realizadas em 2021

A Subsecretaria de Infraestrutura (SIE) tem como finalidade fornecer condições de uso e conforto adequados às instalações prediais, promovendo manutenções prediais, obras de reforma e de construção dos imóveis da SJRJ.

As ações observam as diretrizes da Administração, como também, manutenções de rotina, atendimento às legislações, necessidades apontadas pelas áreas técnicas, inspeções administrativas e Corregedoria, visando, sempre, à modernização e manutenção da infraestrutura dos imóveis com foco na prestação jurisdicional e desempenho das atividades jurisdicionais. As ações são programadas em conjunto com a Administração e contempladas no Plano de Obras – alinhadas ao Plano Plurianual – PPA, observadas as diretrizes do TRF2, e no programa de contratações anual.

A elaboração das especificações e o acompanhamento da execução dos contratos são realizados em consonância com a Lei de Licitações nº 8.666/1993, Guia de Obras do CJF, Resolução CNJ nº 114/2010 e orientações dos órgãos de auditoria.

A Emenda Complementar nº 95/2016, que limita o teto dos gastos públicos, exigiu maior rigor no planejamento e acompanhamento das contratações de serviços e materiais, uma vez que a execução não deve ultrapassar o exercício, a fim de não gerar inscrição de valores na conta Restos a Pagar, comprometendo o financeiro do exercício posterior.

Os projetos observam os processos de trabalho de forma a propiciarem melhor funcionamento das atividades, como também as diretrizes de acessibilidade e sustentabilidade, estabelecidas no Manual de Sustentabilidade do Conselho da Justiça Federal e Resolução do Conselho Nacional de Justiça nº 230/2016 entre outras legislações pertinentes.

O complexo predial da Seção Judiciária é dotado de 25 prédios totalizando uma área aproximada de 92 mil metros quadrados.

Redução do consumo de energia elétrica

O parque dos aparelhos de ar condicionado de janela está sendo renovado, através da substituição dos equipamentos por outros mais eficientes, bem como a instalação de aparelhos tipo Split, visando à redução do consumo de energia e diminuindo as ações de intervenção na manutenção de equipamentos. Além desses serviços, foram individualizados os sistemas de refrigeração de diversos ambientes através da instalação de aparelhos tipo Split, nas salas de Audiências e Sala de Perícias no Fórum Marilena Franco, de modo que esses ambientes possam ser climatizados independentemente do sistema de ar condicionado central, com vistas à economicidade.

Visando-se à redução no consumo de energia elétrica, estão sendo individualizados circuitos de iluminação no Anexo II do Fórum da Avenida Rio Branco, para que a iluminação seja acionada de forma independente.

Manutenção dos Imóveis da SJRJ

A manutenção dos imóveis tem relevância entre as atribuições da SIE, que promove as ações preventivas e corretivas nas instalações civis, hidrossanitárias, elétricas e mecânicas. As manutenções preventivas visam prolongar a vida útil dos equipamentos e instalações e reduzir as ocorrências de falhas, enquanto as manutenções corretivas visam ação imediata de forma a garantir



o funcionamento dos sistemas, a fim de evitar prejuízo ao desempenho das atividades jurisdicionais.

Com vistas à manutenção da qualidade do ar e da água nos níveis exigidos pelas legislações, foram realizadas limpezas de dutos nos imóveis dotados de sistema de refrigeração central e, ainda, limpeza dos reservatórios de água.

A conservação dos imóveis contemplou várias ações como a pintura de edificações da Capital e do Interior, manutenção preventiva e corretiva das instalações prediais com atendimento de 711 chamados, aquisições de materiais de consumo, de forma a garantir a execução da manutenção.

Foram adquiridos *nobreaks* para substituição, em virtude da vida útil, bem como para adequação da demanda.

Em 2021, no Fórum da Avenida Rio Branco, iniciou-se a individualização de circuitos de iluminação em alguns ambientes, visando à economicidade.

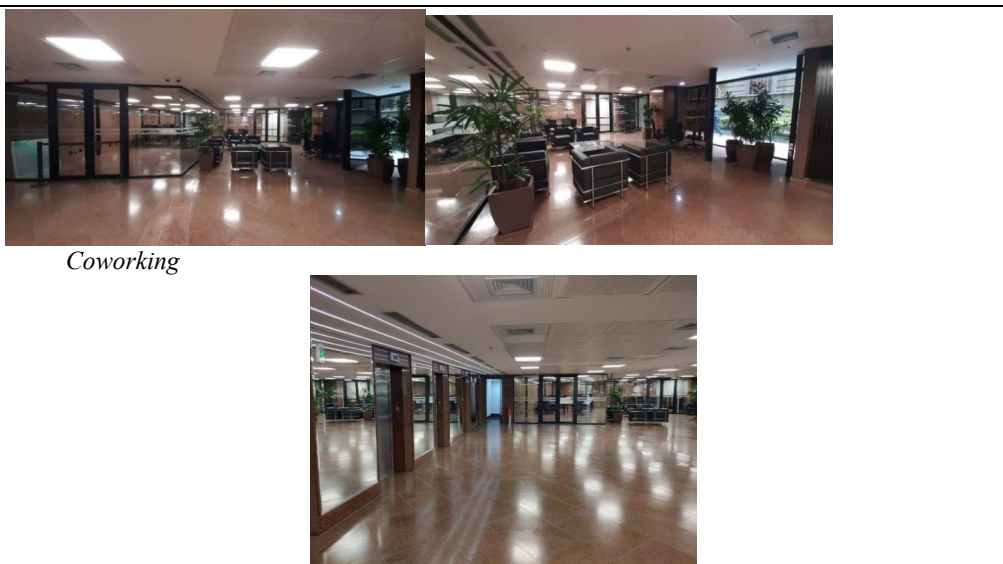
A SIE atua em conjunto com as demais áreas administrativas/judiciárias para o alcance do melhor resultado para a Seção Judiciária.

Modernização do Fórum Av. Rio Branco

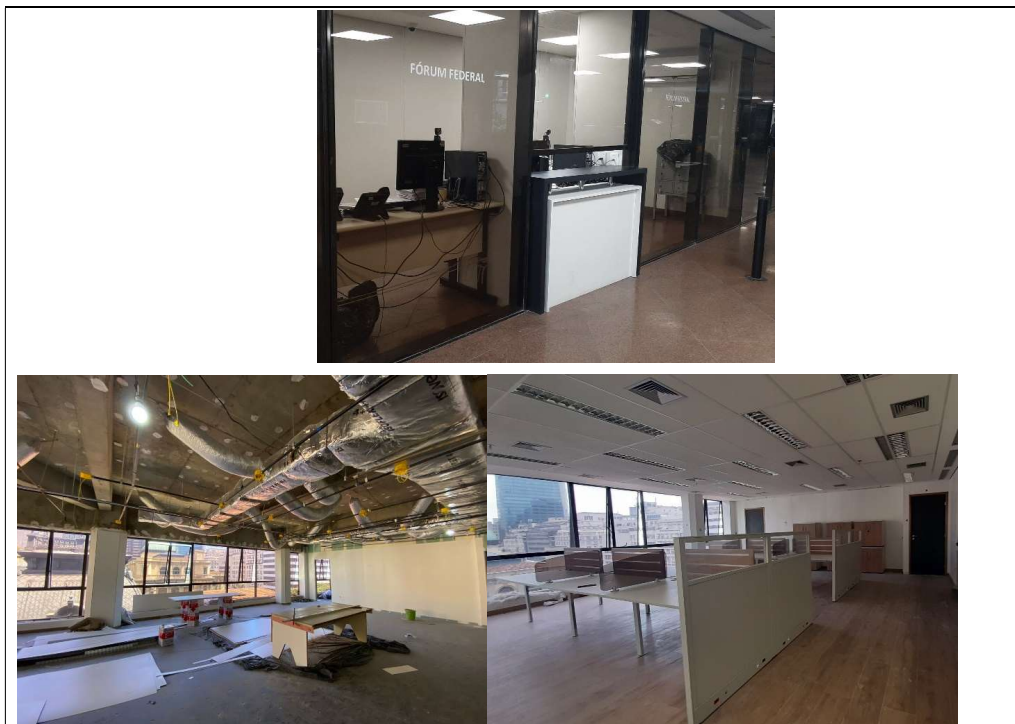
O Fórum da Av. Rio Branco é composto de dois prédios designados de Anexo I e Anexo II.

No ano de 2021 foi concluída a obra nos 11º, 12º e 13º pavimentos e iniciada nova fase nos 8º, 9º e 10º pavimentos, dando continuidade ao projeto de reforma no Anexo I, abrangendo a reforma das Varas Federais, com substituição de pisos e forros, de divisórias e das instalações de infraestrutura.

No Anexo II, foi concluída a obra de reforma do pavimento térreo, inclusive com a implantação de espaço *coworking*, com instalação de novos sistemas de iluminação, de proteção contra incêndio, bem como de sistema de ar condicionado, individualizado do sistema de refrigeração central.



Encontra-se em fase de conclusão o serviço de modernização com acréscimo de câmeras no sistema de circuito fechado de televisão, com a finalidade de melhorar o monitoramento e a segurança no Fórum da Avenida Rio Branco (fotos abaixo).



Modernização do Fórum Desembargadora Federal Marilena Franco

O Fórum Desembargadora Federal Marilena Franco é dotado de dois prédios designados de Bloco A e Bloco B.

No Fórum da Av. Venezuela - Bloco B, foi iniciada ação de modernização dos elevadores com fornecimento de novos equipamentos e serviço de manutenção (fotos abaixo), tendo em vista que já estavam com 25 anos de operação e, portanto, a substituição foi necessária, visto que os equipamentos se mostravam obsoletos.



Foram contratados, ainda, os serviços de modernização da infraestrutura do auditório do Fórum Marilena Franco, para instalação de novos equipamentos de vídeo conferência compatíveis com a tecnologia atual, a fim de promover melhor qualidade na realização das sessões do Tribunal do Júri e outros eventos como palestras e cursos (foto abaixo).



Foi iniciada a reforma de sanitários no 3º pavimento do Bloco A, com o objetivo de atender aos gabinetes dos Juízes das Varas e JEFs de Campo Grande, que foram reinstalados em 2020, nesse Fórum.

Encontra-se em fase de conclusão o serviço de modernização com acréscimo de câmeras no sistema de circuito fechado de televisão, no imóvel da Avenida Venezuela, com a finalidade de melhorar o monitoramento e a segurança nesse Fórum.

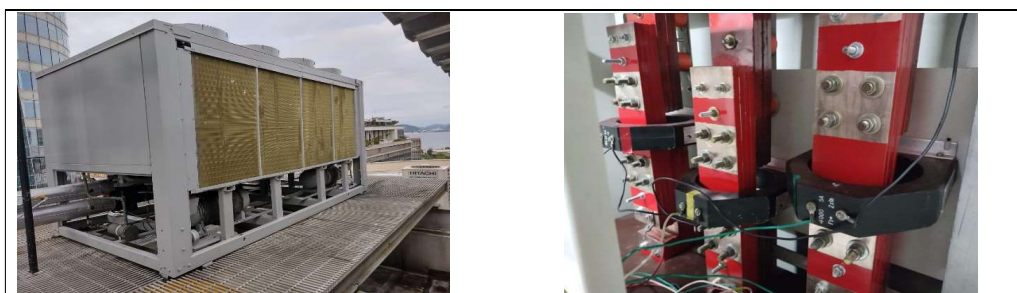
No estacionamento, foi executada a substituição das lonas nas coberturas dos sombreadores.



Sede Administrativa na Avenida Almirante Barroso

No imóvel da sede administrativa da Seção Judiciária do Rio de Janeiro foi finalizado o Retrofit do Chiller 1 e iniciado o serviço no Chiller 2 da Central de Água Gelada, que faz parte da ação de modernização e melhoria do sistema central de climatização.

Ainda no imóvel da Avenida Almirante Barroso, foi iniciado o serviço na entrada de energia e medição do imóvel, visando a segurança e melhores condições de manutenção.



Subseção Judiciária de Niterói

Foi elaborado projeto para realocação de parte da área Administrativa da Subseção, em terreno localizado na Avenida Ernani do Amaral Peixoto, no centro de Niterói. As obras foram iniciadas em parceria com a Prefeitura Municipal de Niterói.

Almoxarifado da SJRJ

No Almoxarifado, situado na Rua Equador, no centro da cidade do Rio de Janeiro, foi iniciado o projeto de prevenção e combate a incêndio e pânico, com o objetivo de adequar as instalações às normas vigentes.

Além dessa ação, foi iniciada e encontra-se em fase de conclusão, a modernização e ampliação do sistema de circuito fechado de televisão.

Subseção Judiciária de Três Rios

Foi iniciado o projeto de prevenção e combate a incêndio e pânico, dessa Subseção, com o objetivo de adequar as instalações às normas vigentes.

Arquivo Geral da SJRJ

Em 2021 foi contratado o fornecimento e instalação de elevador de carga e de passageiros, com vistas à adequar o imóvel às normas de acessibilidade, assim como facilitar o transporte vertical de processos físicos a serem arquivados.



6.2. Situação dos Imóveis a cargo da SJRJ

LOCAÇÃO de IMÓVEIS - SJRJ						
Comparativo 2020-2021						
Imóvel	Custo mensal	Custo mensal	Var % mensal	Custo anual	Custo anual	Var % anual
	2020 (R\$)	2021 (R\$)	2020/2021	2020 (R\$)	2021 (R\$)	2020/2021
Barra do Pirai	R\$ 10.794,82	R\$ 12.646,84	17%	129.537,84	151.762,08	17%
Campo Grande 1	R\$ 123.208,01			1.043.161,08		
Duque de Caxias 2	R\$ 38.958,99	R\$ 47.810,05	22%	467.507,88	573.720,60	22%
Itaperuna 3	R\$ 28.920,18	R\$ 35.791,38	23%	347.042,16	429.496,56	23%
Niterói II	R\$ 45.572,22	R\$ 45.572,22	0%	546.866,64	546.866,64	0%
Nova Friburgo	R\$ 12.898,16	R\$ 12.898,16	0%	154.777,92	154.777,92	0%
Nova Iguaçu 4	R\$ 55.938,97	R\$ 67.415,21	20%	671.267,64	808.982,52	20%
Petrópolis 5	R\$ 33.601,12	R\$ 39.104,98	16%	403.213,44	469.259,76	16%
São Gonçalo 6	R\$ 75.500,00	R\$ 75.500,00	0%	906.000,00	906.000,00	0%
S.J. Meriti 7	R\$ 95.478,95	R\$ 114.079,86	15%	1.145.747,40	1.368.958,32	15%
Teresópolis 8	R\$ 29.500,00	R\$ 34.791,54	18%	354.000,00	417.498,48	18%
Volta Redonda (I e II) 9	R\$ 39.691,04	R\$ 40.931,26	3%	482.493,58	491.175,12	3%
Total	R\$ 590.062,46	R\$ 526.541,50	-11%	R\$ 6.651.615,58	R\$ 6.318.498,00	-5%

Fonte:
SEGAI/SGS

Notas:

1. As chaves do imóvel foram entregues em 15.09.2020. O último pagamento foi feito em setembro, proporcional a 15 dias.
2. Reajuste a partir de 01/01/2021
- 3 Reajuste a partir de 21/06/2021
- 4 Reajuste a partir de 01/01/2021
- 5 Reajuste a partir de 01/12/2021
6. Imóvel entregue em 04/01/2022. Efeitos financeiros da locação até 07/12/2021. Último pagamento foi feito em dezembro proporcional a 7 dias.
7. Reajuste a partir de maio/2020 e maio/2021
8. Reajuste a partir de 08/11/2020
9. Valor reajustado 2020 a partir de junho/2020. Renovação do contrato VR2 a partir de 12/06/2021



6.3. Sustentabilidade Ambiental

Devido às restrições impostas pela pandemia de Covid-19 ao longo do ano de 2021 algumas ações pretendidas precisaram ser replanejadas, devido à manutenção do trabalho remoto e flexibilização parcial na Seção Judiciária do Rio de Janeiro (SJRJ).

Ações realizadas em 2021:

- Acompanhamento de gastos e consumos de bens e serviços, monitorando junto à Comissão do Plano de Logística Sustentável (PLS), os indicadores e metas estabelecidos.
- Tendo em vista a manutenção do trabalho remoto e com a determinação de retorno ao trabalho presencial, respeitado o limite de 30% da lotação de cada unidade (art. 1º, §4º da Resolução TRF2-RSP-2021/00057), foi verificado que o consumo de material e insumos foi reduzido, provavelmente devido ao atendimento principalmente às atividades essencialmente presenciais, não compondo um volume que se permita regular o referido consumo, de acordo com as metas estabelecidas para o ano de 2021.
- Gerenciamento contínuo do Programa de Descarte de Resíduos através da Coleta Seletiva realizada pela Companhia Municipal de Limpeza Urbana (COMLURB) e Cooperativas responsáveis pela coleta e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos recicláveis. Podemos destacar a ação para descarte de pneus que estavam armazenados, aguardando a destinação final.
- Planejamento de campanhas e treinamentos, visando promover a cultura de sustentabilidade na SJRJ junto aos servidores, prestadores de serviço e todo o público atendido no órgão. Devido à pandemia, algumas ações precisaram ser replanejadas e adequadas à apresentação em ambiente virtual, devido ao trabalho remoto.
- Planejamento de Capacitação sobre o Manual de Sustentabilidade nas Compras e Contratações e sua aplicabilidade, destinado a todos os gestores e demais servidores envolvidos no processo de contratos de compras e serviços, em atendimento à Portaria nº JFRJ-PGD-2021/00027 que dispõe sobre a implementação do referido manual na SJRJ.

Plano de Logística Sustentável (PLS)

A publicação da Resolução nº 400 de 16 de junho de 2021 do CJF, que dispõe sobre a política de sustentabilidade no âmbito do Poder Judiciário, tornou necessário revisar o PLS que estava em andamento. Conforme determinado na Resolução nº 400, a Comissão Gestora do PLS foi reformulada, passando a ser presidida por um magistrado e ampliando a participação de outras áreas técnicas, com a inclusão de novos indicadores de desempenho.

Contido na reformulação da Comissão Gestora do PLS e na elaboração deste documento, ocorrerá a fusão da Comissão Interna de Conservação de Energia (CICE) que havia sido instituída por meio da Portaria JFRJ-PSG-2020/00006, passando para a Comissão Gestora do PLS as atribuições, capacitação, medição e planejamento relativos ao consumo de energia elétrica.

7. Gestão de Tecnologia de TI

As unidades de tecnologia da Informação do TRF-2ª Região e da Seção Judiciária do Rio de Janeiro foram unificadas em 2015, por meio da resolução nº TRF2-RSP-2015/00016, que dispõe sobre a atuação regional, a estrutura organizacional e o quadro de pessoal das unidades de Tecnologia da Informação. Sendo assim, a STI, responderá ao Relatório de Atividades de 2021 do Tribunal, de forma unificada para a Segunda Região.



8. Gestão Orçamentária e Financeira

8.1. Avaliação da Execução Orçamentária e Financeira

A Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças (SOF) é responsável pelo planejamento e pela execução do Orçamento da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, que compreende basicamente a elaboração dos Orçamentos Anuais e Plurianuais e o acompanhamento e a avaliação da execução para, se e quando necessário, propor correções de rumo por meio de alterações no orçamento (créditos suplementares com e sem fonte de compensação e remanejamento de dotações dentro dos Planos Orçamentários).

O processo de monitoramento da execução permite e subsidia os ajustes necessários, tanto por meio da redistribuição de recursos internamente entre as diferentes áreas da SJRJ, quanto pela negociação de créditos submetidos ao Tribunal Regional Federal da 2.^a Região (TRF2), com o objetivo de adequar os itens da programação.

Aprovado e disponibilizado o orçamento, inicia-se o processo de execução orçamentária e financeira e seu respectivo acompanhamento.

O detalhamento dos orçamentos anuais destinados à SJRJ fica consignado em resolução assinada pelo Presidente do TRF2 e, no exercício de 2021, as dotações finais atribuídas constam na Resolução nº TRF2-RSP-2021/00092, de 31 de dezembro de 2021.

No tocante ao orçamento disponibilizado para atendimento das despesas do exercício de 2021, as dotações disponibilizadas e o correspondente nível de execução podem ser verificados no quadro que segue:

Execução orçamentária do Exercício de 2021

Em milhares de reais:

GRUPO E NATUREZA DA DESPESA	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA FINAL	EMPENHADO	EXECUTADO Em %
Pessoal e Encargos Sociais	1.159.796.533,00	1.157.300.243,44	99,78
Benefícios Assistenciais a Magistrados e Servidores	54.576.583,47	53.947.776,29	98,85
Custeio/manutenção (serviços e aquisições de materiais de consumo, indenização de transporte, ajuda de custo, Auxílio moradia a Agentes Públicos)	61.658.133,00	58.175.188,33	94,35
Investimentos em Tecnologia da Informação	9.180.639,00	8.738.895,87	95,19
Obras e outros investimentos, exceto TI	12.345.000,00	10.826.009,56	87,70
Assistência Jurídica a Pessoas Carentes – AJPC (3.855 beneficiados em 2021)	1.388.376,00	1.388.376,00	100,00
TOTAL:	1.298.945.264,47	1.290.376.489,49	99,34

Fonte: SLAFI2021



Conforme verificado no quadro acima, foram executados/empenhados 99,34% das dotações orçamentárias próprias disponíveis para a SJRJ.

As dotações disponíveis permitiram a manutenção das atividades jurisdicionais e a aplicação em investimentos importantes para uma prestação jurisdicional célere, inclusiva e de qualidade.

Abaixo, destacamos os principais itens classificados como despesas de capital (investimentos e aquisições de itens permanentes) empenhados no exercício:

Em milhares de reais:

Aquisição de veículo blindado	354
Reforma dos anexos do Fórum da Avenida Rio Branco	2.726
Reforma do Fórum da Avenida Venezuela	5.988
Aquisição de <i>tablets</i>	1.168
Aquisição de <i>notebooks</i>	7.512

Fonte: SIAFI2021 e Registros da SOF/SJRJ

Assistência Judiciária Gratuita nos Processos em que o INSS é Réu

As despesas de perícias vinculadas aos processos judiciais nos quais o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) figura como parte superam 90% de toda a despesa com honorários da SJRJ e, em razão do aumento da demanda verificado ao longo dos últimos anos, a SJRJ enfrentou dificuldades orçamentárias para quitação dessas despesas, sobretudo no exercício de 2018.

Após negociações entre o Poder Judiciário e o Poder Executivo, ainda no exercício de 2018, as ações nas quais o INSS figura como réu passaram a ter os honorários periciais vinculados à fonte orçamentária proveniente do Poder Executivo (Medida Provisória nº 854, de 3/10/2018 e Lei nº 13.876, de 20/09/2019).

No exercício de 2021 foram disponibilizados e executados os montantes abaixo demonstrados, destinados à quitação das solicitações de pagamento validadas de janeiro a dezembro de 2021 nos casos em que a nomeação ocorreu até 23/09/2021:

Em milhares de reais:

GRUPO E NATUREZA DA DESPESA	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA 2021	EMPENHADO	EXECUTADO Em %
Antecipação de Honorários Periciais em ações nas quais o INSS seja parte (33.165 perícias pagas)	8.373.563,00	8.373.563,00	100,00

Fonte: SIAFI2021

Os honorários cujas nomeações ocorreram após 23/09/2021, ainda que validados e aptos para pagamento, só poderão ser pagos após a aprovação do PL 3.914/2020 que se encontra em tramitação no Congresso Nacional.



8.2. Outras Informações Relevantes

Avaliação dos Processos Julgados

A implementação integral do sistema e-Proc, o qual proporciona maior agilidade nos processos, e a dedicação de magistrados e servidores, em que pese a limitação de pessoal, constituíram fatores preponderantes na superação da meta de processos julgados.

Nesse contexto, a manutenção do regime de trabalho remoto combinada com a retomada gradual dos atendimentos presenciais não impactou de forma negativa a execução das atividades.

Os recursos tecnológicos e a infraestrutura necessários ao trabalho remoto, colocados à disposição da força de trabalho também concorreram para a obtenção dos resultados positivos.

II - MAPA DE JULGADOS

Como foi no proposto no inciso XXXII do art. 2º do Regimento Interno do Tribunal Regional Federal – 2ª Região, o mapa dos julgados para os três órgãos é elaborado pelo NUEST/TRF2 – Núcleo de Estatística e apresentado com o Relatório de atividades do referido Tribunal.

III- LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AJG - Sistema de Assistência Judiciária Gratuita

CACCST - Casa de Apoio à Criança com Câncer Santa Teresa

CBTO - Curso Básico de Técnicas Operacionais

CEF - Caixa Econômica Federal

CESOL - Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania

CJF - Conselho da Justiça Federal

CJUR - Coordenadoria de Atendimento aos Jurisdicionado e Cidadania

CNJ - Conselho Nacional de Justiça

CNOV - Coordenadoria de Inovação e Transparência

COMLURB - Companhia Municipal de Limpeza Urbana

CSIN - Coordenadoria de Segurança Institucional

CSOP - Coordenadoria de Serviços Operacionais e Segurança Orgânica

CSUP - Coordenadoria de Suporte ao Usuário

CTRA - Coordenadoria de Transporte

GAS - Gratificação de Atividade de Segurança

INSS - Instituto Nacional do Seguro Social

JEF - Juizado Especial Federais

JFRJ - Justiça Federal do Rio de Janeiro



LGPD - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais
NAI/JFES - Núcleo de Auditoria Interna da Seção Judiciária do Espírito Santo
NCOS - Núcleo de Comunicação Social
NSEG - Núcleo de Segurança Institucional
NUEST – Núcleo de Estatística do TRF2
OAB - Ordem dos Advogados do Brasil
ODS - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
PAA2021 - Plano Anual de Auditoria 2021
PLS - Plano de Logística Sustentável
RPP - Reclamações Pré-Processuais
SAI - Subsecretaria de Auditoria Interna
SAI/TRF2 - Secretaria de Auditoria Interna do TRF2
SAJ - Subsecretaria de Atividades Judiciárias
SEAEX - Seção de Suporte ao Usuário Externo
SEAIN - Seção de Atendimento ao Usuário Interno
SEARQ - Seção de Arquivamento
SEDAF - Seção de Gestão de Documentos e Autos Findos
SEDEQ - Seção de Desarquivamento
SEDIV - Seção de Divulgação e Identidade Visual
SEEU - Sistema Eletrônico de Execução
SEISD - Seção de Inovação e Soluções Digitais
SEIPR - Seção de Informações Processuais
SG – Secretaria Geral
SGE – Secretaria de Gestão Estratégica
SGP - Subsecretaria de Gestão de Pessoas
SIAUD-JF - Sistema de Auditoria Interna da Justiça Federal
SIE - Subsecretaria de Infraestrutura
SJRJ - Seção Judiciária do Rio de Janeiro
SEMAV - Seção de Manutenção de Veículos
SOF - Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças
SSI - Subsecretaria de Segurança Institucional
TRF2 - Tribunal Regional Federal da 2.^a Região





Relatório de Atividades

Seção Judiciária do Espírito Santo

21

Vitória – ES

Janeiro/2022



Assinado com senha por FERNANDO CESAR BAPTISTA DE MATTOS.
Documento Nº: 3334467.29677779-2610 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=3334467.29677779-2610>



JFESOFI202200097A

SIGA

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	3
I) RELATO DAS ATIVIDADES	8
1. Direção do Foro	8
1.1. Avaliação das Principais Ações Realizadas em 2021	8
1.2. Serviço de Atendimento ao Cidadão	9
1.3. Principais Eventos	10
1.4. Segurança Institucional	12
1.5. Métodos Consensuais de Solução de Conflitos	13
1.6. Auditoria Interna	14
2. Planejamento Estratégico e Governança	15
2.1. Avaliação das Principais Ações Realizadas em 2021	15
2.2. Metas projetadas pelo CNJ para o exercício de 2021	16
3. Gestão Judiciária	28
3.1. Avaliação das Principais Ações Realizadas em 2021	28
3.2. Atendimento ao Jurisdicionado	28
3.3. Sistema Judicial Eletrônico (e-Proc)	29
3.4. Arquivo	30
3.5. Principais Convênios Vigentes em 31/12/2021	30
4. Gestão de Pessoas	34
4.1. Avaliação das Principais Ações Realizadas em 2021	34
4.2. Quadro de Vagas	34
4.3. Força de Trabalho	35
4.4. Capacitação	35
5. Gestão de Infraestrutura	37
5.1. Avaliação das Principais Ações Realizadas em 2021	37
5.2. Obras e Reformas	37
5.2.1. Obras voltadas à Acessibilidade	37
5.2.2. Obras e serviços voltados à Segurança	38
5.3. Sustentabilidade Ambiental	38
6. Gestão de Tecnologia da Informação	41
6.1. Avaliação das principais ações realizadas em 2021	41
7. Gestão Orçamentária e Financeira	42



8.1. Avaliação da Execução Orçamentária e Financeira.....	42
8.2. Orçamento 2021.....	44
8. Comunicação Institucional	52
9.1. Avaliação das Principais Ações Realizadas em 2021	52
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	55



RELATÓRIO DE ATIVIDADES – SJES

Exercício de 2021

A Direção do Foro da Seção Judiciária do Espírito Santo apresenta, neste documento, um resumo do conjunto de ações desenvolvidas no ano de 2021, a fim de subsidiar o relatório regional e prestar contas à sociedade sobre as atividades desta Seccional.

Este relatório contém uma parte introdutória, relativa à organização institucional, abrangência territorial e estrutura administrativa, seguida de uma seção contendo as principais atividades desempenhadas pelas diversas unidades do órgão no exercício de 2021, destacando os serviços que se mostraram relevantes para a sociedade e para o jurisdicionado, em observância aos objetivos estratégicos delineados no “Mapa Estratégico da Justiça Federal 2021-2026”.

Finalizando, são descritas as iniciativas no âmbito socioambiental, a gestão orçamentária e financeira e as ações relacionadas à comunicação institucional internamente e também para com a sociedade.

APRESENTAÇÃO

▪ Estrutura Organizacional:

Tabela 1 – Principais Setores Estratégicos

Unidade Organizacional	Competências	Titular	Cargo
Direção do Foro	Exercer a administração da Seccional, mormente em relação à área de Gestão de Pessoas, obras, compras de bens e serviços, orçamento e finanças, controle de mandados, interagindo com o TRF2.	Juiz Federal Fernando Cesar Baptista de Mattos	Juiz Federal Diretor do Foro
Varas Federais	Julgar e processar, em 1ª instância, os feitos de competência da JF, elencados no art. 109 da CF.	A lista completa dos Juízes Federais Titulares e Substitutos da SJES está no sítio: https://static.trf2.jus.br/nas-internet/documento/orregedoria/transparencia/lista-completa-de-lotacoes-de-juizes-federais-da-2a-regiao-2021-12-21.pdf	Juiz Federal



Secretaria Geral (SG)	Dirigir, coordenar e supervisionar todas as atividades administrativas da SG da SJES, em consonância com as diretrizes estabelecidas pela DIRFO.	Cristiene Ginaid de Souza Cupertino de Castro	Diretora da Secretaria Geral
Coordenadoria de Assuntos Administrativos (CADM)	Coordenar e prestar suporte administrativo às seções administrativas relacionadas ao Apoio à SG, à Gestão de Imóveis, e às Seções de Apoio Administrativo das Subseções Judiciárias do Espírito Santo.	Cláudia Regina Diniz	Coordenadora Administrativa
Coordenadoria Jurídica (CJU)	Assessorar a Direção do Foro na administração da Seção Judiciária do Espírito Santo, emitindo pareceres com vistas a subsidiar as decisões administrativas que serão tomadas, especialmente nos seguintes temas: licitações e contratos administrativos, matéria tributária e envolvendo interesse de servidores públicos desta Seccional.	Gelciane Ramos Alves	Coordenadora Jurídica
Seção de Gestão Estratégica (SEGEST)	Planejar, coordenar e apoiar iniciativas de melhorias contínuas de gestão organizacional, assim como atuar no gerenciamento do processo de planejamento estratégico.	Rafael Lacerda Alves	Supervisor
Seção de Projetos, Processos e Gestão Socioambiental (SEPROG)	Atuar no gerenciamento dos projetos estratégicos, na melhoria dos processos de trabalho organizacionais e no desenvolvimento de ações socioambientais da SJES.	Sérgio Pereira de Oliveira e Souza	Supervisor
Núcleo de Auditoria Interna (NAI)	Coordenar, acompanhar, fiscalizar e realizar os atos de procedimentos do controle de gestão contábil, orçamentária, financeira e patrimonial e de pessoal da Seccional.	Fábio Santos Trevisan	Diretor
Núcleo de Administração e Finanças (NAF)	Desenvolver as tarefas de planejar, elaborar, dirigir, coordenar e acompanhar a execução orçamentária e financeira dos programas de trabalho da SJES, bem como planejar e coordenar as atividades relacionadas ao protocolo e expedição de documentos e à	Ana Saleti Miranda Teixeira	Diretora

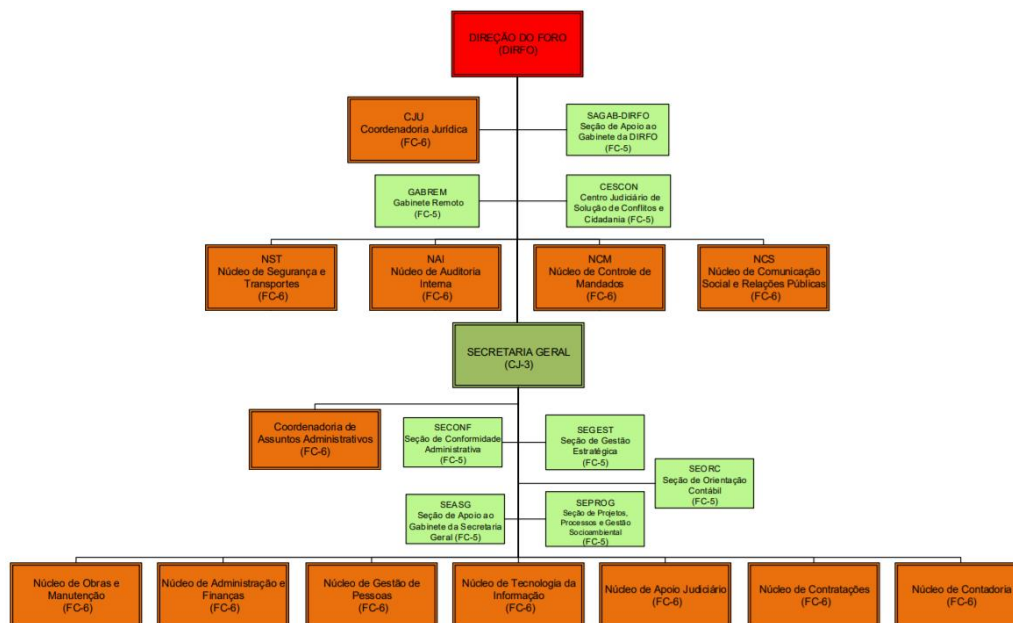


	administração de materiais de consumo e permanentes.		
Núcleo de Comunicação Social e Relações Públicas (NCS)	Desenvolver atribuições específicas das áreas de Comunicação Social, Assessoria de Imprensa e Relações Públicas, além de atividades correlatas.	Ana Paola Dessaune Carlos Vidal	Diretora
Núcleo de Gestão de Pessoas (NGP)	Planejar, coordenar, dirigir e controlar as atividades relativas aos recursos humanos no âmbito da SJES.	Josélio Santos Nascimento	Diretor
Núcleo de Tecnologia da Informação (NTI)	Planejar, definir e coordenar a implementação, no âmbito da SJES, de projetos que envolvam TI e comunicação de dados.	Fabício Vasconcelos Costa	Diretor
Núcleo de Apoio Judiciário (NAJ)	Planejar e coordenar as atividades e ações que visem ao apoio às Varas Federais e Juizados Especiais Federais, controle de mandados, documentação e divulgação, arquivo e depósito judicial, contadorias e de apoio às Varas Federais, trabalhos relativos aos leilões judiciais, mutirão de audiências.	Ana Carla Marques dos Santos	Diretora
Núcleo de Contratações (NCO)	Executar as atividades de planejamento e direção nas atividades de contratações da Seção Judiciária.	Moacir Sader Silveira Júnior	Diretor
Núcleo de Obras e Manutenção (NOM)	Coordenar ações e projetos vinculados à manutenção, melhoria e ampliação dos imóveis e instalações utilizados pela Seção Judiciária, visando fornecer e preservar condições adequadas de funcionalidade e conforto aos ambientes de trabalho.	Carlos Chaves Damásio	Diretor

Fonte: Seção de Gestão Estratégica (SEGEST)



▪ **Organograma Simplificado:**

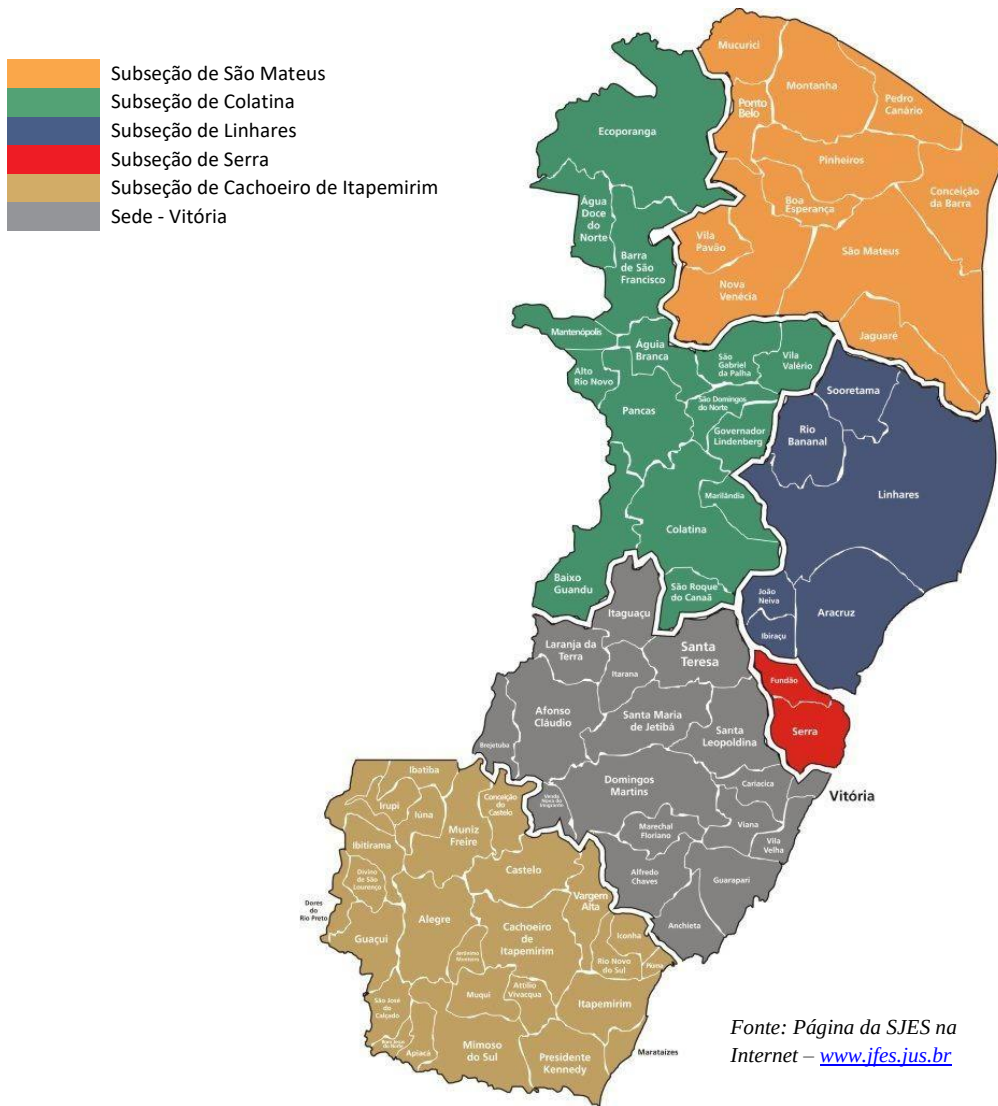


▪ **Estrutura:**

A Justiça Federal está presente em 6 regiões do Estado do Espírito Santo. Na Capital são 16 unidades jurisdicionais instaladas, sendo 11 Varas Federais, 3 Juizados Especiais Federais e 2 Turmas Recursais, e no interior do Estado, são mais 7 Varas Federais.



- **Mapa da Jurisdição da Seção Judiciária do Espírito Santo:**



Fonte: Página da SJES na Internet – www.jfes.jus.br

Juizes da Capital Vitória:

- Varas Cíveis: 6
- Varas Criminais: 2
- Varas de Execução Fiscal: 3
- Juizados Especiais Federais: 3
- Turmas Recursais: 2

Juizes do Interior:

- Vara Federal da Serra
- Vara Federal de Colatina
- Vara Federal de Linhares
- Vara Federal de São Mateus
- 1ª Vara Federal de Cachoeiro de Itapemirim
- 2ª Vara Federal de Cachoeiro de Itapemirim
- 3ª Vara Federal de Cachoeiro de Itapemirim



I) RELATO DAS ATIVIDADES

A Seção Judiciária do Espírito Santo buscou a execução e o acompanhamento das diretrizes estratégicas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), pelo Conselho da Justiça Federal (CJF) e pelo Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2), observando os macrodesafios para o Ciclo 2021-2026, preconizados pela Resolução nº 325/2020-CNJ, bem como as perspectivas e objetivos estratégicos estabelecidos pelas Resoluções nº 668/2020-CJF e TRF2-RSP-2020/00060.

A seguir, destacamos as principais ações e melhorias implementadas na gestão administrativa, pelas diversas áreas organizacionais, no exercício do ano de 2021, na busca do atingimento destes objetivos.

1. Direção do Foro

1.1. Avaliação das Principais Ações Realizadas em 2021

O ano de 2021 foi marcado pela incerteza quanto à duração da crise da pandemia de COVID-19 e a Administração, atenta aos protocolos sanitários e à necessidade da retomada das atividades presenciais, viu-se forçada a expedir vários atos normativos que permitissem não só a volta dos setores considerados essenciais ao atendimento ao público de forma presencial, mas também a adaptação das rotinas internas a fim de restabelecer as suas atividades normais, sem arriscar a vida dos servidores, magistrados e jurisdicionados.

Assim, vários atos normativos foram expedidos neste sentido, dentre os quais destacamos:

- JFES-POR-2021/00003, Criação da “Equipe sob Demanda” na Área Administrativa;
- JFES-POR-2021/00012, Institui o “Balcão Virtual” nas unidades judiciárias;
- JFES-POR-2021/00018, Dispõe sobre as medidas a serem adotadas na Seção Judiciária do Espírito Santo, de 05 a 11 de abril de 2021, em virtude do Decreto nº 4859-R, de 03 de abril de 2021, do Governo do Estado do Espírito Santo;
- JFES-POR-2021/00021, Dispõe sobre as medidas a serem adotadas na Seção Judiciária do Espírito Santo, de 12 a 18 de abril de 2021 em virtude do Decreto nº 4859-R, de 17 de março de 2021, do Governo do Estado do Espírito Santo;
- JFES-POR-2021/00022, Dispõe sobre as medidas a serem adotadas na Seção Judiciária do Espírito Santo, entre os dias 19 a 25 de abril de 2021, em virtude do Decreto nº 4868-R, de 17 de março de 2021, do Governo do Estado do Espírito Santo;
- JFES-POR-2021/00029, Dispõe sobre as medidas a serem adotadas na Seção Judiciária do Espírito Santo, a partir do dia 10 de maio de 2021, em virtude do Decreto nº 4868-R, de 17 de março de 2021, do Governo do Estado do Espírito Santo;
- JFES-POR-2021/00030, Dispõe sobre a distribuição ordinária de ordens judiciais;
- JFES-POR-2021/00031, Dispõe sobre o cronograma de cumprimento de mandados judiciais na forma presencial no exercício de 2021;



- JFES-POR-2021/00035, Dispõe sobre a autorização para o exercício de atividade laboral de forma presencial, de caráter facultativo, a partir de 31 de maio de 2021, nas dependências da Seção Judiciária do Espírito Santo, em razão da pandemia de COVID-19, declarada pela Organização Mundial de Saúde (OMS);
- JFES-POR-2021/00037, Suspende, parcialmente, a Portaria nº JFES-POR-2021/00035, no tocante ao retorno facultativo de servidores à execução de atividade laboral presencial nas dependências desta Seção Judiciária do Espírito Santo e Subseções vinculadas;
- JFES-POR-2021/00041, Restabelece os efeitos da Portaria nº JFES-POR-2021/00035, e autoriza o exercício de atividade laboral de forma presencial, de caráter facultativo, nas dependências da Seção Judiciária do Espírito Santo, a partir de 07 de junho de 2021;
- JFES-POR-2021/00048, Dispõe sobre a autorização para exercício de atividade laboral de forma presencial, de caráter facultativo, nas dependências da Seção Judiciária do Espírito Santo, em razão da pandemia da Covid-19, declarada pela Organização Mundial de Saúde (OMS);
- JFES-POR-2021/00053, Dispõe sobre o restabelecimento, a partir de 02 de agosto de 2021, do atendimento presencial em todas as unidades da Seção Judiciária do Espírito Santo;
- JFES-POR-2021/00076, Dispõe sobre o funcionamento e o restabelecimento das atividades presenciais na Seção Judiciária do Espírito Santo entre os dias 03 de novembro de 2021 e 06 de janeiro de 2022; e,
- JFES-POR-2021/00090, Dispõe sobre o restabelecimento das atividades presenciais a partir de 07 de janeiro de 2022, e aprova a revisão do “Protocolo de Biossegurança” e do “Plano de Retomada das Atividades Presenciais” da Seção Judiciária do Espírito Santo.

Como se vê, foram muitos os atos expedidos que previram o retorno, ainda que parcial, ao trabalho presencial mas que, por força de contingência da pandemia e das orientações da OMS ou do Governo Estadual, tiveram que ser revistos ou postergados. Finalmente, a última portaria da lista acima estabeleceu a volta definitiva das atividades presenciais a partir de 07 de janeiro de 2022, condicionando o ingresso e a permanência do público interno (servidores, estagiários e colaboradores) nos prédios da Seccional à apresentação do comprovante de vacinação contra a COVID-19, excepcionando-se os casos de impossibilidade médica abonados pela área de saúde da Seção Judiciária do Espírito Santo.

Destaca-se, ainda, a criação dos critérios objetivos para a atuação do “Gabinete Remoto”, por meio da Portaria nº JFES-POR-2021/00043, promovendo isenção e transparência ao atendimento dos pedidos de assistência virtual e remota às unidades judiciárias, visando ao incremento da sua produtividade, especialmente quanto às metas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça ou pela Corregedoria Regional da Justiça Federal da 2ª Região.

1.2. Serviço de Atendimento ao Cidadão

Foram mantidos os diversos serviços estabelecidos em 2020 e alguns outros foram implantados, a fim de se garantir a continuidade do atendimento ao público durante o trabalho remoto, tais como:

- O “Fale Conosco” da página da SJES na internet;



- O “Balcão Virtual”, para atendimento remoto, via videoconferência pela plataforma “Zoom”, às partes e advogados clientes das unidades judiciárias desta Seccional, durante todo o horário de atendimento ao público, de forma similar à do balcão de atendimento presencial;

Figura 1 – Balcão Virtual



Fonte: Página da SJES na internet

- Aplicativo “Balcão Virtual”, disponibilizado no portal processual da SJES que permite consultar processos judiciais no e-Proc e no Apolo e realizar operações como peticionamento, recebimento de intimações e citações, dentre outros;
- O “Fale com a Ju”, que são chatbots para atendimento geral, tanto para os usuários do sistema e-Proc quanto para os cidadãos com dúvidas comuns ou que desejam ingressar com uma ação sem advogado ou defensor público nos Juizados Especiais Federais;
- A “Atermação Remota”, sistema que permite aos usuários cadastrarem petições iniciais e anexar documentos às suas solicitações, agilizando o atendimento das demandas referentes ao auxílio emergencial concedido pelo Governo Federal;
- “Formulário para pedidos de conciliação em processos sobre auxílio emergencial”, que visa facilitar o atendimento aos jurisdicionados interessados em participar de uma conciliação junto ao CESCEN para o recebimento do auxílio emergencial de forma mais rápida;
- O “Agendamento Online”, para os casos de perícias, teleaudiências e primeiro atendimento, possibilitando um maior acesso dos jurisdicionados à Justiça, com segurança e praticidade;
- O “Agendamento Prévio”, via telefone, voltado para o atendimento de casos excepcionais em que o cidadão não tiver a possibilidade de acessar nenhum dos canais remotos acima descritos, o que garantirá o seu atendimento presencial, com as devidas medidas de proteção individual e distanciamento social.

1.3. Principais Eventos

O Juiz Federal Diretor do Foro da SJES, Fernando Cesar Baptista de Mattos, participou de vários eventos virtuais ao longo do ano de 2021, bem como apoiou vários outros realizados pelas diversas áreas da Seção Judiciária do Espírito Santo. Dentre estes, destacamos os seguintes:

- Homenagem ao Desembargador Federal Dr. Alcides Martins Ribeiro Filho, Diretor da Coordenadoria dos Juizados Especiais Federais da 2ª Região (Cojef) no biênio 2019/2021. O tributo foi prestado em 17 de



março de 2021, em reconhecimento pela atuação do desembargador, que garantiu a reestruturação das duas Turmas Recursais (TRs) capixabas. Essas unidades julgam em segundo grau os recursos apresentados contra as decisões dos Juizados e encontravam-se sobrecarregadas pela falta de servidores para atender à crescente demanda por parte da população. A medida foi implementada pela Resolução TRF2-RSP-2020/00024, de 16 de junho de 2020.

Figura 2 – Homenagem Dr. Alcides Martins



Fonte: Página da SJES na internet

- Reunião virtual, em 19 de abril de 2021, com o Presidente do TRF2, Desembargador Federal Dr. Messod Azulay, o Corregedor Geral da Justiça Federal da 2ª Região, Desembargador Federal Theophilo Miguel, com os juízes federais de primeiro grau do Rio de Janeiro e do Espírito Santo, para tratar da prioridade à primeira instância, instituída pela Resolução nº 194/2014 do CNJ, e estabelecer um canal de diálogo entre a primeira instância e a nova gestão do Tribunal;
- Abertura do “2º Workshop da Estratégia da Justiça Federal da 2ª Região”, ocorrido de 3 a 7 de maio de 2021, evento em formato on-line com transmissão de palestras pelo YouTube e realização de oficinas com cerca de 200 juízes e servidores inscritos, objetivando a construção do Plano Estratégico da Justiça Federal da 2ª Região;
- Participação no Webinar “O Projeto de Código Eleitoral – Temas Atuais e Inovações em Discussão”, ocorrido em 16 de junho de 2021, evento que contou com a presença do Presidente do TRE-ES, Desembargador Samuel Meira Brasil Júnior, e do Dr. Carlos Mário Velloso Filho, Ministro do TSE, dentre outros;
- Implantação do Núcleo de Justiça 4.0, em 15 de junho de 2021, com competência especializada para processar e julgar os processos que envolvam direito à saúde pública, inclusive de Juizado Especial Federal, com abrangência territorial em todo o Estado do Espírito Santo, à exceção das ações coletivas e das causas de competência das Varas Federais Cíveis da Capital especializadas em matéria de saúde pública;



- Acompanhamento da visita do Presidente do STJ, Ministro Humberto Martins, à Seção Judiciária do Espírito Santo, em 23 de setembro de 2021;

Figura 3 – Visita Dr. Humberto Martins, Presidente do STJ



Fonte: JF Digital SET/2021

- Inauguração da “Galeria Virtual”, espaço para exposição e divulgação da arte capixaba, em 21 de setembro de 2021, com a exposição “O Único, Multiplicado Virtual”, do artista plástico Didico. A galeria pode ser acessada por meio do link <https://www.ifes.jus.br/galeria-virtual/>

1.4. Segurança Institucional

O Núcleo de Segurança e Transporte (NST) e a Seção de Transporte e Vigilância (SETRAV), durante o exercício de 2021, em razão da pandemia de COVID-19, ficaram responsáveis por realizar o controle de acesso de pessoas ao prédio, observar o fiel cumprimento do Protocolo de Biossegurança e do Plano de Retomada das Atividades Presenciais da SJES, assim como operacionalizar os serviços de transporte institucional e de serviços de acordo com a demanda.

Além disso, foram desenvolvidas diversas ações voltadas a garantir a segurança patrimonial e física de servidores e magistrados, bem como realizadas missões específicas, dentre as quais destacamos:

- Garantia da segurança durante a realização de audiências de custódia e naquelas com réu preso (presenciais ou por vídeo conferência);
- Auxílio na segurança para a realização das demais audiências na Sede e nas Subseções;
- Traslado e segurança de materiais apreendidos;
- Atuação em escala de plantão presencial dos Agentes de Segurança Judiciária, de 12 às 18h, com base na Resolução nº 330/CNJ, ratificada pela Resolução nº TRF2-RSP-2020/00012, para realização de tarefas típicas do Núcleo, tais como:
 - Apoio aos serviços vigilância armada contratada;
 - Abastecimento de veículos;



- Manutenção de veículos;
- Manutenção de extintores de incêndio;
- Transporte de materiais de consumo e bens móveis diversos;
- Andamento aos processos e expedientes atribuídos ao Núcleo.

No que se refere a veículos, a frota da SJES é composta atualmente por 25 veículos, classificados pela Norma Interna 4-02 da SJES, seguinte forma:

Tabela 2 – Frota de veículos da SJES em 31/12/2021

CLASSIFICAÇÃO DOS VEÍCULOS OFICIAIS		Total
B	Veículo de transporte institucional	6
C	Veículo de serviço comum	11
D	Veículo de transporte coletivo e de apoio às atividades judiciais	1
E	Veículo de transporte de carga leve	1
G	Veículo de serviço de apoio especial	5
H	Veículo blindado	1
Total		25

Fonte: SETRAV

A SETRAV conta com um sistema de gerenciamento para manutenção da frota, que engloba vários serviços e aquisições, como manutenções de veículos em garantia, aquisições de equipamentos de segurança automotivo como alarmes, sistemas de identificações como placas, instalações de películas solares e adesivos de identificação dentre outros. Também utiliza a plataforma SIGA-Transportes dentro do Sistema SIGA, para controle de fluxo dos veículos sem o uso de formulários em papel, trazendo com isto menor gasto para o órgão e contribuindo com os processos de sustentabilidade ambiental.

Em 2021, foi adquirido mais um veículo blindado para a SJES (aguardando o recebimento que deverá ocorrer em março do corrente ano).

A SJES vem gradativamente renovando a sua frota de veículos com o objetivo de deixá-la mais eficiente, menos onerosa, mais segura e menos poluente. Para atingir esses objetivos tem adotado a política de se desfazer de carros antigos e antieconômicos, e adquirindo veículos novos de acordo com suas reais necessidades.

Durante o período de 2021, as atividades administrativas do NST e da SETRAV foram realizadas em quase sua totalidade através de Home Office, excetuando, situações que requeriam a atividade presencial. Isto não impediu a realização de todas as licitações necessárias à área; bem como a realização de todos os pagamentos dentro do prazo legal; o atendimento de todas as solicitações endereçadas ao Núcleo e a confecção de todos os relatórios de cunho obrigatório visando o princípio da transparência e o cumprimento das atribuições do setor.

1.5. Métodos Consensuais de Solução de Conflitos

O Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (CESCON) é vinculado ao Núcleo de Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos da 2ª Região (NPSC2). Ambos têm como missão promover a pacificação social através de métodos não adversariais. Em nível regional, o Núcleo de Conciliação da 2ª Região é dirigido pelo Desembargador Federal Dr. Ferreira Neves, enquanto a coordenação local está a cargo do Juiz Federal Marcelo da Rocha Rosado.



De junho a agosto de 2021, o CESCOT promoveu mutirões para a realização de conciliações envolvendo o Auxílio Emergencial, em atendimento à Portaria TRF2-PNC-2021/00006, do NPSC2. Os mutirões visaram a solução de reclamações pré-processuais, que foram encaminhadas à Advocacia Geral da União (AGU) para oferecimento de proposta de conciliação, no prazo de dez dias. Na ausência de acordo, os pedidos foram distribuídos para um juízo federal da 2ª Região, para julgamento.

De 8 a 12 de novembro de 2021, a SJES participou da Semana Nacional de Conciliação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Sob a coordenação do juiz federal Marcelo da Rocha Rosado, o Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (Cescon) realizou 120 audiências virtuais, com 54 acordos homologados e 640 pessoas atendidas. No Espírito Santo, o foco da Semana foram as ações de danos morais, previdenciárias e de poupança.

Todas as audiências foram virtuais, tendo sido realizadas inclusive por *Whatsapp*. Também foi utilizada a funcionalidade de conciliação existente no sistema e-Proc, para as entidades cadastradas naquele sistema, evitando assim que os jurisdicionados tivessem que comparecer à Justiça para a audiência.

1.6. Auditoria Interna

Para consolidar as adequações necessárias ao cumprimento das Resoluções nº 308 e 309/2020 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e à implementação das determinações previstas na Instrução Normativa-TCU nº 84/2020, ambas iniciadas em 2020, o Plano Anual de Auditoria/2021 (PPA/2021) foi estruturado de modo a otimizar o emprego da força de trabalho existente nas unidades de auditoria interna da 2ª Região, considerando a reduzida equipe de auditores.

Nesse sentido, o PAA/2021, aprovado em 16/11/2020 (TRF2-DES-2020/41071), centralizou o planejamento das atividades na Secretaria de Auditoria Interna do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (SAI/TRF2), uniformizou os procedimentos de execução e pautou-se pela avaliação de risco elaborada para cada uma das auditorias a serem realizadas, levando-se em conta, nessa metodologia, o total de horas disponíveis em cada unidade de auditoria interna e o escopo mínimo a ser adotado para permitir a certificação de contas nos moldes exigidos pela IN-TCU nº 84/2020.

A partir do planejamento traçado, coube ao Núcleo de Auditoria Interna (NAI) da SJES a execução de 07 auditorias, das quais 04 foram na área de gestão de pessoal, 01 na área de execução de contratos, 01 na área de licitações e 01 na área contábil e financeira. A execução dessas atividades avaliou a conformidade, a eficiência e os controles internos, além da adequação das informações contábeis, orçamentárias e financeiras.

A equipe de trabalho, composta por 04 servidores, emitiu 304 certidões de auditoria (CET), sendo 289 delas concluindo pela regularidade dos processos auditados, enquanto que outras 15 identificaram ressalvas que demandavam ações corretivas e, como consequência, foram encaminhadas 20 de notas de auditoria (NAU) para providências juntos aos setores auditados.

Os resultados demonstram desempenho satisfatório dos controles internos administrativos da SJES, sendo capazes de identificar, evitar e corrigir, em sua maioria, as falhas e impropriedades, mitigando os riscos envolvidos nos processos relevantes da gestão.



2. Planejamento Estratégico e Governança

2.1. Avaliação das Principais Ações Realizadas em 2021

- Orçamento Participativo 2023: Em consonância com a Portaria JFES-POR-2017/00084, que dispõe sobre o Planejamento Estratégico Situacional e Orçamento-Programa Participativo, a SJES realizou consulta pública por meio do seu sítio na Internet bem como promoveu uma série de reuniões entre as diversas áreas de negócio da Seccional que resultaram na aprovação do seu Orçamento Programa-Participativo de 2023, em 26/11/2021;
- Plano de Biossegurança: Os profissionais de saúde revisaram o Plano de Biossegurança da SJES elaborado em 2020, de acordo com as recomendações das autoridades de saúde, aplicadas à realidade da nossa Seccional. O Plano de Biossegurança tratou das seguintes temáticas: Uso de equipamento de proteção individual; Higienização das mãos; Lixeiras; Uso de bebedouros ou purificadores de água, geladeiras, microondas e outros equipamentos de uso coletivo; Distanciamento social durante a jornada de trabalho; Compartilhamento de pertences; Afastamento de casos suspeitos ou confirmados, atenção aos portadores de doenças crônicas, com priorização do trabalho remoto; Estabelecimento/intensificação de rotinas de limpeza e desinfecção dos ambientes; Cuidados com a ventilação e climatização das áreas internas; Fluxo de circulação nas dependências da SJES; Aferição da temperatura corporal na entrada dos prédios da SJES; e Comunicação institucional das ações de prevenção e controle.
- Plano de Retomada das Atividades Presenciais da SJES Pós Pandemia COVID-19: O Plano de Retomada também sofreu várias revisões ao longo de 2021, sempre buscando adequá-lo a cada tipo de retomada prevista durante o ano. Visou apresentar as medidas a serem adotadas pela Seção Judiciária do Espírito Santo para a retomada das suas atividades presenciais pós-crise COVID-19, observando as regulamentações dos órgãos de saúde, do Tribunal Regional Federal da 2ª Região e dos Conselhos Superiores aos quais está Seccional está vinculada, bem como o Plano de Biossegurança elaborado pela Seção de Serviços de Saúde (SERSAU).
- Proposição de nova regulamentação para o pagamento de pequenas despesas pelo regime de suprimento de fundos, culminando na expedição das Portarias JFES-POR-2021/00034 e JFES-POR-2021-00071 pela Direção do Foro, a adoção do Cartão de Pagamento do Poder Judiciário (CPPJ), o estabelecimento de uma nova tramitação dos processos de execução orçamentária e financeira envolvendo este assunto, com uso do software *Bizagi*, e a revogação da norma interna que tratava deste tema até então, a NI-6-02;
- Proposição de nova regulamentação para o funcionamento das Seções de Controles de Mandados, em conjunto com o Núcleo de Controle de Mandados (NCM), culminando na expedição da Ordem de Serviço JFES-ODF-2021/00001, e a consequente revogação da norma interna que tratava deste assunto, a NI-1-02;
- Proposição de nova regulamentação para a movimentação de equipamentos de informática e de videoconferência, juntamente com a Seção de Patrimônio (SEPAT), culminando na expedição da Ordem de Serviço JFES-ODF-2021/00002.

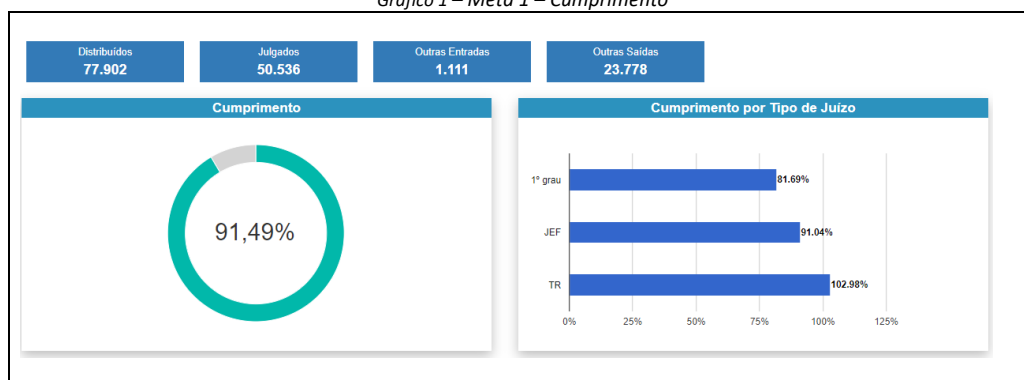


2.2. Metas projetadas pelo CNJ para o exercício de 2021

A seguir apresentamos gráficos relativos ao desempenho da SJES com relação às metas estabelecidas pelo CNJ para o Poder Judiciário, no ano de 2021.

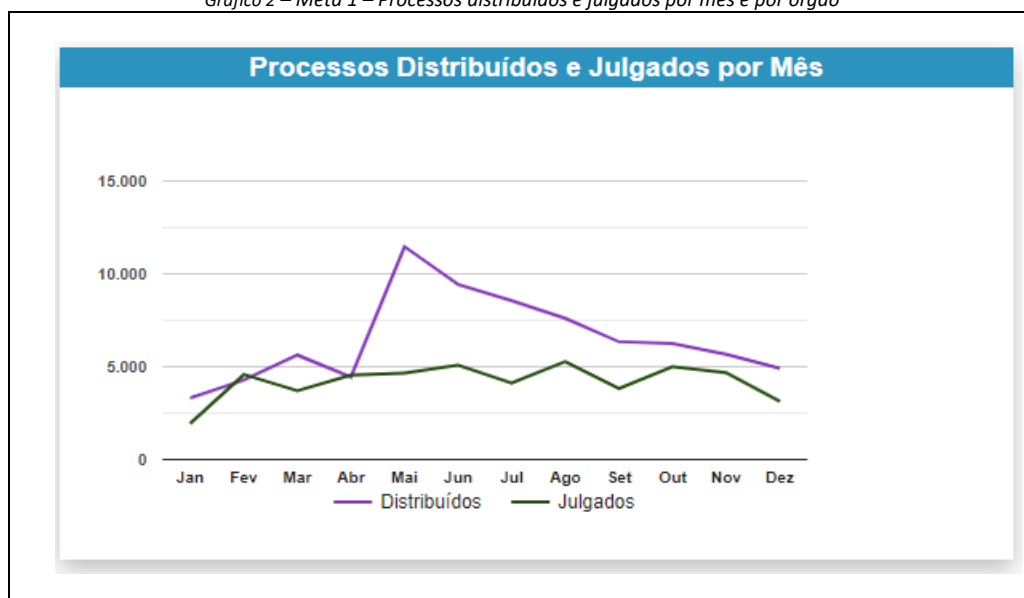
- **Meta 1: Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente.**

Gráfico 1 – Meta 1 – Cumprimento



Fonte: Portal de Estatísticas do TRF2- <https://portaldeestatisticas.trf2.gov.br/>

Gráfico 2 – Meta 1 – Processos distribuídos e julgados por mês e por órgão

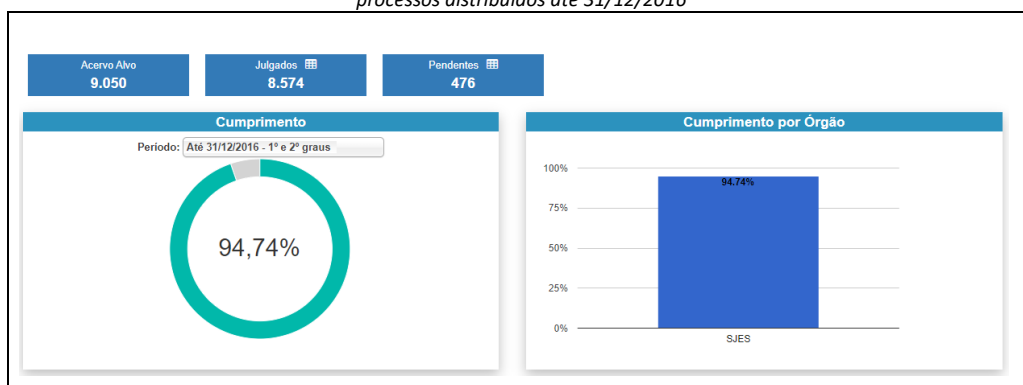


Fonte: Portal de Estatísticas do TRF2- <https://portaldeestatisticas.trf2.gov.br/>



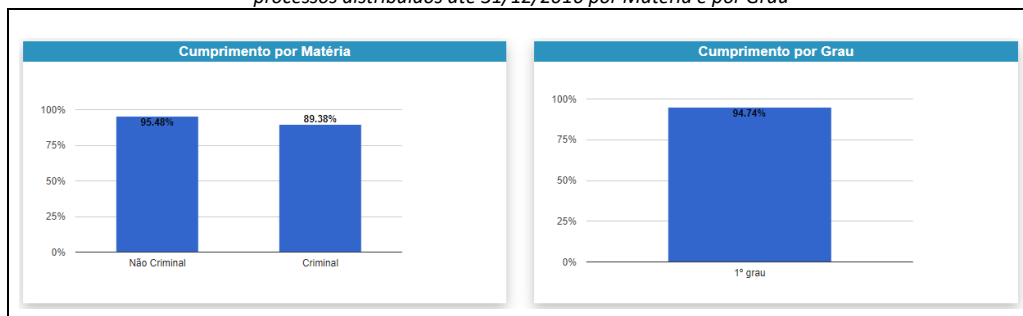
- **Meta 2: Identificar e julgar até 31/12/2021, no 1º e 2º graus, 100% dos processos distribuídos até 31/12/2016 e 85% dos processos distribuídos em 2017; e nos Juizados Especiais Federais e nas Turmas Recursais, 100% dos processos distribuídos até 31/12/2018.**

Gráfico 3 – Meta 2 – Cumprimento da meta de identificar e julgar até 31/12/2021, no 1º e 2º graus, 100% dos processos distribuídos até 31/12/2016



Fonte: Portal de Estatísticas do TRF2 - <https://portaldeestatisticas.trf2.gov.br/>

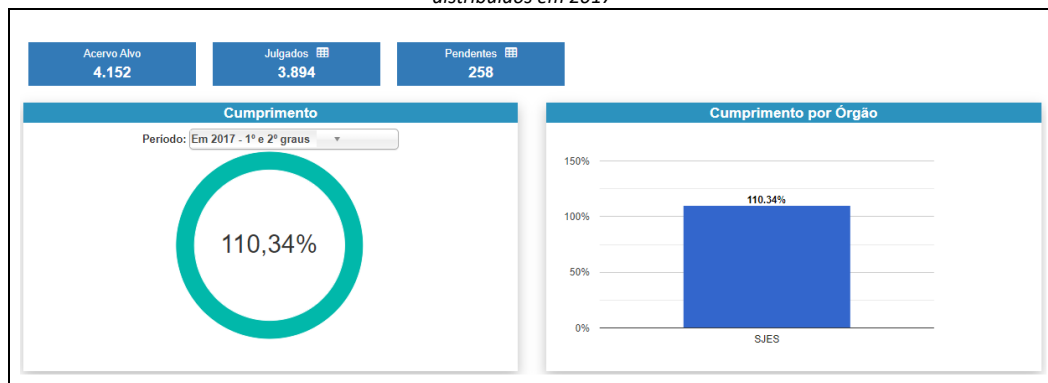
Gráfico 4 – Meta 2 – Cumprimento da meta de identificar e julgar até 31/12/2021, no 1º e 2º graus, 100% dos processos distribuídos até 31/12/2016 por Matéria e por Grau



Fonte: Portal de Estatísticas do TRF2 - <https://portaldeestatisticas.trf2.gov.br/>

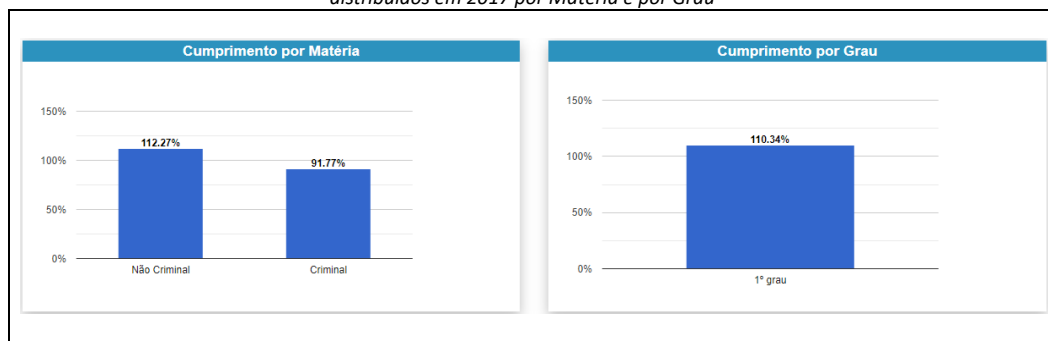


Gráfico 5 – Meta 2 – Cumprimento da meta de identificar e julgar até 31/12/2021, no 1º e 2º graus, 85% dos processos distribuídos em 2017



Fonte: Portal de Estatísticas do TRF2 - <https://portaldeestatisticas.trf2.gov.br/>

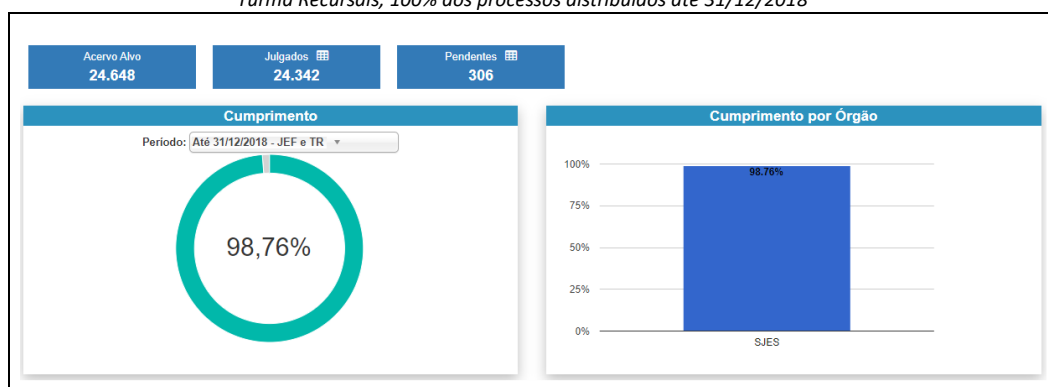
Gráfico 6 – Meta 2 – Cumprimento da meta de identificar e julgar até 31/12/2021, no 1º e 2º graus, 85% dos processos distribuídos em 2017 por Matéria e por Grau



Fonte: Portal de Estatísticas do TRF2 - <https://portaldeestatisticas.trf2.gov.br/>

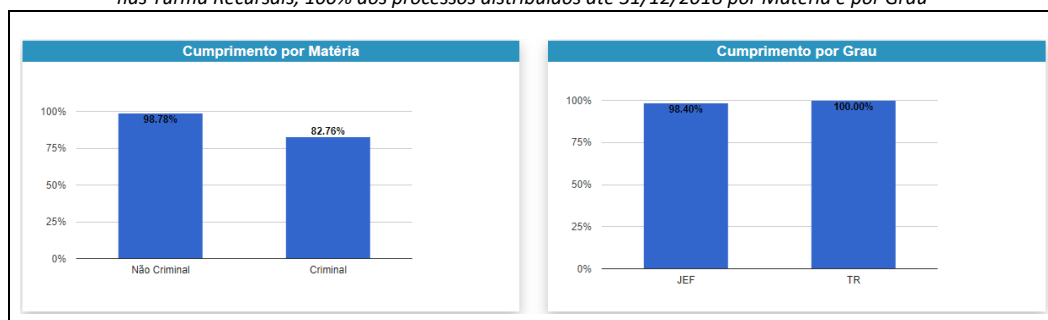


Gráfico 7 – Meta 2 – Cumprimento da meta de identificar e julgar até 31/12/2021, nos Juizados Especiais Federais e nas Turma Recursais, 100% dos processos distribuídos até 31/12/2018



Fonte: Portal de Estatísticas do TRF2 - <https://portaldeestatisticas.trf2.gov.br/>

Gráfico 8 – Meta 2 – Cumprimento da meta de identificar e julgar, até 31/12/2021, nos Juizados Especiais Federais e nas Turma Recursais, 100% dos processos distribuídos até 31/12/2018 por Matéria e por Grau

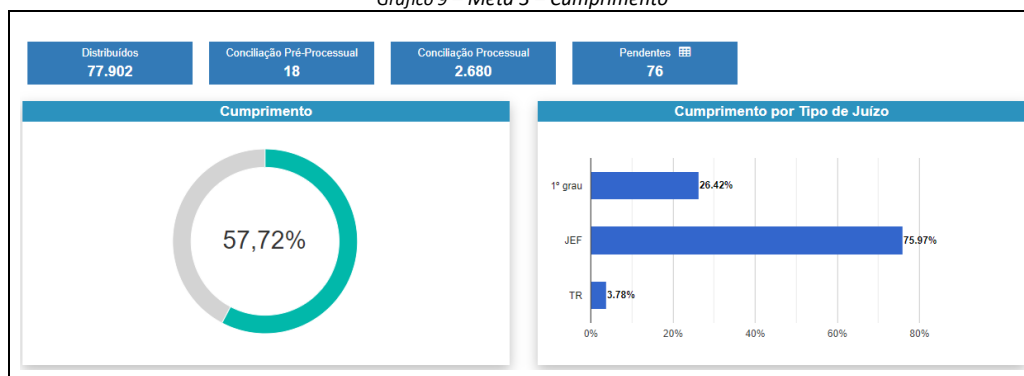


Fonte: Portal de Estatísticas do TRF2 - <https://portaldeestatisticas.trf2.gov.br/>



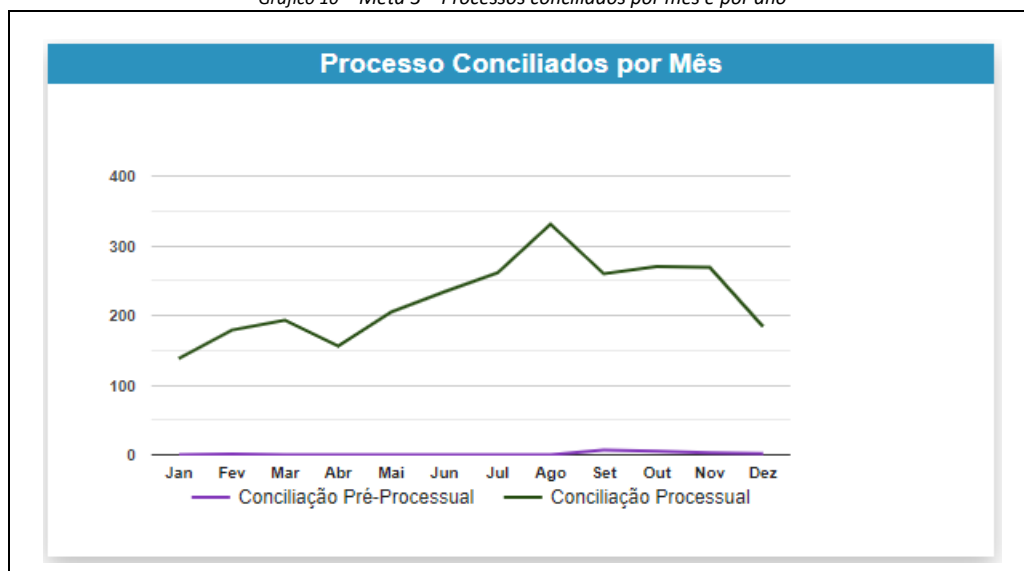
- **Meta 3: Fomentar o alcance do percentual mínimo de 6% na proporção dos processos conciliados em relação aos distribuídos.**

Gráfico 9 – Meta 3 – Cumprimento



Fonte: Portal de Estatísticas do TRF2 - <https://portaldeestatisticas.trf2.gov.br/>

Gráfico 10 – Meta 3 – Processos conciliados por mês e por ano

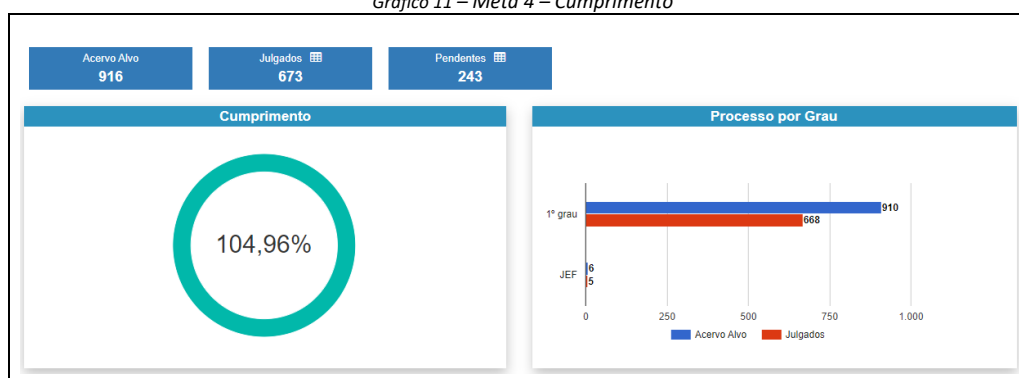


Fonte: Portal de Estatísticas do TRF2 - <https://portaldeestatisticas.trf2.gov.br/>



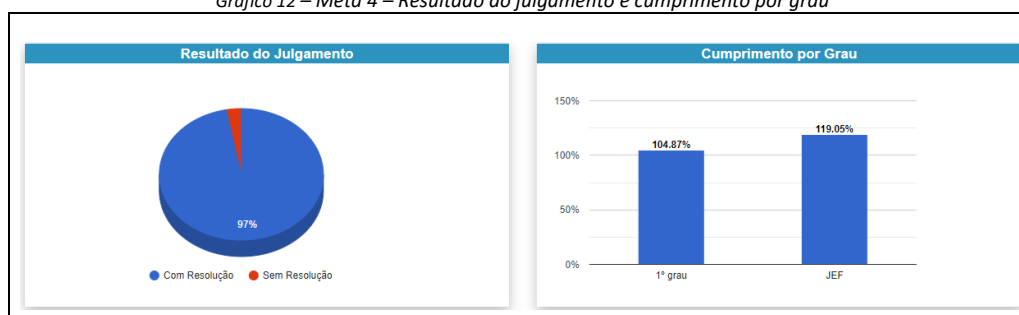
- **Meta 4: Identificar e julgar até 31/12/2021, 70% das ações de improbidade administrativa e das ações penais relacionadas a crimes contra a Administração Pública distribuídas até 31/12/2018.**

Gráfico 11 – Meta 4 – Cumprimento



Fonte: Portal de Estatísticas do TRF2 - <https://portaldeestatisticas.trf2.gov.br/>

Gráfico 12 – Meta 4 – Resultado do julgamento e cumprimento por grau

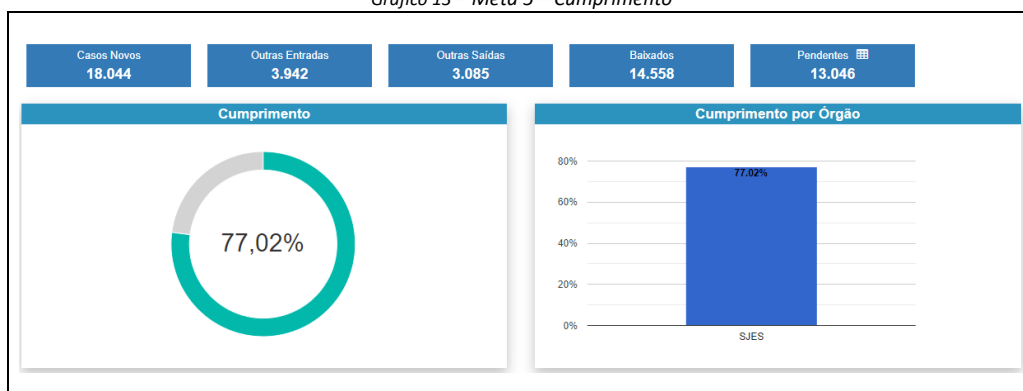


Fonte: Portal de Estatísticas do TRF2 - <https://portaldeestatisticas.trf2.gov.br/>



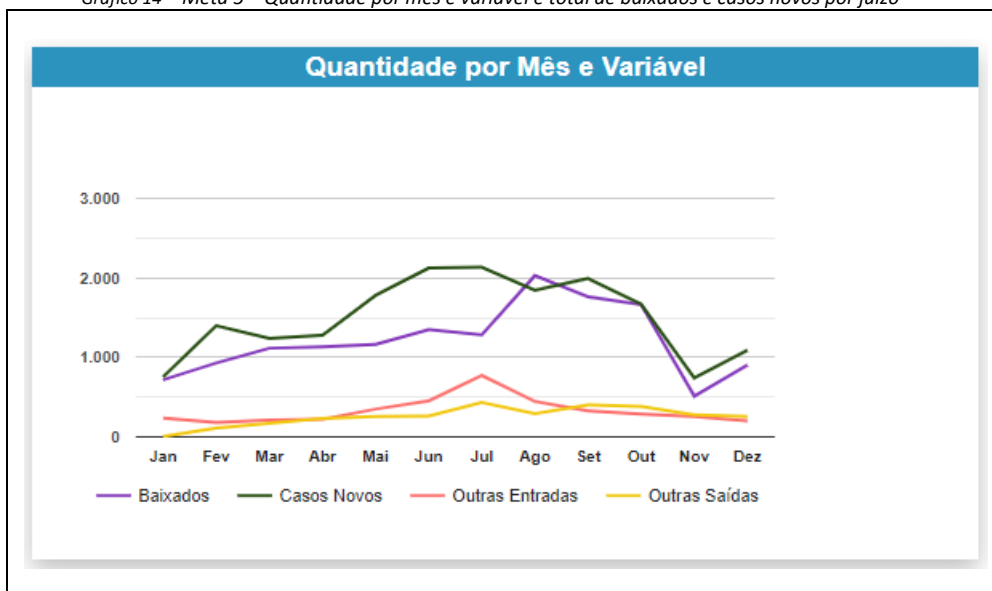
- **Meta 5:** Baixar quantidade maior de processos de execução não fiscal do que o total de casos novos de execução não fiscal no ano corrente.

Gráfico 13 – Meta 5 – Cumprimento



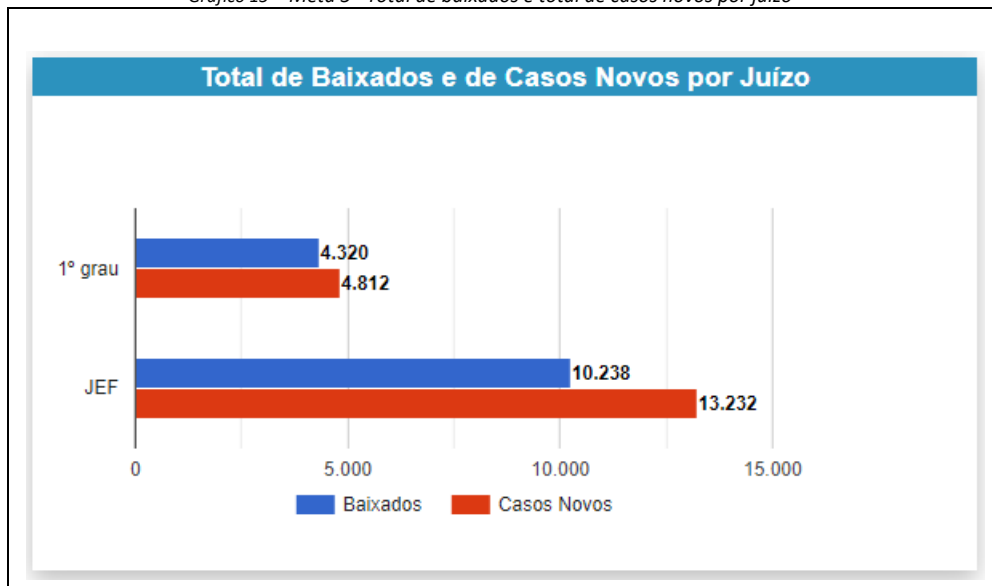
Fonte: Portal de Estatísticas do TRF2 - <https://portaldeestatisticas.trf2.gov.br/>

Gráfico 14 – Meta 5 – Quantidade por mês e variável e total de baixados e casos novos por juízo



Fonte: Portal de Estatísticas do TRF2 - <https://portaldeestatisticas.trf2.gov.br/>

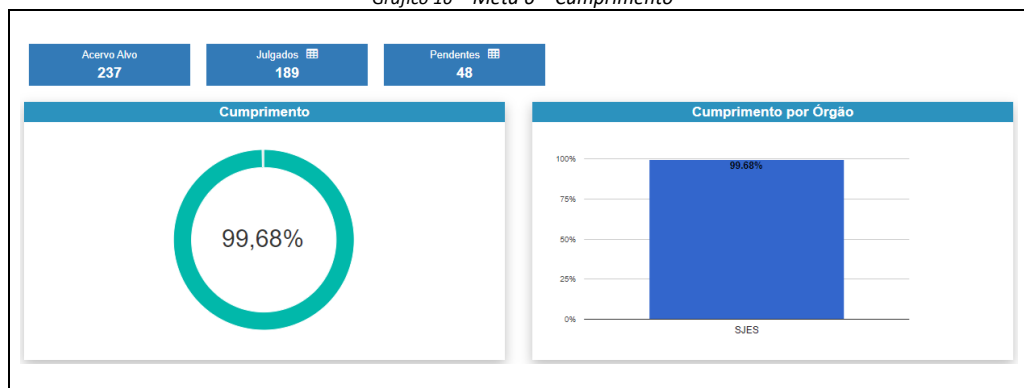
Gráfico 15 – Meta 5 – Total de baixados e total de casos novos por juízo



Fonte: Portal de Estatísticas do TRF2 - <https://portaldeestatisticas.trf2.gov.br/>

- **Meta 6: Identificar e julgar até 31/12/2021, 80% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2017.**

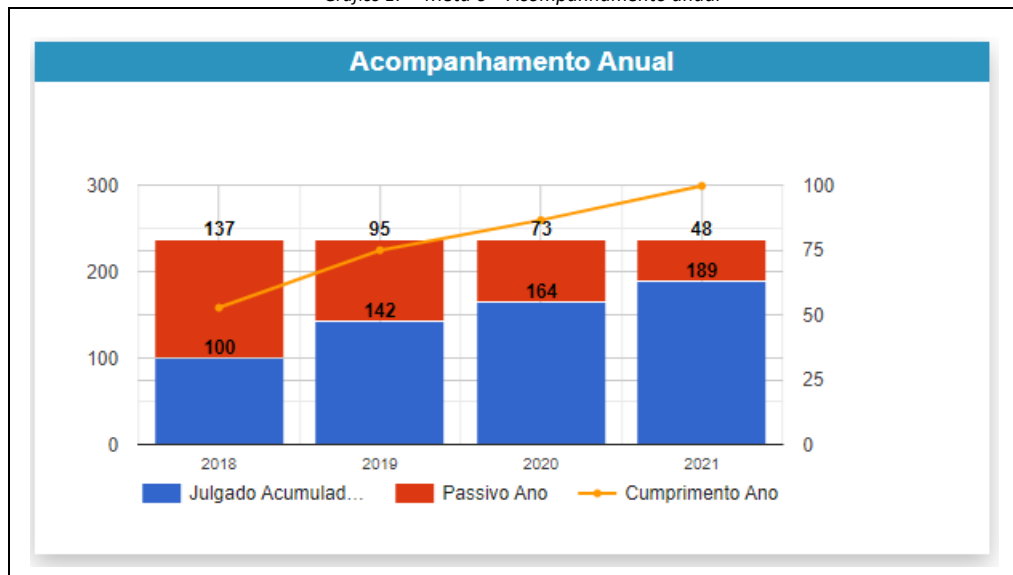
Gráfico 16 – Meta 6 – Cumprimento



Fonte: Portal de Estatísticas do TRF2 - <https://portaldeestatisticas.trf2.gov.br/>



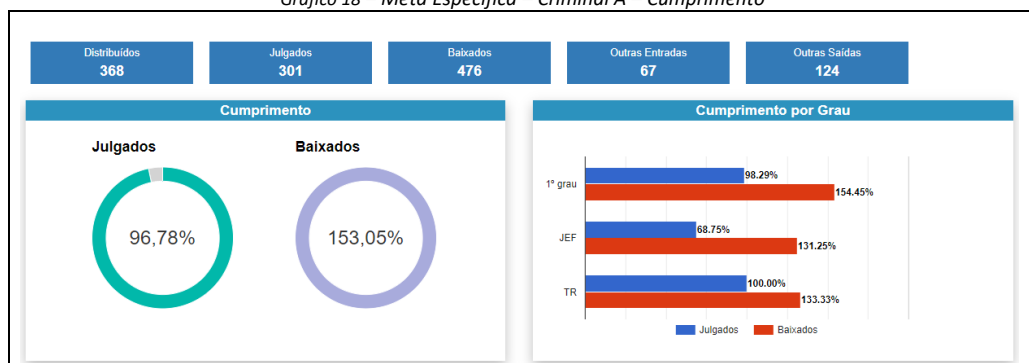
Gráfico 17 – Meta 6 – Acompanhamento anual



Fonte: Portal de Estatísticas do TRF2 - <https://portaldeestatisticas.trf2.gov.br/>

- **Meta Específica – Criminal A:** Baixar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente. Julgar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente.

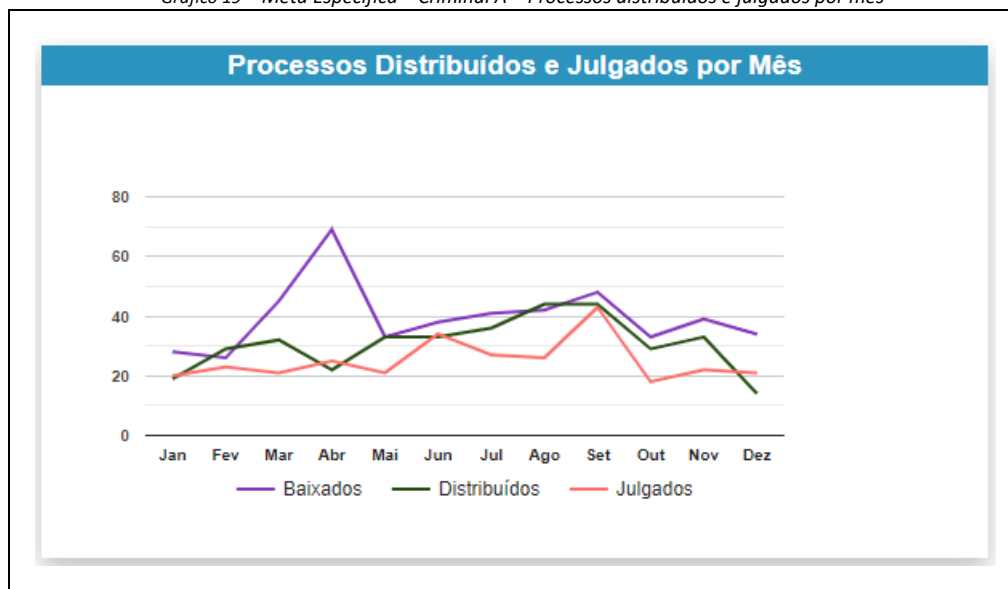
Gráfico 18 – Meta Específica – Criminal A – Cumprimento



Fonte: Portal de Estatísticas do TRF2 - <https://portaldeestatisticas.trf2.gov.br/>



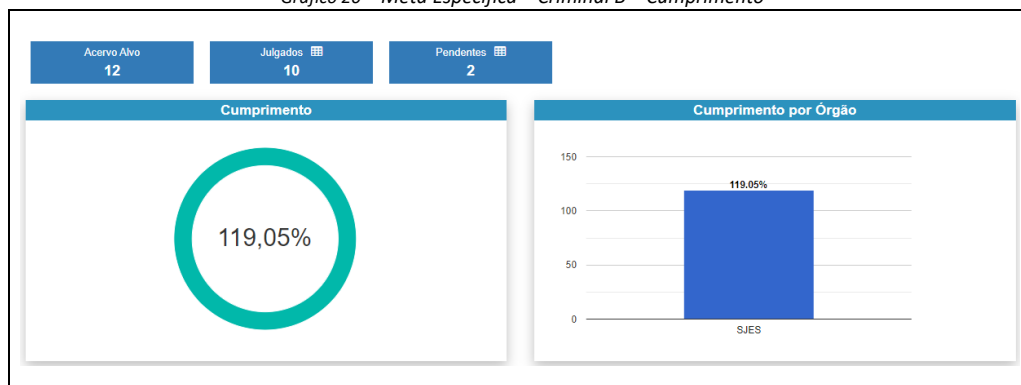
Gráfico 19 – Meta Específica – Criminal A – Processos distribuídos e julgados por mês



Fonte: Portal de Estatísticas do TRF2 - <https://portaldeestatisticas.trf2.gov.br/>

- **Meta Específica – Criminal B: Identificar e julgar até 31/12/2021, 70% das ações penais vinculadas aos crimes relacionados ao tráfico de pessoas, à exploração sexual e ao trabalho escravo, distribuídas até 31/12/2018.**

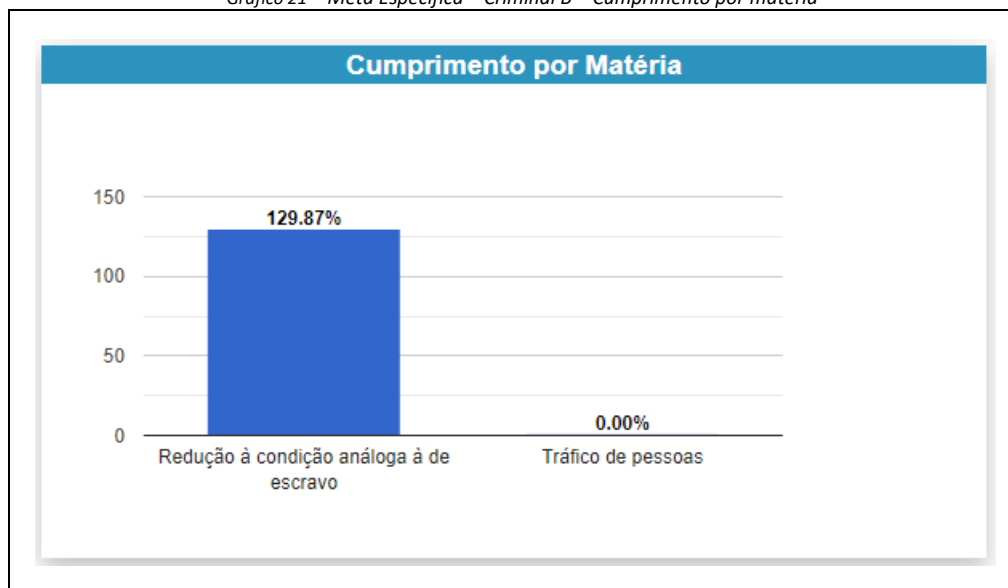
Gráfico 20 – Meta Específica – Criminal B – Cumprimento



Fonte: Portal de Estatísticas do TRF2 - <https://portaldeestatisticas.trf2.gov.br/>



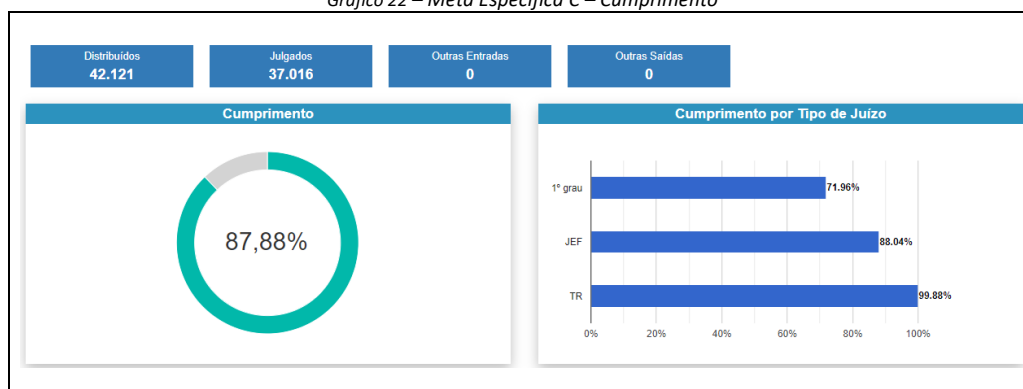
Gráfico 21 – Meta Específica – Criminal B – Cumprimento por matéria



Fonte: Portal de Estatísticas do TRF2 - <https://portaldeestatisticas.trf2.gov.br/>

- **Meta Específica C – Previdência e Assistência (meta específica do CJF):** Julgar mais ações previdenciárias e assistenciais do que as distribuídas no ano, incluindo o auxílio emergencial.

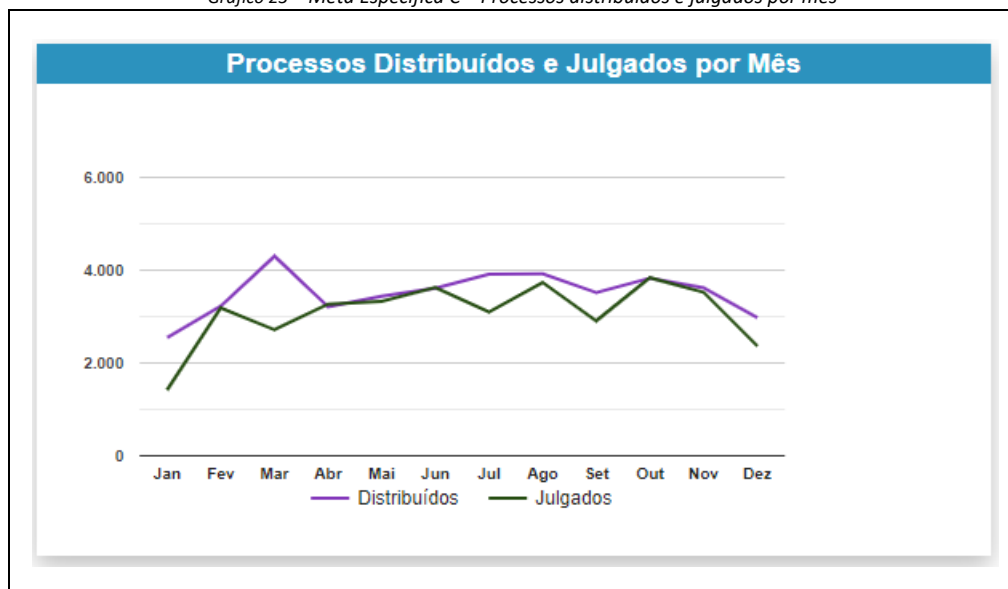
Gráfico 22 – Meta Específica C – Cumprimento



Fonte: Portal de Estatísticas do TRF2 - <https://portaldeestatisticas.trf2.gov.br/>



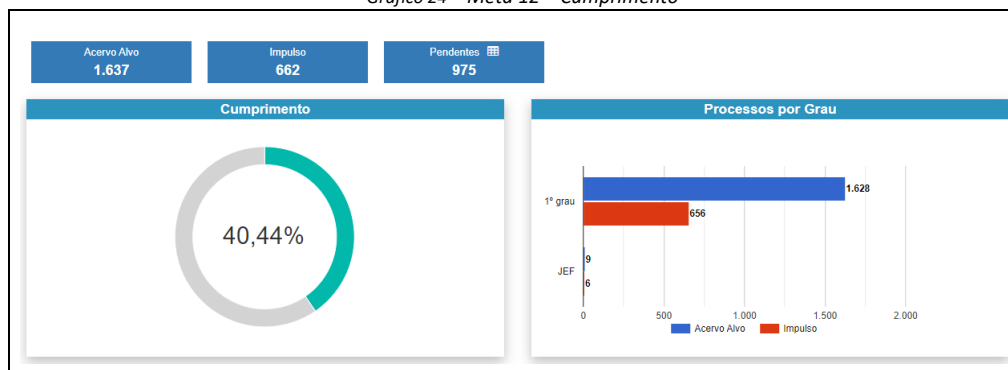
Gráfico 23 – Meta Específica C – Processos distribuídos e julgados por mês



Fonte: Portal de Estatísticas do TRF2 - <https://portaldeestatisticas.trf2.gov.br/>

- Meta 12: Identificar e impulsionar, até 31/12/2021, os processos que tenham por objeto matéria ambiental.

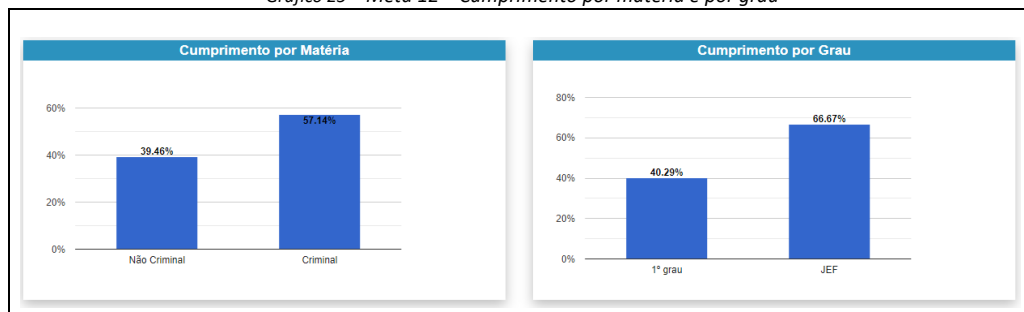
Gráfico 24 – Meta 12 – Cumprimento



Fonte: Portal de Estatísticas do TRF2 - <https://portaldeestatisticas.trf2.gov.br/>



Gráfico 25 – Meta 12 – Cumprimento por matéria e por grau



Fonte: Portal de Estatísticas do TRF2 - <https://portaldeestatisticas.trf2.gov.br/>

Os resultados alcançados revelam a dedicação da força de trabalho – magistrados, servidores, estagiários e terceirizados – que, conjugadas, são capazes de traçar o perfil da prestação jurisdicional como célere e de qualidade, objetivo precípuo da visão institucional.

3. Gestão Judiciária

3.1. Avaliação das Principais Ações Realizadas em 2021

O objetivo primordial do Núcleo de Apoio Judiciário (NAJ) é desenvolver ações que visem trazer celeridade, racionalização e eficácia aos trabalhos desenvolvidos pelas Varas, melhorar a prestação jurisdicional, fazendo com que as expectativas dos jurisdicionados, do público em geral e da própria SJES sejam alcançadas através da execução das atividades desenvolvidas diretamente pelo Núcleo e/ou através de suas Seções vinculadas.

O atendimento presencial do Núcleo ocorreu de forma híbrida de janeiro a março de 2021, e novamente a partir de agosto do mesmo ano. As ferramentas tecnológicas disponibilizadas para atendimento remoto foram mantidas e facilitaram demasiadamente a comunicação com os jurisdicionados e o recebimento de documentos e de informações como, por exemplo, do público externo para a atermção online de suas petições iniciais, tornando, assim, mais ágil a prestação jurisdicional.

3.2. Atendimento ao Jurisdicionado

A Seção de Atermção e Atendimento ao Público (SESAP) tem por incumbência receber os cidadãos que buscam na Justiça Federal solução para diversas demandas. Esta seção permite o acesso aos Juizados Especiais Federais, atermando petições iniciais e realizando o protocolo eletrônico dessas e de seus anexos, além de prestar informações referentes à abertura de processos e encaminhar aos cidadãos a outros órgãos ou entidades quando as problemáticas apresentadas não forem de competência da Justiça Federal.

A SESAP iniciou o ano de 2021 como já vinha desempenhando no final do ano de 2020, ou seja, priorizando o atendimento a distância, como medida de prevenção ao contágio pelo Coronavírus (COVID-19), mas realizando presencialmente as atermações que fossem inviáveis de serem feitas remotamente.

Em 18 de março de 2021, por determinação da Portaria JFES-POR-2021/00014, a SESAP suspendeu novamente o atendimento presencial, o qual passou a ser feito de forma 100% remota.



A partir de 2 de agosto de 2021, por força da Resolução TRF2-RSP-2021/00057, foi restabelecido o trabalho presencial, quando o setor passou a atender de maneira híbrida - presencialmente e remotamente - havendo revezamento entre os servidores e estagiários lotados na Seção.

O setor recebe solicitações de abertura de processo de maneira presencial em seu balcão de atendimento, e também de forma remota, pelos usuários que as cadastram pela internet. Também chegam demandas por e-mail, ligações telefônicas e pelo atendimento por *chatbot*, sendo que essa ferramenta tecnológica apresentou mais de 30.000 (trinta mil) respostas automáticas às dúvidas apresentadas pelos jurisdicionados no período de janeiro/2021 a dezembro/2021.

Para o protocolo eletrônico das petições iniciais atermadas remotamente em 2021, a SESAP, como medida de segurança, realiza videochamadas por *Whatsapp* para confirmar a identificação dos jurisdicionados que objetivavam realizar abertura de suas ações, procedendo conforme autorizado pela Presidência do Tribunal Regional Federal da 2ª Região no Despacho nº TRF2-DES-2020/21129.

No ano de 2021, a SESAP realizou 3.498 (três mil, quatrocentos e noventa e oito) atendimentos a cidadãos, sendo que desses atendimentos foram elaboradas 1.158 (mil, cento e cinquenta e oito) petições iniciais, ajuizadas eletronicamente e distribuídas aos Juizados Especiais Federais da SJES.

3.3. Sistema Judicial Eletrônico (e-Proc)

Em 2021 deu-se continuidade ao trabalho das Varas federais da SJES com o processo eletrônico no sistema processual e-Proc e a migração do sistema Apolo para o e-Proc, tendo sido migrados todos os processos eletrônicos ativos.

Para melhor adequar o atendimento e suporte ao usuário, em 2021 as duas seções Seção de Suporte – Suporte ao Usuário Externo (SESEN) e a Seção de Suporte ao Usuário Interno (SESIN) trabalharam alinhadas para o atendimento ao público junto ao sistema processual e-Proc.

A SESEN prestando atendimento/suporte aos usuários externos do sistema processual e-Proc da SJES, de forma presencial ou remota. De forma remota tendo os seguintes canais de atendimento: Sistema de Abertura de Chamados – total de 4.748 atendimentos, telefone – uma média de 3.179 atendimentos, mensagens via whatsapp – uma média de 438 atendimentos, e-mail – foram respondidas cerca de 391 mensagens, FALE CONOSCO – 273 mensagens respondidas, GLPI – 141 registros e Chatbot – cerca de 7.360 atendimentos. Foram atendidas de forma presencial cerca de 82 pessoas.

A SESEN foi responsável também pela digitalização de processos no ano de 2021, digitalizando cerca de 77 processos. A Seção, também, realiza, conjuntamente com a SESIN, homologação para implantação de novas versões do sistema e-Proc. Durante o ano de 2021 foram implantadas as versões 8.1 a 8.17. A SESEN participa, ainda, de reuniões que envolvem a área de negócios do sistema e-Proc.

Já a SESIN presta atendimento/suporte ao sistema processual e-Proc, primordialmente aos servidores da SJES, por meio de atendimento dos chamados abertos no sistema GLPI, bem como demandas por telefone e whatsapp. Durante o ano de 2021 foram realizados 228 atendimentos via telefone, e 250 por whatsapp.

A SESIN também é responsável pelo cadastro de novos processos recebidos em por declínio de competência no âmbito da Seção Judiciária de Vitória, bem como pela distribuição e redistribuição de processos no sistema APOLO.



Durante o ano de 2021 foram distribuídos e redistribuídos, nos sistemas APOLO e no e-Proc um total de 319 processos. Cabe esclarecer que em agosto de 2021 foi terminada a fase de migração de processos ativos do APOLO.

A Seção participou da configuração do Núcleo 4.0 especializado em Saúde Pública, com abrangência em toda a Seção Judiciária do Espírito Santo, nos termos da Resolução nº TRF2-RSP-2021/00035.

3.4. Arquivo

A Seção de Arquivo e Depósito Judicial - SEARD apresenta informações das principais atividades/demandas realizadas, ou soluções possíveis para os problemas enfrentados, nada obstante o trabalho presencial haver sido retomado em agosto de 2021. Nesse período, foram desarquivados 650 processos. Além desses, para atender necessidades de usuários com urgência/emergência, 101 processos foram desarquivados, digitalizados e indexados na área compartilhada “H”, que fica à disposição das Juízas Federais Pertinentes.

A coleta de processos para o arquivo iniciou-se a partir das duas (2) Varas Federais Criminais, sendo então recebidos e analisados 276 processos.

Em relação ao Depósito Judicial – de ordem dos Juízes Federais Criminais, a movimentação de materiais apreendidos e por termos lavrados para descarte/doação/entrega à parte ou outro – contemplou a baixa de 2.338 itens, entre documentos/bens.

As emissões/liberações de certidões negativas não emitidas automaticamente pelo sistema somaram 232.971, representando um aumento percentual de, aproximadamente, 9,73% em relação a 2020, que finalizou o exercício com a emissão de 212.329 certidões negativas.

3.5. Principais Convênios Vigentes em 31/12/2021

Quanto à formalização e atualização de convênios para prestação de Penas Alternativas, previstos no Provimento nº TRF2-PVC-2018/00011 e na Norma Interna nº NI-1-03, houve grande esforço em atualizar os cadastros ainda pendentes.

Em 2021, em função da Pandemia, devido à suspensão da prestação de pena alternativa, a Seção de Protocolo, Assistência Judiciária Gratuita e Convênios (SEPAC) manteve a manutenção dos convênios existentes, num total de 92 convênios. Haviam, no exercício de 2021, 28 requerimentos em análise. 15 (quinze) foram finalizados, 12 (doze) permanecem em tramitação e 1 (um) foi indeferido. O ano se iniciou com a gestão de 93 convênios de Prestação de Penas Alternativas e, ao final do exercício, este número passou para 92 convênios, tendo sido 16 convênios inativados ou extintos. Segue a relação de convênios por municípios:

1- Alfredo Chaves

1.1- ASSOCIAÇÃO PESTALOZZI DE ALFREDO CHAVES

2- Baixo Guandu

2.1- APAE DE BAIXO GUANDU

3- Bom Jesus do Norte

3.1- ASSOCIAÇÃO LAR DOS IDOSOS PADRE GABRIEL

4- Cachoeiro de Itapemirim

4.1- APAE DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM

4.2- ASILO JOÃO XXIII



- 4.3- CÁRITAS DIOCESANA DA DIOCESE DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM
- 4.4- GRUPO ESCOTEIRO BADEN-POWELL
- 4.5- INSPETORIA NOSSA SENHORA DA PENHA (VILL'AGINDO PARA SER FELIZ)
- 4.6- LAR NINA ARUEIRA
- 4.7- PROGRAMA DE PROMOÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL - CASA VERDE
- 4.8- PRÓ-VITAE INSTITUTO SUL CAPIXABA DE ATENÇÃO À SAÚDE E À ASSISTENCIA SOCIAL
- 4.9- ROCHATIVA - ASSOCIAÇÃO DE ATIVIDADES SOCIAIS DO SETOR DE ROCHAS ORNAMENTAIS DO ES
- 4.10- SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM

5- Cariacica

- 5.1- ABRIGO À VELHICE DESAMPARADA AUTA LOUREIRO MACHADO - AVEDALMA
- 5.2- APAE DE CARIACICA
- 5.3- ASSOCIAÇÃO AMOR E VIDA
- 5.4- ASSOCIAÇÃO MENSAGEIROS DA BOA NOVA
- 5.5- ASSOCIAÇÃO SEMEART
- 5.6- CASA DE APOIO CAMPO GRANDE
- 5.7- CASA DE MENORES DE CAMPINAS - PROJETO MONTANHA DA ESPERANÇA
- 5.8- FUNDAÇÃO FÉ E ALEGRIA DO BRASIL – FILIAL CARIACICA
- 5.9- Instituição Adventista de Educação e Assistência Social Este Brasileira
- 5.10- NÚCLEO SOCIAL ROGER FERNANDES RODRIGUES
- 5.11- OBRA SOCIAL CRISTO REI
- 5.12- OBRA SOCIAL GABRIEL DELANNE

6- Castelo

- 6.1- APAE DE CASTELO
- 6.2- ASSOCIAÇÃO DAS CRIANÇAS DE CASTELO - ACRIC
- 6.3- ASSOCIAÇÃO DE APOIO À PESSOA COM CÂNCER DE CASTELO
- 6.4- ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES ARACUÍ -AMA
- 6.5- CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL NOSSA SENHORA DA PENHA
- 6.6- ESCOLA MUNICIPAL FREI JUAN ECHÁVARRI ASIAN
- 6.7- INSTITUIÇÃO DE LONGA PERMANÊNCIA PARA IDOSOS VIVA FELIZ ANTÔNIO SÉRGIO DE TASSIS
- 6.8- SANTA CASA DE MISERICORDIA DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM - FILIAL CASTELO

7- Colatina

- 7.1- APAE DE COLATINA
- 7.2- CASA DO VOVÔ SIMEÃO
- 7.3- LAR IRMÃ SHEILA

8- Ecoporanga

- 8.1- ASSOCIAÇÃO PESTALOZZI DE ECOPORANGA

9- Governador Lindenberg

- 9.1- APAE – GOVERNADOR LINDENBERG

10- Guarapari

- 10.1- ASSOCIAÇÃO BOM DE BOLA, CRAQUE NA ESCOLA, COM DEUS NO CORAÇÃO
- 10.2- ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE DE GUARAPARI
- 10.3- ASSOCIAÇÃO SALVAMAR DE ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE

11- Itaguaçu

- 11.1- ASSOCIAÇÃO PESTALOZZI DE ITAGUAÇU

12- Jaguaré

- 12.1- ASSOCIAÇÃO PESTALOZZI DE JAGUARÉ

13- João Neiva

- 13.1- ASSOCIAÇÃO PESTALOZZI DE JOÃO NEIVA

14- Linhares

- 14.1- ASILO DOS VELHOS E CASA DOS CEGOS DE LINHARES - LAR DA FRATERNIDADE
- 14.2- ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES DE LINHARES



- 15- Marataízes**
15.1- ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE MARATAÍZES - APAE MARATAÍZES
- 16- Mimoso do Sul**
16.1- ASSOCIAÇÃO PESTALOZZI DE MIMOSO DO SUL
16.2- HOSPITAL APÓSTOLO PEDRO
- 17- Muqui**
17.1- ASSOCIAÇÃO ABRIGO PARA IDOSOS DE MUQUI - LAR FREI PEDRO
- 18- Nova Venécia**
18.1- CASA DO VOVÔ AUGUSTINHO BATISTA VELOSO
- 19- Pinheiros**
19.1- CONSELHO PINHEIRENSE DO BEM ESTAR DO MENOR - COPBEM
- 20- São Gabriel da Palha**
20.1- ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE SÃO GABRIEL DA PALHA
20.2- CENTRO SOCIAL DE RECUPERAÇÃO E BENEFICÊNCIA SÃO GABRIEL
- 21- São Mateus**
21.1- APAE DE SÃO MATEUS
21.2- ASSOCIAÇÃO DE MORADORES NOVA ESPERANÇA
21.3- ASSOCIAÇÃO VIPA - VOLUNTÁRIOS INDEPENDENTES PELO AMIGO
21.4- CÁRITAS DIOCESANA DE SÃO MATEUS
21.5- SOCIEDADE SANTA RITA DE CÁSSIA - LAR DOS VELHINHOS
- 22- Serra**
22.1- ABRIGO DE IDOSOS ABEL LINO PORTELA
22.2- APAE DA SERRA
22.3- ASSOCIAÇÃO BANCO REGIONAL AMBIENTAL SOLIDÁRIO - ABRASOL
22.4- ASSOCIAÇÃO LAR DA TERCEIRA IDADE PROFESSOR COELHO SAMPAIO
22.5- ASSOCIAÇÃO LAR SEMENTE TO AMOR
22.6- ASSOCIAÇÃO PESTALOZZI DA SERRA
22.7- LAR BATISTA ALBERTINE MEADOR
22.8- OBRA SOCIAL ITAKA ESCOLAPIOS
22.9- REDE DE ATENDIMENTO INTEGRADO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE - AICA
22.10- SOCIEDADE BRASILEIRA DE CULTURA POPULAR – SBCP
- 23- Venda Nova do Imigrante**
23.1- APAE DE VENDA NOVA DO IMIGRANTE
- 24- Viana**
24.1- ASSOCIAÇÃO E COMUNIDADE TERAPÊUTICA MIGUEL ARCANJO - AMAR
- 25- Vila Pavão**
25.1- ASSOCIAÇÃO PESTALOZZI DE VILA PAVÃO
- 26- Vila Valério**
26.1- APAE VILA VALÉRIO
- 27- Vila Velha**
27.1- APAE DE VILA VELHA
27.2- ASSOCIAÇÃO DE APOIO E ORIENTAÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE DA GRANDE COBILÂNDIA
27.3- ASSOCIAÇÃO DE PREVENÇÃO E ASSISTÊNCIA AOS DEPENDENTES DE DROGAS - APADD
27.4- ASSOCIAÇÃO DE PROMOÇÃO HUMANA ORAÇÃO
27.5- ASSOCIAÇÃO EVANGÉLICA BENEFICENTE ESPÍRITO-SANTENSE - AEBES
27.6- INSTITUTO SOCIAL ESPERANÇA - ISE
27.7- LAR FREI AURÉLIO STULZER
27.8- UNIÃO DOS CEGOS D. PEDRO II – UNICEP
- 28- Vitória**
28.1- APAE DE VITÓRIA
28.2- ASSOCIAÇÃO ALBERGUE MARTIM LUTERO



- 28.3- ASSOCIAÇÃO CAPIXABA CONTRA O CÂNCER INFANTIL - ACACCI
- 28.4- ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS AUTISTAS DO ESPIRITO SANTO – AMAES
- 28.5- CÁRITAS BRASILEIRA REGIONAL ESPIRITO SANTO
- 28.6- FUNDAÇÃO FÉ E ALEGRIA DO BRASIL – FILIAL VITORIA
- 28.7- INSTITUIÇÃO ADVENTISTA DE EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL ESTE BRASILEIRA
- 28.8- INSTITUTO GÊNESIS – IG
- 28.9- INSTITUTO LUIZ BRAILLE DO ESPIRITO SANTO - ILBES
- 28.10- OBRA SOCIAL NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS
- 28.11- SOCIEDADE DE ASSISTÊNCIA À VELHICE DESAMPARADA – ASILO DOS VELHOS

Destaca-se que todas as Seções ligadas ao NAJ trabalharam em 2021 utilizando e/ou dando suporte tanto ao sistema processual e-Proc quanto ao demais sistemas utilizados, listados abaixo:

- INCREVE FÁCIL
- CRC-JUD
- SISTEMA SAT-CENTRAL
- NAT-JUS ESTADAUL
- E-NATJUS CNJ
- BNMP 2.0
- ALVARÁ DE SOLTURA ELETRÔNICO
- CONVÊNIOS PARA PRESTAÇÃO DE PENAS ALTERNATIVAS
- SISBAJUD
- JUNTA COMERCIAL
- NÚCLEOS DE PRÁTICA JURÍDICA
- BANCO DO BARSIL – SISTEMA DE DEPÓSITO JUDICIAL
- CEF – COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA
- CNCAICI – IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA E INELEGIBILIDADE
- CNIB
- PLENUS
- EMEGEA
- JUNTA COMERCIAL
- INFOPEN – SEJUS
- JUNTA COMERCIAL
- PORTAL JUDICIAL DA CAIXA
- RENAJUD
- SEEU
- INFOJUD
- SINESP – INFOSEG
- MALOTE DIGITAL
- PORTAL JUDICIAL DA CAIXA
- SERASAJUD
- SNIC – POLÍCIA FEDERAL
- SISTEMA NACIONAL DE BENS APREENDIDOS
- SISTEMA NACIONAL DE CONTROLE DE INTERCEPTAÇÕES
- E-CAC / PGFN
- AJG
- PENHORA “ONLINE” – ARISP
- ROL DE CULPADOS
- SISTEMA e-STJ



- TRE-INFODIP
- TRE-SIEL

4. Gestão de Pessoas

4.1. Avaliação das Principais Ações Realizadas em 2021

Visando à melhoria do desempenho funcional, o aumento da qualidade e da capacidade laborativa, foram realizadas ações na área de gestão de pessoas e no campo da saúde ocupacional, dentre as quais destacam-se:

- **Assistência à Saúde:** Esta ação tem por finalidade assegurar a saúde física e mental dos magistrados, servidores e seus dependentes que não estejam cadastrados no plano de saúde conveniado com a Justiça Federal. O Auxílio Saúde, instituído em 2008, tem caráter indenizatório, por meio de ressarcimento parcial de despesas com planos privados de saúde, de livre escolha e de responsabilidade do beneficiário. Em 2021, assim como os demais setores, o serviço médico atendeu majoritariamente por videoconferência.
- **Programa de Apoio à Psiquiatria e Psicológica:** Dentro dos serviços voltados à área de Psicologia se encontra o Programa de Apoio à Psiquiatria e Psicologia (PAPSI), que visa complementar a prestação de assistência à saúde dos servidores, possibilitando um tratamento adequado às suas necessidades mediante uma rede qualificada de profissionais e o reembolso parcial das despesas. Nesta Seccional, o Programa foi iniciado em 2005, porém não está recebendo novas inscrições devido à restrição orçamentária. Durante o ano de 2021, além do atendimento prestado pelos profissionais credenciados, o atendimento interno se deu por meio remoto e presencial.
- **Serviço Odontológico:** As atividades presenciais de promoção e preservação da saúde bucal em magistrados, servidores, inativos e pensionistas, por meio do Serviço Odontológico da Seção de Serviços de Saúde retornaram em junho de 2021.
- **Campanha de vacinação contra a gripe:** Em junho de 2021, a SERSAU, em parceria com outros setores, liderou a Campanha de Imunização contra a Gripe de Vírus Influenza H1N1 e Sazonal. Imunizante, bem como sua aplicação, foi contratada via processo de licitação. A cobertura vacinal abrangeu magistrados, servidores, dependentes, terceirizados e estagiários, sendo o total de 500 (quinhentos) participantes.
- **Campanha de doação de sangue:** Em outubro, a SERSAU, em parceria com o HEMOES, realizou a Campanha de Doação de Sangue. Ao todo, participaram 28 (vinte e oito) doadores.

4.2. Quadro de Vagas

O Quadro de Pessoal da SJES é composto por 538 cargos efetivos, existindo 34 vagas (30 vagas decorrentes de aposentadoria, 1 de exoneração e 3 de posse em outro cargo inacumulável) e nenhum cargo pendente de posse. Existem 23 cargos em comissão (CJ) e 314 funções comissionadas (FC), ocupados da seguinte forma:

- 23 Cargos em Comissão ocupados, sendo 19 (82,6%) por servidores do Quadro; 3 (13,0%) por servidores de outros órgãos (SJRI) e 1 (4,4%) por servidor sem vínculo com cargo efetivo;



- 314 Funções Comissionadas ocupadas, sendo 283 (90,1%) por servidores do Quadro e 29 (9,2%) por servidores de outros órgãos (inclusive TRF2 e SJRJ). Há 2 (0,7%) funções vagas.

4.3. Força de Trabalho

A Força de Trabalho da SJES conta com 38 magistrados e 522 servidores, sendo 466 servidores do Quadro; 55 servidores de outros órgãos (inclusive TRF2 e SJRJ) e 1 servidor ocupante exclusivamente de cargo em comissão.

O quadro de aposentados e pensionistas conta com 130 aposentados e 13 instituidores de pensão, com 18 pensionistas. A Seccional possui, ainda, 38 servidores cedidos (considerando-se cessão, remoção e exercício provisório), sendo 11 para o TRF2, 2 para SJRJ e 25 para outros órgãos, e 55 servidores requisitados (considerando-se cessão, remoção e exercício provisório), sendo 11 do TRF2, 15 da SJRJ e 29 de outros Órgãos.

O quadro abaixo apresenta a distribuição espacial da força de trabalho da SJES entre a Sede e as Subseções:

Tabela 3 – Força de Trabalho por Área de Jurisdição

Subseções	Nº de Magistrados	Nº de Servidores
Vitoria (Sede)	26	408
Cachoeiro de Itapemirim	06	47
Colatina	01	19
São Mateus	01	17
Linhares	02	17
Serra	02	14
Total	38	522

Fonte: SEPLO – Seção de Provimento e Lotação

4.4. Capacitação

Em que pese a Estratégia da Justiça Federal no sentido de proporcionar adequada capacitação a seus servidores e Magistrados, assim como em 2020, não foi possível executar o orçamento previsto em função da pandemia que atingiu o país e inviabilizou a realização de várias ações de capacitação internas, bem como, em especial, a participação de servidores e magistrados em cursos externos.

Ainda assim, foram desenvolvidas 14 ações de capacitação no ano de 2021, on-line e em formatos telepresencial ou híbrido, abrangendo as áreas administrativa, comportamental, gerencial e jurídica, com a participação



de 198 servidores, perfazendo um total de 5.015 horas de treinamento. Dos 166 servidores com cargos de gestão da SJES, 127 participaram dos cursos desenvolvidos em 2021, num total de 76,506% de gestores capacitados.

Tabela 4 – Resumo das capacitações realizadas

Servidores treinados (cursos presenciais, semi e à distância)	QUANT.
Treinados 1 vez	157
Treinados mais de 1 vez	41
Horas de treinamento	5015

Gerentes treinados	QUANT.
Número de gerentes	166
Gerentes capacitados	127

Área de conhecimento	QUANT.
Administrativa	5
Comportamental	1
Gerencial	6
Jurídica	2
Tecnológica	0
TOTAL GERAL	14

Fonte: SEDPE – Seção de Desenvolvimento de Pessoas e Estágio

Como forma de contribuir com as medidas preparatórias e ações iniciais para adequação às disposições contidas na Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD), em vigor desde o dia 18 de setembro de 2020, e, no âmbito da 2ª Região, ao Plano de Ação Institucional, aprovado pela Presidência do TRF2 por meio do despacho TRF2-DES-2021/03755, o curso Lei Geral de Proteção de Dados na Prática ocorreu entre os meses de agosto e outubro, com 40 horas de duração.

A nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos entrou em vigor em 1º de abril de 2021. Por conseguinte, o curso “Lei 14.133/2021: A Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos” foi realizado com o objetivo de proporcionar aos gestores e servidores conhecimentos específicos sobre a nova Lei de Licitações e Contratos Públicos e os impactos da referida lei nos procedimentos licitatórios e posterior gestão contratual. O curso teve a participação de 34 servidores, com a carga horária de 24 horas.

Atendendo à Política de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Moral, Sexual e Discriminação no âmbito do Poder Judiciário instituída pela Resolução nº 351, de 28 de outubro de 2020, do CNJ também ao art. 5º da resolução, que propõe a prevenção e enfrentamento ao assédio na base da gestão e organização do trabalho, duas ações de capacitação foram desenvolvidas em 2021: os cursos “Escuta Humanizada para atendimento a queixas de assédio e discriminação no ambiente de trabalho” e “Assédio Moral no Ambiente de Trabalho: conceitos, reflexões e estratégias gerenciais para enfrentamento e prevenção”, este com 2 turmas de 15 horas cada e participação de 51 gestores no total. Os programas foram elaborados de forma a ampliar o conhecimento de servidores em geral e gestores sobre o



tema e promover a discussão sobre estratégias de gestão participativas e colaborativas, compatíveis com o desenvolvimento de ambientes de trabalho mais saudáveis e humanos.

O curso “Como Gerir Equipes Híbridas Sem Fadiga Mental” foi realizado em duas turmas, com a participação de 56 gestores, promovendo a reflexão sobre os impactos da pandemia sobre a rotina das equipes de trabalho. Ainda na área gerencial, o curso “Fundamentos da Gestão de Pessoas - Aperfeiçoamento e Formação de Novos Gestores”, com carga horária de 15 horas, teve como objetivo capacitar tanto substitutos eventuais quanto gestores com interesse em adquirir ou aprimorar conhecimentos relacionados aos conceitos fundamentais da área de gestão.

Na área jurídica, duas ações de capacitação foram realizadas. O curso “Ações Possessórias”, com carga horária de 35 horas, teve a participação de 15 alunos, entre os meses de outubro e novembro. Com carga horária de 20 horas, o curso “Sentença Cível” tencionou aperfeiçoar aspectos técnico-jurídicos e redacionais envolvidos na elaboração de decisões judiciais, tendo como principal referencial normativo o novo Código de Processo Civil (Lei nº 13.105/15).

No mês de dezembro, ocorreu o “Curso de Formação Continuada dos Agentes de Segurança Judiciária”, no qual 29 agentes foram capacitados atendendo ao programa anual de reciclagem requerido para o desempenho de suas funções.

5. Gestão de Infraestrutura

5.1. Avaliação das Principais Ações Realizadas em 2021

Com base em plano de eficiência energética elaborado em 2019, onde foram estudadas diversas alternativas, a equipe do Núcleo de Obras e Manutenção (NOM) elaborou os projetos para a ampliação da usina fotovoltaica de Vitória, que foi dividida em duas etapas por imposições de natureza orçamentária.

A primeira etapa da ampliação foi licitada e contratada com expressivo desconto no preço global estimado, a tempo de permitir a execução e liquidação integral no exercício. Ocorre que a empresa contratada, após considerável atraso para o início das obras, apresentou pedido de rescisão amigável, indeferido pela Direção do Foro e, em seguida, pedido de reequilíbrio econômico-financeiro, também indeferido na forma solicitada, o que inviabilizou o início das obras até o presente momento.

As demais contratações tiveram como eixo principal a segurança, podendo ser citados a substituição integral do guarda-corpo da escada do prédio da Subseção Judiciária de Cachoeiro de Itapemirim e a instalação de sistemas de ancoragem para trabalho em altura naquele prédio e no prédio anexo.

5.2. Obras e Reformas

Dentre as obras realizadas pelo NOM, em 2021, destacamos as seguintes:

5.2.1. Obras voltadas à Acessibilidade

Na medida em que, em 2020, os prédios da SJES atingiram um grau de adequação à NBR 9050 da ordem de 99%, em 2021 as intervenções voltadas à acessibilidade se limitaram a pequenas manutenções. A SJES investiu R\$ 5.000,00 em serviços voltados à acessibilidade oriundos da ação orçamentária Julgamento de Causas, na execução do serviço a seguir:

- Reforma nos balcões de atendimento das varas federais.



5.2.2. Obras e serviços voltados à Segurança

Atendendo a prioridades fixadas pelo Gabinete de Gestão e Inovação – GABIN, demandas urgentes e requisitos normativos, a SJES investiu R\$ 159.478,72 em obras e serviços voltados à segurança institucional e garantia da estabilidade de seus prédios oriundos da ação orçamentária Julgamento de Causas, conforme relação a seguir:

- Substituição de porta de vidro temperado no prédio de Cachoeiro;
- Substituição de calha na marquise frontal do prédio Sede;
- Complementação do sistema de detecção de fumaça do prédio de Cachoeiro;
- Adequação dos corrimãos e guarda-corpos da escada do prédio da Subseção Judiciária de Cachoeiro de Itapemirim;
- Aquisição de pódio detector de metais para a Subseção Judiciária de Cachoeiro de Itapemirim;
- Elaboração de projeto, instalação e recertificação de pontos de ancoragem nos prédios.

5.3. Sustentabilidade Ambiental

Da ação orçamentária Julgamento de Causas, foram investidos R\$ 81.461,88 na aquisição de aparelhos de ar condicionado mais eficientes para a sala dos racks do prédio Sede e pintura das telhas do prédio anexo, restando ainda saldo a liquidar de R\$ 48.500,00. Da ação orçamentária Modernização das Instalações da Justiça Federal, R\$ 345.575,67 foram investidos na contratação da ampliação da usina fotovoltaica do prédio Sede, cuja execução está em atraso por parte da contratada implicando na inscrição integral do valor em restos a pagar. A seguir a relação das contratações realizadas:

- Ampliação da usina fotovoltaica do edifício Sede – Etapa 1;
- Pintura das telhas do prédio anexo;
- Aquisição de novos equipamentos de ar condicionado para a sala dos racks do edifício Sede.

No que se refere à gestão de resíduos, a SJES adota observância ao Decreto Federal nº 5.940/2006, tendo implantado a Coleta Seletiva em 2012 e ainda em curso, por meio de convênio com a Prefeitura Municipal de Vitória. O material reciclável é recolhido semanalmente pelos caminhões da Coleta Seletiva de Vitória e encaminhado às associações de catadores conveniadas com a prefeitura, que são a Associação de Catadores de Materiais Recicláveis de Vitória (ASCAMARE), situada no Bairro República, e a Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis da Ilha de Vitória (AMARIV), localizada no Bairro Itararé. Estas associações separam, prensam e vendem o material para as indústrias de reciclagem.

Quanto ao desempenho dos indicadores de consumo de papel, água, energia, telefonia fixa e telefonia móvel, observa-se um pequeno aumento do consumo, com relação ao ano de 2020, devido à retomada gradual das atividades presenciais, conforme se vê nos gráficos abaixo:



Gráfico 26 – Indicadores de Consumo da SJES - Papel

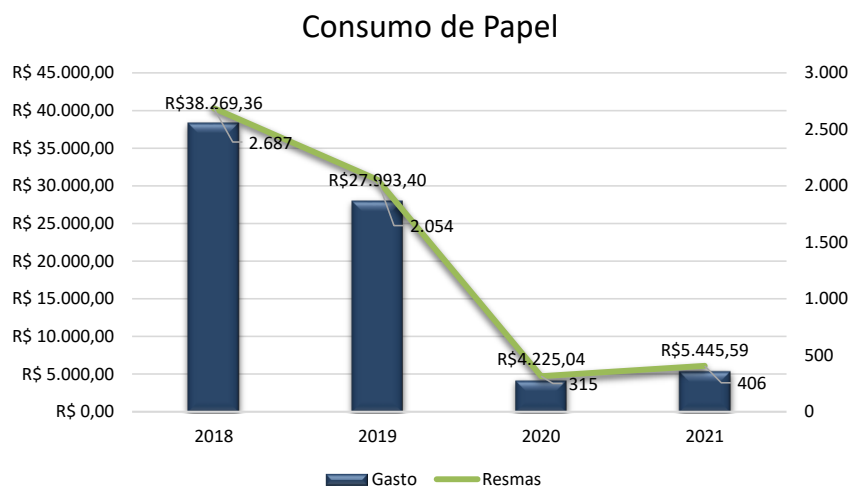


Gráfico 27 – Indicadores de Consumo da SJES - Água

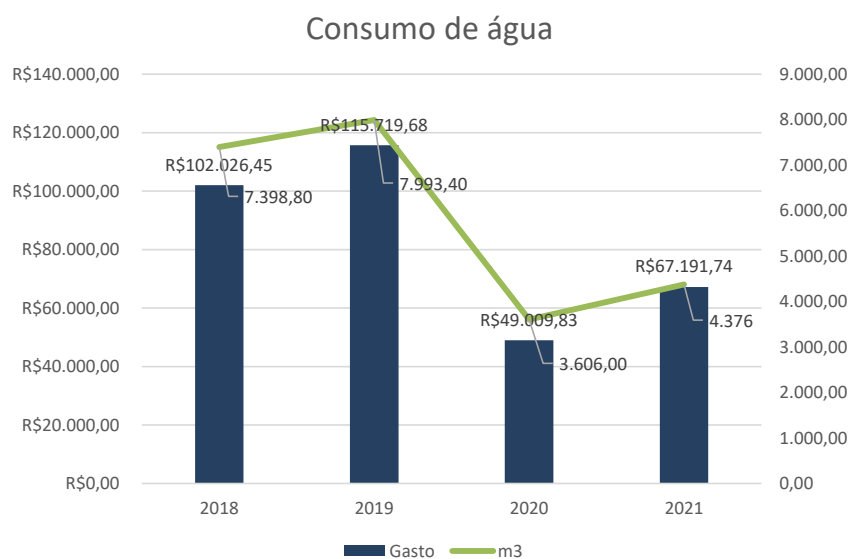
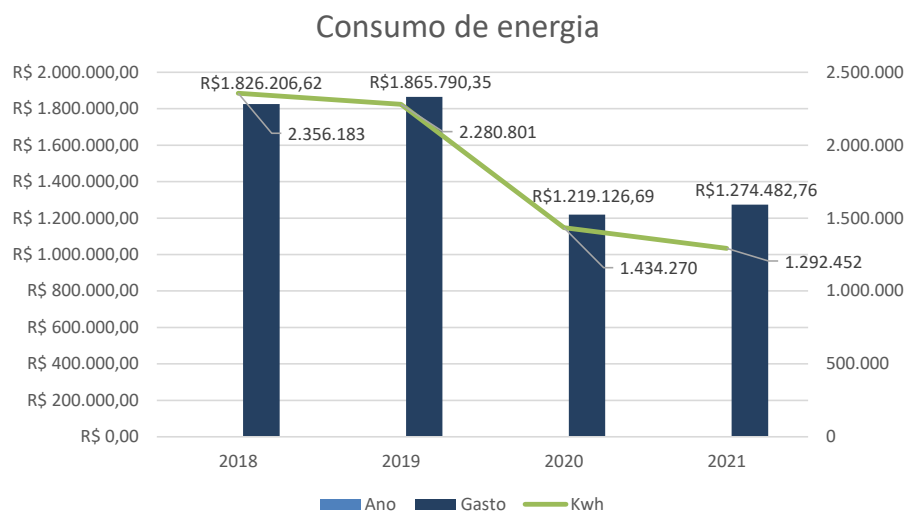
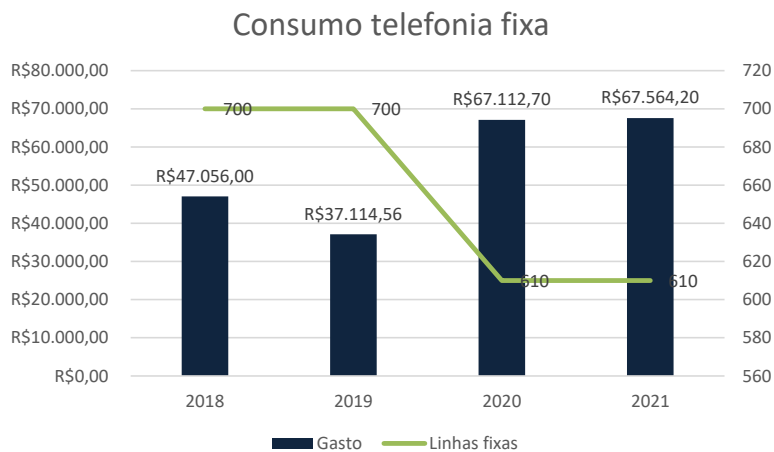


Gráfico 28 – Indicadores de Consumo da SJES – Energia Elétrica



Fonte: Sharepoint da SJES

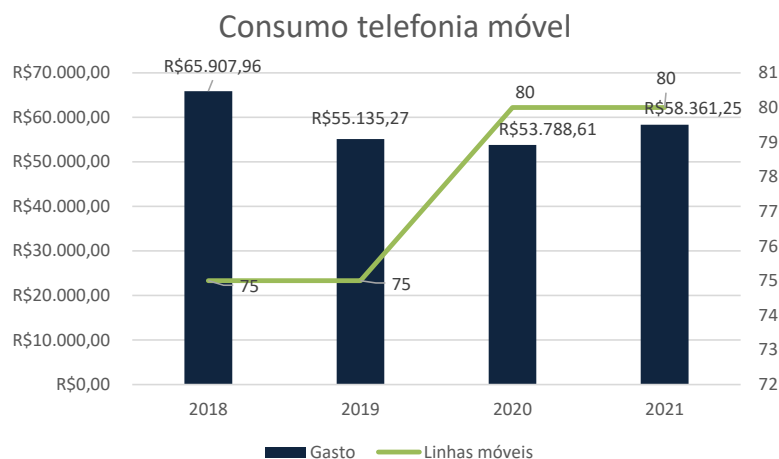
Gráfico 29 – Indicadores de Consumo da SJES – Telefonia fixa



Fonte: Sharepoint da SJES



Gráfico 30 – Indicadores de Consumo da SJES – Telefonia móvel



Fonte: Sharepoint da SJES

6. Gestão de Tecnologia da Informação

6.1. Avaliação das principais ações realizadas em 2021

A área de tecnologia da informação buscou garantir soluções tecnológicas efetivas e eficazes, suprimindo as necessidades de infraestrutura e de sistemas de informação de modo integrado entre os demais órgãos da Justiça Federal, de modo a reduzir a heterogeneidade e permitindo a interoperabilidade, garantindo a convergência tecnológica.

Cumpram-se, em continuidade ao cenário de 2020, as ações da área de tecnologia da informação, em 2021, foram desempenhadas num contexto de pandemia e isolamento social, tendo sido precedidas por toda uma adaptação dos recursos de software e infraestrutura para viabilização de exercício de atividade remota plena de todos os usuários da SJES.

Destacaram-se, no exercício de 2021, as seguintes atividades:

- Migração dos processos eletrônicos baixados do APOLO para o E-PROC, principalmente na parte de correção de erros de migração, em alinhamento com os órgãos responsáveis da STI da 2ª Região;
- Devido a ataques cibernéticos à órgãos públicos, foi demandada atividade, desempenhada por servidor do núcleo, quase que exclusiva ao monitoramento, observação e adoção de medidas protetivas ao ambiente digital da SJES;
- Criação do sistema de publicação do NatJus Estadual, em conformidade com a LGPD, para apoiar acordo de Cooperação Técnica celebrado entre a SJES e a Secretaria de Saúde do ES (Pareceres, Normas, Notas Técnicas, etc);



- A fim de implementar o comando contido no art. 10 da Portaria JFES-POR-2021/00037, bem como no Plano de Retomada, item 5 (audiências de custódia e audiências presenciais), foi desenvolvida aplicação para Agendamento de Audiências, observando os requisitos da Administração;
- Disponibilização do Balcão Virtual para oferecer aos cidadãos canal virtual de comunicação com as varas federais, mantendo assim a prestação jurisdicional;
- Criação do Sistema de Agendamentos (Primeiro Atendimento, Teleaudiências, Balcão Virtual e Perícias) na internet (área restrita);
- Replicação os serviços críticos de informática no novo datacenter de contingência em função da desocupação do prédio da Cidade Alta ocorrido no final de 2020;
- Alteração nos procedimentos de controle e inventário de bens de TI, desonerando a equipe técnica para o exercício de outras atividades críticas;
- Implantação de nova solução de filtragem de e-mail de forma a manter esse canal de comunicação livre de ameaças virtuais;
- Implantação de proxy de acesso aos sistemas administrativos e sites publicados na web, com solução de segurança e centralização de acesso;
- Criação da Nova Intranet com layout e recursos ampliados, oferecendo uma gama maior de serviços e melhorando a experiência do usuário com o serviço;
- Criação de Mural Eletrônico disponibilizado no acesso aos elevadores do térreo, possibilitando o envio de material publicitário (vídeos e imagens) institucionais para rápida divulgação;
- Revisão dos Artefatos de Contratação de Tecnologia da Informação – MCTI que, desde a publicação da Instrução Normativa nº1, de 04 de abril de 2019, da Secretaria de Governo Digital do Ministério da Economia (SGDME), em conformidade com a resolução CJF-RES-2013/00279, de 27 de dezembro de 2013, que dispõe sobre o "Modelo de Contratação de Solução de Tecnologia da Informação da Justiça Federal - MCTI-JF no âmbito do Conselho e da Justiça Federal de primeiro e segundo graus", necessitavam de atualização, em conformidade com o entendimento jurídico da SJES.

Por fim, cumulativamente às ações acima elencadas foram desempenhadas as funções de gestão de contratos de TI, especificações de contratações, desenhos de projetos, atendimento a usuários, atendimento a demandas administrativas, fiscalização técnica de entregáveis de TI decorrentes de contratações e implantação dos projetos/equipamentos adquiridos no exercício 2021.

7. Gestão Orçamentária e Financeira

8.1. Avaliação da Execução Orçamentária e Financeira

As atividades relativas ao Planejamento Orçamentário iniciaram com o provisionamento de crédito, em razão da aprovação da Lei Orçamentária do exercício de 2021 (Lei nº 14.116/2020).



Uma vez provisionado o crédito orçamentário, começa-se a fase de utilização do crédito com sua execução distribuída entre as despesas contratuais, despesas obrigatórias, despesas fixas necessárias à manutenção das atividades e outras despesas previstas por ocasião da elaboração da Proposta Orçamentária do exercício.

A partir do exercício de 2018, foi instituído nesta Seccional o Conselho de Governança Integrada, Participativa e Inovadora (CONGIP), através da Portaria JFES-POR-2018/00015, que prevê consulta às Subseções e ao público externo (através de consulta pública) para a apresentação de sugestões e reivindicações que, após análise da CONGIP, são incluídas na proposta orçamentária.

No exercício de 2021, assim como no ano anterior, gerenciar os recursos orçamentários e financeiros em um contexto de instabilidade trazida, ainda, pela indefinição da pandemia do Coronavírus se manteve desafiador.

Diante da expectativa acerca da retomada das atividades presenciais, foi necessário um rigoroso acompanhamento da programação orçamentária, mês a mês, mantendo sempre uma reserva de provisão na programação, para o caso de o retorno acontecer.

Para este controle funcionar, as bases contratuais foram ajustadas à realidade das demandas apresentadas. Consequentemente, a cada período prolongado da volta ao trabalho presencial, foi imprescindível controlar os valores economizados pelo trabalho remoto e destiná-los às novas aquisições/contratações.

Outro desafio apresentado com o cenário pós-retorno gradual da economia provocado pela pandemia, foi lidar com a variação constante de preços de peças e equipamentos, principalmente, de aquisições de TI. O aumento expressivo do dólar, da gasolina e a crise no mercado de mão de obra, gerou escassez de matéria prima no mercado e inflação acima do previsto. Com isto, os valores cotados e reservados na área orçamentária para atendimento de algumas contratações/aquisições foram constantemente atualizados, demandando um ajuste orçamentário.

Estas ações foram constantes ao longo do exercício, ocorrendo tanto à época de elaboração de créditos suplementares, quanto à época de elaboração da Proposta Orçamentária Anual. Nesses períodos, todos os setores foram consultados.

É importante registrar que, ao longo do ano, há também um acompanhamento da realização das despesas, atividade que se tornou de extrema importância, haja vista a promulgação da Emenda Constitucional nº 95/ 2016, que instituiu o teto de gastos no setor público. Com esse acompanhamento, é possível manter as despesas contratuais contínuas, que possuem grande impacto no orçamento estipulado para a Seccional em cada exercício.

As despesas contratuais de caráter continuado são sempre acompanhadas, mas esse acompanhamento é maior nos momentos de reajuste/repactuação para que os novos valores contratuais não excedam os limites orçamentários existentes.

A preocupação constante em executar o crédito orçamentário provisionado de forma integral no exercício, com empenho, liquidação e pagamento da despesa, tem nos permitido concluir os últimos exercícios com baixa inscrição em Restos a Pagar, com valores restritos às despesas contratuais referentes a 15 dias do mês de dezembro e algumas exceções, como acontece com licitações que ocorrem no final do exercício por motivos fora do controle da Seccional e não têm tempo hábil para pagamento das despesas.

De um modo geral, porém, as atividades foram desenvolvidas sem perda da produtividade e com o alcance dos resultados esperados. Isto pode ser observado, em alguns casos, pela superação das metas fixadas para o exercício.



Os resultados são notórios e perceptíveis, estando esta Seccional numa situação confortável no que diz respeito às suas despesas estarem contidas no limite proposto.

8.2. Orçamento 2021

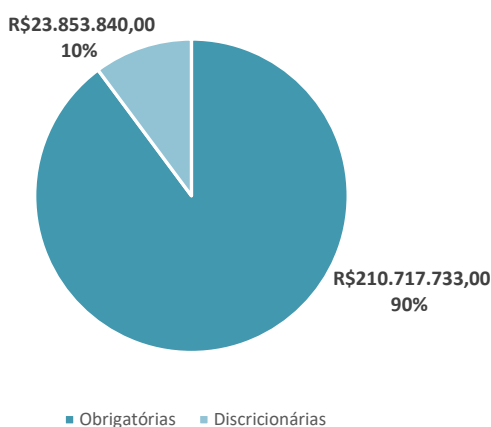
O orçamento aprovado para 2021 contemplou as seguintes despesas:

- Pagamento de pessoal, incluindo as despesas de exercícios anteriores;
- Pagamento de benefícios: auxílio alimentação, auxílio transporte, auxílio pré-escolar, assistência médica e auxílio natalidade e funeral;
- Aquisições de materiais de consumo e equipamentos, principalmente na área de TI;
- Manutenção e melhorias na estrutura física da SJES.

Cumpramos ressaltar que, do total do orçamento provisionado, 90% destinam-se a atender às despesas obrigatórias, tais como Pessoal e Encargos Sociais, Benefícios Assistenciais e Assistência Judiciária Gratuita, restando aproximadamente 10% para as despesas discricionárias.

A provisão recebida no exercício foi de R\$ 234.571.573. Houve o pagamento de R\$ 227.748.203,00 representando cerca de 97% (noventa e sete por cento) do total da dotação, tendo sido inscritos em restos a pagar para 2022 o valor de R\$ 2.608.488,00.

Gráfico 31 – Despesas Obrigatórias e Discricionárias da SJES – Ano 2021



Fonte: Tesouro Gerencial

Despesas Obrigatórias da SJES – Ano 2021

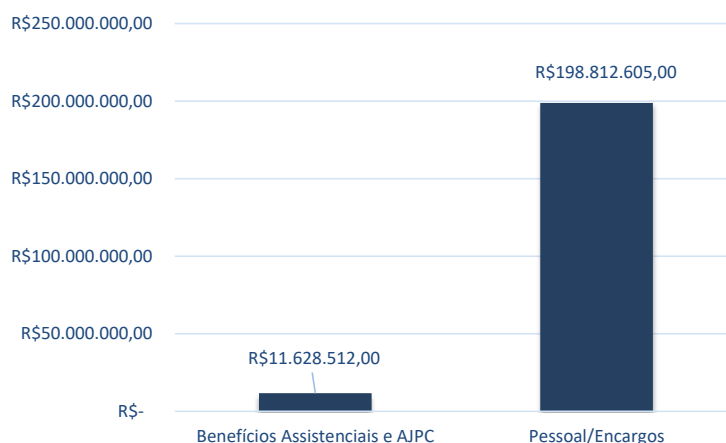
Dotação	Empenhado	Pago	Inscrição em RP
R\$ 210.717.733,00	R\$ 210.441.117,00	R\$ 209.531.711,00	R\$ 906.290,00

As despesas obrigatórias englobam as despesas de Pessoal e Encargos Sociais, Benefícios Assistenciais e Assistência Judiciária Gratuita. O crescimento da dotação nos últimos anos é devido à progressão de carreira dos



servidores e nomeações ocorridas no exercício. Na SJES, em 2021, houve o ingresso de 9 (nove) servidores, sendo que 01 (um) pediu exoneração 02 meses após a posse. Nesse grupo de despesas, destaca-se, também, o passivo pago devido de exercícios anteriores, principalmente o acerto de auxílio alimentação dos magistrados.

Gráfico 32 – Despesas Obrigatórias Execução Orçamentária – Ano 2021



Fonte: Tesouro Gerencial

Despesas Discricionárias da SJES – Ano 2021

Dotação	Empenhado	Pago	Inscrição em RP
R\$ 23.853.840,00	R\$ 19.918.690,00	R\$ 18.216.492,00	R\$ 1.702.197,00

Nas despesas discricionárias estão incluídas as atividades relativas à manutenção das instalações físicas, do ambiente laboral, de segurança institucional, de capacitação e projetos (investimentos) da SJES.

De um modo geral, em 2021, houve um aumento de aproximadamente 17% (dezessete por cento) do crédito consignado a esta Seccional, se comparado ao exercício de 2020.

Esse acréscimo, foi possível devido ao incremento do montante destinado à 2ª Região, decorrente do pagamento do auxílio moradia de 2016, descentralizado à época como crédito extraordinário, além da variação do IPCA registrada em 2019/2020. Uma parcela do crédito extraordinário referente ao auxílio moradia 2016 também fez face ao crescimento das despesas obrigatórias. Tais incrementos orçamentários aumentaram o limite desta Seccional em 2021.

Ao longo do ano, também, tivemos descentralizações de sobras de estagiários, bem como a descentralização de R\$ 3.970.000,00 destinados às despesas de Tecnologia da Informação, para as quais nos foi concedida excepcionalidade para conduzir os processos licitatórios, inicialmente previstos para serem executados pelo Tribunal.



Por fim, no que diz respeito aos Restos a Pagar, o valor total inscrito referente às despesas discricionárias, de R\$ 1.702.197,25 corresponde a 8,54 % do valor total empenhado, retratando os esforços desta Seccional em obter um percentual maior de execução dos valores empenhados, com a liquidação e pagamento dentro do próprio exercício, a fim de não comprometer o exercício seguinte e possibilitar maior liberdade de gestão ao Ordenador de Despesas.

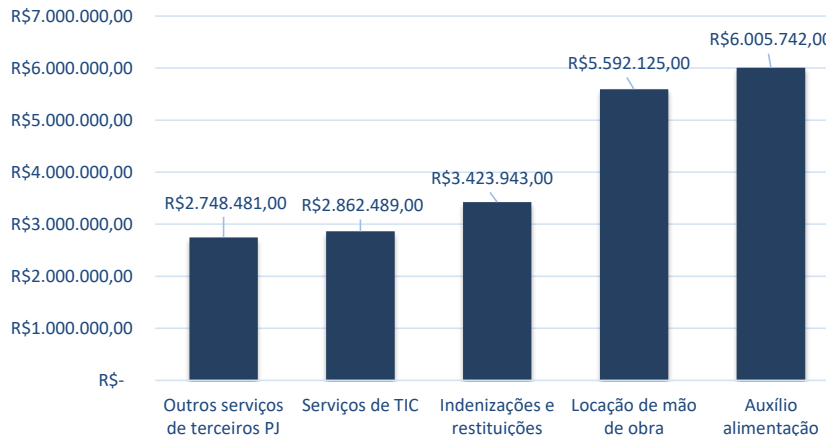
Os valores inscritos para o exercício de 2022 são referentes a 15 dias dos contratos de natureza contínua e contratações que, por motivos que nos fogem ao controle, inviabilizaram a execução integral da despesa dentro do exercício. Alguns exemplos que se destacam:

- Aquisição de veículo cuja adesão à ARP só ocorreu em dezembro, resultando na inscrição em RP de R\$ 354.747,50. Existia uma Ata vigente anteriormente, porém a empresa não entregou o bem.

- Contratação de empresa para fornecimento e instalação de sistema de geração de energia solar fotovoltaica on-grid. A empresa alegou dificuldades para execução dos serviços e solicitou reequilíbrio econômico ou a rescisão amigável do contrato, o que foi indeferido pela Direção do Foro. Foi aberto processo para se apurar o descumprimento contratual. Desta forma, não conseguimos executar dentro do exercício. A inscrição em RP foi de R\$ 345.575,67.

A provisão final neste Grupo de Despesa atingiu o montante de R\$ 23.853.840,00, englobando os planos orçamentários da ação Julgamento de Causas na Justiça Federal, quais sejam: Julgamento de Causas, Modernização de Instalações na Justiça Federal, Ações de Informática, Modernização Tecnológica e Gestão de Informação e Capacitação de Recursos Humanos.

Gráfico 33 – Atividades – Despesas Correntes – Ano 2021



Fonte: Tesouro Gerencial

Apesar de trabalharmos ainda com o cenário da pandemia em 2021 e com o retorno presencial somente em agosto, mas de forma irrisória, alguns contratos voltaram a ser executados de forma integral. Os contratos de água e energia apresentaram economia se comparado com os anos anteriores à pandemia. Mas, ainda assim, os gastos com contratos consumiram grande parte do orçamento destinado a custeio, principalmente os com locação de mão de obra, como se observa. Os contratos de maior vulto são os seguintes:



- Serviços com locação de mão de obra: vigilância, limpeza, manutenção predial e manutenção de ar condicionado.

- Serviços em geral: fornecimento de energia, serviços postais, sistemas de controle de acesso, dentre outros.

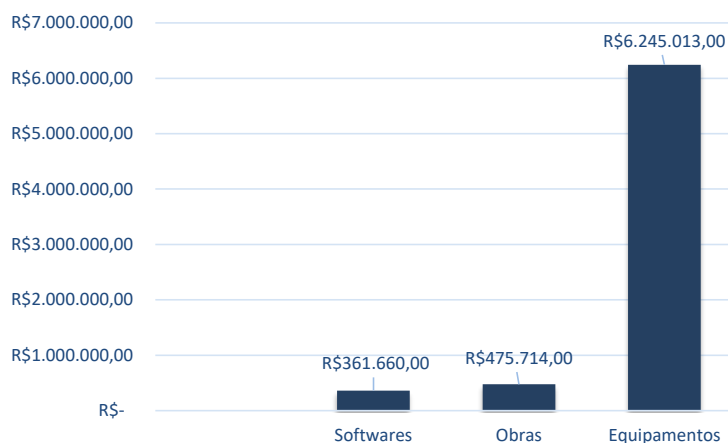
Como ocorrido em 2020 e devido à pandemia, manteve a redução de despesas fixas como diárias, passagens e capacitações externas.

Neste elemento também são executadas despesas obrigatórias como o auxílio-alimentação e indenizações e restituições.

Destaca-se os serviços voltados à área de TI, fundamentais para a manutenção dos sistemas e equipamentos, favorecendo assim a execução das atividades.

No gráfico acima, pode-se observar as despesas que apresentaram maiores gastos orçamentários.

Gráfico 34 – Investimentos – Ano 2021



Fonte: Tesouro Gerencial

Os maiores investimentos foram executados em aquisições de itens de TI, priorizados dentro de nossa programação e de acordo com o Plano de Contratações de Tecnologia da Informação para 2021, o PCTI: computadores, impressoras, estações de trabalho, notebooks, Servidores para o Sistema Gerenciador de Backup Datacenter/JFES, Expansão para Storage FAS8200, aquisição de Switch FC, renovação da Solução de Segurança de Filtragem de Conteúdo e-mail para a SJES, dentre outros.

Visando aprimorar a gestão da segurança institucional, houve, também, a aquisição de um veículo blindado, tipo SUV. Porém, a adesão à ARP foi apenas em dezembro, resultando na inscrição em RP de R\$ 354.747,50.

Já em relação às obras e instalações, foram executadas a substituição dos guardas corpos e corrimão da escada da Subseção de Cachoeiro de Itapemirim, assim como a instalação de pontos de ancoragem novos e recertificação de pontos de ancoragem já existentes (Sede, Cachoeiro de Itapemirim e Serra).



Com o intuito de incrementar contratações e aquisições com critérios de sustentabilidade, foi contratada a segunda etapa da Usina Fotovoltaica da Sede, mas não conseguimos executar dentro do exercício.

- Plano orçamentário Julgamento de Causas

Julgamento de Causas – JC

Provisão	Valor empenhado	Valor pago	Inscrição em RP
R\$ 9.650.837,00	R\$ 7.942.875,11	R\$ 7.117.067,53	R\$ 765.807,58

META FÍSICA: 61.146 META REPROGRAMADA: 61.146 META REALIZADA: 67.375

Os valores provisionados na ação visam à manutenção das atividades e englobam as despesas de contratos de natureza continuada, pagamento de diárias, aquisição de material de consumo, pagamento de taxas e impostos, obras de menor vulto e equipamentos, entre outros.

Quanto aos investimentos, os itens adquiridos com crédito provisionado nesta ação foram os seguintes, relacionados aos respectivos objetivos estratégicos:

- Equipamento de ar condicionado para sala dos racks, promovendo confiabilidade na continuidade da climatização da sala dos racks, proporcionando condições térmicas adequadas para o funcionamento dos equipamentos de TI - Objetivo estratégico: Promover serviços de infraestrutura e soluções corporativas;

- Fornecimento e instalação de portal detector de metais - Objetivo estratégico: Aprimoramento da gestão da segurança institucional;

- Veículo blindado, tipo SUV, para proporcionar maior segurança aos magistrados desta Corte durante os deslocamentos e nas escoltas nas vias públicas, buscando assim diminuir o risco de atentados, uma vez que a proteção oferecida pela blindagem aumenta a segurança e diminui o risco de vitimização dos ocupantes do veículo- Objetivo estratégico: Aprimoramento da gestão da segurança institucional.

Foram, ainda, realizadas pequenas instalações, como:

- Substituição dos guarda corpos e corrimão da escada da Subseção de Cachoeiro de Itapemirim;
- Fornecimento e instalação de complemento do sistema de detecção e alarme de incêndio da Subseção de Cachoeiro de Itapemirim;
- Instalação de pontos de ancoragem novos, no prédio anexo da Sede da SJES e no prédio da Subseção de Cachoeiro de Itapemirim.

Verifica-se que os resultados foram alcançados com expressiva economia de recursos públicos. A oferta da prestação jurisdicional à sociedade foi garantia e ampliada, haja vista que o quantitativo de processos julgados superou a meta fixada. Isto se deve ao empenho das unidades julgadoras no período da pandemia, somado ao benefício trazido pelo processo eletrônico.

Por fim, no que diz respeito aos Restos a Pagar, o valor total inscrito corresponde a 9,64% do valor total empenhado, retratando os esforços desta Seccional em obter um percentual maior de execução dos valores empenhados, com a liquidação e pagamento dentro do próprio exercício. Mas algumas licitações ocorreram apenas no



final do exercício por motivos que nos fogem ao controle, como é o caso da aquisição de veículo cuja adesão à ARP foi apenas em dezembro, resultando na inscrição em RP de R\$ 354.747,50 (trezentos e cinquenta e quatro mil, setecentos e quarenta e sete reais e cinquenta centavos).

- Plano Orçamentário Ações de Informática

Ações de Informática - AI

Provisão	Valor empenhado	Valor pago	Inscrição em RP
R\$ 9.239.174,00	R\$ 8.702.168,67	R\$ 8.346.093,52	R\$ 356.075,15

META FÍSICA: 42

META REPROGRAMADA: 47

META REALIZADA:

Objetivo estratégico: Promover Serviços de Infraestrutura e Soluções Corporativas

Além dos contratos de manutenção de hardware e software existentes nesta Seccional e imprescindíveis para a realização das atividades relativas à prestação jurisdicional e atividades administrativas, os maiores investimentos foram executados em aquisições de itens de TI, priorizados dentro de nossa programação e de acordo com o Plano de Contratações de Tecnologia da Informação para 2021, o PCTI, onde se destacam as seguintes aquisições/contratações:

- Contratação de renovação da solução de segurança Firewall existente: garantir a segurança no acesso à Internet para os usuários internos, mitigar ataques aos servidores de rede e serviços de TI, bem como bloquear acessos indevidos de usuários externos à rede corporativa;

- Aquisição de subscrição Red Hat Enterprise Linux for Virtual Datacenter with Smart Management: Renovação da subscrição de licenças do software RedHat, que é utilizado para prover diversos serviços de TI essenciais, dentre eles, o sistema processual E-PROC;

- Aquisição de expansão para Storage FAS8200 existentes no datacenter JFES: garantir o pleno funcionamento da rede, mantendo a total disponibilidade dos serviços informatizados da SJES, permitindo a ampliação de sua capacidade de armazenamento de dados;

- Aquisição de servidores para o sistema gerenciador de Backup Datacenter/JFES: garantir o pleno funcionamento da rede SAN, mantendo a total disponibilidade dos serviços informatizados da SJES, permitindo a ampliação de sua capacidade de conexões e trafegabilidade de dados;

- Aquisição de Switch FC: garantir o pleno funcionamento da rede SAN, mantendo a total disponibilidade dos serviços informatizados da SJES, permitindo a ampliação de sua capacidade de conexões e trafegabilidade de dados;

- Aquisição de subscrição do software MySQL Enterprise Edition: A Justiça Federal do Espírito Santo está em processo de substituição do atual sistema de controle processual APOLO pelo sistema E-PROC, fruto de acordo de cooperação técnica entre as Justiças Federais da 2ª e 4ª Regiões. O Sistema E-PROC, desenvolvido pela equipe do TRF4, e cedido para o TRF2 através do referido acordo, utiliza o SGBD MySQL. Assim sendo, tomando por base esse pré-requisito de infraestrutura, é necessário adquirirem-se licenças desse software

- Aquisição de estações de trabalho, notebooks, impressoras, webcam, entre outros.



O valor inscrito em Restos a Pagar é referente aos contratos de natureza continuada e destina-se a pagar a parcela dos quinze últimos dias de dezembro de 2021 e parte do pagamento de aquisição de microcomputadores Dell e Switches FC que não puderam ser entregues dentro do exercício.

- Plano Orçamentário Modernização Tecnológica e Gestão de Informação

Modernização Tecnológica e Gestão de Informação – MTGI

Provisão	Valor empenhado	Valor pago	Inscrição em RP
R\$ 360.020,00	R\$ 360.020,00	R\$ 360.020,00	R\$ 0,00

META FÍSICA: 0

META REPROGRAMADA: 22

META REALIZADA:

Objetivo estratégico: Promover Serviços de Infraestrutura e Soluções Corporativas

A ação abriga despesas relativas a projetos não contínuos, de caráter inovador e agregador.

Houve a contratação da renovação da solução de segurança de filtragem de conteúdo e-mail para a SJES, cuja função principal é garantir a segurança e eficiência no tráfego das mensagens eletrônicas recebidas e enviadas pelos usuários do órgão, procurando bloquear comunicações indesejadas, tais como, spams, propagandas, phishings, bem como mensagens com conteúdo impróprio ou com anexos contendo malwares dos mais diversos tipos. Esta aquisição foi contratada e paga dentro do exercício. A ação não possuiu valores inscritos em Restos a Pagar.

- Plano Orçamentário Modernização de Instalações na Justiça Federal

Modernização de Instalações na Justiça Federal - MIJF

Provisão	Valor empenhado	Valor pago	Inscrição em RP
R\$ 476.995,00	R\$ 345.575,67	R\$ 0,00	R\$ 345.575,67

META FÍSICA: 0

META REPROGRAMADA: 0

META REALIZADA: 0

Objetivo Estratégico: Incrementar contratações e aquisições com critérios de sustentabilidade

Houve a contratação de empresa para fornecimento e instalação de sistema de geração de energia solar fotovoltaica on-grid, vindo ao encontro das recentes diretrizes para o aprimoramento da gestão da sustentabilidade no âmbito do Poder Judiciário. A contratação visa otimizar custos operacionais, na medida em que reduzirá o consumo de energia elétrica (despesa corrente). Prioriza a modernização com o objetivo de melhorar a eficiência energética da edificação.

A empresa alegou dificuldades para execução dos serviços e solicitou reequilíbrio econômico ou a rescisão amigável do contrato, o que foi indeferido pela DF. Foi aberto processo para se apurar o descumprimento contratual. Desta forma, não foi possível executar dentro do exercício.



- Capacitação de Recursos Humanos

Capacitação de Recursos Humanos - CRH

Provisão	Valor empenhado	Valor pago	Inscrição em RP
R\$ 187.258,00	R\$ 126.856,86	R\$ 119.532,58	R\$ 7.324,28

META FÍSICA: 170

META REPROGRAMADA: 170

META REALIZADA: 198

Objetivo Estratégico: Promoção de iniciativas de engajamento e motivação das pessoas e promoção da capacitação da Polícia Judicial.

Considerando ainda o cenário da pandemia, foi mantido, em sua maior parte, a transposição das ações presenciais para a modalidade de ensino a distância. O foco em ações de capacitação com público-alvo mais abrangente, com maior relevância dentro do Levantamento das Necessidades de Capacitação e com ênfase na modalidade EAD, em especial, videoconferência, foram os fatores que mais contribuíram para o alcance da meta estipulada. Destaques para o treinamento acerca da Nova Lei Nº 14.133/2021 e sua aplicação em Obras Públicas e Serviços de Engenharia; Curso Básico Técnicas Operacionais para Agentes de Polícia; Programa HubJus; Programa PDG 2021 - Fundamento Gestão de Pessoas; Formação Agentes de Segurança, entre outros.

- Ação Orçamentária – Assistência Jurídica a Pessoas Carentes

Assistência Jurídica a Pessoas Carentes - AJ

Provisão	Valor empenhado	Valor pago	Inscrição em RP
R\$ 296.040,00	R\$ 296.040,00	R\$ 295.864,07	R\$ 175,93

META FÍSICA: 0

META REPROGRAMADA: 950

META REALIZADA: 1.094

A partir da Lei nº 13.876/19, as ações que possuem o INSS como parte passaram a receber crédito descentralizado do orçamento da União, razão pela qual registramos uma redução expressiva dos valores executados nesta ação, haja vista que os mesmos atendem às demais ações que são em quantitativo inferior àquelas que possuem o INSS como parte.

A título ilustrativo, informamos que os valores custeados com o crédito orçamentário do Poder Executivo e descentralizado para custear as ações nas quais o INSS foi parte perfaz o total de R\$ 2.673.440,00 e a meta de beneficiados correspondente foi 10.578.



8. Comunicação Institucional

9.1. Avaliação das Principais Ações Realizadas em 2021

O Núcleo de Comunicação Social e Relações Públicas (NCS) – formado por três servidores (duas jornalistas e um publicitário) e uma estagiária de publicidade - desenvolve ações que visam aproximar a Justiça Federal do cidadão e de outros órgãos, além de promover a comunicação interna na Seção Judiciária do Espírito Santo (SJES).

Dentre suas atividades, estão: o atendimento à imprensa; a gestão e a produção de conteúdo (divulgação de decisões judiciais, administrativas e outras) para a página da SJES na internet, intranet e perfis nas redes sociais (Instagram e Twitter); a promoção e apoio à realização de eventos institucionais; e a realização de campanhas informativas e socioambientais que promovam a saúde, o meio ambiente, a qualidade de vida, a inclusão, a paz social, a inovação e a qualidade do serviço público.

Principais ações:

- O levantamento de material para produção de vídeo com registro das principais ações realizadas pela então Diretora do Foro da SJES, Juíza Federal Cristiane Conde Chmatalik;
- Concepção, elaboração, divulgação e registro de eventos realizados para marcar o Dia Internacional da Mulher, com temas como política, nas presenças da vice-governadora do Estado do Espírito Santo Jaqueline de Moraes e da vereadora da Câmara Municipal de Vitória Camila Valadão; assédio, com as participações da juíza federal Enara Olímpio Ramos Pinto (SJES) e da juíza de Direito e ativista Andréa Pachá (TJRJ); e saúde, com a epidemiologista Ethel Maciel, a psiquiatra Janine Moscon e a médica da SJES Ana Márcia Gusman;
- Realização de Homenagem ao Desembargador Federal Alcides Martins (COJEF), durante a sessão da Turma Regional de Uniformização, com envio de convites, elaboração de placa e cobertura do evento;
- Realização de evento de despedida da Juíza Federal Cristiane Conde Chamtalik da Direção do Foro da SJES, com projeto, envio de convites, elaboração de cartão e cobertura do evento;
- Auxílio na divulgação e envio de convites diversos, a pedido da Assessoria de Comunicação Institucional do TRF2, especialmente para a posse dos novos dirigentes do órgão.
- Participação de reunião e contatos diversos com a Direção Geral para apresentar os trabalhos desenvolvidos e em desenvolvimento e sugerir aprimoramentos, com base nas novas diretrizes, especialmente no Portal de Internet, com a elaboração de minuta de Portaria regulatória com responsabilização dos setores pelas páginas de conteúdo, em parceria com a Seção de Desenvolvimento de Informática (SEDIN/NTI/SJES);
- Organização e desenvolvimento do projeto do novo Portal de Intranet da SJES, em parceria com a SEDIN/NTI/SJES, que foi lançado no dia 1º de dezembro de 2021;
- Incremento na produção de notícias para a internet e postagens nas redes sociais e elaboração de diversas informações considerando o retorno ao atendimento presencial a partir de agosto/2021, com esclarecimentos aos usuários internos e externos, mediante postagens em todos os veículos de comunicação internos e externos;



- Elaboração de perguntas, entrevista e gravação da participação da Juíza Federal Cristiane Conde Chmatalik, da Diretora da Secretaria Geral Cristiane Conde Chmatalik e da servidora Diana Brandão no evento “1º Ciclo de Encontros sobre as Mulheres e a Justiça Federal da 2ª Região”, organizado pelo TRF2;
- Realização de evento de Homenagem por Tempo de Serviço de servidores e magistrados, em outubro/2021, em formato virtual, pela plataforma Zoom Meetings e, pela primeira vez, com a presença do Presidente do TRF2, Desembargador Federal Messod Azulay Neto;
- Elaboração de relatório semanal para o CNJ com relação de Notícias sobre a COVID-19 postadas pelo órgão;
- Acompanhamento das atividades dos servidores lotados no órgão, especialmente com a implantação do rodízio para trabalho presencial, em horário diferenciado, a partir de agosto/2021.

O NCS atuou ainda na criação e na atualização constante da página da internet disponibilizada para auxiliar o usuário na abertura de ações de forma remota, sem advogado; na editoração do Plano de Retomada ao Atendimento Presencial, bem como na sinalização da sede chamando a atenção para as medidas sanitárias determinadas pelo plano, tendo a Ju, também, como protagonista da informação.

- Ações desenvolvidas pelo NCS em 2021:

AÇÃO	QUANTIDADE	OBSERVAÇÕES
Atendimentos à imprensa/notícias publicadas nos principais jornais capixabas	145	Predominaram notícias relacionados ao INSS (aposentadorias, indenizações e auxílios atrasados, etc), tráfico internacional de drogas, pandemia (questões sobre vacinação, kit intubação, proibição de fechamento e/ou funcionamento de comércio, templos, etc.).
Publicações no site	355	355 publicações (sendo 140 destaques, 45 avisos, 149 notícias e 21 comunicados)
Comunicados nos grupos de whatsapp	600	Média de 50 comunicados por mês, para magistrados, servidores das varas, servidores do administrativo, servidores das subseções e aposentados
Publicações no Twitter	173	Número de seguidores: 87 (janeiro) e 197 (dezembro) Impressões (número de vezes que os tweets foram vistos): 26.624
Posts no Instagram	407	Curtidas: 11.351 Comentários: 271 Interações: 2.853 Número de Seguidores: de 2.010 (janeiro) para 2.645 (dezembro)
JF Digital	12	Informativo mensal com as principais notícias do mês, disponibilizado no site e enviados por e-mail para aproximadamente 300 assinantes cadastrados e para os aposentados
Atendimentos à imprensa	34 por e-mail	Também foram feitos atendimentos por telefone, não contabilizados
Campanhas	9	- Vacinação contra a gripe - Prevenção à COVID-19 - Campanha Natal Feliz (arrecadação de dinheiro para compra de cestas básicas para os terceirizados que atendem a SJES na capital e no interior)



		- Promoção das redes sociais da SJES - Prevenção à gripe - Dia da Mulher - Outubro Rosa - Novembro Azul - Fibrose Cística
Eventos institucionais	6	- Homenagem ao Dia Internacional da Mulher – Tema: Política - Homenagem ao Dia Internacional da Mulher – Tema: Assédio - Homenagem ao Dia Internacional da Mulher – Tema: Saúde - Despedida da Juíza Federal Cristiane Conde Chmatalik da Direção do Foro da SJES - Homenagem Dia do Servidor pelo Zoom - Homenagem ao Desembargador Federal Alcides Martins (COJEF), durante a sessão da Turma Regional de Uniformização
Produção de vídeos	24	- Segundo período de gestão da Diretora do Foro Juíza Federal Cristiane Conde Chmatalik - Adaptação de vídeo sobre o Laboratório de Inovação para a página do InovarES - Homenagem às mães - Dia dos Pais - Gravação com servidoras e juíza para o evento “1º Ciclo de Encontros sobre as Mulheres e a Justiça Federal”, do TRF2 - Gravação e entrevista com o servidor homenageado Paulo Augusto Michalsky e Alves - Homenagem por tempo de serviço - Aniversário de 1 ano da JFES nas redes sociais - Campanha Natal Feliz - Encerramento do ano, atendimento e prazos na SJES - Balcão Virtual - Núcleo de Justiça 4.0 - Dia Nacional da Memória do Poder Judiciário - Dia Mundial do Meio Ambiente - 10 vídeos do projeto “Conheça Direito”, em parceria com juiz federal Caio Araújo, em homenagem aos 20 anos da lei que criou os juizados especiais federais
TOTAL	1765	



LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AMARIV - Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis da Ilha de Vitória

ASCAMARE - Associação de Catadores de Materiais Recicláveis de Vitória

CADM - Coordenadoria de Assuntos Administrativos

CESCON - Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania

CJF - Conselho da Justiça Federal

CJU - Coordenadoria Jurídica

CNJ - Conselho Nacional de Justiça

CPD - Centro de Processamento de Dados

DIRFO - Direção do Foro

GABIN - Gabinete de Inovação e Gestão Integrada

GES - Grupo Especial de Segurança

GLPI - Gestão Livre de Parque de Informática

JEF - Juizado Especial Federal

JUSPLAN - Justiça em Planos

MPF/ES - Ministério Público Federal do Espírito Santo

MPT/ES - Ministério Público do Trabalho do Espírito Santo

NAF - Núcleo de Administração e Finanças

NAI - Núcleo de Auditoria Interna

NAJ - Núcleo de Apoio Judiciário

NCI - Núcleo de Controle Interno

NCO - Núcleo de Contratações

NCS - Núcleo de Comunicação Social e Relações Públicas

NGP - Núcleo de Gestão de Pessoas

NOM - Núcleo de Obras e Manutenção

NST - Núcleo de Segurança e Transporte

NTI - Núcleo de Tecnologia da Informação



ODS - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

PAPSI - Programa de Apoio à Psiquiatria e Psicologia

SEADM - Seção de Apoio Administrativo

SEARD - Seção de Arquivo e Depósito Judicial

SEDOD - Seção de Documentação e Divulgação

SEEU - Sistema Eletrônico de Execução Unificado

SEGEST - Seção de Gestão Estratégica

SEMAT - Seção de Material

SEPAC - Seção de Protocolo, Assistência Judiciária Gratuita e Convênios

SEPAT - Seção de Patrimônio

SEPEX - Seção de Protocolo e Expedição

SEPLO - Seção de Provimento e Lotação

SEPROG - Seção de Projetos, Processos e Gestão Socioambiental

SERSAU - Seção de Serviços de Saúde

SESEN - Seção de Suporte ao Usuário Externo

SESIN - Seção de Suporte ao Usuário Interno

SETRAV - Seção de Transportes e Vigilância

SG - Secretaria Geral

SIABI - Sistema Integrado de Administração Financeira

SJES - Seção Judiciária do Espírito Santo

SJRJ - Seção Judiciária do Rio de Janeiro

STF - Supremo Tribunal Federal

STJ - Superior Tribunal de Justiça

TCU - Tribunal de Contas da União

TI - Tecnologia da Informação

TRF2 - Tribunal Regional Federal da 2ª Região

